



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

MÁRCIA HELENA RODRIGUES PAROLI

**"COMPRAR É UM ATO MORAL":
RELIGIÃO E CONSUMO NA IGREJINHA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
EM BRASÍLIA - DF**

**GOIÂNIA
2021**



MÁRCIA HELENA RODRIGUES PAROLI

"COMPRAR É UM ATO MORAL":
RELIGIÃO E CONSUMO NA IGREJINHA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
EM BRASÍLIA - DF

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências da Religião pela - PUC Goiás.

Orientadora: Prof.^ª Dr.^ª Thais Alves Marinho.

GOIÂNIA
2021

P257c Paroli, Márcia Helena Rodrigues
"Comprar é um ato moral" : religião e consumo na igreja de
Nossa Senhora de Fátima em Brasília - DF / Márcia
Helena Rodrigues Paroli.-- 2021.

243 f.

Texto em português, com resumo em inglês

Tese (doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades,
Goiânia, 2021

Inclui referências: f. 217-243

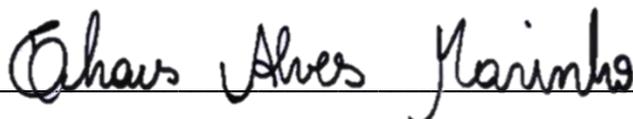
1. Religião. 2. Sociedade de consumo. 3. Sociologia
cristã católica. I. Marinho, Thais Alves. II. Pontifícia
Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Religião - 2021. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 272-72-1(043)

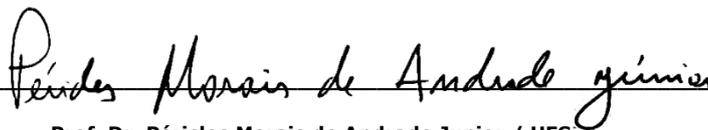
"COMPRAR É UM ATO MORAL": RELIGIÃO E CONSUMO NA IGREJINHA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA EM BRASÍLIA – DF

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 08 de setembro de 2021.

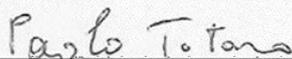
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Thaís Alves Marinho / PUC Goiás



Prof. Dr. Péricles Moraes de Andrade Junior / UFS



Prof. Dr. Paolo Totaro / UFAL



Prof. Dr. Clóvis Ecco / PUC Goiás



Prof. Dr. José Reinaldo Felipe Martins Filho / PUC Goiás

Prof. Dra. Carolina Teles Lemos / PUC Goiás

Prof. Dra. Andréa Vettorassi / UFG



Dedico essa tese doutoral a todos aqueles que, como canta o Salmista, são felizes porque colocaram em Deus a sua força, e se decidem cotidianamente a partir, quais peregrinos, e quando passam pelo vale da aridez, o transformam numa fonte borbulhante.



Agradecimento

Gratidão: – a Trindade Santa inspiradora de cada momento; – a minha família pelos princípios inculcados desde a tenra idade que forjaram o ser humano que hoje sou; – aos Freis Capuchinhos da Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Brasília que, como dignos filhos de São Francisco, me acolheram e possibilitaram a pesquisa; – aos fiéis da Comunidade da Igreja que, com prontidão, aderiram à pesquisa; – aos meus amigos(as) pela colaboração, incentivo e ternura e aos meus professores pela condizância da própria sabedoria.



Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã a mãe terra, que nos sustenta e governa, produz frutos diversos e coloridas flores e ervas (São Francisco de Assis, Cântico das Criaturas, FF, p. 124).

RESUMO

PAROLI, Márcia Helena Rodrigues. "**COMPRAR É UM ATO MORAL**": religião e consumo na Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Brasília- DF. PUC Goiás, 2021.

Esta tese, inscrita na linha de pesquisa Cultura e Sistemas Simbólicos, versa sobre a religião e o consumo e tem por objetivo verificar como se dão as construções de sentido voltadas para o consumo, em relação aos princípios cristãos católicos, na Comunidade Católica da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Brasília/DF. Tal investigação possibilita a reflexão sobre o papel do cristianismo católico frente à cultura atual, em relação ao consumo e à preservação da vida. Para tanto, discorro sobre os princípios católicos em relação ao consumo, utilizando os recursos da hermenêutica para a análise da perícopa das Bem-Aventuranças (Mt 5, 1-12), por serem elas um código de ética dos cristãos, pois Jesus assegura que a vivência de sua exortação os tornaria felizes. Para a atualização da interpretação das Bem-Aventuranças, realizo uma densa pesquisa bibliográfica para o entendimento da Doutrina Social da Igreja, coroada pela Encíclica *Laudato Si'* (2015), e da análise de discurso e discursos proferidos por agentes simbolicamente relevantes para a Igreja Católica. A Encíclica *Laudato Si'*, escrita pelo Papa Francisco, exorta ao cuidado da casa comum e faz um apelo para a conduta ao consumo consciente, dentro de uma noção cosmopolita planetária. Identifico, dessa forma, a posição da Igreja Católica, ao longo da história, no que tange às relações de consumo. Para compreender os sentidos atribuídos ao consumo pelos membros da comunidade, realizo a observação participante e busco reconstruir as trajetórias de vida desses sujeitos, a fim de apreender seus *habitus*, e como estes orientam suas relações de consumo. Desse modo, chego então a delinear como se configura a sociedade de consumo atual e sua relação com os princípios católicos. Valendo-me da metodologia de entrevistas semiestruturadas realizadas com os fiéis da comunidade da Igreja de Fátima e de análise das cartas de intenções deixadas por eles em uma urna aos pés da padroeira, verifico como esses agentes se relacionam com o mundo do consumo. Busco demonstrar como os sujeitos e indivíduos se relacionam com as instituições religiosas contemporâneas, bem como, qual o poder de gerar coesão e solidariedade que as instituições possuem sobre os sujeitos católicos, por meio da verificação a respeito de como os sujeitos criam e se orientam pelo *habitus* e qual o lugar da religião nesse processo, e das demais instituições, que categorizo entre grupos primários e secundários. Concluo, portanto, propondo a espiritualidade cristã, apegada aos valores do Evangelho, como possibilidade de uma vida saudável, sustentável e feliz.

Palavras-chaves: Religião; Consumo; Doutrina Social, *Laudato Si'*, Igreja de Fátima-DF.



ABSTRACT

PAROLI, Márcia Helena Rodrigues. "BUYING IS A MORAL ACT": religion and consumption in the Church of Our Lady of Fátima in Brasília-DF. PUC Goiás, 2021.

This thesis, inscribed in the research line Culture and Symbolic Systems, deals with religion and consumption and aims to verify how the constructions of meaning aimed at consumption occur, in relation to Catholic Christian principles, in the Catholic Community of the Little Church of Our Lady of Fátima, in the city of Brasília/DF. Such investigation enables reflection on the role of Catholic Christianity in the current culture, in relation to consumption and the preservation of life. Therefore, I discuss Catholic principles in relation to consumption, using the resources of hermeneutics to analyze the pericope of the Beatitudes (Mt 5, 1-12), as they are a code of ethics for Christians, as Jesus assures that the experience of his exhortation would make them happy. To update the interpretation of the Beatitudes, I carry out a dense bibliographical research to understand the Social Doctrine of the Church, crowned by the Encyclical *Laudato Si'* (2015), and the analysis of discourse and speeches given by agents symbolically relevant to the Catholic Church. The Encyclical *Laudato Si'*, written by Pope Francis, exhorts the care of the common home and calls for the conduct of conscious consumption, within a cosmopolitan planetary notion. In this way, I identify the position of the Catholic Church, throughout history, with regard to consumer relations. To understand the meanings attributed to consumption by community members, I carry out participant observation and seek to reconstruct the life trajectories of these subjects, in order to apprehend their habitus, and how they guide their consumption relationships. In this way, I then come to outline how the current consumer society is configured and its relationship with Catholic principles. Using the methodology of semi-structured interviews carried out with the faithful of the community of Igrejinha and analyzing the letters of intent left by them in an urn at the foot of the patron saint, I verify how these agents relate to the world of consumption. I seek to demonstrate how subjects and individuals relate to contemporary religious institutions, as well as the power to generate cohesion and solidarity that institutions have over Catholic subjects, by verifying how subjects create and are guided by the habitus and what is the place of religion in this process, and of other institutions, which I categorize into primary and secondary groups. I conclude, therefore, by proposing Christian spirituality, attached to the values of the Gospel, as a possibility for a healthy, sustainable and happy life.

Keywords: Religion; Consumption; Social Doctrine, *Laudato Si'*, Igrejinha-DF.

RESUMEN

PAROLI, Márcia Helena Rodrigues. COMPRAR ES UN ACTO MORAL": religión y consumo en la pequeña iglesia de Nuestra Señora de Fátima en Brasilia. PUC Goiás, 2021.

Esta tesis, inscrita en la línea de investigación Cultura y Sistemas Simbólicos, trata sobre la religión y el consumo, y tiene como objetivo verificar cómo se dan las construcciones de sentido orientadas al consumo, en relación a los principios cristianos católicos, en la Comunidad Católica de Igreja de Nossa Senhora de Fátima, en la ciudad de Brasilia/ DF. Tal investigación permite reflexionar sobre el papel del cristianismo católico en la cultura actual, en relación al consumo y la preservación de la vida. Por tanto, hablo de los principios católicos en relación al consumo, utilizando los recursos de la hermenéutica para analizar la perícopa de las Bienaventuranzas (Mt 5, 1-12), ya que son un código deontológico para los cristianos, como asegura Jesús que la experiencia la exhortación los haría felices. Para actualizar la interpretación de las Bienaventuranzas, realizo una densa investigación bibliográfica para comprender la Doctrina Social de la Iglesia, coronada por el Encíclica *Laudato Si'* (2015), y el análisis de discursos y discursos pronunciados por agentes simbólicamente relevantes para la Iglesia católica. La *Encíclica Laudato Si'* escrita por el Papa Francisco, exhorta al cuidado de la casa común y hace un llamado a realizar un consumo consciente, dentro de una noción planetaria cosmopolita. De esta manera, identifico la posición de la Iglesia Católica, a lo largo de la historia, con respecto a las relaciones con el consumidor. Para comprender los significados atribuidos al consumo por los miembros de la comunidad, realizo la observación participante y busco reconstruir las trayectorias de vida de estos sujetos, con el fin de aprehender su *habitus* y cómo orientan sus relaciones de consumo. De esta manera, paso a esbozar cómo se configura la actual sociedad de consumo y su relación con los principios católicos. Utilizando la metodología de entrevistas semiestructuradas realizadas con los fieles de la comunidad de Igreja de Nossa Senhora de Fátima y el análisis de las cartas de intención dejadas por ellos en una urna al pie de la patrona, finalmente, verifico cómo estos agentes se relacionan con el mundo del consumo. Busco demostrar cómo los sujetos e individuos se relacionan con las instituciones religiosas contemporáneas, así como el poder de generar cohesión y solidaridad que las instituciones tienen sobre los sujetos católicos, verificando cómo los sujetos crean y se guían por el *habitus* y cuál es el lugar de la religión en este proceso, y de otras instituciones, que categorizo en grupos primarios y secundarios. Concluyo, por tanto, proponiendo la espiritualidad cristiana, apegada a los valores del Evangelio, como posibilidad de una vida sana, sostenible y feliz.

Palabras llave: Religión; Consumo; Doctrina Social, *Laudato Si'*, Igreja de Nossa Senhora de Fátima-DF.

ABREVIATURAS

- At - Atos dos Apóstolos
CaIC - Catecismo da Igreja Católica
CDSI - Compêndio da Doutrina Social da Igreja
CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano
CIC - Código de Direito Canônico
CNBB - Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
DAp - Documento de Aparecida
DGAE - Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora
Ecl - Livro do Eclesiastes
EG - *Evangelli Gaudium*
Ez - Livro do Profeta Ezequiel
Gl - Carta aos Gálatas
Gn - Livro do Gênesis
GS - *Gaudiun et Spes*
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Jo - Evangelho de João
LM - *Lumen Gentium*
Lv - Levítico
Mt - Evangelho de Mateus
Mq - Livro de Miquéias

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADROS

QUADRO 1 - Grupos existentes em relação ao Império Romano	56
QUADRO 2 - Bem-aventuranças e desaparego	62

QUADRO 3 - Gênero e mudanças nos grandes grupos religiosos	169
QUADRO 4 – Classificação por renda	191

TABELAS

TABELA 1 - Petições em ordem de importância	172
---	-----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Localização da comunidade da Igreja de Nossa Senhora de Fátima – Brasília-DF.....	117
FIGURA 2: Pertencimento à religião em Brasília – DF.....	118
FIGURA 3: População Urbana e Rural	120
FIGURA 4: IDHM nacional – Ranking Brasil em 2020	121
FIGURA 5: Igreja de Nossa Senhora de Fátima	122
FIGURA 6: Parede lateral – Athos Bulcão	122
FIGURA 7: Interno da Igreja	123
FIGURA 8: Dia da inauguração da Igreja	124
FIGURA 9: Núncio apostólico, presidente e a primeira-dama	125
FIGURA 10: Celebração dominical	126
FIGURA 11: Urna de Intenções	162
FIGURA 12: Urna de Intenções (1)	162
FIGURA 13: Tipos de Intenções	163
FIGURA 14: Percentual entre intenções de ordem material e espiritual.....	164
FIGURA 15: Percentual das intenções condensadas.....	165
FIGURA 16: Idade dos participantes da pesquisa	166
FIGURA 17: Distribuição dos idosos por situação de ocupação – DF Federal 2018	167

FIGURA 18: Idosos segundo a religião – Distrito Federal	168
FIGURA 19: Distribuição dos idosos por estado civil – DF 2018	168
FIGURA 20: Gênero dos participantes entrevistados	169
FIGURA 21: Assiduidade na Missa	170
FIGURA 22: Presença da crença Cristã-Católica em vida e escolha	171
FIGURA 23: Petições	172
FIGURA 24: Prece pela família	173
FIGURA 25: Soma por categoria	174
FIGURA 26: Tipos de família	175
FIGURA 27: Distribuição dos idosos por estado civil, 2018	175
FIGURA 28: Apego pessoal.....	177
FIGURA 29: Somatória dos itens referentes à Família	177
FIGURA 30: Título do que influencia os hábitos de consumo	178
FIGURA 31: Influência dos hábitos de consumo – Tradição familiar	179
FIGURA 32: Influência dos hábitos de consumo – cobrança dos grupos a que pertence	180
FIGURA 33: Influência dos hábitos de consumo – Propagandas pela TV ...	181
FIGURA 34: Influência nos hábitos de consumo – Necessidades pessoais	182
FIGURA 35: Influência nos hábitos de consumo – lista de compras estabelecida	183
FIGURA 36: Influência nos hábitos de consumo – estímulo das vitrines.....	183
FIGURA 37: Conhecimento da Encíclica <i>Laudato Si'</i>	185
FIGURA 38: Conhecimento da Encíclica <i>Laudato Si'</i> – onde ouviu falar	185
FIGURA 39: Conhecimento da Encíclica <i>Laudato Si'</i> – em outros meios	186
FIGURA 40: Quanto à leitura da Encíclica <i>Laudato Si'</i>	188
FIGURA 41: Igreja de consumo consciente	188
FIGURA 42: É essencial	191
FIGURA 43: É essencial: condensação da Figura 42	190
FIGURA 44: A ética da religião e o modo de uso e consumo das coisas	192
FIGURA 45: Como se dá a vivência da ética concretamente	194
FIGURA 46: Condensação da Figura 45	195
FIGURA 47: Atitudes pessoais em relação à sustentabilidade	196
FIGURA 48: Uso de sacola retornável	197

FIGURA 49: Reciclagem de óleo de cozinha	197
FIGURA 50: Realização de compostagem	198
FIGURA 51: Desperdício de alimentos	198
FIGURA 52: Consumo de vestuário	199

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - OS PRINCÍPIOS CATÓLICOS EM RELAÇÃO AO CONSUMO.....	38
1.1 AS BEM-AVENTURANÇAS E O DESAPEGO DA PRIMEIRA COMUNIDADE CRISTÃ.....	39
1.1.1 Significado da Expressão “Bem-Aventuraça”	41
1.1.2 Fundamentos bíblicos para a <i>doxa</i> do campo católico.....	48
1.1.2.9 “Bem-aventurados sois, quando vos injuriarem, e vos perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de mim. Alegrai-vos e regozijai-vos, porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas, que v.....	61
1. 2 DESAPEGO NA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA.....	68
1.3 A PROPOSTA DA ECOLOGIA INTEGRAL NA ENCÍCLICA <i>LAUDATO SI’</i>	82
1.3.1 <i>Laudato Si’</i> , um posicionamento frente ao império capitalista.....	83
1. 4 A MÍSTICA CRISTÃ E A OPÇÃO ÉTICA	98
CAPÍTULO 2 - CONFIGURAÇÕES DA SOCIEDADE DE CONSUMO E SUA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS CATÓLICOS	110
2. 1 SUJEITO NO MUNDO “PÓS-MODERNO”.....	111
2.1.1 Identidade dos fiéis católicos do subcampo da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima em Brasília.	117
2. 2 SUJEITO E CONSUMO NO SISTEMA CAPITALISTA	127
2.2.1 Sociedade de Consumo	129
2.2.2 O sujeito consumidor.....	131
2. 3. A POSIÇÃO ATUAL DA IGREJA CATÓLICA DIANTE DO CONSUMISMO ...	138
2.3.1 O diálogo sobre o meio ambiente na política internacional	149
2.3.2 O diálogo para novas políticas nacionais e locais	151
2.3.3 Diálogo e transparência nos processos decisórios	152
2.3.4 Política e economia em diálogo para a plenitude humana	152
2.3.5 As religiões no diálogo com as ciências	153
CAPÍTULO 3 - O DESAPEGO CRISTÃO: UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA	161
3.1 COLETA DE INTENÇÕES	161
3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	165

3.3 A ENCÍCLICA <i>LAUDATO SI'</i> NA PERSPECTIVA DO PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	184
3.4 TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	200
3.4.1 A vida	203
3.4.2 Ao outro.....	204
3.4.3 A Terra	207
3.4.4 A esperança operante	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
REFERÊNCIAS.....	217
ANEXO 1 Santuário Autorização do comitê de ética.....	236
ANEXO 2 Autorização do Pároco do Nossa Senhora de Fátima	238
ANEXO 3 Questionário semiestruturado.....	239
ANEXO 4 Declaração do participante.....	243

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema as relações entre religião e consumo, a partir da Doutrina Católica Apostólica Romana. Detive-me a investigar o papel do cristianismo católico diante da cultura contemporânea, em relação ao consumo e à preservação da vida. Essa discussão se faz pertinente para compreender em que medida a doutrina católica, disseminada por aqueles que conseguiram se posicionar como líderes¹ dessa instituição religiosa ao longo do tempo, por meio da Bíblia², em missas, encíclicas³, discursos, concílios, é capaz de orientar os sentidos dos sujeitos católicos contemporâneos em relação ao consumo no contexto da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima em Brasília-DF.

Percebi, na narrativa das Bem-aventuranças, presente no texto bíblico de Mateus (5, 1-12), um código de ética dos cristãos, pois Jesus assegura que a vivência de sua exortação os tornaria felizes. Para a atualização da interpretação das Bem-Aventuranças, utilizarei a Encíclica *Laudato Si'* (2015), escrita pelo Papa Francisco, em que ele exorta ao cuidado da casa comum, o que parece ser um apelo para a conduta ao consumo consciente, dentro de uma noção cosmopolita planetária e dos documentos finais dos Sínodos e declarações de seu pontificado. Se Jesus proclamou feliz aqueles que pertenciam às sete categorias ou lugares sociais: pobres, mansos, aflitos, injustiçados, promotores da paz, perseguidos e injuriados, comprometer-se hoje com a ecologia integral poderia ser um caminho para a felicidade. Seria essa

¹ Hierarquia (*Hierarchia*) — “Conjunto de pessoas que são titulares do poder sagrado enquanto receberam o sacramento da Ordem Código de Direito Canônico, 1983, p. 390); “Cân. 1008 — Mediante o sacramento da ordem, por instituição divina, alguns de entre os fiéis, pelo carácter indelével com que assinalam, são constituídos ministros sagrados, isto é, são consagrados e deputados para que, segundo o grau de cada um, apascentem o povo de Deus, desempenhando na pessoa de Cristo Cabeça as funções de ensinar, santificar e reger. Cân. 1009 — § 1. As ordens são o episcopado, o presbiterado e o diaconato. Código de Direito Canônico, 1983, p. 179.

² BÍBLIA: 11. As coisas reveladas por Deus, contidas e manifestadas na Sagrada Escritura, foram escritas por inspiração do Espírito Santo. Com efeito, a santa mãe Igreja, segundo a fé apostólica, considera como santos e canônicos os livros inteiros do Antigo e do Novo Testamento com todas as suas partes, porque, escritos por inspiração do Espírito Santo (cf. Jo. 20, 31; 2 Tim. 3, 16; 2 Ped. 1, 19-21; 3, 15-16), têm Deus por autor, e como tais foram confiados à própria Igreja (1). Todavia, para escrever os livros sagrados, Deus escolheu e serviu-se de homens na posse das suas faculdades e capacidades (2), para que, agindo Ele neles e por eles (3), pusessem por escrito, como verdadeiros autores, tudo aquilo e só aquilo que Ele queria (4). (Constituição dogmática, *Dei Verbum*, n. 11).

³ Encíclica: Carta circular do papa aos bispos sobre dogma ou disciplina da Igreja. (*In*. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/enciclica>. Acesso em: 29-06-2021.

exortação suficiente para estruturar os sentidos perseguidos pelos sujeitos católicos contemporâneos?

Há ainda poucos estudos no âmbito das ciências da religião que refletem sobre as práticas de consumo entre católicos a partir da Encíclica *Laudato Si'*; essa, é a primeira Encíclica em 52 anos a ser escrita, não tendo como destinatários, simplesmente os católicos. Por se tratar de um tema tão atual e emergente, muitos autores detiveram-se a analisá-la em diversos ângulos, como Brito (2015), Edwards (2016), López (2016), Serraglio e Efig (2016), Maçaneiro (2015), Giuliadori; Malavasi; Núñez (2016), Murad (2017), Tomasi (2015), Gutiérrez (2016), Abreu (1996) e Turato (2019).

Mediante a análise dos 15 trabalhos encontrados sobre a Encíclica *Laudato Si'*, as abordagens tratam de diferentes aspectos: ecológicos; teológicos; morais e econômicos, sendo um deles voltado para refletir as questões de consumo. Com enfoque no consumo, Serraglio e Efig (2016) realizam uma análise a partir dessa carta Encíclica sobre o cuidado da casa comum. Ressaltam, em seu estudo, o caráter emergencial da revisão dos modos de consumo, fazem uma distinção entre consumo e consumismo diante da evolução da sociedade industrial, tratam da obsolescência e dos seus efeitos e abordam a premente necessidade de um consumo sustentável. Nesse sentido, a Encíclica traz uma nova “roupagem”, apelando para o cuidado da casa comum que passa por uma nova ética e moral que leva a uma prática solidária de consumo (SERRAGLIO; EFING, 2016, p. 1).

Portanto, segundo esses autores, o Papa é assertivo ao pôr, lado a lado, o ambiente humano e o ambiente natural, pois não se pode separar pobreza e conservação ambiental. Fazem notar, portanto, que é preciso voltar ao tema e sentido do bem comum a ser visto e repensado por todas as nações, que passa, sem dúvida, por uma necessidade de repensar a estrutura de poder. O atual sistema, segundo o Papa, não basta ser reformado, mas precisa ser revolucionado, um mercado global com administração local e uma transformação das finanças. Afinal, para ele, em um mundo globalizado, não se pode mais pensar em “caixas estanques”, ou seja, economia, ética e outra “caixa”, a natureza; nesse contexto, a política deve estar comprometida em criar elos entre essas esferas, instaurando uma relação de cooperação e mútuo respeito.

No âmbito acadêmico, as reflexões acerca da Encíclica, em sua grande maioria, detiveram-se ao aspecto ecológico, sem considerar o aspecto místico de uma

conduta pautada sob os alicerces do Evangelho de Jesus Cristo e na Doutrina Social da Igreja que, ao longo do tempo, tenta atualizar tal ensinamento.

Assim, busquei suprir essa lacuna a partir de uma investigação sobre como ocorre a relação da religião com o consumo nesse microcosmo autônomo, que, na esteira de Bourdieu (1989), estamos chamando de subcampo católico e a sociedade de consumo, refletindo como os católicos atualmente lidam com o desapego material e convivem com a lógica do descartável presente na sociedade de consumo, conforme relata Baudrillard (2001). Desse modo, proponho pesquisar como se dão as construções de sentido voltadas para o consumo na comunidade católica da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima, em Brasília, em relação aos princípios do campo cristão.

A motivação da pesquisa é averiguar a consonância da proposta fundante de Jesus Cristo em relação ao desapego presente nas Bem-Aventuranças, com a atual proposta da Doutrina Social da Igreja Católica, bem como perceber o quanto essa está presente nas escolhas de consumo dos fiéis.

A tese, no âmbito das Ciências da Religião no Brasil, pode contribuir para elucidar a posição da Igreja Católica frente ao consumo e sua proposta de intervenção para que se construa a mudança urgente e necessária para a implantação da ecologia integral. Além de perspectivar em que medida a instituição católica permanece como estruturadora das subjetividades e práticas, notadamente, de consumo de seus fiéis.

Tomo como pressuposto teórico-metodológico as acepções de Pierre Félix Bourdieu, um sociólogo francês que viveu durante o século XX e que, a partir de um estruturalismo construtivista genético, busca criticamente desvelar as articulações sociais, por meio de uma análise dos mecanismos de dominação, da produção de ideias e da gênese das condutas. A riqueza de seu método está na sua capacidade de articular as escolas de pensamento clássicas⁴, rejeitando a redução objetivista que nega a prática dos agentes e se interessa apenas pelas relações de coerção; ele também rejeita o determinismo e a estabilidade das estruturas, “mas mantém a noção de que o sentido das ações mais pessoais e mais transparentes não pertence ao sujeito que as perfaz, senão ao sistema completo de relações nas quais e pelas quais elas se realizam” (BOURDIEU *et al.* , 1990, p. 32). Bourdieu, em suas pesquisas, procurou, segundo Thiry-Cherques (2006), buscar o que subjaz ao social. Assim,

⁴ Estruturalismo de Lévi-Strauss e Saussure, funcional-estruturalismo de Durkheim, marxismo de Marx a Althusser, fenomenologia de Husserl e Shcultz, individualismo metodológico e sociologia compreensiva de Weber, entre outros. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=59&Itemid=171. Acesso em: 10 jan. de 2020.

“estruturas são produto de uma gênese social dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 28). São, portanto, permanentemente constituídas, pois toda ideia e conceito provêm de uma realidade.

Na perspectiva bourdieusiana as ideias são oriundas das condições em que são geradas, o que chama de “constrangimentos estruturais” (BOURDIEU *et al.* 1990, p.14). Por isso o referido autor rejeita as categorias usadas pelo positivismo, na medida que essas privam de “luz” o fato social; não se pode somente analisar o que o indivíduo mostra, é preciso verificar o que o leva a agir dessa ou de outra forma. Assim, metodologicamente, esta investigação, na esteira de Bourdieu, procura, dentro de um construtivismo fenomenológico, apreender a estrutura historicizada que se impõe sobre os pensamentos e as ações dos agentes quando se relacionam com as instituições, considerando “a existência, a consciência, as práticas e as ideologias, a matriz determinante do indivíduo” (BOURDIEU, 1992; p. 188-190).

Esse processo de estruturação ocorre dentro de determinados campos, onde cada indivíduo ou grupo ocupa um lugar específico com disposições próprias, o que se denominou como *habitus*, ou seja,

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (BOURDIEU, 1983, p. 65).

O *habitus* possui a função de organizar e gerar as práticas e representações, ele é produzido pela história construída tanto individual como coletivamente.

Aos poucos as noções como a de *habitus* nasceram da vontade de lembrar que, ao lado da norma expressa e explícita ou do cálculo racional, existem outros princípios geradores das práticas. Para saber o que as pessoas fazem é preciso supor que elas obedecem a uma espécie de "sentido do jogo", como se diz em esporte, e, para compreender suas práticas, é necessário reconstruir o capital de esquemas informacionais que lhes permite produzir pensamentos e práticas sensatas e regadas sem a intenção de sensatez e sem uma obediência consciente a regras explicitamente colocadas como tal (ANDRADE, 2006, p. 104).

Ao interno do grupo pode haver variantes conforme a posição ocupada pelos indivíduos. Ao mesmo tempo em que as práticas podem ser infinitas, elas não fogem muito do que é estabelecido pelo grupo de pertença, já que cada campo possui uma lógica e uma legislação próprias.

A partir do *habitus* identifica-se a ação social nas relações entre as estruturas incorporadas de ação e as estruturas objetivas – regras de ação, educação formal, gostos, relações de produção e concorrência – de cada espaço social (campos) (ANDRADE, 2006, p. 105).

O indivíduo apreende um *habitus*, e esse está em constante negociação com as situações que se apresentam. Nesse sentido, a sociedade caracteriza-se como um “campo de batalha”.

Bourdieu leva até as últimas consequências a imagem da sociedade como um *campo* de batalha operando com base na força e no sentido, onde as posições dos agentes se encontram fixadas anteriormente, definindo-se como o *focus* da luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que distinguem a área em questão. Cada campo é caracterizado por mecanismos específicos de capitalização dos recursos legítimos que lhe são próprios. Não há, então, para Bourdieu, uma espécie de capital como tendencialmente para Marx e os 'marxistas' (o capital econômico), mas uma pluralidade de capitais (capital cultural, capital político, etc.). Não se tem uma representação unidimensional do espaço social, mas sim uma representação pluridimensional: ele é composto por uma pluralidade (ANDRADE, 2006, p. 109).

Cada campo se fundamenta em um capital simbólico reconhecido pelos componentes desse mesmo campo. Interno ao mesmo, há dominantes e dominados e tal distinção se dá tanto entre os agentes ao interno do grupo quanto entre os grupos.

O capital simbólico se constitui em bens que são usados para legitimar a visão de quem domina o grupo. A esse capital se une o poder simbólico que, somados, se impõem e se esmeram em perpetuar o próprio poder.

De um lado dos dominantes, todas as estratégias têm compromisso com o silêncio, discrição, segredo, reserva: quanto ao discurso ortodoxo, sempre extorquido essencialmente defensivas, visam conservar a posição ocupada, portanto, perpetuar o *status quo*, ao manter e fazer durar os princípios que servem de fundamento à dominação. Os dominantes pelos questionamentos dos novos pretendentes e impondo pelas necessidades da retificação, não passa nunca da afirmação explícita das evidências primeiras que são patentes e se portam melhor sem falar delas. [...] Quanto aos dominados, estes só terão possibilidades de se impor no mercado através de estratégias de subversão que não poderão prodigalizar, [...] A divisão do campo em dominantes e dominados implica uma distinção entre ortodoxia e heterodoxia (BOURDIEU, *apud* ANDRADE, 2006, p. 16).

Dentro do campo, quem possui tanto a força material como a simbólica se impõe. O campo possui subcampos que competem entre si e são nutridos pelas ideologias. Todo campo é regido por três leis gerais: por um objeto de luta comum; por agentes dispostos a vivenciar as regras (submeter-se) e pela unidade dos agentes em torno dos valores e das qualidades.

Assim, se acredita que é possível dentro do campo religioso pensar em um subcampo católico, na medida em que o catolicismo se consolida institucionalmente de forma universal, ultrapassando os limites territoriais de suas origens, pelo menos no Ocidente. Esse campo, como os demais, possui regras próprias, é sustentado e

delimitado pelos valores consensuados (*doxa* e *nomos*) pelas lutas entre os agentes que ocupam diferentes e relacionais posições sociais no campo (dominados e dominantes), os embates advêm das diferenciações referente ao *habitus*, já que os sujeitos participam de mais de um campo. “De forma que, em cada campo, o *habitus*, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o *habitus*” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31). Portanto, a concepção de estrutura de Bourdieu é relacional, dinâmica, genética ou construtivista, logo, não é fixa, pois se constitui das práticas, relações históricas que dependem tanto das estruturas mentais quanto das estruturas objetivas e, ambas estão correlacionadas.

Se de um lado o indivíduo é influenciado pela estrutura, resta sempre o seu toque particular que é dado pelo *habitus*. O conjunto dos *habitus* leva às práticas e representações, a um modo de existir, e esse não se submete a razões teóricas, tal é apreendido na interação social e direciona e organiza essas relações. O *habitus* “é condicionante e é condicionador das nossas ações” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 33). Ao perceber, julgar, valorar e agir faz-se uso do *habitus*, que é constituído pelo *ethos* (valores), pelo *hégis* (princípios interiorizados) e pelo *eidos* (modo de pensar). O *habitus*, está relacionado com ação: estruturas (jeito de ser), estruturantes (jeito de agir-práticas e representações) e estruturadas (pelos campos ao qual o indivíduo teve acesso); portanto, não é algo superficial, o *habitus* é infraconsciente, individual e coletivo. Assim, “O *habitus* é a internalização ou incorporação da estrutura social, enquanto o campo é a exteriorização ou objetivação do *habitus* (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 36).”

Logo, a posição que um agente ocupa no campo determina a forma de consumir, de produzir e de acumular. É importante ressaltar a ênfase dada ao consumo como estratificador no campo, o que parece muito claro já que realmente o que e como se consome nos aproxima de relações afins. Para consumir é preciso ter capital (interesses postos em jogo), quanto mais capital maior as chances de se posicionar como dominante do campo, logo, dentro do campo há lutas (relação de força) por posição. Essa posição pode ser “tanto explícita, material e política, como travada no plano simbólico e que coloca em jogo os interesses de conservação (a reprodução) contra os interesses de subversão da ordem dominante no campo” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 37).

Assim, no seio de cada campo as relações entre os componentes são de conflito (dominante-dominado), a imposição de um grupo sobre outro ocorre por meio

do que Bourdieu chamou de violência simbólica. “A violência simbólica, doce e mascarada, se exerce com a cumplicidade daquele que a sofre, das suas vítimas. Está presente no discurso do mestre, na autoridade do burocrata, na atitude do intelectual” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 37). Desta forma, as perícopes e os ensinamentos bíblicos no âmbito da Igreja Católica se processam em tom de violência simbólica; resta-nos saber se no seio do campo católico a imposição desse capital é suficiente para estruturar os *habitus* dos crentes dessa religião, ou se outros tipos de capitais, como a aquisição exacerbada de bens de consumo, também exercem poder nessa subjetivação.

A distinção social entre dominantes e dominados desse campo é reproduzida por meio dos bens, dos códigos, da linguagem, do pensamento e das crenças, já que estes acionam em cada sujeito dominado a *illusio*, ou seja, um poder motivador que mobiliza subjetivamente e volitivamente os sujeitos para a mimese desses códigos (MARINHO, 2016). Esse processo de incorporação desses capitais do campo ocorre de forma infraconsciente, já que os membros, por estarem dentro, não têm visão objetiva. A apropriação, material, cultural ou subjetiva, dos capitais do campo conferem aos sujeitos pertencentes a ele identidade, indicando aos seus portadores seu capital simbólico, seu lugar no estrato social.

Ao interno do campo há concorrência e dominação, que se dá pela diferença do capital acumulado entre os membros, essas se dão por meio de estratégias (“relação infraconsciente entre um *habitus* e um campo” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 39) que podem ser de conservação ou de subversão da estrutura social. Essas distinções entre os membros fazem com que dentro do campo passem a coexistir subcampos (em embate pelo poder). Cada campo tem suas normas e seus membros que são selecionados conforme o capital pessoal.

Assim, cada campo e subcampo está inter-relacionado com os outros e os mesmos não são independentes. “Os campos são articulados entre si, não só pela interpenetração dos efeitos dos conflitos, mas pela contaminação das ideias, que criam homologias, como a do “mercado da arte” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40). O *habitus* do campo condiciona a interpretação de tudo que esse recebe dos outros campos.

Desse modo, metodologicamente, é salutar tratar o campo como um fato social, o que requer indagar e construir um quadro de referência sobre o qual o mesmo está alicerçado. Acredito que esse quadro de referência, ampara-se nos ensinamentos bíblicos deixados por Cristo, a partir das Bem-Aventuranças e é atualizado pelo atual

líder desse campo, o Papa Francisco, a partir de seus escritos, notadamente o *Laudato Si'*. No entanto, por mais que o *habitus* seja fruto de um meio social, o agente (sujeito para Bourdieu) experimenta autonomia, pois há modos diferenciados possíveis diante do que o campo propõe sem, contudo, infringir as regras do jogo que lhe é imposto.

Além disso, no contexto contemporâneo, onde há um intenso processo de globalização tecnológica e mundialização cultural, a comunicação e o trânsito de bens, de pessoas, serviços, informações favorece o contato com outras instituições (pertencentes cada qual a um campo) que não apenas as religiosas e familiares.

Há também de se considerar que existem agentes que se dedicam exclusivamente à difusão e instauração da crença. Na Igreja católica, há os sacerdotes que se encarregam do “desenvolvimento da necessidade de moralização e de sistematização das crenças e das práticas religiosas” (BORDIEU, 1998, p. 34). Tal trabalho se desenvolve concomitantemente ao trabalho industrial e atrela-se ao desenvolvimento urbano.

Os processos de ‘interiorização’ e ‘racionalização’ dos fenômenos religiosos e, em particular, a introdução de critérios e imperativos éticos, a transfiguração dos deuses em poderes éticos que desejam e recompensam o ‘bem’ e punem o ‘mal’, de modo a salvaguardar também as aspirações éticas, e mais o desenvolvimento do sentimento do ‘pecado’ e o desejo da ‘redenção’, eis aí alguns dos traços que se desenvolveram, via de regra, paralelamente ao desenvolvimento do trabalho industrial, quase sempre em relação direta com o desenvolvimento urbano (WEBER, *apud* BOURDIEU, 1998, p. 35).

O clero citadino estrutura e cria as religiões racionalizadas, o que não ocorreu na *pólis* mediterrânea, e, em outras palavras, clero hierocrático. Como exemplo dessa racionalização, cito a organização sacerdotal do judaísmo que permite certo monopólio e o fortalecimento que pode levar à extinção das religiões concorrentes.

Portanto, a religião passa a ser autônoma em relação à economia da sociedade, pois houve um processo de sistematização e de moralização das práticas e das representações religiosas. Para tanto: fortalece o mito; cria tabus; apregoa um Deus.

O monoteísmo se instaura em uma sociedade que já divide o trabalho e conseqüentemente funções religiosas, isso se dá por dupla negação, supressão das condições econômicas e a constituições progressivas de um campo religioso

relativamente autônomo. Deixa-se a ordem da magia para intensificar a ordem moral, cabe ao sacerdote substituir a mitologia pela teologia e a filosofia.

O sacerdote aprende a arte de enfeitar a palavra/linguagem exercendo encantamento. Passa a ser “competência específica necessária à produção ou à reprodução de um ‘*corpus*’ deliberadamente organizado de conhecimentos secretos” (BORDIEU, 1998, p. 38). Portanto, superiores ao leigo que é aquele que não sabe que se instaura a divisão dentro da religião. O sacerdote tem o capital religioso. Ocorre então a “‘pauperização’ religiosa e a separação simbólica entre o saber sagrado e a ignorância profana que o segredo exprime e reforça” (BORDIEU, 1998, p. 40).

É possível afirmar, portanto, que as formações sociais podem se diferenciar de um lado, pelo autoconsumo religioso e, de outro, pela monopolização completa da produção religiosa. Com o passar do tempo a sociedade vai mudando seus conceitos acerca do que seja sagrado e profano, religioso e magia. A distinção da estrutura se dá pela distribuição do capital cultural. A religião funciona como princípio de estruturação: constrói a experiência, consagra (rituais) e passa a exercer poder. Por exemplo: o sacerdote é um homem comum ao qual é dada uma função específica. Prepara-se, é consagrado, e a ele se atribuem poderes; se tem poder, logo, tem o domínio.

Há, portanto, uma divisão nítida de quem sabe, ou seja, “domina” e quem não sabe, ou seja, “obedece”. Nessa lógica de divisão de trabalho da sociedade, um exemplo é a celebração eucarística, onde só o sacerdote pode consagrar; os outros, portanto, submetem-se a ele.

Se a religião cumpre funções sociais, tornando-se, portanto, passível de análise sociológica, tal se deve ao fato de que os leigos não esperam da religião apenas justificações capazes de livrá-los da angústia existencial, bem como, da contingência existencial e, ainda, da contingência da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento e da morte.

Diante do exposto, a religião exerce fortemente um papel social: 1) assistencial: suspensão dos limites; 2) justificação: explicando o porquê da condição em que se encontra.

[Bourdieu] afirma que a constituição do campo religioso está associada às transformações tecnológicas, econômicas e sociais, correlatas ao desenvolvimento das cidades e aos progressos da divisão do trabalho e à aparição da separação do trabalho em intelectual e manual. Isso implicaria ontologicamente a emergência de um campo religioso – portanto, de um *habitus* – relativamente autônomo e o desenvolvimento de uma necessidade de “moralização” e de “sistematização” das crenças e práticas através das *ideologias religiosas* (BOURDIEU, 1998). Isso implica que quando os

produtores de bens simbólicos são pouco a pouco dispensados a realizarem o trabalho material para se sustentarem, ou quando passam a ser reconhecidos socialmente como únicos habilitados a produzir, reproduzir, gerir e distribuir os bens religiosos, reside aí nesse processo o princípio da constituição de um campo religioso (SILVEIRA; ANDRADE; PESSOA, 2019, p.789).

Quando a vivência religiosa passa de uma questão coletiva para uma situação individual, segue a lei do mercado, robustece-se o “destino”, e ela passa a ser conquista pessoal. Os interesses religiosos legitimam as posses, as funções, as relações e a divisão do trabalho. Reproduz-se a divisão entre sacerdote e leigo e, ainda, a concorrência entre os sacerdotes e entre as religiões. Quanto mais adequado for o discurso em relação aos interesses da sociedade, mais este sacerdote terá “segurança”. Seus discursos e doutrinas, portanto, não “batem de frente” com os sistemas. Ao contrário, justificam a hegemonia e reforçam a submissão e a conformação.

Para manter-se é preciso que haja uma eficácia simbólica de práticas e representações, onde os reais interesses não são revelados. Os fiéis se submetem porque tal qual um espelho a religião reflete o que está legalizado na sociedade.

O promotor da crença deve crer e ter carisma, anúncio, vivência para ter credibilidade. Nem sempre, porém, a vivência é real, por vezes pode ser aparente, apenas para cumprir seu papel social.

As religiões podem se impor fazendo o uso do domínio dos corpos e das mentes; passando a agir sobre o que é estabelecido, ajustam ao que a sociedade ambiciona. Se a religião carece de fiéis ela precisa ter o domínio sobre eles, e ao mesmo tempo deve combater as influências externas, “as seitas”. A igreja se caracteriza pela: hierarquização das suas funções, racionalização das funções, codificação das regras, instrumentalização do trabalho (dogmas-liturgia-formação).

A lógica do mercado de bens religiosos é tão sólida que todo reforço do monopólio da Igreja, isto é, toda a extensão ou aumento do poder temporal e espiritual do corpo sacerdotal sobre os leigos (por exemplo, a evangelização), implica em uma duplicação das concessões feitas tanto na esfera do dogma como na esfera da liturgia a representações religiosas dos leigos assim recrutados.

A abordagem de Bourdieu auxilia na percepção acerca da influência que o sacerdote possui na formação moral e ética dos fiéis; seus discursos podem conservar ou transformar atitudes. Tal influência não se dá mais só por meio da pregação presencial, mas no tempo presente, e mais ainda em meio à Pandemia da Covid 19,

tal influência ocorre por meio da mídia e pelas redes sociais que têm corroborado na difusão do modo de ser católico.

Portanto, cada agente traz impresso em seu corpo e na sua mente o seu *habitus* apreendido, e se move e age impelido pelo mesmo. Pode-se dizer que o *habitus* é tanto individual como coletivo, pois transita entre as estruturas objetivas e as posturas individuais, é também a “interiorização da objetividade social que produz uma exteriorização da interioridade” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 35). Como dito anteriormente, o *habitus* forja o “nosso jeito” de ser e estar na sociedade.

Logo, acredito que este marco teórico-metodológico possibilita apreender a gênese social das condutas individuais, a partir da consideração da história e das determinações dos indivíduos e das instituições sociais. A partir de uma “atitude fenomenológica”, entendo o objeto como um todo e a ele se integra a reflexão sobre a atitude, tanto dos agentes quanto dos pesquisadores. Esta análise se debruça, portanto, sobre a construção do catolicismo e do consumo e os fatos sociais que constroem a realidade social de forma estrutural, sendo que a formação de ideias é tributária das suas condições de produção e os atos e os pensamentos dos agentes se dão sob “constrangimentos estruturais”.

Entendo que tanto as perícopes das Bem-Aventuranças, quanto a Encíclica da *Laudato Si'*, podem ser interpretadas como elementos constitutivos da linguagem de comunicação do campo católico. Por outro lado, é preciso perspectivar que a sociedade do consumo se estrutura no desenvolvimento histórico dos campos econômico, político, cultural e social e, como fato social passa também a gerar diretrizes de ações e pensamentos. Tais diretrizes podem ou não, atingir os agentes (dominantes) do campo buscando delinear a *doxa* do campo, ou seja, o senso comum desse campo, a fim de promover os “constrangimentos estruturais” que também delinearão os *habitus* dos crentes e fiéis católicos (dominados).

Para tanto, ao analisar esse fato social (catolicismo) busco indagar e construir um quadro de referência sobre o qual ele está alicerçado, e que possibilita perceber os entrelaçamentos entre o *habitus* e o campo, sujeitos pertencentes ao campo católico. Logo, esse fenômeno precisa também ser compreendido, a fim de perceber como ele tem promovido constrangimentos estruturais aos sujeitos contemporâneos, católicos ou não.

Assim, busco na interação entre os agentes católicos (indivíduos e os grupos) e as instituições sociais católicas e não católicas, encontrar uma estrutura historicizada que se impõe sobre os pensamentos e as ações que moldam as relações

de consumo entre os indivíduos. Desse modo, nas relações entre as condições da existência, encontro a consciência, as práticas e as ideologias que residem na matriz determinante do indivíduo, e que configura suas práticas de consumo. Dito de outra forma, parto do pressuposto de que a dinâmica social se dá no interior de um “campo”, um segmento do social, – interessam aqui as dinâmicas de consumo desencadeadas a partir do estabelecimento do subcampo católico, – cujos agentes, ou seja, indivíduos e grupos têm “disposições” específicas, a que Pierre Bourdieu denomina de *habitus*.

O campo é delimitado pelos valores ou formas de capital que lhe dão sustentação, logo busco compreender tais valores, bem como as formas de capital do campo católico, a fim de apreender sua prática. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Assim, interessa também perspectivar as estratégias de conservação do campo católico e a capacidade desse campo em exercer violência simbólica (autoridade) sobre os agentes a fim de manter a *doxa* (senso comum) do campo.

Acredito, que no caso do campo católico, os discursos de Jesus Cristo perpetuados na Bíblia, bem como as encíclicas produzidas pelos Papas⁵ e as

⁵Assim como, por instituição do Senhor, S. Pedro e os restantes Apóstolos formam um colégio apostólico, assim de igual modo estão unidos entre si o Romano Pontífice, sucessor de Pedro, e os Bispos, sucessores dos Apóstolos. A natureza colegial da ordem episcopal, claramente comprovada pelos Concílios ecumênicos celebrados no decurso dos séculos, manifesta-se já na disciplina primitiva, segundo a qual os Bispos de todo o orbe comunicavam entre si e com o Bispo de Roma no vínculo da unidade, da caridade e da paz; e também na reunião de Concílios, nos quais se decidiram em comum coisas importantes, depois de ponderada a decisão pelo parecer de muitos; o mesmo é claramente demonstrado pelos Concílios Ecumênicos, celebrados no decurso dos séculos. E o uso já muito antigo de chamar vários Bispos a participarem na elevação do novo eleito ao ministério do sumo sacerdócio insinua-a já também. É, pois, em virtude da sagração episcopal e pela comunhão hierárquica com a cabeça e os membros do colégio que alguém é constituído membro do corpo episcopal. Porém, o colégio ou corpo episcopal não tem autoridade a não ser em união com o Romano Pontífice, sucessor de Pedro, entendido com sua cabeça, permanecendo inteiro o poder do seu primado sobre todos, quer pastores quer fiéis. Pois o Romano Pontífice, em virtude do seu cargo de vigário de Cristo e pastor de toda a Igreja, tem nela pleno, supremo e universal poder que pode sempre exercer livremente. A Ordem dos Bispos, que sucede ao colégio dos Apóstolos no magistério e no governo pastoral, e, mais ainda, na qual o corpo apostólico se continua perpetuamente, é também juntamente com o Romano Pontífice, sua cabeça, e nunca sem a cabeça, sujeito do supremo e pleno poder sobre toda a Igreja, poder este que não se pode exercer senão com o consentimento do Romano Pontífice. Só a Simão colocou o Senhor como pedra e calvário da Igreja (cfr. Mt. 16, 18-19), e o constituiu pastor de todo o Seu rebanho (cfr. Jo. 21, 15 ss.); mas é sabido que o encargo de ligar e desligar conferido a Pedro (Mt. 16, 19), foi também atribuído ao colégio dos Apóstolos unido à sua cabeça (Mt. 18, 18; 28, 16-20). Este colégio, enquanto composto por muitos, exprime a variedade e universalidade do Povo de Deus e, enquanto reunido sob uma só cabeça, revela a unidade do redil de Cristo. Neste colégio, os Bispos, respeitando fielmente o primado e chefia da sua cabeça, gozam de poder próprio para bem dos seus fiéis e de toda a Igreja, corroborando sem cessar o Espírito Santo a estrutura orgânica e a harmonia desta. O supremo poder sobre a Igreja universal, que este colégio tem, exerce-se solenemente no Concílio Ecumênico. Nunca se dá um Concílio Ecumênico sem que seja como tal confirmado ou pelo menos aceite pelo sucessor de Pedro; e é prerrogativa do Romano Pontífice convocar estes Concílios, presidi-los e confirmá-los. O mesmo poder colegial pode ser

discussões nos Concílios⁶, contêm os elementos simbólicos indicativos desse capital e autoridade, ou seja, do que se estabelece como senso comum (*doxa*) do campo.

Nessas lutas são levadas a efeito “estratégias” não conscientes, que se fundam nas práticas individuais e dos grupos em conflito, incluindo os demais campos de atuação aos quais os agentes têm acesso (como o econômico, o político, o cultural, o familiar etc.). Os determinantes das condutas individual e coletiva são as posições particulares de todo agente na estrutura de relações. Em cada campo, o *habitus*, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o *habitus*.

Assim, a hipótese que levanto é de que as identidades dos católicos apostólicos romanos, como propõe seu corpo doutrinal, conflitam com a proposta da sociedade de consumo, já que a profusão de informações, serviços e bens das sociedades globalizadas contemporâneas promovem uma abundância de referências que dificultam o processo de incorporação doutrinário, pelo menos em termos de práticas. Ao mesmo tempo, proponho a avaliação quanto a capacidade do campo católico em disseminar seus princípios doutrinários e garantir coesão entre os crentes dessa religião, conforme o *habitus* do campo.

Seguindo na ótica da mudança social que transforma a identidade, LEGÉR (2008), ao constatar esse movimento da religião, se questiona sobre as características da modernidade que influenciaram o enfraquecimento social e cultural da religião e pontua essas características: adaptação dos meios aos fins, não basta herdar, precisa conquistar; – o pensar precisa ser submetido ao método científico; – ciência como esclarecedora (porém não ocorreu); – cisão com a tradição. Afirma que tal objetivo da ciência não foi conseguido, já que irracionalidade do sistema econômico; não conseguiu impor-se em toda a sociedade; – afirma, porém que houve cisão: Nessas sociedades, o político e o religioso se separam; o aspecto econômico e o doméstico se dissociam; a arte, a ciência, a moral, a cultura constituem igualmente registros distintos nos quais os homens realizam sua capacidade criativa (LEGÉR, 2008, p. 33).

exercido, juntamente com o Papa, pelos Bispos espalhados pelo mundo, contanto que a cabeça do colégio os chame a uma ação colegial ou, pelo menos, aprove ou aceite livremente a ação conjunta dos Bispos dispersos, de forma que haja verdadeiro ato colegial (CAiC, 1997, n 22).

⁶Assembleia do alto clero para tomar decisões disciplinares ou de fé. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/conc%C3%ADlio>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Fato que essas esferas se emanciparam da tutela de tradição religiosa, cada qual com uma lógica própria, porém, não autônomas, já que o econômico pervade todas as dimensões. A isso se dá o nome de laicização, a religião “não dá mais as cartas”, não que tenham feito em todas as sociedades.

Não se permite mais que a religião determine as consciências, crer passou a ser opção pessoal, separou-se o que é público do que é privado. O ser humano tornou-se sujeito que se submete as leis do estado, mas é livre na vida pessoal. Porém, não quer dizer que religião e modernidade sejam incompatíveis, particularmente no Ocidente a religião se reformulou e continua influenciando.

Legér (2008) tenta buscar na Aliança de Deus com o povo de Israel as bases da autonomia, pois a aliança requer compromisso de ambas as partes. Tal aliança com o cristianismo se estendeu a toda a humanidade. Mesmo que a Igreja seja mediadora, a opção é pessoal para ele, portanto, o judaísmo e o cristianismo colocaram as bases para o conceito moderno de sujeito.

A modernidade, portanto, ao mesmo tempo rompe e não rompe com a visão religiosa. A modernidade gerou novas necessidades e não conseguiu exauri-las, causando permanentemente insatisfação. Gerou novas utopias prometendo “um mundo de abundância e de paz, finalmente, realizado”.

Gerou-se uma insaciabilidade de conhecer, de comunicar cada vez mais rápido, abrindo espaço para a produção imaginária. Tal sede busca preencher o vazio de existência. Há, no entanto, uma expectativa a ser respondida, eis a intenção das novas férias de religiosidade, as chamadas religiosas – seculares - de políticas - de técnica- e de produção.

Para Legér (2008) é errado dizer que houve um retorno ao religioso, pois no fenômeno atual há crença (necessária diante das incertezas que se apresentam), na não religião. Nessa crença faz-se uma bricolagem, marcada pela “tendência geral à individualização e à subjetividade das crenças religiosas”. Dissociou-se a crença da prática.

O próprio conceito de Deus não é mais o mesmo, tornou-se “força superior”. Faz-se uma composição com as práticas que interessam. Essa mistura fez com que a fronteira entre católicos e não católicos, os que creem e os que não creem não seja tão distinta.

Os que se possuem uma prática religiosa não se dedicam a uma prática única. “A crença não desaparece, ela se desdobra e se diversifica, ao mesmo tempo em que rompe, com maior ou menor profundidade, de acordo com cada país, os dispositivos

de seu enquadramento institucional” (LEGÉR, 2008, p.44). Não há busca por respostas além dessa vida, as necessidades são imediatas e não há respostas certas.

Portanto, para esse autor, a identidade não é mais determinada pelo fator religioso, esse existe, mas divide espaço com outros e a crença não interfere mais na prática. Esse aspecto será verificado na comunidade da Igrejinha de Fátima.

Assim, surge outra hipótese, qual seja, a que haveria um desconhecimento sobre a Doutrina Social⁷ da Igreja Católica Apostólica Romana, particularmente da Encíclica *Laudato Si'*, sobre o cuidado da casa comum (FRANCISCO, 2015), o que leva os fiéis católicos a terem uma atitude prática diferente da orientação doutrinal. A Encíclica traz um apelo do Papa Francisco para que a humanidade inteira assuma um compromisso ético com a preservação da natureza e o cuidado da casa comum; para que isso aconteça, é preciso rever a própria forma de consumo e de uso dos bens materiais.

Nessa perspectiva, o desconhecimento do corpo doutrinal delimitado desde o surgimento do que estou chamando de subcampo católico, faz com que os fiéis assumam práticas que não condizem com a fé que professam.

Metodologicamente, busco apreender as súplicas dos fiéis a Deus e à Nossa Senhora de Fátima, padroeira de uma comunidade que se caracteriza com uma estrutura de classe média em uma região de Brasília - DF. Por meio das cartas de intenções deixadas na Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima e das respostas ao questionário dirigido, busco apreender quais são os desejos de consumo dos fiéis e como cada um vivência e conhece a Doutrina Social da Igreja.

Observa-se um aparente desconhecimento em profundidade, tanto dos fundamentos da ética cristã, como das exortações atuais da Igreja Católica Apostólica Romana, que acarretam uma prática de consumo muito distante de tais princípios, o que denotaria que realmente o “frequentar” não significa necessariamente uma pertença transformadora que passe a influenciar as escolhas de consumo do fiel cristão.

Essa pesquisa é justificada por considerar que a análise sobre a relação entre consumo e religião, especificamente da Igreja Católica Apostólica Romana, é atual e relevante na contemporaneidade, pois, devido à globalização, encontramos imersos na sociedade de consumo, como afirma Baudrillard (1995). Segundo ele, “o consumo surge como modo de atividade sistemática e de resposta global, que serve de base a todo nosso sistema cultural” (BAUDRILLARD, 1981, p. 11).

⁷ Que abordaremos em detalhes no Capítulo 1.

Em decorrência disso, os sujeitos contemporâneos se endividam, se estressam e, o que parece pior, chegam a identificar-se com o que consomem, sentindo-se superiores ou inferiores segundo a possibilidade que têm de consumir. Diante desse cenário, a Igreja Católica Apostólica Romana tem proposto aos fiéis um caminho de consumo consciente⁸. Papa Francisco evidencia isso ao introduzir a Encíclica mencionando as falas de seus predecessores, sempre na ótica de uma ecologia integral, vinculando à noção de sustentabilidade⁹.

A proposta para a construção da tese será de buscar, nos mais diversos campos do saber, conhecimentos que possam vir a contribuir com a realização dos objetivos propostos, adotando, sobretudo, a forma de abordagem do tipo qualitativa.

Ghedin e Franco (2011), ao descreverem as características da pesquisa qualitativa, afirmam que, nesta, “o cotidiano passa a ser percebido como espaço significativo, cultural, em que os seres humanos constroem sua existência e se fazem transformadores das circunstâncias” (GHEDIN E FRANCO 2011, p. 62).

Para compreender as diretrizes que a Igreja Católica, ao longo do tempo, definiu sobre as relações de consumo, realizei pesquisa bibliográfica e documental. Na interpretação das Bem-Aventuranças, perícopo fundante, busquei empregar a hermenêutica psicológica, que busca reconstruir a produção e tornando consciente o que o próprio autor não tenha explicitado.

A hermenêutica era um método com regras próprias para a interpretação de textos que auxiliava quem desejava debruçar-se na interpretação de um texto; após a contribuição de Heidegger (2006) e de Gadamer (1997), ela deixou de ser simplesmente a arte de interpretar textos, para tornar-se um método que favorece o

⁸ O termo consumo consciente foi utilizado, pela primeira vez, na Agenda 21, CNUMAD, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro, onde as discussões versaram sobre o consumidor e os impactos do consumo no meio ambiente. Na Rio 92, como ficou popularmente conhecida essa reunião, aparecem os termos: consumo consciente, consumo responsável, consumo ético e consumo verde. A ONU propôs o consumo sustentável e a necessidade de mudança do sistema produtivo; a proposta tem por base três dimensões: social, ambiental e ética. Cf. Disponível em: <https://www.politize.com.br/eco-92/>. Acesso 20 jan. de 2020.

⁹ O conceito de sustentabilidade foi tecido a partir da década de 1970 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (*United Nations Conference on the Human Environment – UNCHE*), realizada em Estocolmo, no mês de junho de 1972, a primeira conferência da ONU sobre o meio ambiente. Porém, foi em 1987 que o termo “Desenvolvimento Sustentável” foi utilizado pela primeira vez na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMMAD), no relatório intitulado “Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum”. Cf.: Disponível em: nado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/ecodesenvolvimento-conceito-desenvolvimento-sustentavel-relatorio-brundtland-onu-crescimento-economico-pobreza-consumo-energia-recursos-ambientais-poluicao.aspx. Acesso em 20 jan. de 2021.

compreender e acontecer, vai além do método (refere-se ao método científico), busca encontrar a verdade sobre os fatos e essa para ele ultrapassa o método. Pois as ciências do espírito (as ciências humanas) não podem, segundo ele, ser encerradas em constatações empiristas “nesse sentido a hermenêutica gadameriana possui um forte aspecto prático visto que compreender não é um mero acúmulo de saber, mas deve refletir no modo como vivemos” (PONTES, 2016, p. 21). Dessa forma, Gadamer refuta o pensar de Friedrich Schleiermacher, que afirmava que a interpretação devia partir da linguagem (essa concordava, segundo ele, com o pensamento). Schleiermacher fazia uso da filologia, para a interpretação de textos sagrados e jurídicos, procurando compreendê-los. Já a hermenêutica tecida por Gadamer implica ter uma compreensão mais ampla, pois, segundo Pontes (2016): “A hermenêutica gadameriana é pensada a partir do nosso ser finito formado pela história e pela linguagem, cuja questão se dirige para a compreensão como apreensão de sentido” (PONTES, 2016, p. 24).

Na sua visão, o sujeito e o objeto são inseparáveis, não há separação entre a *res cogitans* e a *res extensa* defendido por Descartes. Gadamer argumenta contra essa criação filosófica de uma consciência isolada em si, e afirma, na “primazia da autoconsciência frente à consciência de mundo” (GADAMER, 2011, p. 103 [84] *In.*); a consciência já é sempre consciência de algo, já é sempre em relação a algo” (PONTES 2016, p. 26).

Portanto, Gadamer defende que a consciência é afetada pelas crenças, preconceitos (positivos ou negativos-condicionamentos), pressuposições acumuladas ao longo da história, a compreensão atual pressupõe vivências anteriores, daí o valor que ele dá à tradição que configura tanto as ações como os pensamentos. Sem, contudo, buscar a essência do ser que compreende como fizera Heidegger “uma ação da subjetividade e mais como um retroceder que penetra num acontecimento da tradição, onde se intermedeiam constantemente passado e presente” (GADAMER, 2008, p. 385 [295] *In.* PONTES, 2016, p. 29).

Para Gadamer a razão “não é dona de si mesma, pois está sempre referida ao dado no qual exerce sua ação” (GADAMER, 2008, p. 367 [280]); *In.* PONTES, 2016, p. 30). Isso posto é preciso buscar a autotransparência histórica, mesmo que limitada e sujeita a reinterpretções permanentes.

Segundo Pontes, “Gadamer configura a compreensão filosoficamente como o “caráter ontológico original da própria vida humana” (GADAMER, 2008, p. 348 [264])”

op, cit PONTES, 2016, p. 31). Considera, portanto, que sujeito e objeto, consciência e história, se pertencem mutuamente.

Ao contrário do que pensava a hermenêutica romântica para a qual a compreensão de um texto se dava pela reconstrução da intenção de seu autor, para Gadamer o compreender não pretende alcançar o que o sentido de um texto foi na sua origem, para seu autor ou mesmo para seu público original, mas sim apreender o sentido presente no texto, visando àquilo que o texto tem uma vez mais a dizer, apropriando-se disso como se fosse um dizer atual (PONTES, 2016, p. 32).

Gadamer defende que o importante é saber aplicar a pergunta que leva ao saber e a compreensão, e quais são as condições que levam a ela. Tal, segundo Pontes, pode se dar “no encontro com um texto, um monumento, uma obra de arte, um vestígio do passado, ao sermos interpelados pela tradição, por aquilo que ela nos fala, desse modo é a própria tradição que nos impõe uma pergunta” (PONTES, 2016, p. 37).

Nesta busca pela compreensão, Gadamer ressalta a linguisticidade da tradição, ele diz de si mesma, “medium universal em que se realiza a compreensão” (GADAMER, 2008, p. 503), a linguagem dá acesso às coisas do passado, para ele a linguagem é o meio universal na transmissão das coisas passadas, não só expressa o mundo, mas o constitui. Na síntese da construção de Gadamer sobre a linguagem Pontes (2016) observa: “Uma ponte para a comunicação de um com o outro e construir identidades sobre o rio da alteridade, ou uma barreira que limita nossa autoentrega e nos priva da possibilidade de expressar-nos e comunicar-nos plenamente” (PONTES, 2016, p. 39).

Essa hermenêutica busca na historicidade e na linguagem o sentido (direção, reconhecimento de uma situação ou fala, compreensão conforme o estado e a disposição do intérprete). O intérprete ao compreender atualiza o sentido, pois os textos trazem uma riqueza inexaurível.

Para a análise dos documentos e discursos proferidos por agentes simbolicamente relevantes para a Igreja Católica Apostólica Romana, utilizo a análise de discurso, pois essa metodologia possibilita ver o texto em seu contexto mais amplo, percebendo as crenças e convicções que permeiam a escrita. “Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender” (ORLANDI, 2001, p. 27).

Não há somente uma forma ou conceito de análise de discurso, segundo Caregnato e Mutti (2005) o que todas têm em comum é considerar que a linguagem

não é neutra e que essa constrói a vida social. A análise do discurso varia conforme a escola que segue, entra em jogo o país, a língua e a história. A análise do discurso francesa de Michel Pêcheux concentra a epistemologia (linguística), o materialismo histórico (ideologia) e a psicanálise (inconsciente).

A intersecção dessas áreas visa questionar o real sentido presente na produção (verbal ou não verbal, presentes na escrita, nas imagens e na expressão corporal). A expressão nunca é desprovida de memória, cada qual produz a partir de um chão social, uma memória coletiva.

Segundo Caregnato e Mutti (2006, p.681): “O enunciado não diz tudo, devendo o analista buscar os efeitos dos sentidos e, para isso, precisa sair do enunciado e chegar ao enunciável através da interpretação”. Toda produção pressupõe um assujeitamento inconsciente, quem se pronuncia expressa algo do grupo ao qual pertence tornando-se assim “porta-voz daquele discurso e representante daquele sentido” (idem, p. 681). Nesta perspectiva, ocorre um intradiscurso onde a palavra torna-se simbólica, portanto, expressa muito mais do que sua morfologia. “A interpretação do discurso “é um ‘gesto’, ou seja, é um ato no nível simbólico. [...] A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história” (ibidem).

Na análise do discurso, tanto o autor como quem interpreta estão enleados em esferas muito maiores que os compreendem e de certa forma os condicionam. O gesto de interpretação é assumido, sendo um gesto simbólico que dá sentido fazendo a significação. “Não há sentido sem interpretação, portanto deverá sempre existir uma interpretação para dar visibilidade ao sentido que o sujeito pretendeu transmitir no seu discurso” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682).

Dessa forma, interessa a relação do sujeito e o sentido e tudo que os envolve, pois o discurso e a escrita dizem muito mais do que as palavras, revelam os percursos percorridos pelos autores. Isso permite perceber as circunstâncias do discurso (mediato- sentido estrito) e o contexto sócio-histórico e ideológico (sentido amplo).

A fim de compreender o contexto contemporâneo em que vivem os fiéis da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Brasília-DF, também utilizei a revisão bibliográfica, buscando compreender os sentidos depositados por esses sujeitos em relação ao consumo. Foi realizada ainda a observação participante buscando reconstruir as trajetórias de vida desses sujeitos, a fim de apreender seus *habitus*, e como esses orientam suas relações de consumo, o que foi facilitado, pois pertencem à região e à Paróquia onde essa comunidade está inserida.

Quanto à observação, assim a definem Barros, Lehfeld e Souza (2000, p.61): “Observar é aplicar atentamente os sentidos a um objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso.” Isso traz um procedimento investigativo envolvendo uma problemática específica. Portanto, deve ser “exata, completa, sucessiva e metódica” (BARROS; LEHFELD; SOUZA, 2000, p. 61).

Como procedimento metodológico complementar foi realizada coleta das cartas de intenções deixadas em uma urna aos pés da padroeira, bem como, a aplicação de um questionário semiestruturado com os fiéis da comunidade Católica da chamada Igrejinha, Igreja dedicada à Nossa Senhora de Fátima, monumento da cidade de Brasília (anexo 4). Essa Igreja é a primeira igreja Católica construída em alvenaria em Brasília-DF, inaugurada no dia 28 de junho de 1958.

Cabe acrescentar que o questionário se constitui em “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (MARCONI e LAKATOS, 1999, p.100). Tal técnica permitiu potencializar o tempo, atingir o maior número de pessoas simultaneamente, obter respostas mais rápidas e exatas, assegurando o anonimato, ferramenta importante na pesquisa qualitativa como coleta de dados, é uma das técnicas mais usadas na pesquisa de campo.

Foram tomados os devidos cuidados para que os participantes não se sentissem constrangidos com as questões. Para tanto, o questionário foi realizado de forma concisa e clara, de fácil compreensão.

Para a coleta de dados, realizou-se o seguinte conjunto de procedimentos: com a permissão do pároco, primeiramente, foram coletadas as cartas de intenções colocadas durante o mês de março 2020 na urna aos pés da Padroeira da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima – Brasília – DF. Essas intenções serviram como inspiração e parâmetro para a formulação do questionário; tabuladas, as mesmas foram analisadas e comparadas com os resultados do questionário. A análise e a interpretação dos dados obtidos foram realizadas a partir do marco teórico adotado; efetuei o convite público fazendo uma breve explicação sobre o questionário e o trabalho de campo, após a celebração dominical. Os fiéis livremente aderiram assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os fiéis (30 pessoas) puderam expressar livremente sua vontade ou não de fazer parte da pesquisa.

Como toda pesquisa que envolve seres humanos esta suscetível a riscos, este estudo pode ser classificado com risco mínimo ao participante. Como se vive em tempo de pandemia, as canetas, o termo de consentimento e os questionários foram dispostos em plásticos desinfetados; usou-se álcool em gel antes do manuseio das

embalagens, e se seguiram os protocolos de segurança estabelecidos pelo Distrito Federal. Na devolução do material, os respondentes colocaram os questionários individualmente mantendo a devida distância. Todo o material utilizado para a coleta de dados e informações, nesta pesquisa, foi custeado pela pesquisadora. Os membros entrevistados não receberam nenhuma forma de pagamento pela concessão da entrevista; ainda: os respondentes puderam retirar-se da mesma por livre e espontânea vontade.

A interpretação e análise proposta nesta tese está dividida em três capítulos:

No primeiro capítulo, procuro identificar os princípios que deram origem ao campo cristão-católico em relação ao consumo e aos meios de comunicação dessa postura para os fiéis, a partir dos discursos, documentos, práticas e rituais católicos, tais como Bem-Aventuranças, *Laudato Si'*, entre outros. Por meio destas referências busquei compreender como se configura o posicionamento doutrinal em relação à sociedade de consumo contemporânea, como se deu a proposta de desapego e defesa da vida ao longo da história e como esta se põe diante do cenário de um mundo globalizado e da indústria do consumo.

No segundo capítulo, busco demonstrar como se dá a relação entre as instituições religiosas contemporâneas, qual o poder que elas têm de gerar coesão e solidariedade, estruturando os *habitus* dos sujeitos, considerando o sujeito imerso no tempo atual marcado por individualismo, globalização, neoliberalismo, internet, noções de consciência planetária, pluralismo religioso e diversidade cultural, e pandemia, bem como sua relação com instituições seculares, como a Igreja católica.

E, no terceiro capítulo, verifico como se dão as construções de sentido voltadas para o consumo na comunidade católica da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima em Brasília em relação aos princípios cristãos. Apresentando o resultado e a interpretação da coleta de dados (cartas de intenções) e do questionário semiestruturado, extraio a relação da pregação doutrinal com os hábitos de consumo dos fiéis e como esse tipo de consumo está relacionado à proximidade (grau de coesão) com grupos primários e secundários.

Como conclusão, reitero que o conhecimento bem como a vivência da ética proposta pela Doutrina Social da Igreja Católica pode constituir-se em proposta tangível de um consumo sustentável em defesa da vida.

CAPÍTULO 1 - OS PRINCÍPIOS CATÓLICOS EM RELAÇÃO AO CONSUMO

“Se se perdessem todos os livros sacros da humanidade, e só se salvasse o Sermão da Montanha, nada estaria perdido.”
Mahatma Gandhi

No presente capítulo, procuro apresentar como se estrutura historicamente o campo de atuação da Igreja Católica, visando perspectivar, à luz das contribuições teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu (1960-1970 – elaboração dos principais conceitos na obra *A economia das trocas simbólicas*) e Max Weber (*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de 1903), como se constituiu esse campo e como se universalizou, bem como o que testemunha sua capacidade de adaptação, conforme as exigências históricas. Identifico os princípios católicos (*doxa*) em relação ao consumo e aos meios de comunicação dessa postura para os fiéis a partir do Evangelho, dos documentos e das práticas como as Bem-Aventuranças, a Encíclica *Laudato Si'*, entre outros registros indicativos dos capitais preservados por esse campo.

Busco, por meio desse percurso, compreender como se estruturaram os princípios católicos em relação ao consumo e ao desapego, ou seja, qual seria a *doxa* do campo católico em relação a esses elementos. A *doxa*, segundo Bourdieu (1989), é a experiência pela qual o mundo natural e social aparece como evidente aos sujeitos que compõem determinado campo, “espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos” (CHERQUE-THIERRY, 2006), como apresentado a seguir. Faço uso do método análise de discurso (ORLANDI, 2001) e hermenêutico (GADAMER, 2003), para a análise da perícopa das Bem-Aventuranças, valendo-me tanto do arcabouço teórico da Teologia (Biblistas, Papa Francisco, Documentos da Doutrina Católica¹⁰), quanto da Sociologia, particularmente, Bourdieu e Weber.

¹⁰ Todas as vezes que se utiliza o termo “Igreja Católica”, entenda-se a “Igreja Católica Apostólica Romana.”

1.1 AS BEM-AVENTURANÇAS E O DESAPEGO DA PRIMEIRA COMUNIDADE CRISTÃ

A Igreja Católica Apostólica Romana tem sua fundação, segundo a Teologia Cristã Católica, em dois momentos narrados no livro sagrado do cristianismo: a Bíblia. A Bíblia inaugura uma linguagem comum e estabelece os capitais a serem disputados no espaço social religioso no Ocidente após o século IV, quando a Igreja Católica se torna uma instituição do Império Romano, e começa a se estruturar de forma objetiva mobilizando, nos agentes pertencentes a esse microcosmo, interesses econômicos, psicológicos e espirituais, acionando relações de forças entre aqueles vocacionados a definirem as regras do campo e os que buscam absorver tais capitais. Assim, a Bíblia cria o objeto espiritual e sagrado do campo católico, como produto de uma gênese, a partir da incorporação das estruturas preexistentes (BOURDIEU, 1989). Segundo Bordieu, a religião “[...] está intimamente ligada ao homem e a sociedade, inseparável das teias simbólicas materiais da história, dos modos de produção da vida e da cultura (Silveira; Andrade; Pessoa, 2019, p.782). O primeiro momento narrado na Bíblia para a gênese desse campo, segundo alguns autores, se dá com o Catecismo da Igreja Católica¹¹ (CaIC, 1997). Assim o afirma:

Mas a Igreja nasceu primeiramente do dom total de Cristo para nossa salvação, antecipado na instituição da Eucaristia e realizado na Cruz. "O começo e o crescimento da Igreja são significados pelo sangue e pela água que saíram do lado aberto de Jesus crucificado." "Pois do lado de Cristo dormindo na Cruz é que nasceu o admirável sacramento de toda a Igreja. " Da mesma forma que Eva foi formada do lado de Adão adormecido, assim a Igreja nasceu do coração transpassado de Cristo morto na Cruz. "Terminada a obra que o Pai havia confiado ao Filho para realizar na Terra, foi enviado o Espírito Santo no dia de Pentecostes para santificar a Igreja permanentemente. "Foi então que "a Igreja se manifestou publicamente diante da multidão e começou a difusão do Evangelho com a pregação". Por ser "convocação" de todos os homens para a salvação, a Igreja é, por sua própria natureza, missionária enviada por Cristo a todos os povos para fazer deles discípulos (CaIC, 1997, 776 e 767).

Portanto, no momento que Jesus teve seu lado aberto pela lança e de seu lado saiu água e sangue prefigurando os Sacramentos do Batismo e da Eucaristia, dá-se início aos dois princípios fundamentais para os cristãos católicos. O segundo momento seria na descida do Espírito Santo (terceira pessoa da Santíssima Trindade) sobre Maria (a mãe de Jesus) e os apóstolos. Nessas duas perspectivas é ressaltada

¹¹ Redigido por uma Comissão de doze Cardeais, presididos pelo Cardeal Joseph Ratzinger, promulgado pelo Papa João Paulo II no dia 11 de outubro de 1992 (CaIC, 1997, p. 9).

a intervenção divina, a primeira do próprio Cristo (segunda pessoa da Trindade) e a segunda, a atuação do Espírito Santo (terceira pessoa da Trindade), sendo que a primeira enfatiza e evidencia o poder sacramental conferido aos sacerdotes que, por meio do Batismo e da Eucaristia, dão continuidade à Instituição. Já a segunda ressalta o caráter de expansão da doutrina nascente, que se expandirá por meio da pregação e da força propulsora do Espírito Santo, pois é ele que, segundo a doutrina cristã, tem a missão de dar continuidade ao que Jesus ensinou.

A Constituição Dogmática do Concílio Vaticano II¹², que fala sobre a Igreja no mundo contemporâneo, intitulada *Lumen Gentium* (LG), resgata um momento anterior ao já mencionado, ligando a fundação da igreja ao judaísmo, considera que essa igreja foi prefigurada e preparada na História do povo de Israel desde a origem do mundo (cf. LG, 1969, n. 2, 3). Ela tem por fundamento os ensinamentos de Jesus Cristo (Filho de Deus), que, segundo a Bíblia, se encarnou, por obra do Espírito Santo, no ventre de uma jovem da cidade de Nazaré, nascido, segundo as escrituras, em Belém de Judá, que teve como pai putativo José, um carpinteiro que lhe deu educação, sustento e a própria profissão. Viveu em Nazaré de forma oculta por 30 anos, quando foi batizado por João Batista (batismo de conversão, não do Espírito Santo) e iniciou sua missão passando a pregar por três anos o Evangelho. Sua pregação foi tida, pelo campo de poder romano, como uma ameaça, por isso foi condenado à morte de cruz, e, segundo o que seus seguidores testemunharam e escreveram, ressuscitou após três dias e subiu aos céus deixando-lhes a missão de proclamar a todos os povos os seus ensinamentos.

No Evangelho também chamado de Boa Nova, esses ensinamentos foram agrupados após a morte de Jesus em quatro versões; os Evangelhos de: Marcos (64 d. C.); Lucas (escrito 80 d. C.); Mateus (80 d. C) e João (100 d.C) (cf. CONCÍLIO VATICANO II *Dei Verbum*, n. 188-189); tais textos encontram-se num conjunto maior chamado Segundo Testamento. Logo, por meio da análise da Boa Nova, é possível ter acesso aos capitais em disputa nesse campo bem como às diretrizes, regras e leis que se tornarão senso comum (*doxa*) desse campo, por isso, faço uma análise dessa

¹²Concílio Vaticano II; Trata-se da reunião dos bispos (2000 prelados) do mundo inteiro. A XXI, convocada pelo Papa João XXIII, dia 25 de dezembro de 1961, através da bula papal "*Humanae salutis*", este mesmo Iniciado no dia 11 de outubro de 1962, foi realizada em 4 sessões, só terminou no dia 8 de dezembro de 1965, sob o comando do Papa Paulo VI. As decisões estão expressas nas 4 constituições, 9 decretos e 3 declarações elaboradas e aprovadas pelo Concílio, compiladas no Compêndio do Vaticano II. Seu objetivo principal foi: pôr a Igreja em diálogo com o mundo contemporâneo, por meio de uma reformulação pastoral (cf. VATICANO, 1983, p. 7-36).

Boa Nova presente na perícopre das Bem-Aventuranças narrada pelo evangelista Mateus.

A Boa Nova que Jesus anunciava era a implantação do seu reino, um reino diferente, onde o fundamento não era o mesmo dos reinos “do mundo”, dos poderes de então. É bom lembrar que a Palestina do tempo de Jesus encontrava-se sob o domínio do Império Romano; tais diferenças entre o campo estabelecido pelo império Romano e o Reino de Deus proposto por Jesus serão elucidados no decorrer da hermenêutica da perícopre.

Tendo essa passagem do Segundo Testamento como texto fundante desse grupo nascente (Jesus, sua mãe Maria, os apóstolos e os discípulos), a narrativa das Bem-Aventuranças ou Sermão do Monte, texto presente tanto no Evangelho de Mateus 5, 1-12, como no Evangelho de Lucas 6, 20-49, é considerado como o plano de governo de Jesus. A Bíblia de Jerusalém, ao introduzir o Evangelho de Mateus dividindo os temas tratados nesse Evangelho, assim se refere à perícopre analisada:

[...] insiste no tema Reino dos Céus (4-17+); se caracteriza o Evangelho como um drama em sete atos sobre a vinda do Reino dos Céus: 1. Seus preparativos na pessoa do menino (1-2). 2 a promulgação do seu programa, diante dos seus discípulos e do povo, no Sermão da montanha (3-7) (BÍBLIA DE JERUSALEM, 1997, p. 1833).

Portanto, assegura que esse texto escolhido por nós é o “programa”, considerado como fonte originária da *doxa* desse campo.

Nelas encontra-se um código de ética dos cristãos, pois Jesus assegura que a vivência de sua exortação torna os seres humanos felizes. A seguir, procuraremos entender o significado do termo bem-aventurança, a fim de entendermos a sua abrangência e profundidade.

1.1.1 Significado da Expressão “Bem-Aventurança”

O termo bem-aventurança, segundo Silva (2012), era caro ao mitologista e professor universitário Joseph Campbell (1904-1987), que se dedicou a estudar mitologia e religião comparada. Para o autor, a bem-aventurança envolvia três palavras em sânscrito: *sat* (que significa ser), *chit* (consciência) e *ananda* bem-aventurança ou arrebatamento. Afirmava que não sabia bem onde se localizava a consciência ou o ser, mas que decididamente sabia o quanto estava arrebatado. Na perspectiva de Silva (2012), para Campbell:

As religiões põem na eternidade a consumação da mesma que Campbell chamava de Bem-Aventura, “a experiência que se tem ao procurar a verdade sobre si mesmo e isso para cada qual se dá de uma forma de acordo com a profundidade pessoal, portanto, para Campbell, a Bem-Aventura ocorre agora em vida, é algo que se persegue” (SILVA, 2012, p. 130).

Tomando as próprias palavras de Campbell:

O tempo todo. É milagroso. Tenho até mesmo uma superstição, que se desenvolveu em mim como resultado dessas mãos invisíveis agindo o tempo todo, a superstição, por exemplo, de que, pondo-se no encaixe da sua bem-aventurança, você se coloca numa espécie de trilha que esteve aí o tempo todo, à sua espera, e a vida que você tem que viver é essa mesma que você está vivendo. Quando consegue ver isso, você começa a encontrar pessoas que estão no campo da sua bem-aventurança, e elas abrem as portas para você. Eu costumo dizer: Persiga a sua bem-aventurança e não tenha medo, que as portas se abrirão, lá onde você não sabia que havia portas (CAMPBELL, 1990, p. 135).

Campbell, então, na perspectiva de Silva (2012), esclarece que a Bem-Aventura, seria própria de todas as religiões e trata-se de uma busca da verdade sobre si mesmo, e essa busca é relativa para cada sujeito, mas que, ao descobri-la, você se coloca no caminho para cumprir uma espécie de destino. Segundo ele, os heróis de todos os tempos percorreram esse caminho de busca, resta então a todos seguir os passos do herói.

Nessa perspectiva de Campbell, podemos interpretar as Bem-Aventuras de Cristo como sendo o princípio gerador de interesses que passaram a mobilizar os sujeitos a professarem a crença em Cristo. Constitui, desse modo, a primeira *doxa* do campo católico que começa a se estruturar a partir da trajetória de Jesus Cristo. Assim, à medida que o Novo Testamento da Bíblia é formulado, discursos como o das Bem-Aventuras passam a compô-la. Logo, a Bíblia se torna a principal linguagem de comunicação dos agentes que passarão a fazer parte desse emergente subcampo.

No contexto bíblico, especificamente para a língua grega, o conceito não está tão distante do significado sânscrito aprofundado por Campbell. Cardona e Oñoro (2011) explicam:

Na Bíblia Grega da LXX, a expressão "bem-aventurado" (*maka, rioi*) aparece 70 vezes, o lema, e 22 vezes, a forma. No AT, esta expressão é usada em um contexto sapiencial, que é um elogio pronunciado pelo sábio. No NT, Jesus faz uso da palavra *maka, rioi*, que era da língua judaica comum, mas o sentido com que ele a usa não é escatológico ou apocalíptico, uma vez que Jesus não proclama uma realidade futura, mas um acontecimento que já está presente, agindo e operativo. O reino de Deus já chegou, está presente. Nesse ambiente, as bem-aventuras já acontecem em Jesus, Ele é o pobre, o faminto, o perseguido, Ele já venceu a morte e d'Ele todas devem ser lidas (CARDONA; OÑORO, 2011, p. 183).

Portanto, segundo Campbell (1990), Cordona e Onório (2011), ser feliz, de certa forma, compreende ser tomado de um sentimento e uma emoção de arrebatamento do qual Jesus é a concretude.

Jesus proclama bem-aventurados (felizes). Tal afirmação, para Pagola (2013), é desconcertante,

Sem esposa nem filhos, sem terras nem bens, percorrendo a Galileia como uma ambulante, sua vida não correspondia a nenhum tipo de felicidade convencional. Sua maneira de viver era provocativa. Se era feliz, era de maneira contracultural, ao revés do estabelecido. Na verdade, ele não pensava muito em sua felicidade. Sua vida girava muito mais em torno de um projeto que o entusiasmava e o fazia viver intensamente. Esse projeto se chamava “Reino de Deus”. Parece que só era feliz quando podia fazer felizes os outros. Sente-se bem devolvendo às pessoas a saúde e a dignidade que lhes foram arrebatadas injustamente. Não buscava seu próprio interesse, mas vivia criando novas condições de felicidade para todos. Não sabia ser feliz sem incluir os outros. Propunha a todos critérios novos, mais livres e radicais, para construir um mundo mais digno e feliz. Acreditava num “deus feliz”, o Deus Criador que olha com amor, mais atento ao sofrimento das pessoas do que de seus pecados. A partir da fé nesse Deus rompia os esquemas religiosos e sociais. Não pregava “Felizes os justos e piedosos, porque receberão o prêmio de Deus”. Seu clamor era desconcertante para todos: “Felizes os pobres, porque Deus será sua felicidade”. O convite de Jesus vem dizer isto: “Não busqueis a felicidade na satisfação de vossos interesses, nem na prática interessada de vossa religião. Sede felizes trabalhando de maneira fiel e paciente por um mundo mais feliz para todos (PAGOLA, 2013, p. 64).

Jesus é um líder carismático, ao proclamar felizes essas categorias, e inverte assim a ótica de seu tempo. Para entendermos a força dessas palavras, precisaremos entender o que Weber entendia como carisma: “[...] certa qualidade da personalidade de um indivíduo em virtude da qual ele é considerado extraordinário e tratado como dotado de poderes ou qualidades sobrenaturais, super-humanas ou, ao menos, especificamente excepcionais” (WEBER, 2000, p. 581) e ainda é o motor da história.

O carisma, em suas formas de manifestação supremas, rompe todas as regras de toda a tradição e mesmo inverte todos os conceitos de santidade. Em vez da piedade diante dos costumes antiquíssimos e por isso sagrados, exige o carisma a sujeição íntima ao nunca visto, absolutamente singular, e, portanto, divino. Neste sentido puramente empírico e não valorativo, é o *carisma, de fato, o poder revolucionário especificamente criador da história* (Weber, 1999, p. 328).

Jesus rompe antigos paradigmas, ele tem um domínio que não é burocrático ou patriarcal; é um domínio carismático que, como definiu Weber (1991), tem as características de não institucionalização, é um profeta “portador de um carisma puramente pessoal, o qual, em virtude de sua missão, anuncia a doutrina religiosa ou um mandado divino” (WEBER, 1991, p. 303) e, portanto, não está vinculado a comportamentos econômicos racionais; o que ele transmite com palavras e ações lhe dá autoridade.

Isso posto, nos questionamos: O texto das Bem-Aventuranças põe as bases da edificação do novo povo de Deus; pode ainda hoje inspirar a sociedade? Os ensinamentos que emergem das Bem-Aventuranças podem iluminar o mundo consumista, individualista e egocêntrico, apontando uma saída possível para a felicidade?

Primeiramente, é preciso lembrar que o evangelista Mateus escreve para os judeus convertidos, e que, ao longo de seu Evangelho, procurará sempre ligar os ensinamentos de Jesus às promessas e aos eventos do I Testamento, como, para os judeus, o tema “aliança” lhes era muito caro, Juan Mateos (1993) chama o Sermão da Montanha de Código da Aliança.

Nesse sentido, Juan Mateos (1993), Fernando Camacho (1993), Victor Haddad (1980) e Angelo Lancellotti (1985) traçam um paralelo entre Jesus, que sobe ao monte e explicita o novo modo de viver para instaurar o Reino de Deus, e Moisés, que sobe ao monte para receber de Deus a Lei que constituirá o povo de Deus. No Sinai, Moisés sobe só, aqui, Jesus deixa que os discípulos e a multidão se aproximem.

As Bem-Aventuranças, no Evangelho de Mateus, encontram-se no início da pregação de Jesus. Os fatos que antecedem são: o chamado dos discípulos e três versículos que mostram o que Jesus andava fazendo por aquelas paragens, a Galileia.

Pela sua localização, encontravam-se na rota de acesso à Arábia, a Síria e ao Egito. Segundo Pinheiro (2013):

A região, menosprezada pela sociedade judaica da época, era conhecida como terra de revolucionários. Exemplo disso são relatos históricos que contam que, por volta de 4 a.C., um rebelde saqueou o arsenal de Séforis, capital da província, e armou seus seguidores. Capturando-o, as tropas romanas que governavam a Palestina queimaram a cidade, que depois foi reconstruída. Após dez anos, um outro insurgente, conhecido por Judas, levantou uma revolta contra o imperador pagão de Roma, conclamando os galileus a não pagarem os impostos. Como resultado, cerca de 960 judeus, entre homens, mulheres e crianças, se mataram para não serem levados como prisioneiros pelos soldados romanos (PINHEIRO, 2013, p. 1).

Percebe-se que é uma terra de pessoas inconformadas e prontas para agirem contra o sistema que os oprime. Pagola (2014) assim descreve a organização socioeconômica:

A Galileia era uma sociedade agrária. Os contemporâneos de Jesus viviam do campo, como todos os povos do século I integrados no Império. De acordo com Josefo, “toda a região da Galileia está destinada ao cultivo, e não há parte alguma de seu solo que esteja sem aproveitar”. Praticamente toda a população vive trabalhando a terra, exceto a elite das cidades, que se ocupa com tarefas de governo, administração, arrecadação de impostos ou vigilância militar. É um trabalho duro, porque só se pode contar com a ajuda de alguns bois, burros ou camelos. Os camponeses das aldeias consomem

suas forças arando, vindimando ou ceifando as messes com a foice (PAGOLA, 2014, p. 40-41).

Começa-se então a perceber quem compunha essa multidão que passaria a seguir Jesus. O surgimento desse grupo de fiéis insere um importante componente para a consolidação do que estamos chamando aqui de subcampo da Igreja Católica, que passa a compor o campo religioso que começa a se estabelecer à medida que as religiões universais vão se autonomizando. Então, podemos dizer que o advento de formação da Igreja Católica, que se inicia com a trajetória de Vida de Jesus Cristo, passa a compor o próprio campo religioso, à medida que vai adquirindo um grau de racionalização e instrumentalização, mas esse é um processo que durou séculos.

Nas acepções de Bourdieu (1987), a dinâmica social se dá dentro de estruturas subjacentes que independem dos indivíduos que as compõem, que ele chama de campo. Ele considera que, nesses espaços estruturados e estruturantes, as representações e as práticas constituem e são constituídas continuamente a partir das lutas simbólicas estabelecidas entre os agentes e as instituições que compõem o campo (BOURDIEU, 1987, p. 147). Hermano Roberto Thiry-Cherques (2006) assim sintetiza o conceito de campo em Bourdieu:

O social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um "campo de forças", uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um "campo de lutas", em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura (Bourdieu, 1996:50). Os campos não são estruturas fixas. São produtos da história das suas posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam (Bourdieu, 2001:129). O que determina a existência de um campo e demarca os seus limites são os interesses específicos, os investimentos econômicos e psicológicos que ele solicita a agentes dotados de um *habitus* e às instituições nele inseridas. O que determina a vida em um campo é a ação dos indivíduos e dos grupos, constituídos e constituintes das relações de força, que investem tempo, dinheiro e trabalho, cujo retorno é pago consoante a economia particular de cada campo (Bourdieu, 1987:124) (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 1).

São características do campo: têm valores específicos (segundo o que se apregoa nas Bem-Aventuranças são: desapego, humildade, mansidão, justiça, pureza, portar a paz), mundos independentes e em relação, por isso podem ser interpretados de forma independente de seus agentes; tais agentes (pessoas que ouviram os ensinamentos de Jesus) se fizeram batizar e testemunharam com a vida, muitos até o ponto de darem a vida como mártires, codividem um mesmo *habitus*. Segundo Cherques, "Todo campo se caracteriza por agentes dotados de um

mesmo *habitus*. No livro que relata a vida da primeira comunidade cristã, os Atos dos Apóstolos (At 2, 42; 46-47), pode-se perceber em que consistia, no primeiro século, esse *habitus*:

Eles mostravam-se assíduos ao ensinamento dos apóstolos, à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações. [...] Dia após dia, unânimes, mostravam-se assíduos no Templo e partiam o pão pelas casas, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvando a Deus, gozavam da simpatia de todo o povo (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1997, p. 2051).

Já se evidenciavam, nos primórdios, a fidelidade à doutrina (assíduos aos ensinamentos dos apóstolos, à vida comunitária, à “comunhão fraterna”, aos rituais de frequência ao Templo – ainda não haviam se separado do judaísmo – onde escutavam a pregação do Antigo Testamento), e, ainda, a nova prática: a Eucaristia – “partiam o pão pelas casas”. Destaco aqui o modo como o faziam “com alegria e simplicidade”, tais características estão presentes também na perícopre que analisaremos.

O campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o campo (Bourdieu, 1992b:102-103; Dortier, 2002:55). “O *habitus* é a internalização ou incorporação da estrutura social, enquanto o campo é a exteriorização ou objetivação do *habitus* (VANDENBERGHE, 1999:49)” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 1). Os integrantes desse novo campo, voltando ao texto dos Atos dos Apóstolos, eram apreciados: “gozavam da simpatia de todo o povo”. Um autor desconhecido do ano 120 d. C. escreveu sobre as características desse grupo nascente:

Os cristãos, de fato, não se distinguem dos outros homens, nem por sua terra, nem por sua língua ou costumes. Com efeito, não moram em cidades próprias, nem falam língua estranha, nem têm algum modo especial de viver. Sua doutrina não foi inventada por eles, graças ao talento e à especulação de homens curiosos, nem professam, como outros, algum ensinamento humano. Pelo contrário, vivendo em casas gregas e bárbaras, conforme a sorte de cada um, e adaptando-se aos costumes do lugar quanto à roupa, ao alimento e ao resto, testemunham um modo de vida admirável e, sem dúvida, paradoxal. Vivem na sua pátria, mas como forasteiros; participam de tudo como cristãos e suportam tudo como estrangeiros. Toda pátria estrangeira é pátria deles, cada pátria é estrangeira. Casam-se como todos e geram filhos, mas não abandonam os recém-nascidos. Põem a mesa em comum, mas não o leito; estão na carne, mas não vivem segundo a carne; moram na terra, mas têm sua cidadania no céu; obedecem às leis estabelecidas, mas, com sua vida, ultrapassam as leis; amam a todos e são perseguidos por todos; são desconhecidos e, apesar disso, condenados; são mortos e, deste modo, lhes é dada a vida; são pobres e enriquecem a muitos; carecem de tudo e têm abundância de tudo; são desprezados e, no desprezo, tornam-se glorificados; são amaldiçoados e, depois, proclamados justos; são injuriados, e bendizem; são maltratados, e honram; fazem o bem, e são punidos

como malfeitores; são condenados, e se alegram como se recebessem a vida. Pelos judeus são combatidos como estrangeiros, pelos gregos são perseguidos, a aqueles que os odeiam não saberiam dizer o motivo do ódio (PATRISTICA, 1997, p. 17).

Esse texto parece explicitar a distinção entre o campo nascente dos cristãos e os diversos campos em que estão inseridos tanto no âmbito religioso, como no sociopolítico.

Assim, conforme indica Ortiz (2001), as religiões, “ao congregar as pessoas, ela lhes fornece um terreno e um referente comum no qual a identidade do grupo pode se exprimir. As crenças religiosas, enquanto “consciências coletivas”, aglutinam o que se encontrava antes disperso” (ORTIZ, 2001, 65). A religião católica, como o islamismo e o budismo, por exemplo, vai se constituindo em termos de religião universal que passa a exercer forças nas relações de poder e na constituição de subjetividades e identidades de sujeitos por todo o globo, e se apresenta em grande articulação com os campos político, econômico e cultural.

O campo em que se insere a pregação de Jesus é formado por agricultores, pescadores donos de barco, pescadores da margem que não possuíam embarcação, artesãos que produziam vasos de barro, entre outros grupos submetidos a altos impostos pelo Império Romano, que cobrava pelo uso da terra, pois consideravam as terras conquistadas como patrimônio do império. Pode-se imaginar o que significava isso para os judeus, que viam a terra como benção e cumprimento da promessa divina. Praticamente eles haviam se tornado meeiros na própria propriedade¹³.

Segundo Pagola (2014), os que trabalhavam diretamente na terra poderiam ser classificados nos seguintes grupos: grandes proprietários que arrendavam as terras a meeiros; os camponeses pequenos proprietários; diaristas (provavelmente pessoas que perderam suas terras devido aos altos impostos).

¹³ É preciso ter claro que toda a narrativa do I Testamento se constrói sobre a promessa da Terra Prometida, feita por Deus a Abraão (Gênesis 15, 1-20), no entanto, a terra já tinha dono, portanto, o Povo de Deus precisou conquistar essa terra, travou lutas para que se tornasse propriedade. A Palestina sempre foi alvo dos diversos impérios, uns tomavam posse, outros cobravam impostos. Quando afirmamos que se tornam meeiros, nos referimos àqueles que, não tendo mais como pagar impostos, vendem a terra que conquistaram e permanecem como arrendatários e muitos até como trabalhadores, submetidos ao novo senhor da terra. “*A terra não será vendida perpetuamente*, pois a terra me pertence e vós sois para mim estrangeiros e hóspedes. Para toda a propriedade que possuídes, estabelecereis o direito de resgate para a terra” (Lv 25, 23-24). O caráter sagrado dado por eles à terra, que era a terra prometida, causa neles sentimento de opressão e de abandono por parte de Deus. “*A terra não será vendida perpetuamente*, pois a terra me pertence e vós sois para mim estrangeiros e hóspedes. Para toda a propriedade que possuídes, estabelecereis o direito de resgate para a terra” (Lv 25, 23-24).

Um dos traços mais característicos das sociedades agrícolas do Império romano era a enorme desigualdade que existia entre a grande maioria da população camponesa e a pequena elite que vivia nas cidades. [...] São os camponeses das aldeias que sustentam a economia do país; eles trabalham a terra e produzem o necessário para manter a minoria dirigente (PAGOLA, 2014, p. 43).

Toda a estrutura administrativa do Império Romano era composta para que não houvesse sonegação dos impostos, portanto, os ouvintes de Jesus eram pessoas altamente oprimidas por impostos. Esses impostos eram assim exigidos: a) impostos para o Império Romano: tributo: 25% da colheita, *publicum*: taxa sobre a circulação de mercadorias, *anona*: dinheiro de gêneros alimentícios para sustentar o exército e impostos não oficiais, cobrados pelos funcionários do alto escalão; impostos da religião: dízimo: 10% sobre a colheita (dinheiro ou espécie), dízimo pelos necessitados, imposto para manutenção do templo, ofertas-sacrifícios nas festas religiosas (FRIGÉRIO, 2012, p. 11).

Percebe-se então que os ouvintes de Jesus passam a constituir um grupo de contestadores da ordem romana; há, portanto, embates e conflitos, como constatou Bourdieu, ao analisar a gênese dos campos:

No interior do campo dá-se uma dinâmica de concorrência e dominação, derivada das estratégias de conservação ou subversão das estruturas sociais. Em todo campo a distribuição de capital é desigual, o que implica que os campos vivam em permanente conflito, com os indivíduos e grupos dominantes, procurando defender seus privilégios em face do inconformismo dos demais indivíduos e grupos. As estratégias mais comuns são as centradas: na conservação das formas de capital; no investimento com vistas à sua reprodução; na sucessão, com vistas à manutenção das heranças e ao ingresso nas camadas dominantes; na educação, com os mesmos propósitos; na acumulação econômica, mas, também, social (matrimônios), cultural (estilo, bens, títulos) e, principalmente, simbólica (*status*). (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 2).

Os conflitos inerentes ao campo em que Jesus está inserido persistem ainda em nossos dias, impostos, taxas e dízimos, os sistemas político, econômico e religioso trazem essa prática como meio de sua própria sustentação. As cidades administrativas ostentavam construções em mármore, enquanto nas aldeias as construções eram de barro e pedras rústicas.

1.1.2 Fundamentos bíblicos para a *doxa* do campo católico

Passo, então, à proposta transformadora de Jesus, que é de libertação e de felicidade para aquele povo, e que, aos poucos, foi se consolidando como um novo

campo de atuação para os cristãos, que estamos chamando de subcampo da Igreja Católica, e que vai se tornando, ao longo dos próximos séculos, uma religião universal, para toda a humanidade. Procuraremos entender, servindo-nos do método hermenêutico da análise de discurso, os textos-base que apresentam as diretrizes que estruturam os capitais valorizados para esse novo campo insurgente, a saber, os textos bíblicos dos principais discípulos de Jesus Cristo, no seu contexto, para, posteriormente, concebê-lo como fundamento para a análise da proposta ética atual da Igreja Católica.

Eis a perícope do evangelista Mateus (Mt), capítulo 5, versículos de 1-12:

1. Vendo ele as multidões, subiu à montanha. Ao sentar-se aproximaram-se dele os seus discípulos. 2. E pôs-se a falar e os ensinava dizendo: 3. “Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o Reino dos céus! 4. Bem-aventurados os mansos, porque herdarão a terra. 5. Bem-aventurados os aflitos, porque serão consolados! 6. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados! 7. Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia! 8. Bem-aventurados os puros de coração, porque verão Deus! 9. Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus! 10. Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos céus! 11. Bem-aventurados sois, quando vos injuriarem, e vos perseguirem e mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de mim. 12. Alegrai-vos e regozijai-vos, porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas que vieram antes de vós (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1995).

A repetição “pôs se a falar e os ensinava dizendo” representa que o que ele vai dizer é muito importante. Ali, ao pé da montanha, há alguém que os vê, e quer instruí-los. Juan Mateos afirma: A reação de Jesus não é de rejeição das multidões; no monte novo Sinai, promulgará, na presença delas, o estatuto do Reino, definirá a nova aliança e constituirá o novo povo (cf. MATEOS, 1993, p. 55). Para Juan Mateos e Fernando Camacho (1993), esse povo não se restringe ao povo de Israel, mas a proposta se dá para toda a humanidade: “Embora Jesus dirija seu ensinamento aos discípulos (5, 2), as bem-aventuranças se encontram na terceira pessoa, são convites abertos a todo homem, [a multidão] pode se considerar convidada a aceitar o programa de Jesus (MATEOS; CAMACHO, 1993, p. 61).

Põe dessa forma as bases para a universalização do ensinamento, o desejo de implantar uma nova civilização universal. Para Ortiz (2001), “a universalização estaria associada, assim, à ideia de “civilização”, isto é, uma cultura fixada numa territorialidade ampla, integradora, capaz de se expandir a partir de um núcleo comum, “descontextualizando” os indivíduos e os grupos sociais de suas situações historicamente demarcadas” (ORTIZ, 2001, p. 61).

Nesse contexto de diversidade cultural, as trocas e os conflitos com os demais agentes são inerentes ao campo religioso como um todo, bem como a contínua construção, desconstrução e reconstrução dos subcampos do campo religioso, como o cristão, sob o impacto de processos múltiplos que operam em amplos campos de conexões socioculturais, mas tais processos interculturais são ocultados, já que os agentes sociais são frequentemente levados a acreditar na existência de formas culturais genuínas, pertencentes a um único grupo ou mesmo exclusivamente criadas por um povo único. Essa forma de representação social é o que oferece condições para o desenvolvimento de particularismos locais, como o Catolicismo. Assim, o cristianismo que ascende pode ser entendido como:

[...] conjunto de práticas e discursos mantidos por certas pessoas em uma dada localidade, de tal maneira que eles parecem ser social e espacialmente delimitados. Em virtude de seu forte apego à originalidade e à autenticidade, os particularismos locais parecem ser idiossincráticos. Tal tipo de particularismo é relevante especialmente quando se associa à crença de que se refere a expressões e modos de vida únicos a certo povo. Assim, ele é imediatamente relacionado a diferenças e diversidades culturais. Oferece um forte sentido de coesão, de unidade e de identidade, sendo uma poderosa fonte para a construção de coletividades. [...] Como grandes forças de formação identitária, eles são fundamentais para definir as redes de aliança e cooperação entre as pessoas, entendidas como membros internos de uma coletividade, assim como para definir as linhas que demarcam quem são os *outsiders* [...] os particularismos locais são meios simbólicos à disposição das populações locais, também podem disseminar-se para outras pessoas (RIBEIRO, 2006, p. 8).

Logo, a formulação desse campo que se pretende universal, para além de Jesus Cristo, tem a ver com a produção do etnocentrismo europeu e do papel desempenhado pela historicidade na construção de interpretações ocidentais. Assim, como alerta Dussel (1993), a centralidade adquirida pela Europa no sistema mundial, nos séculos seguintes à existência de Jesus Cristo, teria possibilitado ao moderno etnocentrismo europeu cristão pretender-se universal.

O cristianismo, enquanto discurso global que se pretende universal, está enquadrado em histórias específicas de poder, que se iniciam a partir de Jesus Cristo, mas que refletem capacidades desiguais de definir o que é comum ou desejável a cada ser humano, ou seja, refletem a capacidade de delimitar um senso comum.

Jesus, com seus discursos, depois reproduzidos por seus discípulos e eternizados nos textos do Segundo Testamento, faz precisamente isso, começa a estabelecer o que Bourdieu chamou de *doxa*, ou seja, o senso comum, os novos parâmetros que seus seguidores precisarão adotar para se constituírem como grupo

diferenciado naquela sociedade. Ele começa a estabelecer os acordos, acordar algo é sintonizar os corações em uma causa comum "sendo assim mesmo" (BOURDIEU, 1984, p. 82). Hohden (2012) considera o Sermão da Montanha a base da harmonia espiritual, mencionando que, se os cristãos tivessem nele a base do próprio credo, não teriam se dividido, pois:

Essa mensagem suprema do Cristo não contém uma só palavra de colorido dogmático – teológico – O Sermão da montanha é integralmente espiritual, cósmico ou melhor ‘místico-ético’. E nesse plano não há dissidentes nem hereges. A mística é o ‘primeiro’ e o maior de todos os mandamentos’, o amor de Deus; a ética é o ‘segundo mandamento’, o amor de nossos semelhantes. E nesta base, é possível uma harmonia universal. [...] Nele se encontram o Oriente e o Ocidente, o Bramanismo e o Cristianismo e a alma de todas as grandes religiões da humanidade, porque é a Síntese da mística e da ética, que ultrapassa todas as filosofias e teologias meramente humanas... é o patrimônio universal das religiões [...] se o Evangelho é o coração da bíblia, o Sermão da montanha é a alma do Evangelho (HODEN, 2012, p. 15-17).

Pode-se perceber então a escolha assertiva dessa perícopes para iluminar nossa pesquisa; as Bem-Aventuranças, além de ser um texto de espiritualidade, são um código de ética e moral, fundamentado num particularismo local que se pretende humanitário, e, portanto, fundamental e universal. No entanto, há uma luta para manter o monopólio sobre o que é universal, já que tal monopólio constitui-se como um dos meios fundamentais para a reprodução simbólica das elites globais. Uma vez que se define o que é universal, quanto mais um grupo ou uma pessoa enquadrarem-se na definição, mais globais eles se tornam. Em virtude do fato de que universais, no mais das vezes, são tomados como atributos da humanidade, quanto mais próximos um grupo ou pessoa estão dos universais, mais humanos eles são. Idiosincrasias são adequadas à criação de estereótipos e à discriminação. Assim, há um núcleo essencial que funda o particularismo católico, e esse se dá em oposição às arbitrariedades romanas e judaicas, como pode ser percebido na passagem bíblica de Mateus: “E pôs-se a falar e os ensinava dizendo” (Mt 5, 2).

Jesus se senta, assume a posição do mestre que se põe na cátedra para ensinar, aqui a cátedra é um lugar mais alto, escolhido simplesmente para que possa ver mais, ver os discípulos que se colocam mais próximos, para escutar bem; vê a multidão e vê o vale lá embaixo, sua terra marcada pela opressão política e econômica do Império Romano e sob o jugo do império religioso do judaísmo, que também exigia sua parte e impunha fardos pesados aos seguidores.

Jesus é o Filho de Deus, o enviado do Pai, o Messias. Como tal Ele sofre com o povo, é solidário com o povo que está cansado e abatido. Cansado pelo

trabalho duro a que era submetido e *abatido* pela enorme quantidade de impostos a pagar, empobrecendo-se gradativamente. Basta, para tal, vermos o resultado da pesquisa histórica, para percebermos o olhar crítico de Jesus em oposição ao olhar das classes dominantes que o chamavam de louco ou subversivo (cf. Mc 3, 20-22): “O sistema de impostos explica porque, com riquezas naturais mais do que suficientes, as massas camponesas tenham vivido ‘numa horrível pobreza’. Realmente, os romanos arrecadavam uma contribuição equivalente ao quarto da colheita de cada ano ou cada dois anos; à qual vêm juntar-se censos *in natura* e corveias para alimentar as tropas de ocupação e mais numerosos direitos de alfândega e de pedágio. Além disso, por causa da lei judia, cada fazendeiro deve pôr de lado 12%, aproximadamente, do que resta de sua colheita para o dízimo sacerdotal e a oferta da elevação, e mais um segundo dízimo para os pobres ou a título de provisão depositada no Templo; além do mais, o ano sabático tem como consequência a perda de pelo menos um ano e meio do produto agrícola a cada sete anos. Essas punições excessivas, acrescidas de um aumento contínuo de preços, tornam extremamente difícil a vida das classes trabalhadoras, rurais e urbanas. Fato que explica por que, muitas vezes, os assalariados reduzidos à miséria e os escravos das grandes propriedades juntam-se aos bandos de salteadores que assolam os campos”. Ou como nos afirma D. Barbé: “O poder romano e o poder judaico se juntavam para esmagar econômica e financeiramente o povo palestino. Dois Estados, duas classes dominantes a sustentar! Havia impostos a pagar aos romanos e impostos a pagar ao Estado judaico... Aproximadamente 50% da riqueza produzida pelos camponeses e artesãos da Palestina ia para os cofres do governo e da classe aliada ao governo” (FERRARO, 2020, p. 4-11).

Ferraro (2020) ressalta o olhar solidário que Jesus tem por aquela multidão oprimida; nesse contexto, começa então a proferir as palavras mais estudadas e admiradas por inúmeras religiões, palavras subversivas (LOPES, 2020) ditas com grande ternura. Emergem aqui 7 categorias, ou lugares sociais: pobres, mansos, aflitos, injustiçados, promotores da paz, perseguidos e os injuriados.

Procurar-se-á perceber o porquê desse discurso, fazendo uso do método da hermenêutica psicológica¹⁴; certamente Jesus, que já havia visto, tocado e sentido, quer de certa forma consolar aquela multidão que estava repleta de conflitos presentes em cada uma das bem-aventuranças. Assim, abaixo, analisamos os pilares da ética cristã a partir dos versículos de Mateus, que apresenta as Bem-Aventuranças, que dão nome aos títulos dos subtópicos.

1.1.2.1 “Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o Reino dos céus!” (Mt 5, 3).

Dado o que foi considerado até então, percebe-se que, diante de Jesus, estavam pessoas pobres: agricultores (*‘am há-‘ares-* gente do campo, considerada

¹⁴Conforme Gadamer, para Schleiermacher, "o ato da compreensão é realização reconstrutiva de uma produção. Tem que nos tornar conscientes de algumas coisas que ao produtor original podem ter ficado inconscientes" (GADAMER, Hans-Georg. *Op. cit.*, p. 299).

rude e ignorante), artesãos, mulheres (tidas como posse dos esposos), viúvas, prostitutas, estrangeiros, doentes, enfermos, possessos, leprosos, mendigos, os sobrantes daquela estrutura social. O próprio Jesus pertencia à classe dos pobres, mesmo não sendo da camada mais baixa:

Com seu modesto trabalho, Jesus era tão pobre como a maioria dos galileus de seu tempo. Não estava no degrau mais baixo da escala social e econômica. Sua vida não era tão dura como a dos escravos, nem conhecia a miséria dos mendigos que percorriam as aldeias pedindo ajuda. Mas tampouco vivia com a segurança dos que cultivavam suas próprias terras. Sua vida parecia mais com a dos diaristas que procuravam trabalho quase todos os dias. Assim como eles, também Jesus se via obrigado a deslocar-se para encontrar alguém que contratasse seus serviços (PAGOLA, 2014, p. 81).

Ao optar pelos pobres, no entanto, ele não nega os demais, nem proclama que esses pobres são modelos de virtude, mas sim reconhece que eles se encontram privados de dignidade e injustiçados, portanto, carecem da boa notícia do Reino. Estando em total indigência, podem abandonar-se em Deus, depor Nele toda sua confiança, e precisam da comunidade que os abrigue.

Por vezes, a interpretação errônea desse versículo levou a um endeusamento do pobre e a um 'endemoniamento' do rico, como também gerou, ao longo de séculos, a posição de acomodação e alienação das classes pobres como se quem padecesse aqui tivesse assegurado o Céu. Tais interpretações corroboraram para a subjugação e a aceitação pacífica da escravidão e da exploração.

O evangelista Mateus acrescenta "pobres em espírito", na versão do evangelista Lucas (Lc 6, 20), a menção é só a pobres. Storniolo (1991) explica essa especificação:

Mateus sabe muito bem que existem pobres que têm espírito de rico, são todos aqueles que, iludidos, pensam que serão felizes quando forem ricos, quando ganharem na loteria ou conseguirem um negócio lucrativo. O psicólogo Carl Gustav Jung dizia que atrás de cada rico existe um demônio, e atrás de cada pobre existem dois. De fato, não há nada pior que um pobre com espírito de rico. De fato, esse tipo de pobre, quando se liberta, fica pior que os ricos que ele próprio combateu (STORNILO, 1991, p. 54).

Pobre em espírito, portanto, é aquele que sabe que só Deus é realmente rico, porque Dele provém tudo que existe. Diante Dele não há maiores ou menores e que, portanto, confessá-lo como Pai criador é dispor-se à codependência dos demais seres por Ele criados e amados.

No Reino que Jesus veio instaurar, "Não há espaço para privilégios terrenos, de família e nação. Não se fala de Israel ou de Judá, com efeito, os discípulos e todos os

que aderirem à Boa Nova do Evangelho¹⁵ constituem o novo povo de Deus, o novo Israel". (DANIELI, 1990, p. 73). Já Lancellotti (1985) afirma:

Mateus, mais ligado à tradição veterotestamentária, acentua o seu valor religioso e "espiritual". No Antigo Testamento, com efeito, os "pobres" são todos aqueles que, destituídos de bens terrenos, procuram refúgio em Deus; e por esse motivo se mostram, contrariamente aos ricos (cf. 19, 23), disponíveis para o Reino dos Céus. Especialmente nos Salmos o "pobre" é o predileto de Deus, objeto de sua particular benevolência (cf. Sl 18, 28) (LANCELLOTTI, 1985, p. 60).

A partir do significado do Antigo Testamento, então, é ressaltado o aspecto espiritual de dependência de Deus, pelo desprovemento de bens. No entanto, Juan Mateos (1993) afirma que a expressão "pobres em espírito" pode significar pessoas de poucas qualidades ou pessoas desapegadas, mesmo que possuidoras de bens. No contexto maior do Evangelho, percebe-se que Jesus se referia a *anawim*, pobres sociológicos, abandonados por Deus por não terem na sociedade abrigo nenhum. O autor conclui dizendo que Jesus se refere, com o adjetivo "pobres em espírito", àqueles que tomam a decisão de ser pobres ou que optam por ser pobres.

Nestas aldeias da Galileia está o povo mais pobre e deserdado, despojado de seu direito a desfrutar da terra doada por Deus; aqui Jesus encontra, como em nenhum outro lugar, o Israel mais enfermo e maltratado pelos poderosos, é aqui que Israel sofre com mais rigor os efeitos da opressão (MATEOS, 1993, p. 113).

É preciso lembrar sempre que as condições de expropriação, de subvida acirram os ânimos e podem gerar tensões. Sabe-se que havia muitos movimentos de insurreição contra o sistema romano e religioso como um todo. Na sequência, trazemos um quadro com a posição de cada grupo tanto em relação ao domínio judaico quanto ao romano.

1.1.2.2 "Bem-aventurados os mansos, porque herdarão a terra" (Mt 5, 4).

Ser manso é ter alcançado a maturidade espiritual que possibilita negar-se a praticar qualquer tipo de violência, seja ela física, psíquica ou mental.

Rohden (2012), ao discorrer sobre essa Bem-Aventurança, detém-se a analisar o verbo 'herdarão' que, em algumas traduções, aparece como 'possuirão'; citamos, pois, que essa interpretação nos parece elucidativa para o tema que nos propomos:

¹⁵ Todas as vezes que nos referirmos ao Evangelho, entende-se o Evangelho de Jesus Cristo.

Essa promessa de Jesus, de que os mansos possuirão a terra, parece tão estranhamente paradoxal e contrária a todas as nossas experiências, que julgamos necessário investigar um pouco mais o conceito de “possuir”. Podem os violentos conquistar a terra, apoderar-se dela à força de armas e carnificinas—eles nunca possuirão a terra, e menos ainda os homens da terra. O verdadeiro “possuidor” é do mundo interno, e não do mundo do ter externo. O profano pensa que possui algo ou alguém quando o tem preso nas mãos ou por detrás de grades de ferro— mas o iniciado sabe que “possuir” supõe “ser”, e até a atitude de “ser” bilateral, da parte do possuidor e da parte do possuído. Enquanto o pretendo possuidor possui seu objeto ou uma pessoa, esse algo ou alguém não é por ele possuído realmente, enquanto a posse é unilateral, porque possuir realmente supõe uma atitude bilateral da parte do possuidor e da parte do possuído; e, nesse caso, também, o possuído (passivo) se torna possuidor (ativo). Ninguém pode possuir algo ou alguém enquanto esse algo ou alguém não concorda em ser possuído; mas, a partir do momento em que consente em ser possuído, se tornou um possuidor [...], contudo, esse objeto não é realmente possuído pelo possuidor porque não deu o seu consentimento em ser possuído [...] Aqui é que está um dos velhos erros do homem profano de todos os tempos e de todas as idades: pensar que a natureza infra-humana, falsamente chamada inconsciente, não sinta as auras irradiadas pelo homem. Como se a natureza fosse uma massa morta, e não uma presença viva! (ROHDEN, 2012, p. 37-38-39).

Rohdem quer dizer que, na verdade, ninguém possui a terra, já que essa não pode consentir isso, nem mesmo o ser humano, pois esse só se deixará ser possuído se quiser realmente. Se não há consentimento, o que ocorre é usurpação e violência.

Portanto, herdarão a nova terra aqueles que tiverem relações de não domínio das pessoas, das coisas e da própria natureza, herdarão se tiverem acolhido a relação de amorosidade para com toda a criação; essa ideia será repetida em exaustão na Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco, que abordaremos na sequência.

Lancellotti (1985) afirma que “terra”, em relação ao I Testamento, tratava-se da Terra prometida, no entanto, neste contexto do II Testamento, o termo faz alusão à vida futura, à eternidade, à nova terra, onde as coisas do espírito prevalecerão. `

É preciso ter presente que a relação do povo com os dominantes não era harmônica, e que os grupos existentes, tanto no campo religioso como no campo civil, tinham relações diferentes em relação ao Império Romano e expectativas em relação à vinda do Messias, como elucidado no quadro 1 apresentado na sequência:

Proclamar felizes, bem-aventurados os mansos é, de certa forma, uma convocação a uma consciência mais abrangente; independentemente do grupo a que pertenciam, existia algo que unia a todos: a nacionalidade e a opressão. Combater, no entanto, com mansidão, é reconhecer que, mesmo pensando diferente, são irmãos.

QUADRO 1 – Grupos existentes em relação ao Império Romano

Fonte: FRIGÉRIO; CEBI, 2012, p. 16-17. Adaptado pela autora.

Grupos	Saduceus	Fariseus	Batistas	Zelotas	Essênios	Povo
Classe social	Classe alta (sacerdotes e leigos). Possuíam grandes terras e comércio.	Classe média, em geral, artesãos.	Classes populares.	Camponeses que perderam as terras. Recrutavam adeptos entre os pobres.	Classe média e camponesa. Retiravam-se ao deserto; para eles, a sociedade era má. Viviam em comunidade.	Pobres, excluídos, marginalizados, doentes, mulheres, crianças, escravos, judeus e não judeus.
Posição em relação aos romanos	Eram aliados dos romanos para manterem seus privilégios.	Suportavam os romanos, diziam que o sofrimento imposto por eles era uma purificação. Politicamente e neutros.	Eles pregavam a conversão.	Eram impuros e invasores. Organizavam-se em guerrilhas para expulsá-los.	Símbolo do mal.	Suportavam o peso da dominação romana e judaica.
Messias esperado	Alguém que restaurasse a monarquia de Davi.	Legislador, que restaurasse a lei.	Messias Juiz.	Messias guerreiro, que chefiasse a guerra santa contra os romanos.	Legislador e sacerdote, restaurasse o sacerdócio, a lei e o templo.	Quebragallo. - Fizesse milagres imediatos.

Jesus aponta, sem dúvida, para a transitoriedade da posse do que é terreno, aponta para a terra definitiva, aos seus seguidores: o céu, essa é a terra definitiva que se conquista com atitudes de fraternidade.

1.1.2.3 “Bem-aventurados os aflitos, porque serão consolados!” (Mt 5, 5)

Parecem claros os motivos que afligem a multidão, presente aos pés do monte; são aflitos, choram por sofrerem opressão, tanto no campo político e econômico quanto no campo religioso.

Se a palavra bem-aventurança pode ser traduzida, como o é em muitas traduções, por ‘felizes’, parece ser contraditório ser feliz sendo triste pela opressão. Rohden (2012) também se pôs essa questão, que trazemos aqui, pois servirá para a análise a ser realizada no segundo capítulo, da relação dos Católicos Apostólicos Romanos com o consumo.

Antes de tudo, convém distinguir duas espécies de tristeza e alegria, uma tristeza central, permanente, por vezes circundada de alegrias periféricas,

intermitentes — e uma alegria central, permanente, que, por vezes, se acha envolta em tristeza periférica, intermitente.

Com outras palavras: pode haver uma tristeza-atitude e uma alegria-atitude — como também pode haver uma tristeza-ato e uma alegria-ato. Pode alguém ser triste e estar alegre — como também pode ser alegre e estar triste. O que é decisivo é a atitude interna, permanente, negativa ou positiva. E essa atitude radica, em última análise, em um profundo substrato metafísico, a VERDADE, ou então o seu contrário. Quem tem a consciência reta e sincera de estar na Verdade é profundamente alegre, calmo, feliz, embora externamente lhe aconteçam coisas que o entristeçam — e quem, no íntimo da sua consciência, sabe que não está na Verdade é profundamente triste, ainda que externamente se distraia com toda a espécie de alegrias.

Quanto mais triste o homem é internamente, pela ausência de harmonia espiritual, tanto mais necessita ele de alegrias externas, geralmente ruidosas e violentas. Esse homem não tolera a solidão, que lhe traz consciência mais nítida da sua vacuidade ou desarmonia interior; por isso, evita quanto possível estar a sós consigo; procura companhia por toda a parte, e, quando não a pode ter em forma de pessoas, canaliza para dentro da sua insuportável solidão parte dos ruídos da rua, por meio do jornal, do rádio, da televisão. Alguns vão mais longe e recorrem a entorpecentes — maconha, cocaína, morfina etc. para camuflarem, por algum tempo, a sensação da sua triste solidão (ROHDEN, 2012, p. 59-60).

A alegria, portanto, é um movimento interior, e o autor a associa a uma conduta ilibada, o agir bem segundo a “Verdade” faz com que, mesmo passando por sofrimentos, se conserve a paz interior. A coerência entre o pensar e o agir traz essa felicidade. Voltando à expressão de Jesus, são felizes os que conseguirem ser íntegros.

1.1.2.4 “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados!” (Mt 5, 6)

No tempo de Jesus, havia uma instituição religiosa consolidada: o judaísmo. Entre a hierarquia dessa religião, se encontrava um grupo radical, os fariseus. Jesus tem grandes embates com esse grupo, pois impunham o radicalismo que viviam e atrelavam à observância das leis o próprio conceito de justiça. Storniolo (1991) explica em que consistia essa justiça:

No tempo de Jesus, a justiça era encarada como a realização de três práticas: esmola, oração e jejum. Poderíamos pensar essas coisas como práticas isoladas. Elas, porém, são muito mais que isso. Na verdade, englobam todas as relações que mantemos na vida. E a justiça deve ser praticada em todas as relações, para que haja, de fato, liberdade e vida para todos (STORNILO, 1991, p. 61).

Os fariseus, como eram ferrenhos na observância das leis, indo até mesmo além do que era imposto, consideravam-se, por isso, justos e perfeitos. A justiça, para Jesus, segundo Storniolo (1991), passava pela compreensão do seu projeto, que não se restringe ao entendimento racional, mas que requer dos seguidores práticas

pertinentes. Portanto, na perspectiva de Jesus, ser justo era viver o jejum sem ser percebido¹⁶; a esmola, de forma escondida¹⁷; a oração, no próprio quarto. As práticas religiosas, para Jesus, serviam para conectar-se com Deus Pai e com a comunidade, particularmente os indigentes e excluídos¹⁸, e não para que o crente se ufanasse.

É importante notar que Jesus, nessa bem-aventurança, usa duas necessidades fundamentais que precisam ser supridas e sem as quais não se vive: “fome e sede”. Rodhen (2012) afirma que essa justiça não é social-jurídica e sim: “Justiça é, pois, a compreensão intuitiva de Deus (a mística) e seu natural transbordamento (a ética)” (ROHDEN, 2012, p. 48).

Lancellotti (1985) considera tanto o aspecto material como o espiritual da justiça: “[...] identificam-se em Mateus com o empenho, a busca, o desejo (sentido com a mesma intensidade da necessidade da fome e da sede) de realizar, tanto em si como no mundo, o plano salvífico de Deus, expresso em seu Reino” (LANCELLOTTI, 1985, p. 61). O plano de Deus que Jesus veio iniciar é que todos tenham direito à vida digna, e, para que tal ocorra nesta nova comunidade, não pode haver carência nem material, nem espiritual, e, se tal existe, não está havendo justiça.

A *doxa* que Jesus propõe não se restringe a uma adesão a preceitos, mas requer que se instaure um *habitus* diferenciado. A ética que irá se consolidando é uma ética de iguais, portanto, todos, independentemente do estrato social, têm igual dignidade.

1.1.2.5 “Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia!” (Mt 5, 7)..

A palavra misericórdia tem origem em duas palavras latinas, *meserere* (ter compaixão) e *cordis* (coração), portanto, ter misericórdia é compadecer-se da miséria do outro, miséria em todos os sentidos, física, material, psicológica e espiritual. Rohden (2012) sintetiza dizendo que tal movimento faz com que se aja com solidariedade.

A solidariedade é um ponto nodal desta doutrina nascente, “todos que tinham abraçado a fé reuniam-se e punham tudo em comum: vendiam suas propriedades e bens, e dividiam-nos entre todos, segundo as necessidades de cada um... gozavam

¹⁶“Quando jejuardes, não tomeis um ar sombrio, como fazem os hipócritas, pois eles desfiguram seu rosto para que seu jejum seja percebido pelos homens... Tu, porém, unge tua cabeça e lava teu rosto, para que os homens não percebam que estás jejuando, mas apenas o teu Pai, que está lá no segredo; e teu Pai, que vê no segredo, te recompensará” (Mt 6, 17-18).

¹⁷ “Tu, porém, quando deres esmolas, não saiba a tua mão esquerda o que faz a tua direita, para que tua esmola fique em segredo; e o teu pai, que vê no segredo, te recompensará”. (Mt 6, 3).

¹⁸ Fazer-se próximo, de forma incondicional, como narra a parábola do Bom Samaritano Lc 10, 25-37.

da simpatia de todo o povo” (At 2, 44-45;47). Partilhar a vida (aceitando sua amplitude e limite) e os bens é também uma forma de usar de misericórdia.

Jesus proclama felizes os que agem com misericórdia, pois, da mesma forma que agirem, serão tratados por Deus. Lancellotti (1985) considera que essa atitude tem a ver com o perdão cristão.

1.1.2.6 “Bem-aventurados os puros de coração, porque verão Deus!” (Mt 5, 8)

Jesus tira a santidade do âmbito do transcendental e a põe no âmbito vivencial, com atitudes novas.

A compaixão é o modo de ser de Deus, sua primeira reação diante do ser humano, a primeira coisa que brota de suas entranhas de Pai. Deus é compaixão e amor entranhado a todos, também aos impuros, aos privados de honra, aos excluídos e seu templo. Por isso a compaixão é, para Jesus, a maneira de imitar a Deus e ser santos como ele. Olhar as pessoas com amor compassivo é parecer-se com Deus; ajudar os que sofrem é agir como ele (MATEOS, 1993, p. 239).

A limpeza agora não está fora, nas inúmeras práticas ritualísticas às quais eram submetidos para demonstrarem-se pertencentes e fiéis ao judaísmo. A própria prática de Jesus demonstra plena liberdade diante destes preceitos: come com publicanos, cobradores de impostos, prostitutas...

Juan Mateus e Fernando Camacho (1993) consideram que ser puro de coração tem a ver com “[...] disposição permanente, traduz-se em transparência e sinceridade de conduta e cria sociedade onde reina a confiança mútua” (MATEUS; CAMACHO, 1993, p. 60), e argumentam que não se trata de cumprimento de ritos e, sim, de um modo de ser e de agir.

Por coração, na linguagem bíblica, entende-se interioridade; em outra passagem, Jesus dirá que é do coração do homem que emergem os males: “Com efeito, é do coração que procedem as más intenções, assassínios, adultérios, prostituições, roubos, falsos testemunhos e difamações” (cf. Mt 15, 19). Só verá a Deus quem olhar o outro na sua dignidade de filho amado de Deus, independente do que possa aparentar.

1.1.2.7 “Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus!” (Mt 5, 9)

O povo que ali se encontra tem motivos suficientes para a revolta e a guerra, porém, diante deles, se encontra aquele que o profeta Miqueias (cf. Mq 5, 13) havia

nomeado como Príncipe da Paz. Ao contrário de muitos grupos que pregavam a revolta armada, Jesus propõe uma mudança mais profunda, que não está entre vencidos e vencedores, mas em relações diferentes do ser humano com Deus e dos seres humanos entre si.

De acordo com os evangelistas, Jesus despede os enfermos e pecadores com esta saudação: “Vai em paz”, desfruta a vida. Jesus lhes deseja o melhor: saúde integral, bem-estar completo, uma convivência feliz na família e na aldeia, uma vida cheia das bênçãos de Deus. O termo hebraico *shalom* ou “paz” indica a felicidade mais completa; aquilo que mais se opõe a uma vida indigna, infeliz, maltratada pela enfermidade ou pela pobreza. Seguindo a tradição dos grandes profetas, Jesus entende o Reino de Deus como um reino de vida e de paz. Seu Deus é “amigo da vida” (MATEOS, 1993, p. 129).

Ver-se-á concretamente essa atitude de Jesus em seu julgamento, tal como cordeiro que vai ao matadouro (cf. Isaías, 53, 7) sem blasfemar, sem desejar o mal mesmo ciente que, se quisesse, poderia solicitar o exército celeste (cf. João 18, 36).

O reino de Deus exige organizar o mundo não no rumo da violência, mas no sentido do amor e da compaixão. Certamente Jesus não pensava em uma transformação mágica daquela sociedade injusta e cruel que ele conhecia tão bem. Logo poderia experimentar na própria carne o poder brutal dos violentos. Mas talvez quisesse pôr em andamento algumas minorias radicais e rebeldes que, se desviando das tendências mais comuns, possam libertar as pessoas da violência cotidiana que se apodera facilmente de todos. Jesus pensa em homens e mulheres que entrem na dinâmica do reino de Deus com um coração não violento, para enfrentar as injustiças de maneira responsável, desmascarando a falta de humanidade contida em toda a sociedade que se constrói sobre a violência e vive indiferente aos sofrimentos das vítimas (MATEOS, 1993, p. 318).

Era uma estratégia que, de certa forma, preservava o povo de uma guerra, ao mesmo tempo em que os exortava a não terem entre si desigualdades sociais. A paz nasce do interior daqueles que saíam perdendo, porque o império era poderoso demais para ser enfrentado de frente, melhor corroê-lo aos poucos, construindo relações que questionam e demonstram que novas práticas são possíveis.

A paz no sentido semítico implicava: prosperidade, tranquilidade, direito e justiça, o que só pode acontecer a todos que querem que a felicidade seja para todos.

1.1.2.8 “Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos céus!” (Mt 5, 10).

Sobre essa Bem-Aventurança, LANCELOTTI (1985) afirma:

O Reino, cujo programa é um programa de justiça e de paz, só vai ganhar terreno entre os homens mediante lutas e oposições de todo o tipo. O problema da perseguição religiosa, tanto coletiva quanto individual, é tema bem conhecido na literatura vétero-testamentária, a resposta a esse problema era muitas vezes a da vingança divina invocada sobre os perseguidores (LANCELOTTI, 1985, p. 62).

Jesus inverte essa ótica; se todos são irmãos, o Pai é Pai de todos, portanto, não poderá exterminar uns em benefício de outros, todos são filhos amados. Nessa linha, poder-se-ia lembrar a passagem: “Não quero a morte do pecador, mas sim que se converta e viva” (Ez 33, 11). A conversão é um dos pilares do campo cristão, que comporta como a própria palavra diz transformação, mudança de paradigma. Jesus sabia que o que propunha iria causar um rompimento com os demais campos em que seus seguidores interagiam. Justamente por serem portadores de uma nova mentalidade, esses estarão expostos à segregação e à perseguição dos mantenedores do poder.

Assim como Jesus foi crucificado, centenas de seus seguidores serão igualmente torturados, presos e martirizados; a proposta de Jesus é revolucionária e, como tal, incomodará os padrões estabelecidos.

1.1.2.9 “Bem-aventurados sois, quando vos injuriarem, e vos perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de mim. Alegrai-vos e regozijai-vos, porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas, que *vieram antes de vós*” (Mt 5, 11).

Assim como os profetas sofreram calúnias e perseguições, os seguidores de Jesus também sofrerão, pois o novo modo de viver e se organizar por questionar e mostrar a possibilidade de novas relações, circulares e sem domínio, será sem dúvida visto como provocação, subversão. Juan Mateos (1993) assim sintetiza:

A última bem-aventurança, que completa a primeira, expõe a situação em que vivem os que fizeram a opção contra o dinheiro. A sociedade baseada na ambição de poder, glória e riqueza (4, 9) não pode tolerar a existência e a atividade de grupos cujo modo de viver nega as bases de seu sistema. Consequência inevitável da opção pelo reinado de Deus é a perseguição. Esta não representa, porém, malogro, mas êxito (“Ditosos”) e, ainda que no meio de dificuldades, é fonte de alegria, pois o reinado de Deus se exerce eficazmente sobre os homens (MATEOS, 1983, p. 60).

Tais palavras ecoaram de modo tão impactante que se verá, nos anos seguintes a essa pregação, a expansão da Boa Nova, muitas vezes regada pelo sangue dos seguidores de Jesus, ao instaurarem um novo *habitus* (BOURDIEU, 2001, p. 189), um novo modo de sentir, ser e de se relacionar. Essa distinção os diferencia e os faz transformar a própria existência assumindo o compromisso com a nova crença nascente. Surge, então, o *ethos* cristão que o apóstolo Paulo sintetiza muito bem em sua carta aos Gálatas:

Antes que chegasse a fé, nós éramos guardados sob a tutela da Lei que havia de se revelar. Assim a Lei se tornou nosso pedagogo. Até Cristo, para que fôssemos justificados pela fé. Chegada, porém, a fé, em Cristo Jesus, pois

todos vós, que fostes batizados em Cristo, vos vestistes de Cristo. Não há judeu, nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vós sois um só em Cristo Jesus. E vós sois de Cristo, então sois descendência de Abraão, herdeiros segundo a promessa (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1997, GI 3, 23-29).

Esse *modus vivendi* revoluciona os paradigmas da sociedade da época de Jesus, cria um novo campo com estruturas diferentes, os ensinamentos de Jesus e a adesão a Ele, fazem com que os ouvintes reestruturem os *habitus* inculcados ao longo da própria existência pelas diversas instituições a que pertenciam: no âmbito religioso: pelo judaísmo, paganismo; no âmbito político e econômico: Império Romano.

Jesus traçou o caminho da verdadeira felicidade para os cristãos que advêm de relações novas consigo, com os outros e com Deus. Quando isso se instaura, acontece o Reino de Deus já aqui, onde as pessoas conseguem discernir (separar) o vil do precioso (Jeremias 15, 19).

Instaura-se dessa forma o *nomos*¹⁹ (BOURDIEU, 1996) dessa nova comunidade, onde a vivência das Bem-Aventuranças os fará diferentes, passando, a partir do exercício do novo *habitus* apreendido, de um subcampo distinto e antagônico, aos demais campos que começavam a se constituir na época e local.

Após esse percurso, buscando entender o que Jesus quis expressar ao proferir as Bem-Aventuranças, procuro identificar o desapego solicitado e a recompensa por esse esforço ético, a fim de melhor compreendermos o senso comum (*doxa*) que estrutura o nascimento do cristianismo (Quadro 2).

QUADRO 2 – BEM-AVENTURANÇAS E DESAPEGO

Bem-Aventuraça	Desapego	Recompensa
<i>Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o Reino dos céus.</i>	Do pensar-se, mesmo na indigência, melhor que o outro.	Ganhará o Reino do céu, será considerado digno de ser filho de Deus.
<i>Bem-aventurados os aflitos, porque serão consolados.</i>	Das preocupações, da sensação de abandono e da solidão.	Consolação de um Deus que não desampara quem o escuta.
<i>Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados.</i>	Do individualismo, pois a sede de justiça não é só em relação a si mesmo.	Verão acontecer a justiça, Deus intervirá, será seu advogado.
<i>Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia.</i>	Do endurecimento do coração, do julgamento e da discriminação.	Serão acolhidos, mesmo que tenham limites e imperfeições, pois assim agiram com o outro.

¹⁹Bourdieu diz que cada campo desenvolve *doxa* e *nomos*. Enquanto o *nomos* pode ser entendido como o conjunto de leis gerais e invariantes de funcionamento do campo, a *doxa* e o senso comum, e aquilo sobre o que todos os agentes estão de acordo, e abrange tudo aquilo que é admitido como “sendo assim mesmo”, como, por exemplo, os sistemas de classificação (BOURDIEU, 1996).

<i>Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus.</i>	Da raiva e dos sectarismos.	Ver Deus é privilégio de quem tentou ver no outro um irmão.
<i>Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus.</i>	Das desigualdades sociais e da estratificação imposta pelo sistema sociopolítico econômico.	Ser considerado Filho de Deus, portanto, resgatar a dignidade do ser humano.
<i>Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos céus.</i>	Da segurança pessoal, do conformismo.	Reino dos Céus, pois esse é dado para quem assume publicamente os ensinamentos e as atitudes de Jesus.

Fonte: a autora.

As Bem-Aventuranças, portanto, com base na síntese apresentada (quadro 2), são um apelo para converter os olhos, os ouvidos, a boca, o coração e todo o corpo às novas perspectivas e conseqüentemente novas, intensas e confiantes relações.

O que foi elencado na coluna da recompensa “promessa” constitui-se a *illusio do cristianismo*. Cherques (2006) sintetiza o papel da *illusio* em Bordieu: “é o encantamento do microcosmo vivido como evidente, o produto não consciente da adesão à *doxa* do campo, das disposições primárias e secundárias, o *habitus* específico do campo, da cristalização dos seus valores, do ajustamento das esperanças às possibilidades limitadas que o campo nos oferece (BOURDIEU *Op cit* THIRY-CHERQUES, 2006, p. 3).

A felicidade, para Jesus, passa pelo campo da ética: “A autorrealização do homem no plano da felicidade coincide para Jesus com a sua realização no plano ético, e a ética, por outro lado, coincide com a confiança amorosa e filial para com Deus, e com o amor concreto para os irmãos” (DANIELI, 1983, p. 68).

O desapego pregado neste momento inicial significava rompimento com o modo de pensar e de agir tanto do poder religioso, representado pela rigidez Judaica, com seus 613 preceitos, considerados por Jesus como “fardos pesados” (cf.: Mt 23, 4), como com o poder sociopolítico-econômico do Império Romano. Segundo Galilea (1980), conclui: “desaventurados” não são os perseguidores, mas aqueles que colocam a felicidade e bem-aventurança nas aparências e louvações dos outros [...] A felicidade não se alimenta do aparente prestígio mundano, mas sim do aparente desprestígio de seguir Jesus” (GALILEA, 1980, p. 45, 47).

Jesus não incitava a violência, e os convidava a terem entre eles, comunidade de fé, uma relação diferente.

Os cristãos inauguram um mundo novo, uma sociedade nova. Aqui não há mais lugar para a dominação. A vida social está regulada e determinada pelas

relações de amor (ágape) [...] quando se tem consciência crítica da mentalidade libertadora do Evangelho, os valores da comunhão, do companheirismo e da solidariedade se manifestam (FERREIRA, 2009, p. 79-80).

Novas relações se instauram na vivência cotidiana da comunidade nascente, a comunidade daqueles que foram revestidos de Cristo (Gálatas 3, 27); tais práticas questionam o sistema e apontam para mudanças possíveis.

Pelo batismo, todos estavam colocados no mesmo nível, pessoas livres ou escravas. Na mesa eucarística, todos se sentavam ao lado uns dos outros: escravos e homens livres sentados na mesa e compartilhando a mesma comida. Esse era um sinal evidente de uma subversão de toda a estrutura da sociedade. Uma vez dentro da assembleia cristã, a distinção desaparecia, todos se achavam iguais (FERREIRA, 2009, p. 79-80).

Os membros da comunidade passavam a ter uma nova identidade, própria, diferenciada e contestadora. Como recorda Ortiz (2001), “Há primeiro a dimensão ética: o indivíduo, contrastando sua imersão imediata no relato mítico, pertenceria agora a um “universo”, libertando-se do peso da tradição local e escolhendo o seu próprio “caminho”” (ORTIZ, 2001, p. 60-61).

Atualmente a identidade não é mais vista como algo determinado, rígido e estático. Irene Dias de Oliveira (2015), ao refletir sobre identidade, diz que é preciso atualmente vê-la como algo em processo. Considera que: “A natureza relacional da identidade resulta das múltiplas comunidades a que pertencemos. Estamos sempre nos definindo em relação ao outro” (OLIVEIRA, 2015, p. 31).

A primeira comunidade cristã está imersa em um mundo plural e, ao aderir à nova crença, precisará burilar uma identidade que a distinga e a faça reconhecida. Afirma Ferreira (2019), comentando a carta de Paulo aos Gálatas: “Essa sociedade almejada pelas comunidades primitivas, e agora também por Paulo, deve ser livre e igualitária. Este programa precisa ser iniciado na busca radical da superação de qualquer discriminação étnica, sexual, religiosa, social e cultural” (FERREIRA, 2019, p. 16-17).

Esse novo jeito de ser fez com que muitos cristãos sofressem o martírio, pois as propostas de liberdade e de igualdade que experimentavam nas comunidades nascentes eram tidas como afronta ao poder constituído.

Vê-se então a comunidade cristã do primeiro século desapegada até mesmo da própria vida, pois era tal a crença na vida futura, e na recompensa eterna, que tinham como honra poder morrer pela fé. O livro dos Atos dos Apóstolos, que narra a vida da primeira comunidade, deixa claro que muitos vendiam tudo que tinham e colocavam aos pés dos Apóstolos (cf. At 4, 35); esses, por sua vez, administravam

(por meio dos diáconos escolhidos) em prol de todos, particularmente dos órfãos e das viúvas, os indigentes da época.

No entanto, até o segundo século da era cristã se pode dizer que subsiste o carisma, que é transferido a Pedro: “tu és Pedro, e sobre essa pedra edificarei a minha Igreja” (Mt 16, 18).

Eduardo Hoornaert (2016) elenca os beneficiados da ação cristã nos primeiros séculos:

Há como tirar dos documentos disponíveis uma lista de sete grupos específicos beneficiados da ação cristã, pessoas que passam fome, viúvas e órfãos; falecidos; presos; vítimas de epidemias; estrangeiros, perseguidos. [...] O cristianismo dos primeiros séculos pode ser resumido nas seguintes palavras: serviço social sem exclusividade (HOORNAERT, 2016, p. 185; 190).

Com a conversão do imperador Romano Constantino (313 d. C.), o cristianismo deixa de ser perseguido e, em 391 d. C., passa a ser religião oficial do estado, onde os que não o seguiam eram perseguidos. Ocorre então, nesse instante, o esvaziamento da proposta inicial, a cisão entre fé e vida; estabelece-se a cristandade.

Muitos se tornam cristãos por imposição e, até mesmo, por covardia e não mais por convicções de fé; em nome da fé, não só se morre, mas também se mata.

O Império Romano se desintegra no século V, porém, o cristianismo não sucumbe, movido pela convicção de seus fiéis que testemunhavam com a vida. É preciso ter ciência de que, desde os primórdios, subsistem na Igreja duas realidades, **o carisma e o poder**.

Ocorre o que Bourdieu chamou de subcampo. Thiry-Cherques (2006) assim sintetiza a relação entre campo e subcampo: “A dinâmica dos campos e dos subcampos é dada pela luta das classes sociais, na tentativa de modificar a sua estrutura, isto é, na tentativa de alterar o princípio hierárquico (econômico, cultural, simbólico...) das posições internas ao campo” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 3).

Por estarem dentro do mesmo campo, se relacionam em harmonia ou não, tanto quanto ao interno, quanto com os demais campos; essa interação gera movimento de manutenção ou de transformação; “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23).

O carisma de grupos e movimentos que, inspirados no Evangelho de Jesus Cristo, procuraram vivenciá-lo e traduzi-lo em vida conforme o momento histórico. Entre esses, se destacam aqueles que a Igreja chama de Santos, canonizados ou não. Homens e mulheres que vivenciaram radicalmente os ensinamentos de Jesus,

fazendo-se cargo das mazelas humanas e espirituais de seu tempo. Em torno destes homens e mulheres “carismáticos” surgiam comunidades, ou se constituíam Congregações para ampliar e dar continuidade à inspiração do fundador. Tais comunidades constituíram as primeiras entidades sociais: bancos, escolas, hospitais e assistência social...

As comunidades que zelam pelo carisma de Jesus Cristo e da primeira comunidade cristã exercem o que Weber (1991) chamou de poder afetivo de dominação carismática, o que faz acontecer o novo na história, porque rompe com as tradições, causando uma tensão permanente que constrói e destrói (BACH, 2011).

[...] O carisma destrói [...] em suas formas de manifestação mais sublimes regra e tradição e inverte todos os conceitos sacrais. Ao invés da piedade em relação àquilo que é, desde sempre, considerado comum, e por isso sacral, ele força a sujeição interna sob aquilo que nunca antes existiu, sob o absolutamente singular, e por isso divino. Nesse sentido, puramente empírico e neutro, é, porém, o poder especificamente criativo e revolucionário da história (WEBER, 1991, p. 161).

Os grupos que têm o carisma encontram-se sempre em embate velado ou explícito com a instituição, mesmo que sejam eles, no caso da Igreja Católica, os reais mantenedores da fé. De outro lado, há a instituição constituída com suas posses, templos, hierarquia, organização e burocracias que, ao mesmo tempo em que permitem a Igreja estar de forma organizada presente na sociedade, de outro lado, também a faz usar dos mesmos artifícios, estratégias dos sistemas vigentes. O que foi constatado ao longo da história, em cada época, é que a Igreja Católica Apostólica Romana fez uso de seu poder material e espiritual para direcionar os seus fiéis, e não só eles, já que durante séculos ela teve a hegemonia religiosa apoiada pelo teocentrismo de toda a Idade Média. Se ela era ponte com Deus, era ela que coroava os soberanos “eleitos por Deus”.

O atual Papa, Francisco, em seu primeiro discurso ao povo, se apresentou como Bispo de Roma: “Vocês sabem que o dever do Conclave era dar um Bispo a Roma. Parece que os meus irmãos cardeais foram buscá-lo quase ao fim do mundo! Eis-me aqui! Agradeço-vos o acolhimento: a comunidade diocesana de Roma tem o seu Bispo” (Francisco, 2013).

Tal expressão “Bispo de Roma” expressa sua visão de Igreja; ele se considera um em meio ao colegiado dos bispos do mundo inteiro. O primado do Bispo de Roma só se deu em 1054, quando a Igreja se dividiu em Ocidental (Igreja Católica Apostólica Romana) e Oriental (Igreja Ortodoxa); foi a primeira grande cisão.

A segunda cisão se deu no século XVI, com a Reforma Protestante, motivada tanto por questões religiosas quanto políticas, desencadeadas pelo desejo de independência dos reinos que queriam para si também o poder espiritual e ideológico, livrando-se, dessa forma, da tutela moral imposta pela Igreja, no movimento que impulsionou os Estados Modernos.

Com a autonomia dos Estados Modernos, a Igreja Católica cada vez mais perde seu espaço territorial e espiritual, certamente não passa por isso de forma pacata e resignada, se organiza com o que se chamou de Contrarreforma, fazendo aliança com os Reinos Católicos e embarcando nas conquistas além-mar, onde cruz e espada aportaram nas novas terras. Mesmo territorialmente diminuída, a Igreja manteve sua influência e a veremos ainda presente no embate com o mundo moderno (fé e ciência) e tentando ajustar-se ao que chamamos hoje de pós, ou hipermoderno. Ortiz (2001) diz que as religiões se remodelaram, assumindo uma configuração diferente.

Poder-se-ia entrar em detalhes em cada momento histórico destes milênios de Igreja Católica, porém, não é esse o nosso objetivo. Em síntese, desse período inicial do cristianismo até o advento da Era Moderna, a realidade supracitada se impôs. Nesse ínterim, a Igreja Católica se alinha aos poderes terrenos, a 'Igreja Institucional' torna-se também ela um império, com posses, bens, exército, estruturas imensas de abrangência mundial. Constituiu aquilo que se chamou de cristandade²⁰. Não que atualmente os ímpetus da cristandade estejam totalmente extintos. A aliança com os poderes e a adequação ao momento histórico, conforme Ortiz (2001), é fundamental para que a religião se universalize.

Catolicismo e Islamismo, para se universalizarem, necessitam ser impulsionados por guerras santas e pelos interesses concretos de dominação dos impérios e das civilizações. As condições históricas liberam potencialidades e impõem restrições ao movimento dessas crenças (ORTIZ, 2001, p. 61).

Nota-se, porém, que, mesmo que alguns dominantes da Igreja, a hierarquia²¹ tenham se corrompido pelo poder temporal²². Sempre houve, nas bases, no

²⁰ Cristandade: Alianças políticas entre Estado e Religião; pode-se falar de cristandades, já que, ao longo destes milênios, as alianças da Igreja Católica Apostólica Romana com os reinos e as nações foram e são as mais variadas.

²¹ A hierarquia da Igreja Católica Apostólica Romana é constituída de homens adultos ordenados, são eles: diáconos, presbíteros, bispos (esses podem ter títulos que indicam maior poder: cardeal, núncio, papa).

²² Poder temporal: Terminologia filosófica que provém já da República de Platão, onde o filósofo distingue duas categorias de cidadãos, os governantes (filósofos) e os cidadãos (vivem na caverna). No cristianismo, esse termo ganhou contornos religiosos, sendo Poder temporal (Estado) e poder espiritual (a Igreja). Cf. CORRÊA, 2013.

subcampo das comunidades, a tentativa de resgate da experiência primitiva da comunidade de Jesus.

Foram essas comunidades que mantiveram a identidade e a vivência das Bem-Aventuranças, procurando manter a mística da primeira comunidade. Dentro da Igreja, sempre houve tensão entre carisma (missão dada por Jesus e mantida e sustentada pelo Espírito Santo) e poder (necessidade de institucionalização e tudo o que dela advém). Percebe-se a tensão considerada por Bourdieu (Bourdieu, 1987, 33) entre o campo e os subcampos, causada pela distribuição desigual do capital simbólico e a tendência dos que mais possuem, nesse caso, conhecimento, reconhecimento e poder de reproduzir, para assegurar o *status*.

1. 2 DESAPEGO NA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

A vivência da base (comunidades – igrejas locais) muitas vezes inconformadas com a Instituição, e a sociedade em geral, sempre exerceu pressão no Magistério da Igreja²³, impelindo-o, às vezes mais, às vezes menos, a dialogar e atualizar os ensinamentos de Jesus. Dentro da Igreja Católica, há um corpo doutrinal sistematizado, chamado Doutrina Social da Igreja²⁴; constitui-se como um capital simbólico (BOURDIEU, 1984:114) da Instituição.

Nesse escrito, há sempre a contextualização e a tentativa de iluminar a realidade à luz do Evangelho de Jesus Cristo. Há de se considerar que a fé dos Cristãos Católicos apoia-se no tripé Escritura (a Bíblia), Tradição (o legado teológico) e Magistério (a hierarquia).

²³[...] O Magistério da Igreja, ao qual compete discernir as revelações privadas, não pode, por isso, aceitar aquelas que pretendem superar ou corrigir a Revelação definitiva, que é Cristo. [...] A interpretação autêntica do depósito da fé compete exclusivamente ao Magistério vivo da Igreja, isto é, ao Sucessor de Pedro, o Bispo de Roma, e aos Bispos em comunhão com ele. Ao Magistério, que, no serviço da Palavra de Deus, goza do carisma certo da verdade, compete ainda definir os dogmas, que são formulações das verdades contidas na Revelação divina; tal autoridade estende-se também às verdades necessariamente conexas com a Revelação (CaIC, 1997, n. 67;83s).

²⁴Carta introdutória do CDSI: “No decorrer da sua história, e em particular nos últimos cem anos, a Igreja jamais renunciou — de acordo com as palavras do Papa Leão XIII — a dizer a “palavra que lhe compete” sobre as questões da vida social. Continuando a elaborar e a atualizar o rico patrimônio da Doutrina Social Católica, o Papa João Paulo II publicou, por sua parte, três grandes Encíclicas — *Laborem exercens*, *Sollicitudo rei socialis* e *Centesimus annus* — que constituem etapas fundamentais do pensamento católico sobre o assunto. Por sua parte, inúmeros Bispos, em toda parte do mundo, contribuíram, nestes últimos anos, para aprofundar a doutrina social da Igreja. Assim também inúmeros estudiosos católicos o fizeram, em todos os Continentes. *Cidade do Vaticano, 2 de abril de 2004, Memória de São Francisco de Paula*. Renato Raffaele Card. Martino.

Refletir, escrever, normatizar e posicionar-se não necessariamente implica em adesão e transformação de práticas. É preciso considerar as diferentes tendências, formações intelectuais e culturais e particularmente a abertura espiritual para deixar-se penetrar da Boa Nova do Evangelho. Pois o indivíduo pós-moderno não perdeu sua capacidade e atração pelo numinoso, pode, contudo não o buscar. Otto (1985) afirma que os sentimentos de “gratidão, confiança, amor, segurança, submissão e resignação” (OTTO, 1985, p. 13) que os cristãos têm em relação a Deus não asseguram que esses tenham uma experiência do numinoso, pois, para tal, é preciso propiciar um envolvimento, um arrebatamento contagiante. Antes da razão, há um “Espírito” que suscita, que é anterior ao conceito, já que, para Otto, o numinoso é anterior, é um sentir profundo inefável, inexplicável, que é anterior a qualquer racionalização. A convivência com a piedade e nas expressões emocionais, nos ritos e cultos realizados nos templos, podem ser meios para que se dê a experiência do numinoso.

Nos cultos, os agentes do campo experimentam o que Otto chamou de “*mysterium tremendum*” (OTTO, 1885, p. 17); tais são vivenciados nas experiências místicas: silenciamento – convulsão – êxtase, sem, contudo, deter-se ao cúltico, pois tais experiências conduzem a um posicionamento ético, pois o tremor-místico é tremor diante do que é santo terror em geral diante do mal, portanto, o que é experimentado espiritualmente deveria transbordar nas práticas dos fiéis. Papa Francisco, 266º sucessor na Cátedra de Pedro, tem tentado, a duras penas, resgatar a vivência do Evangelho como compromisso ético na transformação da sociedade.

O posicionamento de Francisco já é explícito desde a escolha que fez do nome como quis ser conhecido como Papa. Cabe aqui um esclarecimento sobre o nome escolhido pelo atual pontífice, pois ele traz em si uma posição sociopolítica-econômica e doutrinal, encerra sua visão de mundo e seu conceito de Igreja. Hall (2006) afirma que “o sujeito fala, sempre, a partir de uma posição histórica e cultural específica” (SILVA; HALL, 2015, p. 27).

Na ocasião da eleição ao papado, o cardeal eleito escolhe um novo nome, o atual tem por nome de Batismo Jorge Bergoglio, e, ao assumir a Cátedra de Pedro, por sugestão do Cardeal Claudio Humes (ex-cardeal de São Paulo e atual encarregado da Igreja da Amazônia que estivera em muitos momentos importantes junto a Bergoglio no pensar a Igreja Católica da América Latina), opta pelo nome de Francisco, fazendo memória a São Francisco de Assis, a figura carismática da Idade Média.

Francisco de Assis (Itália - 1181-1226), em pleno Feudalismo, tem uma experiência mística e resolve seguir radicalmente o Cristo, desapegando-se de sua condição de filho de um rico comerciante e da possibilidade de tornar-se cavaleiro e nobre. A igreja da época de Francisco, como o próprio Crucifixo de São Damião ao convocar Francisco, afirma estar em ruína: “Francisco, vai e reconstrói a minha igreja, casa que, como vês, está ruindo” (FONTES FRANCISCANAS, 2004, p. 447). Os biógrafos narram que Francisco, em um primeiro momento, pensou ser a igreja de pedra (de fato restaurou três igrejinhas nos arredores de Assis); só com a chegada de seus seguidores, compreende que sua missão era bem outra.

Como na época havia muitos grupos de reformadores (Cátaros, Albigenses, Valdese, ...) que se opunham à igreja opulenta e às guerras que esta travava para assegurar seus territórios, Francisco, temendo ser considerado como um deles, vai até Roma e solicita a autorização do Papa Inocêncio III para viver radicalmente o Evangelho de Jesus Cristo.

Na ocasião, contam os biógrafos que o Papa sonha que a Igreja de Latrão (Catedral de Roma) estava desmoronando, e vê um homenzinho franzino que coloca seu ombro em uma das colunas e evita o desmoronamento. O Papa vê em Francisco esse homem, o autoriza e o protege. Francisco fundará três Ordens: Os Menores (homens); As Clarissas (monjas de clausura) e a Terceira Ordem (para os casais); com seu carisma, Francisco fez com que os pobres não se afastassem da igreja, foi um homem que viveu em profundidade o Evangelho, ao ponto de ser considerado o *Alter Christus* (FONTES FRANCISCANAS, 2004, p. 249). Portanto, escolher por nome Francisco é evocar a força transformadora e a radicalidade do Santo de Assis. O Papa Francisco, ao ser eleito, declarou:

O meu grande amigo cardeal Hummes, que estava ao pé de mim e aos dois terços (dos votos), ouve o aplauso, e ele abraçou-me e beijou-me e disse-me “não te esqueças dos pobres”, disse Francisco. “Para mim, Francisco é o homem da pobreza, da paz, que ama e guarda a criação. Neste momento, infelizmente, não temos uma relação tão boa com a natureza, com a criação. Como eu gostaria de uma Igreja pobre, como eu gostaria de uma Igreja junto aos pobres” (FRANCISCO, 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/518498-queiro-uma-igreja-pobre-para-os-pobres>. Acesso em: 10 jan. 2021).

Francisco, nessa tentativa de fazer jus ao nome escolhido, tem escrito cartas proféticas que clamam por uma igreja que saia das sacristias e ilumine o mundo sedento. Nessa perspectiva, escreve a Encíclica *Laudato Si' - Sobre o cuidado da casa comum*, inserindo-a no arcabouço maior da Doutrina Social. As encíclicas, dentro do

campo católico, têm tanto o caráter de atualizadora da *doxa*, como também, e se espera que, com a sua acolhida e vivência pelos agentes (os fiéis), possa se tornar *nomos*. O Papa, auxiliado por peritos das mais diversas áreas, e, por vezes, pela participação de diversos bispos reunidos em Sínodos, auxiliam no amadurecimento da temática a ser apresentada como documento para toda a Igreja.

Não é mais possível permanecer como espectadores de uma sociedade em convulsão. Diante desse cenário, a Igreja Católica tem proposto aos fiéis um caminho de consumo consciente. Zerbini, Barciotte e Pistelli (2003) percebem, em seus estudos, que há um seguimento da sociedade que começou a perceber que as questões ecológicas não dependem apenas dos governantes, mas de um posicionamento pessoal diante do ato de consumir, e tais grupos (movimento ambiental e dos consumidores) têm pressionado as instâncias de decisão política. Entendem que, para que possa existir um consumo consciente e sustentável, é necessário construir uma rede de relações comerciais justas e sustentáveis; tal prática desencadeia um comércio ético e solidário que só é possível com uma educação ética de base.

O conceito de sustentabilidade foi tecido a partir da década de 1970 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (*United Nations Conference on the Human Environment - UNCHE*), realizada em Estocolmo, no mês de junho de 1972, a primeira conferência da ONU sobre o meio ambiente. Porém, foi em 1987 que o termo “Desenvolvimento Sustentável” foi utilizado, pela primeira vez, na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMMAD), no relatório intitulado “Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum”.

O termo “consumo consciente” foi utilizado, pela primeira vez, na Agenda 21, CNUMAD, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro, onde as discussões versaram sobre o consumidor e os impactos do consumo no meio ambiente. Na Rio 92, como ficou popularmente conhecida essa reunião, aparecem os termos: consumo consciente, consumo responsável, consumo ético e consumo verde. A ONU propôs o consumo sustentável e a necessidade de mudança do sistema produtivo; a proposta tem por base três dimensões: social, ambiental e ética.

Papa Francisco evidencia essa noção de sustentabilidade ao introduzir a Encíclica mencionando as falas de seus predecessores, sempre na ótica de uma ecologia integral.

Inicia citando João XXIII, que escreve a Encíclica *Pacem in terris* (1963), no contexto de uma crise nuclear, que se dirige não só aos católicos, mas a todas as pessoas de boa vontade:

Dirigiu a sua mensagem *Pacem in terris* a todo o mundo católico, mas acrescentava: e a todas as pessoas de boa vontade. Agora, à vista da deterioração global do ambiente, quero dirigir-me a cada pessoa que habita neste planeta. Na minha exortação *Evangelii gaudium*, escrevi aos membros da Igreja, a fim de os mobilizar para um processo de reforma missionária ainda pendente. Nesta Encíclica, pretendo especialmente entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum (FRANCISCO, 2015, n. 3).

Menciona dois pronunciamentos do Papa Paulo VI, na Carta apostólica *Octogesima adveniens* (14 de maio de 1971) 21, onde apontou a possibilidade de uma catástrofe. Sintetiza Francisco:

Oito anos depois da *Pacem in terris*, em 1971, o Beato Papa Paulo VI referiu-se à problemática ecológica, apresentando-a como uma crise que é “consequência dramática” da atividade descontrolada do ser humano: “Por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, [o ser humano] começa a correr o risco de a destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação”. E, dirigindo-se à FAO, falou da possibilidade duma “catástrofe ecológica sob o efeito da explosão da civilização industrial”, sublinhando a “necessidade urgente duma mudança radical no comportamento da humanidade”, porque “os progressos científicos mais extraordinários, as invenções técnicas mais assombrosas, o desenvolvimento econômico mais prodigioso, se não estiverem unidos a um progresso social e moral, voltam-se necessariamente contra o homem” (FRANCISCO, 2015, n. 4).

Também João Paulo II se deteve a defender uma verdadeira ecologia que não se use os bens naturais apenas para o consumo, e se refere a isso nos seguintes pronunciamentos e documentos: Carta enc. *Redemptor hominis* (4 de março de ano?), documentos sobre o consumo em Catequese (17 de janeiro de 2001), 4: *Insegnamenti* 24/1 (2001), 179; *Lumo, e se re Romano* (ed. portuguesa de 20/1/2001), 8; Carta enc. *Centesimus annus* (1º de maio de 1991), 38: AAS 83 (1991), 841 e Jó (1991), 84, Carta enc. *Sollicitudo rei socialis* (30 de dezembro de 1987), 34: AAS 80 (1988), 559. Afirma Francisco:

São João Paulo II debruçou-se, com interesse sempre maior, sobre este tema. Na sua primeira Encíclica, advertiu que o ser humano parece “não se dar conta de outros significados do seu ambiente natural, para além daqueles que servem somente para os fins de um uso ou consumo imediatos”. Mais tarde, convidou a uma conversão ecológica global. Entretanto fazia notar o pouco empenho que se põe em “salvaguardar as condições morais de uma autêntica ecologia humana”. A destruição do ambiente humano é um fato muito grave, porque, por um lado, Deus confiou o mundo ao ser humano e, por outro, a própria vida humana é um dom que deve ser protegido de várias formas de degradação. Toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas “nos estilos de vida, nos modelos

de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades”. O progresso humano autêntico possui um carácter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana, mas deve prestar atenção também ao mundo natural e “ter em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado”. Assim, a capacidade do ser humano transformar a realidade deve desenvolver-se com base na doação originária das coisas por parte de Deus (FRANCISCO, 2015, n. 5).

Faz um apanhado também das falas de seu predecessor, o Papa Bento XVI, que se pronunciou sobre esse tema nas seguintes intervenções: Discurso ao Corpo Diplomático Bento XVI, (8 de janeiro de 2007): AAS 99(2007), 73. 77; Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 51: AAS), 687; Discurso ao Bundestag, Berlim (22 de setembro de 2011): AAS 103 (2011), 664; L03 (2011), 664;(ed. portuguesa de 24/IX/2011), 5. Bento XVI, Discurso ao clero da diocese de Bolzano-Bressanone (6 de agosto de 2008). Bento XVI aponta como causador da desgraça a Bolzano-Bressanone. Sintetiza Francisco:

O meu predecessor, Bento XVI, renovou o convite a “eliminar as causas estruturais das disfunções da economia mundial e corrigir os modelos de crescimento que parecem incapazes de garantir o respeito do meio ambiente”. Lembrou que o mundo não pode ser analisado concentrando-se apenas sobre um dos seus aspectos, porque “o livro da natureza é uno e indivisível”, incluindo, entre outras coisas, o ambiente, a vida, a sexualidade, a família, as relações sociais. É que “a degradação da natureza está estreitamente ligada à cultura que molda a convivência humana”. O Papa Bento XVI propôs-nos reconhecer que o ambiente natural está cheio de chagas causadas pelo nosso comportamento irresponsável; o próprio ambiente social tem as suas chagas. Mas, fundamentalmente, todas elas (?) ficam a dever ao mesmo mal, isto é, à ideia de que não existem verdades indiscutíveis a guiar a nossa vida, pelo que a liberdade humana não tem limites. Esquece-se que “o homem não é apenas uma liberdade que se cria por si própria. O homem não se cria a si mesmo. Ele é espírito e vontade, mas é também natureza”. Com paterna solicitude, convidou-nos a reconhecer que a criação resulta comprometida “onde nós mesmos somos a última instância, onde o conjunto é simplesmente nossa propriedade e onde o consumimos somente para nós mesmos. E o desperdício da criação começa onde já não reconhecemos qualquer instância acima de nós, mas vemo-nos unicamente a nós mesmos” (FRANCISCO, 2015, n. 6).

Francisco afirma que tais reflexões não ocorrem apenas no âmbito católico e menciona o Patriarca Ecumênico Bartolomeu que, em seus pronunciamentos, chama a todos e a cada um a se posicionar.

Ao mesmo tempo Bartolomeu chamou a atenção para as raízes éticas e espirituais dos problemas ambientais, que nos convidam a encontrar soluções não só na técnica, mas também numa mudança do ser humano; caso contrário, estaríamos a enfrentar apenas os sintomas. Propôs-nos passar do consumo ao sacrifício, da avidez à generosidade, do desperdício à capacidade de partilha, numa ascese que “significa aprender a dar, e não simplesmente renunciar. É um modo de amar, de passar pouco a pouco do que eu quero àquilo de que o mundo de Deus precisa. É libertação do medo, da avidez, da dependência”. Além disso, nós, cristãos, somos chamados a “aceitar o

mundo como sacramento de comunhão, como forma de partilhar com Deus e com o próximo numa escala global. É nossa humilde convicção que o divino e o humano se encontram no menor detalhe da túnica inconsútil da criação de Deus, mesmo no último grão de poeira do nosso planeta (FRANCISCO, 2015, n. 9).

No CDSI (Compêndio da Doutrina Social da Igreja Católica- 2004), ao falar sobre economia, menciona: 115 vezes a palavra ‘consumo’ e 3 vezes, consumo consciente. No entanto, na Encíclica *Laudato Si’*, a palavra ‘consumo’ aparece 36 vezes e as exortações mostram, de forma ampla, as relações de consumo.

O Compêndio, ao tratar da economia, discorre sobre: a globalização apontando suas oportunidades e riscos; o sistema financeiro internacional; o papel da comunidade internacional na época da economia global e o desenvolvimento integral e solidário. Portanto, apresenta uma análise bem fundamentada, ampla, mostrando que o fator econômico envolve todos os povos, culturas e, se não tiver como meta o bem comum, pode tornar ainda maiores as desigualdades sociais. E, ao falar da economia internacional, afirma que a mesma deve visar ao desenvolvimento integral do ser humano.

O novo horizonte da sociedade global não é dado simplesmente pela presença de liames econômicos e financeiros entre atores nacionais atuantes em países diversos, que, ademais, sempre existiram, quanto principalmente pelo caráter invasivo e pela natureza absolutamente inédita do sistema de relações que se está desenvolvendo. Torna-se cada vez mais decisivo e central o papel dos mercados financeiros, cujas dimensões, em seguida à liberalização das trocas e à circulação dos capitais, cresceram enormemente com uma velocidade impressionante, a ponto de consentir aos operadores transferir “em tempo real”, de uma parte a outra do globo, capitais em grande quantidade. Trata-se de uma realidade multiforme e não simples de decifrar, dado que se desenrola em vários níveis e evolui constantemente, ao longo de trajetórias dificilmente previsíveis (CDSI, 2004, n. 361).

Constata que, assim como a globalização traz esperança, traz também inquietações; a mesma é favorecida pelo desenvolvimento das telecomunicações, das novas tecnologias, dos intercâmbios comerciais e das transações financeiras, o que é positivo, no entanto, o domínio de tais recursos dentro de uma lógica neoliberal tem aumentado as desigualdades e vê-se um aumento da pobreza. Francisco cita algumas falas do Papa João Paulo II:

O zelo pelo bem comum exige que se aproveitem as novas ocasiões de redistribuição de poder e riqueza entre as diversas áreas do planeta, em benefício das mais desfavorecidas e até agora excluídas ou à margem do progresso social e econômico: “O desafio, em suma, é o de assegurar uma globalização na solidariedade, uma globalização sem marginalização”. O próprio progresso tecnológico arrisca repartir

iniquamente entre os países os próprios efeitos positivos. As inovações, com efeito, podem penetrar e difundir-se no interior de uma determinada coletividade, se os seus potenciais beneficiários atingem um patamar mínimo de saber e de recursos financeiros: é evidente que, em presença de fortes disparidades entre os países no acesso aos conhecimentos técnico-científicos e aos mais recentes produtos tecnológicos, o processo de globalização acaba por alargar, ao invés de reduzir, as distâncias entre os países em termos de desenvolvimento econômico e social. Dada a natureza das dinâmicas em curso, a livre circulação de capitais não é de *per se* suficiente para favorecer a aproximação dos países em via de desenvolvimento em relação aos mais avançados (CDSI, 2004, n. 363).

O comércio também tem papel fundamental nas relações econômicas internacionais, gerando empregos e desenvolvimento, porém, não se pode desconhecer que há políticas protecionistas que elegem produtos advindos de um país e descartam os oriundos de outros:

A doutrina social tem muitas vezes posto em claro as distorções do sistema comercial internacional que, frequentemente, por causa das políticas protecionistas adotadas pelos países desenvolvidos, discrimina os produtos provenientes dos países mais pobres e impede o crescimento de atividades industriais e a transferência de tecnologias para tais países. A contínua deterioração nos termos do comércio de matérias-primas e o agravar-se da diferença entre países ricos e pobres levou o Magistério a chamar a atenção para a importância dos critérios éticos que deveriam orientar as relações econômicas internacionais: a busca do bem comum e a destinação universal dos bens; a equidade nas relações comerciais; a atenção aos direitos e às necessidades dos mais pobres nas políticas comerciais e de cooperação internacional. Diversamente, os “pobres ficam sempre pobres e os ricos tornam-se cada vez mais ricos” (CDSI, 2004, n. 364).

É preciso que a comunidade internacional, com seus representantes, defenda os direitos humanos fundamentais (João Paulo II). “Penso, por exemplo, no direito à alimentação, à água potável, à casa, à autodeterminação e à independência” (CDSI, n. 365), antes mesmo de defender novos direitos oriundos do mundo tecnológico.

João Paulo (CDSI, n. 365) sugere que a globalização deve levar as organizações sociais a assumirem novas tarefas, tais como: defesa dos direitos humanos, distribuição equitativa das riquezas, como afirmara Paulo VI, na Carta Encíclica *Populorum progressio*, 59: AAS 59 (1967) 286: “A liberdade das transações só é equitativa quando sujeita às exigências da justiça social”. É preciso, afirma o Compêndio, reforçar a solidariedade entre as gerações.

A solidariedade entre as gerações requer que, na planificação global, se aja de acordo com o princípio da destinação universal dos bens, que torna moralmente ilícito e economicamente contraproducente descarregar os custos atuais nas gerações vindouras: moralmente ilícito porque significa não assumir as devidas responsabilidades, economicamente contraproducente porque a correção dos danos é mais dispendiosa do que a sua prevenção. Este princípio deve ser

aplicado, sobretudo — ainda que não apenas — no campo dos recursos da terra e da salvaguarda da criação, hoje particularmente delicado em virtude da globalização, que diz respeito a todo o planeta, entendido como um único ecossistema (CDSI, 2004, n. 367).

Ainda ao se posicionar sobre a economia a partir do sistema financeiro internacional, constata-se que tal sistema não é uma novidade, já que de longa data há financiamentos de atividades produtivas. O estágio atual se dá pela intermediação dos mercados financeiros que têm como ponto positivo a poupança e, como negativo, a busca desenfreada de si mesma.

Uma economia financeira, cujo fim é ela própria, está destinada a contradizer as suas finalidades, pois que se priva das próprias raízes e da própria razão constitutiva, ou seja, do seu papel originário e essencial de serviço à economia real e, ao fim e ao cabo, de desenvolvimento das pessoas e das comunidades humanas (CDSI, 2004, n. 369).

Conclui que há uma assimetria, em que as inovações e o desenvolvimento se dão em alguns lugares do globo e outros são excluídos, sem, no entanto, estarem livres de suas consequências negativas.

Isto é fonte de graves preocupações de natureza ética, porque os países excluídos dos processos descritos, mesmo não gozando dos benefícios destes produtos, não estão, entretanto, protegidos de eventuais consequências negativas da instabilidade financeira sobre os seus sistemas econômicos reais, sobretudo se frágeis e com atraso no desenvolvimento. [...] É indispensável introduzir um quadro normativo que consinta tutelar tal estabilidade em todas as suas complexas articulações, promover a concorrência entre os intermediários e assegurar a máxima transparência em benefício dos investidores (CDSI, 2004, n. 369).

Ainda discorre sobre o papel da comunidade internacional na época da economia global, atesta que esta sofre os impactos em suas economias locais, que podem ficar delegadas a segundo plano. Diante da complexidade do sistema econômico mundial, é preciso cuidar da regulação desses processos, orientando-os à “consecução do bem comum da família humana” (CDSI, 2004, n. 370); tal política precisa fundamentar-se não só nos parâmetros econômicos, mas também nos parâmetros morais.

O objetivo de fundo será o de guiar tais processos assegurando o respeito da dignidade do homem e o desenvolvimento completo da sua personalidade, no horizonte do bem comum. A assunção de tal tarefa comporta a responsabilidade de acelerar a consolidação das instituições existentes, assim como a criação de novos órgãos aos quais confiar tais responsabilidades. O desenvolvimento econômico, efetivamente, pode ser duradouro somente na medida em que se desdobra no interior de um quadro claro e definido de normas e de um amplo projeto de crescimento moral, civil e cultural de toda a família humana (CDSI, 2004, n. 372).

Tal postura leva a um desenvolvimento integral e solidário, possibilitado pela divisão equitativa dos recursos, considerando que a econômica, política e cultural não pode mais prescindir da globalização.

Os problemas sociais assumem cada vez mais uma dimensão planetária: a paz, a ecologia, a alimentação, a droga, as doenças. Estado algum já os enfrentou e resolveu sozinho. As gerações atuais tocam com as mãos a necessidade da solidariedade e advertem concretamente a necessidade de superar a cultura individualista. Nota-se sempre mais difusamente a exigência de modelos de desenvolvimento que prevejam não apenas “elevar todos os povos para um nível que hoje gozam somente os países mais ricos, mas de construir no trabalho solidário uma vida mais digna, fazer crescer efetivamente a dignidade e a criatividade de cada pessoa, a sua capacidade de corresponder à própria vocação e, portanto, ao apelo de Deus” (CDSI, 2004, n. 373).

Dessa forma, a dignidade humana poderá ser defendida, auxiliando também na reorientação existencial dos países desenvolvidos. Os seres humanos não podem ser vistos apenas como “engrenagens no mecanismo da produção e do consumo” (CDSI, n. 374). Conclui que, para que ocorra esse tipo de economia, urge que se estabeleça uma “grande obra educativa e cultural” (CDSI, 2004, n. 375), pois:

Para a doutrina social, a economia “é apenas um aspecto e uma dimensão da complexa atividade humana. Se ela for absolutizada, se a produção e o consumo das coisas acabar por ocupar o centro da vida social, tornando-se o único valor verdadeiro da sociedade, não subordinado a nenhum outro, a causa terá de ser procurada não tanto no próprio sistema econômico, quanto no fato de que todo o sistema sociocultural, ignorando a dimensão ética e religiosa, ficou debilitado, limitando-se apenas à produção dos bens e dos serviços”. A vida do homem, a par da vida social da coletividade, não pode ser reduzida a uma dimensão materialística, ainda que os bens materiais sejam extremamente necessários, quer para a mera sobrevivência, quer para o melhoramento do teor de vida: “aumentar o senso de Deus e o conhecimento de si mesmo é a base de todo desenvolvimento completo da sociedade humana” (CDSI, 2004, n. 375).

O momento atual possibilita tantos progressos, mas é acompanhado também de riscos; é legítima a busca por uma vida mais “satisfatória e rica” (n. 376), mas o material e instintivo não podem sobressair-se sobre o espiritual, portanto, é preciso considerar o ser humano integralmente, o que a economia por si só não é capaz de fazer.

O Concílio Vaticano II, a grande reunião com bispos do mundo inteiro, ocorrida entre 1962 e 1965, que teve por objetivo reconciliar a Igreja com o mundo contemporâneo, segundo Hans Küng (2012), operou a quebra de dois paradigmas: a

integração do paradigma reformatório (assumiram-se as culpas dos distanciamentos da origem e do povo, abrindo-se as diferenças e exigências locais) e a integração do paradigma moderno (aceitando a liberdade religiosa e de consciência, atendo-se aos direitos humanos). Ortiz (2001) reconhece que, “[...] para algumas dessas religiões, valores, como cidadania e democracia, foram incorporados ao discurso e à prática religiosa [...] o Concílio Vaticano II fez com que ela deixasse de compreender a modernidade como uma ameaça, para considerá-la uma ordem legítima” (ORTIZ, 2001, p. 65), dessa forma, sociologicamente, a Igreja Católica tenta estar próxima dos demais grupos que compõem a sociedade onde se encontra inserida. O Concílio não deixa de ser uma estratégia do campo (BOURDIEU, 1987) para permanecer no domínio do capital religioso.

O Concílio também se deteve a pensar sobre a economia e o fez dentro da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (Alegrias e Esperanças); já na introdução, se posiciona assumindo as dores dos necessitados.

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história (COMPÊNDIO VATICANO II - GS, 1965, n. 1).

Vê-se, nessa introdução, o posicionamento que toda a Constituição Pastoral vai tomar, buscando recuperar um espaço que havia sido perdido pela igreja institucional. No entanto, no capítulo terceiro, se detém especificamente na relação com a economia.

Os bispos afirmam que a economia precisa “promover a dignidade e a vocação integral da pessoa humana e o bem de toda a sociedade” (GS, 63); esta é marcada por um domínio sempre maior do homem sobre a natureza, buscando responder às reais necessidades da família humana, porém, não desconhecem as desigualdades.

Mas não faltam motivos de inquietação. Não poucos homens, com efeito, sobretudo nos países economicamente desenvolvidos, parecem dominados pela realidade econômica; toda a sua vida está penetrada por um certo espírito econômico tanto nas nações favoráveis à economia coletiva como nas outras. No preciso momento em que o progresso da vida econômica permite mitigar as desigualdades sociais, se for dirigido e organizado de modo racional e humano, vemo-lo muitas vezes levar ao agravamento das mesmas desigualdades e até em algumas partes a uma regressão dos socialmente débeis e ao

desprezo dos pobres. Enquanto multidões imensas carecem ainda do estritamente necessário, alguns, mesmo nas regiões menos desenvolvidas, vivem na opulência e na dissipação. Coexistem o luxo e a miséria. Enquanto um pequeno número dispõe dum grande poder de decisão, muitos estão quase inteiramente privados da possibilidade de agir por própria iniciativa e responsabilidade, e vivem e trabalham em condições indignas da pessoa humana (COMPÊNDIO VATICANO II - GS, 1965, n. 63).

Reafirmam que, ao longo do tempo, e particularmente nos últimos, a Igreja tem se posicionado à luz do Evangelho em favor da justiça e da equidade. Para Ortiz (2001), o caráter universalista da religião possibilita que seus ideais possam impactar o mundo contemporâneo, pois possuem potencialidades para agir em escala globalizada (ORTIZ, 2001, p. 65).

Os avanços que possibilitam maior produção agrícola e industrial precisam estar a serviço do gênero humano, do homem integral, afirmam:

Mas a finalidade fundamental da produção não é o mero aumento dos produtos, nem o lucro ou o poderio, mas o serviço do homem; do homem integral, isto é, tendo em conta a ordem das suas necessidades materiais e as exigências da sua vida intelectual, moral, espiritual e religiosa; de qualquer homem ou grupo de homens, de qualquer raça ou região do mundo. A atividade econômica, regulando-se pelos métodos e leis próprias, deve, portanto, exercer-se dentro dos limites da ordem moral, para que assim se cumpra o desígnio de Deus sobre o homem (COMPÊNDIO VATICANO II - GS, 1965, n. 64).

Quanto ao controle do desenvolvimento econômico, apregoam que não deve ser centralizada na mão de poucos dominantes, mas devem ser integradas à sociedade civil e à coordenação política em todos os âmbitos, local e global. Cuidando sempre que sejam respeitados os direitos fundamentais dos indivíduos, buscando remover as desigualdades econômico-sociais.

Que, juntamente aos investimentos em desenvolvimento, se invista na formação técnica e profissional das pessoas para que possam integrar-se aos novos modelos de trabalho. Propõem também alguns princípios orientadores de toda a vida econômica-social: trabalho, condições de trabalho, descanso; participação na empresa e no conjunto da economia; conflitos de trabalho; os bens da terra, destinados a todos; inversões e política monetária; acesso à propriedade e ao domínio privado; problemas dos latifúndios e a atividade econômico-social; e o reino de Cristo.

Sobre o papel do cristão no mundo econômico-social, o Concílio assim se posiciona:

Os cristãos que desempenham parte ativa no atual desenvolvimento econômico-social e lutam pela justiça e pela caridade estejam convencidos de que podem contribuir muito para o bem da humanidade

e paz do mundo. Em todas estas atividades, quer sozinhos, quer associados, sejam exemplo para todos. Adquirindo a competência e experiência absolutamente indispensáveis, respeitem a devida hierarquia entre as atividades terrenas, fiéis a Cristo e ao seu Evangelho, de maneira que toda a sua vida, tanto individual como social, seja penetrada do espírito das **bem-aventuranças**, e especialmente do espírito de pobreza. Todo aquele que, obedecendo a Cristo, busca primeiramente o reino de Deus, recebe daí um amor mais forte e mais puro, para ajudar os seus irmãos e realizar, sob o impulso da caridade, a obra da justiça (COMPÊNDIO VATICANO II - GS, 1965, n. 72) grifo nosso.

O Concílio, portanto, faz uma leitura abrangente e profunda do aspecto socioeconômico e exorta os fiéis católicos a se posicionarem de forma proativa e ética. Como se pode notar, conclui solicitando que se recupere o espírito das Bem-aventuranças. Ao fazer esse percurso, percebe-se que a Doutrina Social faz uma análise consciente de todos os fatores que envolvem a economia, no entanto, percebe-se que tal proposta não chega efetivamente aos fiéis, ficando muitas vezes em nível de discurso nas homilias, em congressos e em documentos aos quais poucos têm interesse, ou chance de conhecer, o que parece ser evidente ao levantar as teses e dissertações sobre a Encíclica *Laudato Si'*, como se pode perceber no estado da questão. Segundo Bourdieu (1983), a instauração de um *habitus* se dá muito mais pelo exemplo do que pelo ouvir:

[...] a verdade da experiência primeira do mundo social, isto é, a relação de familiaridade com o meio familiar, apreensão do mundo social como mundo natural e evidente, sobre o qual, por definição, não se pensa, e que exclui a questão de suas próprias condições de possibilidade. O conhecimento que podemos chamar de objetivista (de que a hermenêutica estruturalista é um caso particular) (que) constrói relações objetivas (isto é, econômicas e linguísticas), que estruturam as práticas e as representações práticas ao preço de uma ruptura com esse conhecimento primeiro e, portanto, com os pressupostos tacitamente assumidos que conferem ao mundo social seu caráter de evidência e natural [...] enfim, o conhecimento que podemos chamar de praxiológico (que) tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade (BOURDIEU, 1983b, p. 46-47).

Se a instauração do *habitus* se dá de forma mais incisiva pelo exemplo, pode ser que aqui se encontre uma fragilidade da propagação das boas propostas da Doutrina Social da Igreja Católica. Já afirmara o Papa Paulo VI, em sua Encíclica, atemporal, *Evangelii Nuntiandi* – sobre a evangelização no mundo contemporâneo, ao exortar os fiéis ao testemunho de vida:

Será pois, pelo seu comportamento, pela sua vida, que a Igreja há de, antes de mais nada, evangelizar este mundo; ou seja, pelo testemunho de pobreza, de desapego e de liberdade frente aos poderes deste mundo; numa palavra, testemunho de santidade (PAULO VI, 1976, n. 41).

No texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM) e caribenho, ocorrida em Aparecida, em 2007, encontra-se, inúmeras vezes, a preocupação com a formação.

Para cumprir sua missão com responsabilidade pessoal, os leigos necessitam de sólida formação doutrinal, pastoral, espiritual e adequado acompanhamento para darem testemunho de Cristo e dos valores do Reino no âmbito da vida social, econômica, política e cultural. [...] Se queremos que as paróquias sejam centros de irradiação missionária em seus próprios territórios, elas devem ser também lugares de formação permanente. Isso exige que se organizem nelas várias instâncias formativas que assegurem o acompanhamento e o amadurecimento de todos os agentes pastorais e dos leigos inseridos no mundo. As paróquias vizinhas também podem unir esforços nesse sentido, sem desperdiçar as ofertas formativas da Diocese e da Conferência Episcopal (CELAM, 2007, n. 212; 306).

A cada quatro anos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lança as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE); na sua elaboração, se encontram especialistas e bispos, que, após a uma acurada análise de conjuntura, traçam prioridades que devem, por sua vez, ser traduzidas em ação nas diversas dioceses de todo país. As DGAE contemplam sempre situações que ainda se encontram deficientes nas ações evangelizadoras e a atual DGAE 2019-2023 aponta:

As questões sociais, a defesa da vida e os desafios ecológicos da atual cultura urbana globalizada têm que ser enfrentados pelas nossas comunidades e pelas Igrejas particulares, em níveis local, regional e nacional, numa postura de serviço, diálogo, respeito à dignidade da pessoa humana, defesa dos excluídos e marginalizados, compaixão, busca da justiça e do bem comum, e cuidado com o meio ambiente. [...] Inserir na lista de prioridades das comunidades de fé o cuidado para com a Casa Comum, em sintonia com o magistério social do Papa Francisco (CNBB, 2019, n. 104; 181).

Portanto, se a própria Instituição põe como meta, é porque está ainda não foi alcançada. Dado que a religião compõe a sociedade, enquanto corpo orgânico e como ideias, que o Magistério da Igreja, no corpo de sua Doutrina Social, tem se posicionando em defesa do ser humano e da vida como um todo. É preciso verificar sua proposta frente ao tema e descobrir se a pregação tem influenciado no modo de consumir dos fiéis católicos, possibilitando que a atuação dos mesmos seja realmente

transformadora, comprometida com a defesa da vida e a construção da cultura do bem viver.

1.3 A PROPOSTA DA ECOLOGIA INTEGRAL NA ENCÍCLICA *LAUDATO SI'*

Geralmente os documentos da Igreja Católica Apostólica Romana são destinados aos bispos e estendidos aos cristãos católicos. A *Encíclica Laudato Si'*, sobre o cuidado da casa comum, não se dirige somente aos cristãos, escreve o Papa.

O meu apelo

O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir **toda a família humana** na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projeto de amor, nem se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum (FRANCESCO, 2015, n. 13, grifo nosso).

Percebe-se, então, que a Encíclica é um apelo a toda a “família humana”, que, na condição de criaturas, portanto, de seres criados, são convocados a tomar uma posição, e essa tem a pretensão de tornar-se uma matriz geradora de *habitus*.

Ele afirma que ela está dentro do arcabouço dos documentos sociais da Igreja; situa, dessa forma, o objetivo e, metodologicamente, diz o percurso que pretende fazer.

Espero que esta carta Encíclica, que se insere no magistério social da Igreja, nos ajude a reconhecer a grandeza, a urgência e a beleza do desafio que temos pela frente. Em primeiro lugar, farei uma breve resenha dos vários aspectos da atual crise ecológica, com o objetivo de assumir os melhores frutos da pesquisa científica atualmente disponível, deixar-se tocar por ela em profundidade e dar uma base concreta ao percurso ético e espiritual seguido. A partir dessa panorâmica, retomarei algumas argumentações que derivam da tradição judaico-cristã, a fim de dar maior coerência ao nosso compromisso com o meio ambiente. Depois procurarei chegar às raízes da situação atual, de modo a individuar não apenas os seus sintomas, mas também as causas mais profundas. Poderemos assim propor uma ecologia que, nas suas várias dimensões, integre o lugar específico que o ser humano ocupa neste mundo e as suas relações com a realidade que o rodeia. À luz desta reflexão, quereria dar mais um passo, verificando algumas das grandes linhas de diálogo e de ação que envolvem seja cada um de nós seja a política internacional. Finalmente, convencido – como estou – de que toda a mudança tem necessidade de motivações e dum caminho educativo, proporei algumas linhas de maturação humana inspiradas no tesouro da experiência espiritual cristã (FRANCISCO, 2015, n. 15).

Ciente de que a mística do cristão passa pela defesa incondicional da vida, o Papa Francisco, na Encíclica *Laudato Si'* (2015), convocou a humanidade inteira a

recuperar a dimensão de ser parte de um todo maior “criatura” e, portanto, codependente e não mero predador violento.

1.3.1 *Laudato Si'*, um posicionamento frente ao império capitalista.

Na tentativa de encontrar “a raiz humana da crise ecológica”, Francisco percorrerá três caminhos: 1. A tecnologia: criatividade e poder; 2. A globalização do paradigma tecnocrático e 3. Crise do antropocentrismo moderno e suas consequências, pois, segundo ele, de nada valeria “descrever os sintomas” sem descobrir as causas.

1.3.1.1 A tecnologia: criatividade e poder

O Papa Francisco parte de uma visão positiva do progresso desses últimos dois séculos.

É justo que nos alegremos com estes progressos e nos entusiasmemos à vista das amplas possibilidades que nos abrem estas novidades incessantes, porque “a ciência e a tecnologia são um produto estupendo da criatividade humana que Deus nos deu”²⁵. A transformação da natureza para fins úteis é uma característica do gênero humano, desde os seus primórdios; e assim a técnica “exprime a tensão do ânimo humano para uma gradual superação de certos condicionamentos materiais” (FRANCISCO, 2015, n. 102).

Reconhece a importância do progresso alcançado na medicina, engenharia e comunicações e, particularmente, dos que se dedicam a pensar num desenvolvimento sustentável, tendo em vista a melhor qualidade de vida, tanto material, quanto artística.

Afirma que a humanidade alcançou um domínio impressionante da energia nuclear, da biotecnologia, da informática, do DNA e, com isso, se empoderou, e tal poder pode ser usado, segundo ele, para fins diversos, para a vida ou para morte, e dá exemplos concretos, como as milhares de vítimas das bombas nucleares. Afirma Francisco:

Nas mãos de quem está e pode chegar a estar tanto poder? É tremendamente arriscado que resida numa pequena parte da humanidade. Tende-se a crer que “toda a aquisição de poder seja simplesmente progresso, aumento de segurança, de utilidade, de bem-

²⁵ JOÃO PAULO II. Discurso aos representantes da ciência, da cultura e dos estudos superiores na Universidade das Nações Unidas, em Hiroxima (25 de fevereiro de 1981. 3: AAS 73 (1981), 422. *In.*: FRANCESCO, Papa. *Encíclica Laudato Si'*. Sobre o cuidado da casa comum. Brasília: Edições CNBB, 2015. n. 102. p. 65.

estar, de força vital, de plenitude de valor e”²⁶, como se a realidade, o bem e a verdade desabrochassem espontaneamente do próprio poder da tecnologia e da economia. A verdade é que “o homem moderno não foi educado para o reto uso do poder”²⁷, porque o imenso crescimento tecnológico não foi acompanhado por um desenvolvimento do ser humano quanto à responsabilidade, aos valores, à consciência (FRANCISCO, 2015, n. 105).

Põe-se o problema do limite, que, se não estiver claro, pode ser usado de maneira errada, chegando à doença: “A sua liberdade adoce quando se entrega às forças cegas e inconscientes, das necessidades imediatas, do egoísmo e da violência brutal” (FRANCISCO, 2015, n. 105). O homem, assim, torna-se vítima de seu próprio poder; para tanto, se fazem necessárias, segundo Francisco: uma ética sólida, uma cultura, uma espiritualidade que lhe faça senhor de si mesmo. No entanto, isso não é, segundo o Papa, o problema fundamental, e sim “o modo como se tem assumido a tecnologia e o seu desenvolvimento, juntamente com o paradigma homogêneo e unidimensional.” Com isso, passamos para a segunda raiz.

1.3.1.2 A globalização do paradigma tecnocrático

Por tecnocrático, entende-se o modelo de governabilidade funcional, no qual há aplicação das ciências no ciclo de todas as cadeias produtivas. Nesse modelo, o ser humano não se vê como parte do cosmos, mas alguém que se encontra fora podendo manipular aleatoriamente todos os elementos.

Francisco diz que a consequência disso é uma ação predatória, tendo em vista o apregoado progresso. No entanto, a premissa está errada, primeiramente, porque o cosmos não está fora; o ser humano influencia, mas é também influenciado por ele; os recursos não são inexauríveis, como já foi dito.

Daqui passa-se facilmente à ideia dum crescimento infinito ou ilimitado, que tanto entusiasmou os economistas, os teóricos da finança e da tecnologia. Isso supõe a mentira da disponibilidade infinita dos bens do planeta, que leva a “espremê-lo” até ao limite e para além do mesmo. Trata-se do falso pressuposto de que “existe uma quantidade ilimitada de energia e de recursos a serem utilizados, que a sua regeneração é possível de imediato e que os efeitos negativos das manipulações da ordem natural podem ser facilmente absorvidos” (CDSI, 2004, n. 462).

²⁶ GUARDINE, Romano. Das Ende derNeuzeit. (Würzburg 91965), 87. In.: FRANCESCO, Papa. *Encíclica Laudato Si'*. Sobre o cuidado da casa comum. Brasília: Edições CNBB, 2015. n. 104-105, p. 67.

²⁷ *Ibidem*.

Partindo de uma premissa falsa, a ruína é assegurada e isso é perceptível com a degradação constante e crescente do meio ambiente, onde apenas um pequeno grupo é beneficiado.

Tal paradigma, segundo Francisco, é atualmente dominante, se impõe, e nele o homem se coloca como protagonista e dominante; de tal modo se impõem também a política e a economia; tudo é permitido e lícito, desde que vise ao lucro, sem uma preocupação real com o desenvolvimento humano.

Mas o mercado, por si mesmo, não garante o desenvolvimento humano integral, nem a inclusão social. Entretanto, temos um “superdesenvolvimento dissipador e consumista que contrasta, de modo inadmissível, com perduráveis situações de miséria desumanizadora”, mas não se criam, de forma suficientemente rápida, instituições econômicas e programas sociais que permitam aos mais pobres terem regularmente acesso aos recursos básicos. Não temos suficiente consciência de quais sejam as raízes mais profundas dos desequilíbrios atuais: estes têm a ver com a orientação, os fins, o sentido e o contexto social do crescimento tecnológico e econômico (FRANCISCO, 2015, p. 110).

Ao focar apenas na produção e no lucro, perderam-se os referenciais éticos, em que toda a sociedade, de certa forma, se torna refém da tecnociência e de seu estatuto. O resultado, segundo Francisco, é “a degradação ambiental, a ansiedade, a perda do sentido da vida e da convivência social” (FRANCISCO, 2015, p. 110).

A saída está em se repensar a política, pois sem isso, todas as iniciativas de defesa do meio ambiente estão fadadas ao fracasso. Com o entusiasmo e a esperança que lhe são peculiares, Francisco afirma que é preciso criar um novo paradigma:

Todavia é possível voltar a ampliar o olhar, e a liberdade humana é capaz de limitar a técnica, orientá-la e colocá-la ao serviço doutro tipo de progresso, mais saudável, mais humano, mais social, mais integral. De fato, verifica-se a libertação do paradigma tecnocrático em algumas ocasiões. Por exemplo, quando comunidades de pequenos produtores optam por sistemas de produção menos poluentes, defendendo um modelo nãoconsumista de vida, alegria e convivência. Ou quando a técnica tem em vista prioritariamente resolver os problemas concretos dos outros, com o compromisso de os ajudar a viver com mais dignidade e menor sofrimento. E ainda quando a busca criadora do belo e a sua contemplação conseguem superar o poder objetivador numa espécie de salvação que acontece na beleza e na pessoa que a contempla. A humanidade autêntica, que convida a uma nova síntese, parece habitar no meio da civilização tecnológica de forma quase imperceptível, como a neblina que filtra por baixo da porta fechada. Será uma promessa permanente que, apesar de tudo, desabrocha como uma obstinada resistência daquilo que é autêntico? (FRANCISCO, 2015, n. 115).

Reconhece, porém, que há no ar uma descrença, a aposta permanece no modelo vigente, vive-se em fuga, na superficialidade e imersos em um tédio enfadonho, vazio existencial. Tal situação, afirma o Papa, nos põe diante da:

[...] urgência de avançar numa corajosa revolução cultural [...]. Ninguém quer o regresso à Idade da Pedra, mas é indispensável abrandar a marcha para olhar a realidade doutra forma, recolher os avanços positivos e sustentáveis e, ao mesmo tempo, recuperar os valores e os grandes objetivos arrasados por um desenfreamento megalómano (FRANCISCO, 2015, n. 125).

Produz-se mais do que se pode consumir, há desperdícios, descartabilidade, má distribuição da renda, fome, miséria imensas, massas sobrantes que, por não estarem no ciclo do consumo, “não são necessários”.

Francisco passa, então, a discorrer sobre a terceira raiz, em que o ser humano se vendo distanciado de toda a criação perde a própria noção de integridade e isso se dá, segundo ele, por três vertentes: o relativismo prático, a necessidade de defender o trabalho e a inovação biológica a partir da pesquisa.

1.3.1.3 Crise do antropocentrismo moderno e suas consequências

Como já foi dito, a razão técnica foi posta sobre a realidade, e isso caracteriza o atual antropocentrismo; “debilita-se dessa forma o valor intrínseco do mundo” (FRANCISCO, 2015, n. 115). Ousar-se-ia dizer que o ser humano vive, dessa forma, uma esquizofrenia, em que parece que a defesa e o “cuidado da natureza são atividades dos fracos [...]. Se o ser humano se declara autónomo da realidade e se constitui dominador absoluto, desmorona-se e a própria base da sua existência” (FRANCISCO, 2015, n. 116-107).

Faz-se urgente um novo ser humano, com novas relações com a natureza, consigo e com os outros seres humanos e, para Francisco, isso se dá na abertura ao outro, valorizando-o, dando-lhe novamente a dignidade de imagem e semelhança de Deus.

Passa, então, a tratar das três vertentes já mencionadas.

- a) O relativismo prático, causado pela suposta onipotência do ser humano, defendido pelo paradigma da tecnociência.

A cultura do relativismo é a mesma patologia que impele uma pessoa a aproveitar-se de outra e a tratá-la como mero objeto, obrigando-a a trabalhos forçados, ou reduzindo-a à escravidão por causa duma dívida. É a mesma lógica que leva à exploração sexual das crianças, ou ao abandono dos idosos que não servem os interesses próprios. É também a lógica interna daqueles que dizem: “Deixemos que as forças invisíveis do mercado regulem a economia, porque os seus efeitos sobre a sociedade e a natureza são danos inevitáveis” (FRANCISCO, 2015, n. 125).

Diante disso, instaura-se o caos na sociedade, onde tudo é lícito: a venda ilegal dos órgãos, o tráfico humano, o crime organizado, o narcotráfico e, também, o consumo desenfreado, sem que se meçam suas consequências.

b) A necessidade de defender o trabalho

Afirma, nesse ponto, o mandato de Deus para que o ser humano administre a terra, mesmo que a tradução esteja errada: “domínio”, e não tenha sido empregado o termo correto: “administrar, guardar, zelar”, que era o real sentido.

O Papa afirma que é preciso rever o conceito de trabalho, que implica, necessariamente, relação. “Qualquer forma de trabalho pressupõe uma concepção sobre a relação que o ser humano pode ou deve estabelecer com o outro diverso de si mesmo” (FRANCISCO, 2015, n. 125). Para São Francisco, o trabalho era visto como dar continuidade à obra criadora e criativa de Deus.

O trabalho é necessário, assim como o progresso; faz parte do próprio sentido da vida e tal deve convergir para a realização humana e a defesa de sua dignidade. Porém, o império atual assim se apresenta:

Mas a orientação da economia favoreceu um tipo de progresso tecnológico cuja finalidade é reduzir os custos de produção com base na diminuição dos postos de trabalho, que são substituídos por máquinas. É mais um exemplo de como a ação do homem pode voltar-se contra ele mesmo. A diminuição dos postos de trabalho «tem também um impacto negativo no plano econômico com a progressiva corrosão do “capital social”, isto é, daquele conjunto de relações de confiança, de credibilidade, de respeito das regras, indispensável em qualquer convivência civil”. Em suma, “os custos humanos são sempre também custos econômicos, e as disfunções econômicas acarretam sempre também custos humanos” (FRANCESCO, 2015, n. 128).

Segundo Francisco, é um péssimo negócio para a sociedade o investir nas pessoas para se obter maior lucro. Há alternativas, e uma delas é a diversificação produtiva, valorizando-se as pequenas culturas.

c) A inovação biológica a partir da pesquisa

Francisco enfatiza, mais uma vez, a inteligência e a sabedoria do ser humano; no entanto, constata que tal inteligência tem sido usada para a produção de novas culturas (dá o exemplo dos transgênicos), das quais ainda não se sabe as consequências, porém, a implementação desse novo tipo de cultura está conduzindo a um novo êxodo rural, já que só os grandes podem implementá-la. Emergem, então, todas as consequências deste trabalhador transplantado à zona urbana. Infelizmente, cada vez mais se concentram as terras nas mãos de poucos, causando um grande desequilíbrio. Segundo o Papa, é preciso que:

Sem dúvida, há necessidade duma atenção constante, que tenha em consideração todos os aspectos éticos implicados. Para isso, é preciso assegurar um debate científico e social que seja responsável e amplo, capaz de considerar toda a informação disponível e chamar as coisas pelo seu nome. Às vezes não se coloca sobre a mesa a informação completa, mas é selecionada de acordo com os próprios interesses, sejam eles políticos, econômicos ou ideológicos. Isto torna difícil elaborar um juízo equilibrado e prudente sobre as várias questões, tendo presentes todas as variáveis em jogo (FRANCISCO, 2015, n. 135).

O pontífice ainda aponta para a necessidade de se constituírem grupos autônomos para que não sejam coagidos e cooptados, assegurando uma transparência nas suas análises, escutando a todos os envolvidos e resgatando os princípios éticos que defendam o valor inalienável do ser humano.

Assmann e Hinkelammert, ao trabalharem a idolatria do mercado, assim concluem:

Dito de outro modo, a relação entre a ideologia e os mecanismos práticos é tão estreita que se requer um enorme esforço para desvincular ou distanciar a consciência das práticas já operacionalizadas mediante mecanismos predefinidos [...] A maioria dos indicadores econômicos, que subjazem às estatísticas econômicas, camuflam aspectos fundamentais da realidade (ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, 1989, p. 306 e 310).

Na lógica sacrificial do mercado, o ser humano e os recursos naturais têm sido usados se e quando necessários.

Francisco, percorrendo o caminho expressivo do Concílio Vaticano II, põe-se em atitude propositiva frente à realidade hodierna. Sem, contanto, deixar de constatar os reais entraves que o sistema possui e pelo qual a humanidade tem sido flagelada.

Reconhece que o sistema capitalista está produzindo esquizofrenia; o ser humano não se reconhece mais como parte da Criação e, dessa forma, tem rompido

a harmonia consigo mesmo, com a natureza e com os demais seres humanos. Encontra-se acorrentado ao ciclo de produzir, consumir, descartar, não só bens de consumo, como também as relações humanas.

Ao mesmo tempo em que reconhece a importância e as conquistas da tecnociência, alerta para os exageros de seu domínio, que não está mais visando ao bem da humanidade, mas corre um grande risco de manipulá-la, com sérias consequências para o equilíbrio ecológico como um todo.

A casa comum está sendo invadida e depredada, urge uma nova concepção de trabalho, em que se recupere a missão dada do Gênesis de administração: “cuidado da criação”. Ou se supera a lei do império, ou se sucumbirá pelo seu apetite voraz.

Ele também fala do vazio que leva ao consumo, fruto de um antropocentrismo exacerbado.

A situação atual do mundo “gera um sentido de precariedade e insegurança, que, por sua vez, favorece formas de egoísmo coletivo”. Quando as pessoas se tornam autorreferenciais e se isolam na própria consciência, aumentam a sua voracidade: quanto mais vazio está o coração da pessoa, tanto mais necessita de objetos para comprar, possuir e consumir.

Em tal contexto, parece não ser possível, para uma pessoa, aceitar que a realidade lhe assinala limites; nesse horizonte, não existe sequer um verdadeiro bem comum. Se este é o tipo de sujeito que tende a predominar numa sociedade, as normas serão respeitadas apenas na medida em que não contradigam as necessidades próprias. Por isso, não pensemos só na possibilidade de terríveis fenômenos climáticos ou de grandes desastres naturais, mas também nas catástrofes resultantes de crises sociais, porque a obsessão por um estilo de vida consumista, sobretudo quando poucos têm possibilidades de o manter, só poderá provocar violência e destruição recíproca (FRANCISCO, 2015, n. 204).

Mateos (1993) afirma que essa proximidade faz com que se instaurem novas relações; seus seguidores entram também na esfera divina, ele mesmo fala, pois é Deus, não precisa de intermediários e vai formando o povo na nova aliança.

Segundo o Papa, é urgente que a humanidade, e não só os cristãos, se comprometam com a ecologia integral que, para ele, abrange estes cinco aspectos: a) Ecologia ambiental, econômica e social; b) Ecologia cultural; c) Ecologia da vida cotidiana; d) O princípio do bem comum e, e) A justiça intergeracional.

a) Ecologia ambiental, econômica e social

Assim define ecologia: “A ecologia estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem” (FRANCISCO, 2015. n. 138). Relações, portanto, em que todos são afetados, até mesmo a menor ação pode edificar ou desequilibrar a todos. Questiona os atuais modelos de desenvolvimento, de produção e de consumo e diz ser indispensável uma visão ampliada desse todo complexo; para tanto, é preciso ouvir os cientistas sobre o impacto de certas decisões.

Francisco não é ingênuo; percebe que as decisões são tomadas a partir de uma única ótica: a do poder e do lucro imediato, sem que haja corresponsabilidade.

Além disso, o crescimento econômico tende a gerar automatismos e a homogeneizar, a fim de simplificar os processos e reduzir os custos. Por isso, é necessária uma ecologia econômica capaz de induzir a considerar a realidade de forma mais ampla. Com efeito, “a proteção do meio ambiente deverá constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá ser considerada isoladamente”. Mas, ao mesmo tempo, torna-se atual a necessidade imperiosa do humanismo, que faz apelo aos distintos saberes, incluindo o econômico, para uma visão mais integral e integradora. Hoje, a análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos, e da relação de cada pessoa consigo mesma, que gera um modo específico de se relacionar com os outros e com o meio ambiente. Há uma interação entre os ecossistemas e entre os diferentes mundos de referência social e, assim, se demonstra mais uma vez que “o todo é superior à parte” (FRANCISCO, 2015, n. 141).

Aponta, como uma possível saída para a construção de uma ecologia integral, retornar ao humanismo integrador.

b) Ecologia cultural

O Papa atesta que, além da perda dos recursos naturais, tem-se perdido o patrimônio histórico, artístico e cultural, o que constitui o caráter identitário, e, portanto, há uma violência sendo praticada.

É notória a irreverência das novas gerações em relação às anteriores; é perceptível o mal-estar intergeracional. Os jovens, por dominarem o aparato tecnológico, parecem crer ser esse o único e irrefutável *modus operandi*, e que tudo mais é obsoleto e retrógrado. Faz-se memória de uma afirmação do biblista Johan Konings, que, em uma conferência, afirmava que “ignorar a tradição é como cortar o galho onde se está sentado”.

Há uma violência explícita na tendência a globalizar as culturas, mutila-se a variedade cultural à qual o Papa chama de “tesouro da humanidade” (FRANCISCO, 2015, n. 144).

Muitas formas de intensa exploração e degradação do meio ambiente podem esgotar não só os meios locais de subsistência, mas também os recursos sociais que consentiram um modo de viver que sustentou, durante longo tempo, uma identidade cultural e um sentido da existência e da convivência social. O desaparecimento duma cultura pode ser tanto ou mais grave do que o desaparecimento duma espécie animal ou vegetal. A imposição dum estilo hegemônico de vida ligado a um modo de produção pode ser tão nocivo como a alteração dos ecossistemas (FRANCISCO, 2015, n. 145).

A superação dessa massificação, segundo Francisco, se dá pela preservação das culturas locais, particularmente dos grupos minoritários, e tal ação passa pela preservação dos territórios, tal qual o Antigo Israel tem na terra um sinal de benção divina e cultivo da memória dos ancestrais.

c) Ecologia da vida quotidiana

Francisco atrela o progresso à qualidade de vida; os ambientes onde vivemos têm que propiciar harmonia, saúde e bem-estar; e reconhece que há muitos grupos empenhados em tornar os ambientes mais salubres. Reconhece, no entanto, que muito do caos em que se vive está atrelado à indigência:

Inversamente está provado que a penúria extrema vivida em alguns ambientes privados de harmonia, magnanimidade e possibilidade de integração facilita o aparecimento de comportamentos desumanos e a manipulação das pessoas por organizações criminosas. Para os habitantes de bairros periféricos muito precários, a experiência diária de passar da superlotação ao anonimato social, que se vive nas grandes cidades, pode provocar uma sensação de desenraizamento que favorece comportamentos antissociais e violência. Todavia tenho a peito reiterar que o amor é mais forte. Muitas pessoas, nestas condições, são capazes de tecer laços de pertença e convivência que transformam a superlotação numa experiência comunitária, onde se derrubam os muros do eu e superam as barreiras do egoísmo. Esta experiência de salvação comunitária é o que muitas vezes suscita reações criativas para melhorar um edifício ou um bairro (FRANCISCO, 2015, n. 149).

Parece fazer eco a uma fala de Dom Helder Câmara: “os excluídos se tornarão opressores”, ou ainda o desejo humano de “*nomia*”, ser considerado, ser visto, sentir-se incluído no tecido social. O não pertencer pode ser causa de violência ou de agregação a grupos degradantes da própria dignidade.

- d) O princípio do bem comum: a terra, e o que ela produz, é de todos e para todos; urge, portanto, resgatar a solidariedade e a opção preferencial pelos pobres, que, para o Papa, é uma exigência ética fundamental.
- e) A justiça intergeracional: o Papa faz um apelo a um compromisso com as gerações futuras:

[...] Com que finalidade passamos por este mundo? Para que viemos a esta vida? Para que trabalhamos e lutamos? Que necessidade tem de nós esta terra? Por isso, já não basta dizer que devemos preocupar-nos com as gerações futuras; exige-se ter consciência de que é a nossa própria dignidade que está em jogo. Somos nós os primeiros interessados em deixar um planeta habitável para a humanidade que nos vai suceder. Trata-se de um drama para nós mesmos, porque isto chama em causa o significado da nossa passagem por esta terra (FRANCISCO, 2015, n. 160).

Faz um convite a ouvir os ambientalistas, e a não desprezar os anúncios catastróficos que estão sendo anunciados. É urgente repensar a equação bem-estar/consumo e desperdício, tanto material como humano.

No capítulo quinto, aborda o tema: política e economia em diálogo para a plenitude humana; afirma:

A política não deve submeter-se à economia, e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia. Pensando no bem comum, hoje precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente da vida humana. [...] A produção não é sempre racional, e muitas vezes está ligada a variáveis econômicas que atribuem aos produtos um valor que não corresponde ao seu valor real. Isto leva frequentemente a uma superprodução de algumas mercadorias, com um impacto ambiental desnecessário, que simultaneamente danifica muitas economias regionais. [...] Mais uma vez repito que convém evitar uma concepção mágica do mercado, que tende a pensar que os problemas se resolvem apenas com o crescimento dos lucros das empresas ou dos indivíduos. Será realista esperar que quem está obcecado com a maximização dos lucros se detenha a considerar os efeitos ambientais que deixará às próximas gerações? Dentro do esquema do ganho, não há lugar para pensar nos ritmos da natureza, nos seus tempos de degradação e regeneração, e na complexidade dos ecossistemas que podem ser gravemente alterados pela intervenção humana (FRANCISCO, 2015, n. 189, 190).

O Papa afirma que tais precauções não põem limites à criatividade humana e ao desenvolvimento, mas propõe novos rumos que possam honrar o ser humano, superando a mentalidade utilitária e individualista. Tais posições dependem de um posicionamento político:

Precisamos de uma política que pense com visão ampla e leve por diante uma reformulação integral, abrangendo num diálogo interdisciplinar os vários aspectos da crise. Muitas vezes, a própria política é responsável pelo seu descrédito, devido à corrupção e à falta

de boas políticas públicas. Se o Estado não cumpre o seu papel numa região, alguns grupos econômicos podem se apresentar como benfeitores e apropriar-se do poder real, sentindo-se autorizados a não observar certas normas até se chegar às diferentes formas de criminalidade organizada, tráfico de pessoas, narcotráfico e violência muito difícil de erradicar. Se a política não é capaz de romper uma lógica perversa e perde-se também em discursos inconsistentes, continuaremos sem enfrentar os grandes problemas da humanidade. Uma estratégia de mudança real exige repensar a totalidade dos processos, pois não basta incluir considerações ecológicas superficiais enquanto não se puser em discussão a lógica subjacente à cultura atual. Uma política sã deveria ser capaz de assumir este desafio (FRANCISCO, 2015, n. 197).

Conclui que não cabe ficar no jogo política e economia culpando-se, mas é preciso que cada qual assuma os erros cometidos e se proponha a mudar, tendo em vista o bem comum, superando as rivalidades, os conflitos e as guerras.

A religião, o poder e a violência estão imbricados como se pode notar ao longo da história da humanidade; em nome de uma crença, se cometeram inúmeras formas de violência individual e coletiva, física e simbólica.

Tal violência, em nossos dias, é muito mais visível, dada a imediatez com que as notícias do mundo inteiro chegam tal qual uma avalanche. Se, de um lado, se conhecem mais as realidades distantes, de outro, o constante acesso às mais inúmeras violências pode fazer com que o espectador se “acostume” e passe a achar normal.

A violência é causada, em grande parte, pela usurpação da dignidade humana e da Criação como um todo. A desigualdade social, o consumismo, a exploração humana e da natureza, a globalização da miséria material e cultural levam ao caos em que se vive.

Na Encíclica *Laudato Si*, o Papa faz um apelo a toda a humanidade para rever a própria postura diante das inúmeras propostas de bem-estar que a sociedade tem ofertado. Convoca a todos a mudarem de visão, a escutarem os que têm atestado a fragilidade do atual sistema e suas catastróficas consequências para a humanidade como um todo.

Particularmente no capítulo quarto, aponta que é preciso uma nova postura diante da ecologia ambiental, econômica e social; da ecologia cultural; da ecologia da vida quotidiana; do princípio do bem comum e da justiça intergeracional.

Solicita, em toda a Encíclica, a mudança do comportamento violento em todos os níveis, resgatando a harmonia da Criação e o equilíbrio ecológico. Visto que os cristãos católicos no Brasil configuram, segundo o último senso, 64, 6% da

população²⁸ se houvesse um posicionamento concreto, em prol do consumo consciente, o impacto na sociedade de consumo, no meio ambiente e nas relações humanas seria visível.

São João Paulo II debruçou-se, com interesse sempre maior, sobre este tema. Na sua primeira Encíclica, advertiu que o ser humano parece “não se dar conta de outros significados do seu ambiente natural, para além daqueles que servem somente para os fins de um uso ou consumo imediatos”. Mais tarde, convidou a uma conversão ecológica global. Entretanto fazia notar o pouco empenho que se põe em salvaguardar as condições morais de uma autêntica ecologia humana. A destruição do ambiente humano é um fato muito grave, porque, por um lado, Deus confiou o mundo ao ser humano e, por outro, a própria vida humana é um dom que deve ser protegido de várias formas de degradação. Toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas “nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades”. O progresso humano autêntico possui um carácter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana, mas deve prestar atenção também ao mundo natural e “ter em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado”. Assim, a capacidade do ser humano transformar a realidade deve desenvolver-se com base na doação originária das coisas por parte de Deus (FRANCISCO, 2015, n. 5).

Optar por uma vida de sobriedade no consumo é comprometer-se com a vida, assumindo a mística de Jesus comprometido, devotado ao cuidado do outro. Tal mística impele ainda hoje a uma revolução “do bem querer” que rompe o individualismo, o comodismo e o indiferentismo.

Castilho (2012), em sua obra *Espiritualidade para insatisfeitos*, aponta que o centro da espiritualidade cristã não está na religião, na ascética, na virtude nem na perfeição da pessoa, mesmo que tudo isso seja importante e necessário; conclui que a espiritualidade cristã deve estar centrada na vida, e na vida “sem adjetivos”:

Nós, cristãos, devemos crer e esperar a vida eterna, da mesma forma que temos de procurar e defender a vida que Deus nos concede mediante sua graça. Todavia, com a condição que tudo isso seja feito *a partir dessa vida*, a vida que cada um leva e pode levar neste mundo. Porque, com excessiva frequência, entre nós, cristãos, se produz a “evasão para os adjetivos” que indiquei anteriormente, ao mesmo tempo que nos desinteressamos pelos “substantivos” da vida. Ou seja,

²⁸ Já os católicos passaram de 73, 6%, em 2000, para 64, 6%, em 2010. Embora o perfil religioso da população brasileira mantenha, em 2010, a histórica maioria católica, esta religião vem perdendo adeptos desde o primeiro Censo, realizado em 1872. Até 1970, a proporção de católicos variou 7, 9 pontos percentuais, reduzindo de 99, 7%, em 1872, para 91, 8%. Esta redução no percentual de católicos ocorreu em todas as regiões, mantendo-se mais elevada no Nordeste (de 79, 9% para 72, 2% entre 2000 e 2010) e no Sul (de 77, 4% para 70, 1%). A maior redução ocorreu no Norte, de 71, 3% para 60, 6%, ao passo que os evangélicos, nessa região, aumentaram sua representatividade de 19, 8% para 28, 5%. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>. Acesso: 09 de julho de 2019.

importa-nos pouco (ou nada) aquilo que acontece na vida ao nosso redor e, sobretudo, nos tornamos insensíveis à “vida de cão” que têm de suportar tantos seres humanos...se a espiritualidade quer ser coerente com a mensagem de Jesus, em primeiro lugar, e com as exigências do nosso tempo, em segundo lugar, não tem outro caminho senão *levar a sério a vida* e lutar por ela, também quando isso possa significar enfrentar as patologias da religião, como aconteceu com Jesus (CASTILHO, 2012, p. 46-47).

Nesse contexto, a condição para que ocorra esse revestimento e filiação – “tornar-se Filhos de Deus” – só ocorre se houver relações de irmandade e de defesa da vida, vida para todo o *criato*.

Há um momento para tudo e um tempo para todo o propósito debaixo dos céus. Tempo de nascer, e tempo para morrer; tempo de plantar, e tempo de arrancar a planta. Tempo de matar, e tempo de curar; tempo de destruir, e tempo de construir; tempo de chorar, e tempo de rir; tempo de gemer, e tempo de bailar. Tempo para atirar pedras, e tempo de recolher pedras; tempo de abraçar, e tempo de se separar. Tempo de buscar, e tempo de perder; tempo de guardar, e tempo de jogar fora. Tempo para rasgar, e tempo de costurar; tempo de calar, e tempo de falar. Tempo de amar, e tempo de odiar; tempo de guerra, e tempo de paz. Que proveito o trabalhador tira de sua fadiga? Eu observo a tarefa que Deus deu aos homens para que delas se ocupem: tudo o que ele faz é apropriado ao seu tempo (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1995, Ecl 3, 1-11).

A riqueza contida nestes versos milenares do livro de Eclesiastes demonstra a sabedoria de um povo que compreende a fugacidade do tempo e o seu incontrolável poder.

Mas o que há com o tempo no nosso tempo? Os teólogos dizem que estamos vivendo uma época de mudanças e uma mudança de época. Não é mero trocadilho; de tempo em tempo, a humanidade passa por transformações radicais, onde há uma revolução do modo de produção material e intelectual; rompem-se os paradigmas e se ditam novas tendências e modos de vida.

Os povos da América Latina e do Caribe vivem hoje uma realidade marcada por grandes mudanças que afetam profundamente suas vidas. Como discípulos de Jesus Cristo, sentimo-nos desafiados a discernir os “sinais dos tempos”, à luz do Espírito Santo, para nos colocar a serviço do Reino, anunciado por Jesus, que veio para que todos tenham vida e “para que a tenham em plenitude” (Jo 10, 10). A novidade dessas mudanças, diferentemente do ocorrido em outras épocas, é que elas têm alcance global que, com diferenças e matizes, afetam o mundo inteiro. Habitualmente são caracterizadas como o fenômeno da globalização. Um fator determinante dessas mudanças é a ciência e a tecnologia, com sua capacidade de manipular geneticamente a própria vida dos seres vivos, e com sua capacidade de criar uma rede de comunicações de alcance mundial, tanto pública como privada, para interagir em tempo real, ou seja, com simultaneidade, não obstante as distâncias geográficas. Como se costuma dizer, a história se acelerou e as próprias mudanças se

tornam vertiginosas, visto que se comunica com grande velocidade a todos os cantos do planeta (CELAM, 2007, n. 33-34).

A sensação que se tem é que, devido aos avanços supracitados, o tempo tornou-se mais curto. Chega-se a ter vergonha de dizer “estou descansando”, o que é uma declaração eloquente de que se vive em um caos desumanizante.

A proposta dos mentores da Revolução Industrial e, mais tarde, do avanço tecnocientífico, era possibilitar aos seres humanos melhores condições de vida e maior tempo de lazer. Em parte, tais objetivos foram alcançados, se pensarmos que o caminho que se fazia em meses no lombo de animais, hoje se faz em horas com o uso do avião, não se pode negar que houve progresso.

O mesmo pode ser dito acerca da internet, que disponibiliza, em fração de segundos, as maiores bibliotecas sem que se precise sair de casa, e isso é fantástico. Poder-se-ia continuar a tecer uma lista infinda de benefícios que o mundo pós-moderno possibilita.

No entanto, nem tudo são flores, primeiramente, a ciência não conseguiu solucionar todos os problemas, como havia se proposto. Ainda se morre de câncer e, mais recentemente, morre-se por picada de mosquito, por gripe e por Corona vírus (COVID-19). Na observação dos índices de doenças que pareciam superadas retornarem, é mais que justo se questionar sobre a involução humana.

Sem pretender dar respostas simplórias a fenômenos tão abrangentes e complexos, tentar-se-á identificar algumas das causas dessa involução humana.

Primeiramente, a benesse apregoada no mundo globalizado não pertence a todos. Tem-se uma minoria riquíssima, um grande grupo de classe média baixa, que são os que produzem e chegam, a duras penas, a adquirir algo, e uma grande massa de miseráveis, estes últimos, considerados, em alguns meios, como classe dos sobrantes.

Nesse novo contexto social, a realidade para o ser humano se tornou cada vez mais sem brilho e complexa. Isso quer dizer que qualquer pessoa individual necessita sempre mais informação, se deseja exercer sobre a realidade o senhorio a que, por vocação, está chamada. Isso nos tem ensinado a olhar a realidade com mais humildade, sabendo que ela é maior e mais complexa que as simplificações com que costumávamos vê-la em passado ainda não muito distante e que, em muitos casos, introduziram conflitos na sociedade, deixando muitas feridas que ainda não chegaram a cicatrizar. Também se tornou difícil perceber a unidade de todos os fragmentos dispersos que resultam da informação que reunimos. É frequente que alguns queiram olhar a realidade unilateralmente a partir da informação econômica, outros, a partir da informação política ou científica, outros, a partir do entretenimento ou do espetáculo. No entanto, nenhum desses critérios parciais consegue propor-nos um significado coerente para tudo o que existe. Quando as pessoas

percebem essa fragmentação e limitação, costumam sentir-se frustradas, ansiosas, angustiadas. A realidade social parece muito grande para uma consciência que, levando em consideração sua falta de saber e informação, facilmente se crê insignificante, sem ingerência alguma nos acontecimentos, mesmo quando soma sua voz a outras vozes que procuram ajudar-se reciprocamente (CELAM, 2007, n. 36).

O capítulo quarto dessa Encíclica *Laudato Si'* parece deixar claro o que é preciso no cotidiano para que se possa afirmar uma vivência da mística de Cristo. Tornar-se filho de Deus, sem dúvida alguma, é um privilégio, uma dádiva, mas traz consigo o peso do compromisso com o próximo, com a vida em todas as suas dimensões.

E não uma vida qualquer, uma vida de filhos, irmãos, corresponsáveis, cuidadosos, zelosos, inquietos com a desigualdade, com a marginalização e com a discriminação.

Não obstante essa realidade desigual há uma propaganda enganosa de que os bens de consumo são para todos e que as oportunidades são iguais, basta querer. Tamanho engodo causa na sociedade a ilusão de que só se é feliz quando se consegue consumir; confunde-se o ser com o ter. Ou, pior ainda, só quem tem.

Esse jogo é tão mascarado, envolvente, que as pessoas têm voltado ao regime de escravidão, horas presas no trânsito, horas no trabalho, retorna-se em casa e inicia-se a terceira jornada. Quem é forte física, psíquica e espiritualmente consegue bem ou mal dar conta de jornada tão intensa, porém, a massa desprovida, iludida de que pode ter, não conseguindo, passa a buscar meios “mais fáceis”, haja vista o número crescente de criminalidade em todos os países.

São pessoas que são más? Ou são vítimas de uma sociedade e de um modo de produção que só se sustenta se tiver excedente, sobra? Diante desse contexto massacrante, que entristece o ministro do Senhor, a quem foi confiado o pastoreio, precisa assumir sua missão profética e paterna, como exorta Papa Francisco:

Num mundo que vive de desconfiança, de desânimo e depressão, numa cultura em que os homens e as mulheres se deixam levar por fragilidades e fraquezas, por individualismos e interesses pessoais, é-nos pedido que introduzamos a confiança na possibilidade de uma felicidade verdadeira, de uma esperança possível, que não se apoie unicamente nos talentos, nas qualidades, no saber, mas em Deus. Todos podem encontrá-lo; basta procurá-lo de coração sincero. Os homens e as mulheres do nosso tempo esperam palavras de consolação, proximidade, perdão, alegria verdadeira. Somos chamados a levar a todos o abraço de Deus, que se inclina sobre nós com ternura de mãe: consagrados, sinal de humanidade plena, facilitadores e não controladores da graça, marcados pelo sinal da consolação. [...] Uma mudança nos estilos de vida poderia chegar a exercer uma pressão salutar sobre quantos detêm o poder político, econômico e social. Verifica-se isto quando os movimentos de

consumidores conseguem que se deixe de adquirir determinados produtos e assim se tornam eficazes na mudança do comportamento das empresas, forçando-as a reconsiderar o impacto ambiental e os modelos de produção. É um fato que, quando os hábitos da sociedade afetam os ganhos das empresas, estas se veem pressionadas a mudar a produção. Isto lembra-nos da responsabilidade social dos consumidores. “Comprar é sempre um ato moral, para além de econômico”. Por isso, hoje, “o tema da degradação ambiental põe em questão os comportamentos de cada um de nós” (FRANCISCO(a), 2015, n. 8; 206).

Mais do que nunca, os seguidores do Senhor precisam auxiliar a tirar as vendas que o sistema capitalista está impondo. Acordar os fiéis da miragem em que se encontram submersos. Dispor-se a cuidar é intervir nesse mecanismo dilacerante.

O amor, cheio de pequenos gestos de cuidado mútuo, é também civil e político, manifestando-se em todas as ações que procuram construir um mundo melhor. O amor à sociedade e o compromisso pelo bem comum são uma forma eminente de caridade, que toca não só as relações entre os indivíduos, mas também “as macrorrelações como relacionamentos sociais, econômicos, políticos”. Por isso, a Igreja propôs ao mundo o ideal duma “civilização do amor”. O amor social é a chave para um desenvolvimento autêntico: “Para tornar a sociedade mais humana, mais digna da pessoa, é necessário revalorizar o amor na vida social – nos planos político, econômico, cultural – fazendo dele a norma constante e suprema do agir”. Neste contexto, juntamente com a importância dos pequenos gestos diários, o amor social impele-nos a pensar em grandes estratégias que detenham eficazmente a degradação ambiental e incentivem uma *cultura do cuidado* que permeie toda a sociedade. Quando alguém reconhece a vocação de Deus para intervir juntamente com os outros nestas dinâmicas sociais, deve lembrar-se de que isto faz parte da sua espiritualidade, é exercício da caridade e, deste modo, amadurece e se santifica (FRANCISCO(a), 2015, n. 231).

Diante de tal panorama, parece que há um apelo aos cristãos para que assumam radicalmente a própria missão de edificação do Reino que o Senhor veio anunciar. Parece ser essa a proposta mais eficaz para dar à humanidade o ritmo de uma existência mais plena.

1. 4 A MÍSTICA CRISTÃ E A OPÇÃO ÉTICA²⁹

Se o apelo é para que se assuma uma nova postura, parece imprescindível, neste momento, aproximar-se do conceito de mística, para, então, se tentar vislumbrar a mística do Cristo e, a partir dela, delinear a mística do batizado “revestido Dele”, comprometido com a vida.

²⁹ Parte desse tópico foi abordado e publicado no trabalho: Um só em Cristo Jesus (Gálatas: 3, 26-28). Joel Antônio Ferreira e Alexandre de Siqueira Campos Coelho (orgs.). Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2019, p. 131-148.

Antes de tentar identificar o que caracterizava a mística de Jesus Cristo, é preciso ter claro o que é a mística. Ao longo das histórias das religiões, sempre se atribuiu o título de “místico” a pessoas que tinham uma experiência com o sagrado e, em sua maioria, pessoas que, devido a essa experiência, se isolavam do mundo.

No *rol* dos considerados místicos católicos, se encontram muitas pessoas que optaram por uma vida monástica, enclausurada; tal visão, de certa forma, elitizou a experiência e a vivência místicas.

O teólogo José Tolentino Mendonça (2016), em sua obra *A Mística do instante*, afirma que tal visão, além de afastar historicamente a mística de nossos dias, ainda a propõe como uma experiência individual isolada. Por sua vez, é necessário, segundo ele, retomar o conceito de Michel de Certeau: “é místico aquele que não pode deixar de caminhar” e acrescenta, referindo-se aos estudos de Certeau:

[...] Identifico de início uma extraordinária qualidade: não exclui ninguém, testemunha como a mística diz respeito a todos, é literalmente universal... Ela foi vista como uma experiência só de alguns, uma via marginal e elitista das situações concretas onde vive a maior parte dos homens, impermeável às aflições do presente (MENDONÇA, 2016, p. 31).

A palavra ‘mística’ tem a ver, na sua origem, com *mysterios*, do grego *múein*, que significa a percepção do que está escondido, seja numa realidade, seja numa intenção. Nas religiões, tal experiência tem a ver com um processo de iniciação, em que o iniciado vai descobrindo a crença do grupo do qual faz parte.

A mística tem a ver com mistério. Frei Betto assim o conceitua: “Mistério, portanto, não constitui uma realidade que se opõe ao conhecimento. Pertence ao mistério a ser conhecido. Mas pertence ao mistério continuar mistério no conhecimento [...] Não é limite da razão” (BETTO, 2014, p. 55).

Para o autor, a mística é a internalização do mistério, que acontece tanto interiormente como exteriormente, numa forma de compaixão com as realidades da vida. Portanto, foge do conceito anterior, que via a mística como algo que tem a ver com uma relação meramente vertical do que crê com Deus, intimista e circunspecta. Em outras palavras, a mística dá uma lente de sensibilidade para que o fiel olhe para o mundo com o coração de Deus.

A mística não é, pois, o privilégio de alguns bem-aventurados, mas uma dimensão da vida humana à qual todos têm acesso quando descem para um nível mais profundo de si mesmos; quando captam o outro lado das coisas e quando se sensibilizam diante do outro e da grandiosidade, complexidade e harmonia do universo. Todos, pois, somos místicos num certo nível (BETTO, 2014, p. 49).

Ainda, Mendonça assim a define:

A mística, entendida como experiência integral da vida, desafia-nos a uma nova composição onde o oposto (matéria e espírito, corpo e alma, razão e sentimento, *logos* e mito, prosa e poesia) são reconhecidos e mantidos conjuntamente, em harmonia. A ideia não é negá-los nem reconduzi-los a uma unidade amalgamada (MENDONÇA, 2016, p. 33).

Considerando então a mística como resultado de um transbordamento do amor cultivado do crente com o seu Senhor, que não consegue conter-se e transborda nas relações com a humanidade e todo o *criato*, pode-se então tentar delinear a mística de Jesus situando-o em seu tempo histórico e geográfico.

O mundo pós-moderno e sua estruturação social, política e econômica se encontram em colapso, fazendo com que a harmonia da Criação se rompa e, particularmente, haja uma desintegração da dignidade humana.

É preciso lembrar que, até a Revolução Industrial (1760-1840), a concepção de mundo era teocêntrica. Com a revolução e o advento na modernidade, o ser humano e a razão passam a ser o centro e, com a Revolução Tecnológica (metade do séc. XX), a máquina e quem a domina passam a ser o centro, o que gera, já de saída, um descarte do ser humano. A V Conferência do CELAM assim resume esse momento:

Vivemos uma mudança de época, e seu nível mais profundo é o cultural. Dissolve-se a concepção integral do ser humano, sua relação com o mundo e com Deus; “aqui está precisamente o grande erro das tendências dominantes do último século...” Quem exclui Deus de seu horizonte falsifica o conceito da realidade e só pode terminar em caminhos equivocados e com receitas destrutivas. Surge hoje, com grande força, uma sobrevalorização da subjetividade individual. Independentemente de sua forma, a liberdade e a dignidade da pessoa são reconhecidas.

O individualismo enfraquece os vínculos comunitários e propõe uma radical transformação do tempo e do espaço, dando papel primordial à imaginação. Os fenômenos sociais, econômicos e tecnológicos estão na base da profunda vivência do tempo, o qual se concebe fixado no próprio presente, trazendo concepções de inconsistência e instabilidade. Deixa-se de lado a preocupação pelo bem comum para dar lugar à realização imediata dos desejos dos indivíduos, à criação de novos e muitas vezes arbitrários direitos individuais, aos problemas da sexualidade, da família, das enfermidades e da morte (CELAM, 2007, n. 44).

A Doutrina Social da Igreja vem alertando sobre essa situação insustentável, suscitando uma análise crítica, detida e profunda sobre a realidade na qual se está inserido, para que, uma vez cômnicos do caos, se possa tomar atitudes concretas para recuperar, com urgência, a vida e a sustentabilidade do planeta.

Essa conscientização parte de um entendimento novo do papel do ser humano em relação ao *criato*. O ser humano precisa perceber-se como parte integrante de um todo, um ser entre seres igualmente importantes e interdependentes. O fracasso e a extinção de uma espécie implicam também a auto extinção humana.

A primeira conversão a ser feita é o sentir-se um em meio aos demais, e não superior. Porém, é preciso estender o conceito às relações humanas. Urge instaurar novas relações: consigo, com os outros que são diferentes, com as culturas, com os saberes, práticas diversas e com o cosmos; relações entre iguais. Pois a religião pode plasmar a pessoa. Schmidt (2007) considera que “a religião é um sistema de Símbolos que age para estabelecer, nas pessoas, humores e motivações poderosos, persuasivos e duradouros, formulando concepções de uma ordem geral de existência e revestindo essas concepções com tal aura de factualidade, de modo que esses humores e motivações pareçam singularmente realistas” (SCHMIDT, 2007, p. 79). Já Geertz (1989) identificou o poder estimulante da religião:

Quando dizemos que um homem é religioso, ou seja, motivado pela religião, isso é pelo menos parte [...] do que desejamos dizer. Outra parte do que queremos dizer é que ele, quando estimulado de maneira adequada, tem uma susceptibilidade a certas disposições, disposições que às vezes englobamos sob rubricas tais como “reverente”, “solene” ou “devoto”. [...] As inclinações que os símbolos sagrados induzem, em épocas e lugares diferentes, vão desde a exultação até a melancolia, da autoconfiança à autopiedade, de uma jocosidade incorrigível a uma suave apatia – para não falar do poder erógeno de tantos mitos e rituais mundiais (GEERTZ, 1989, p. 111).

Se a religião, como afirmam Silva e Gueertz, exerce essa influência, ela pode transformar o modo com que se instauram as relações.

A proposta do Evangelho de Jesus Cristo é de fraternidade comprometida, onde se estabeleçam relações de igualdade, e não de superioridade. Se iguais, é preciso, portanto, ter uma mística de proximidade, de comprometimento e defesa da vida, da vida plena dos humanos e do *criato* como um todo, promovendo uma ecologia integral. Bodnar, Freitas e Silva (2016) ressaltam esse aspecto, também presente na Encíclica *Laudato Si'*:

O forte apelo ético do significado da categoria sustentabilidade é reforçado na recente Encíclica do Papa Francisco. Neste documento, com densa fundamentação científica, são apresentados consistentes fundamentos no sentido de que os cuidados com a nossa casa comum exigem a acolhida plena de uma ecologia verdadeiramente integral e integradora (BODNAR; FREITAS; SILVA, 2016, p. 67).

Conclui-se, então, que estar sob a nova lei, “a do amor”, compreende tecer relações novas que rompem as estruturas de dominação e discriminação.

Tais relações precisam ser pautadas em uma vivência harmônica do ser humano: consigo mesmo, com os demais e, particularmente, numa relação de respeito e preservação da mãe terra. Percebeu-se ser fundamental que o ser humano redescubra sua dignidade de filho amado de Deus, feito à sua imagem e semelhança.

Que se aprendam a querer-se bem, aceitando-se como são, libertando-se dos padrões impostos pelo mercado, pois, sem isso, não se conseguirá querer bem ao outro. Querer bem ao outro é romper a indiferença. Globalizou-se tudo, porém, não foram globalizados os valores, o respeito e a tolerância.

A mística cristã é tecida por uma vivência acolhedora e respeitosa das culturas diferentes, ao mesmo tempo em que solidifica e apregoa a defesa das culturas locais como meio de preservação de um patrimônio identitário. Implica a superação da lógica de uma luta de poder, de acumulação, uma minoria que manobra massas inteiras, por vezes escondidas por detrás de uma bandeira ou até em nome de Deus.

Percebe-se que as pessoas estão adoecendo física e psiquicamente por sobrecarregarem-se de trabalho, que tem por finalidade poder consumir. Bauman (2009) descreveu esse fenômeno:

Em suma: vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante. [...] O emergir da individualidade assinalou um progressivo enfraquecimento, a desintegração ou destruição da densa rede de vínculos sociais, que amarravam com força a totalidade das atividades da vida. Assinalou também que a comunidade estava perdendo o poder- e/ou interesse de regular normativamente a vida de seus membros. [...] Dos desejos e a crença firme e eterna de que cada ato visando a satisfazê-los deixa muito a desejar e pode ser aperfeiçoado, são esses os anúncios da economia que tem por alvo o consumidor. A sociedade de consumo consegue tornar permanente a insatisfação (BAUMAN, 2009, p. 8; 31; 105).

Neste afã de consumir sempre mais, entram em jogo as relações que se tornam fluidas, líquidas, instáveis, pois, para cultivar um relacionamento, se requer tempo e este também foi consumido.

Encontra-se, portanto, um estado caótico devido à violência difusa, que, em geral, tem como motor o desejo de posse, de poder e de acumulação. Como afirma a Conferência de Aparecida (2007):

A violência se reveste de várias formas e tem diversos agentes: o crime organizado e o narcotráfico, grupos paramilitares, violência comum, sobretudo na periferia das grandes cidades, violência de grupos juvenis e crescente violência intrafamiliar. Suas causas são múltiplas: a idolatria do dinheiro, o avanço de uma ideologia individualista e utilitarista, a falta de respeito pela dignidade de cada pessoa, a deterioração do tecido social, a corrupção, inclusive nas forças da ordem e a falta de políticas públicas de equidade social (CELAM, 2007, n. 78).

Santos (2002) chama a isso de microfísica da violência:

A posição social das populações mais diretamente atingidas pela globalização caracteriza-se pela desigualdade de oportunidades de vida, isto é, um acesso desigual a recursos e uma vivência de situações sociais desiguais, as quais podem ser resumidas em oito dimensões: saúde; habitação; trabalho; educação; relações de sociabilidade; segurança; informação e conhecimento; e participação política. Poderíamos reconhecer, em cada uma dessas dimensões, em relação à conscientização dos agentes sociais e de suas distintas posições de classe, de gênero e de etnia, a configuração de novas questões sociais mundiais. [...] 'Isto significa que "a globalização não diz respeito apenas ao que está 'lá fora', afastado e muito distante do indivíduo". É também fenômeno que se dá 'aqui dentro', influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas (SANTOS, 2002, p. 1).

Para enfrentar tal situação, o Papa sugere que é preciso pensar em uma ecologia cultural.

A dificuldade em levar a sério este desafio tem a ver com uma deterioração ética e cultural, que acompanha a deterioração ecológica. O homem e a mulher deste mundo pós-moderno correm o risco permanente de se tornar profundamente individualistas, e muitos problemas sociais de hoje estão relacionados com a busca egoísta de uma satisfação imediata, com as crises dos laços familiares e sociais, com as dificuldades em reconhecer o outro. Muitas vezes há um consumo excessivo e míope dos pais que prejudica os próprios filhos, que sentem cada vez mais dificuldade em comprar casa própria e fundar uma família. Além disso, esta falta de capacidade para pensar seriamente nas futuras gerações está ligada com a nossa incapacidade de alargar o horizonte das nossas preocupações e pensar naqueles que permanecem excluídos do desenvolvimento. Não percam tempo a imaginar os pobres do futuro, é suficiente que recordemos os pobres de hoje, que poucos anos têm para viver nesta terra e não podem continuar a esperar. Por isso, "para além de uma leal solidariedade entre as gerações, há que reafirmar a urgente necessidade moral de uma renovada solidariedade entre os indivíduos da mesma geração" (FRANCISCO 2015, n. 162).

O excesso de consumo tem levado também o planeta à saturação de seus bens naturais e não se sabe mais onde colocar o lixo que se está produzindo; a saturação se dá também no âmbito humano; tal é evidenciada pela fome, exclusão e violência.

Vê-se, no entanto, movimentos e associações humanitárias que tomam a frente dessa problemática, no entanto, é preciso que as religiões sejam mais incisivas e enfáticas com seus fiéis, já que as mesmas possuem grande poder na formação das ideias e das posturas. Santos³⁰ (2002) parte da constatação de que a violência se encontra difusa em todos os continentes; a globalização trouxe também a

³⁰ Parte desse tópico, abordamos e publicamos no artigo: *Laudato Si'*, uma proposta de superação da Violência. Revista Brasileira de Diálogo Ecumênico e Inter-religioso Caminhos de Diálogo, Curitiba, ano 7, n. 10, p. 63-70, jan. /jun. 2019.

mundialização de novos problemas, particularmente, o da desigualdade social. Afirma que a globalização se nutre da desigualdade.

A posição social das populações mais diretamente atingidas pela globalização caracteriza-se pela desigualdade de oportunidades de vida, isto é, um acesso desigual a recursos e uma vivência de situações sociais desiguais, as quais podem ser resumidas em oito dimensões: saúde; habitação; trabalho; educação; relações de sociabilidade; segurança; informação e conhecimento; e participação política. Poderíamos reconhecer, em cada uma dessas dimensões, em relação à conscientização dos agentes sociais e de suas distintas posições de classe, de gênero e de etnia, a configuração de novas questões sociais mundiais. [...] 'Isto significa que "a globalização não diz respeito apenas ao que está 'lá fora', afastado e muito distante do indivíduo". É também um fenômeno que se dá 'aqui dentro', influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas' (SANTOS, 2002, p. 1).

Segundo o autor, vive-se em uma constante situação de risco, e este pode ser externo, proposto naturalmente pelo mundo ou "risco fabricado", que é consequência da própria ação humana na natureza. Vive-se em uma intersecção da violência da insegurança e do mal-estar difuso.

Os meios de comunicação alimentam-se dessas situações e se encarregam de proclamar o "sensacional", criando realidades. Tais atos de violência, segundo Rosanvallon (1995), têm origem "nos processos de fragmentação social: "a desagregação dos princípios organizadores da solidariedade; a crise da concepção tradicional dos direitos sociais em oferecer um quadro para pensar os excluídos; vive-se, portanto, imerso na incerteza e no desencanto".

Pode-se questionar se há ainda lugar para a solidariedade, diante de uma sociedade individualista, solitária e narcisista, que perdeu os valores coletivos. Tal qual numa selva, cada um tenta sobreviver como pode, como a ideologia de mercado apregoa que os bens são para todos, o que não é verdade, como afirma Toaldo (1997) analisando Baudrillard:

Acreditar que vivemos numa "democracia do consumo"⁵ é mais uma ilusão para Baudrillard. Como na observação anterior, não podemos compreender a semelhança das pessoas pelo que elas consomem. Há diferença de escolhas, de gostos, de valores, de possibilidades que, antes de democratizar a sociedade, colaboram com a manutenção de determinadas posições (TOALDO, 1997, p. 3).

Não havendo a real democracia na aquisição de bens, aqueles que não conseguem adquirir passam a usar de violência para realizar o que René Girard (2015) chama de o desejo mimético de ser/ter. Como as instituições estão enfraquecidas, como atesta Bauman (2005):

A principal força motora por trás desse processo tem sido desde o princípio a acelerada "liquefação" das estruturas e instituições sociais.

Estamos agora passando da fase “sólida” da modernidade para a fase “fluida”. E os “fluidos” são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito tempo e, a menos que sejam derramados num recipiente apertado, continuam mudando de forma sob a influência até mesmo das menores forças. Num ambiente fluido, não há como saber se o que nos espera é uma enchente ou uma seca – é melhor estar preparado para as duas possibilidades. Não se deve esperar que as estruturas, quando (se) disponíveis, durem muito tempo. (BAUMAN, 2005, p. 57).

A fluidez das instituições que, de certa forma davam suporte ao indivíduo, faz com que haja a perda total de controle; constata-se que o problema da violência não tem cunho exclusivamente econômico, político (causas eficientes) e há de se considerar a existência de uma microfísica da violência, de onde emergem os conceitos de coerção e força.

A noção de coerção, ou de força, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia. Envolve uma polivalente gama de dimensões, materiais, corporais e simbólicas, agindo de modo específico na coerção com dano que se efetiva. A afirmação de um dano supõe o reconhecimento das normas sociais vigentes, pertinentes a cada sociedade, em um período histórico determinado, normas que balizarão os padrões de legitimidade: a violência define-se então como um fenômeno cultural e histórico. Revela-se como um procedimento de caráter racional, o qual envolve, em sua própria racionalidade, o arbítrio, na medida em que o desencadear da violência produz efeitos incontroláveis e imprevisíveis. Simultaneamente, nas composições macrossociais, a violência é fundadora de uma sociedade dividida e desigual, fundada em relações de dominação e de submissão (SANTOS, 2002, p. 3).

Portanto, para se reconhecer que algo é um dano, é preciso verificar as normas locais. A violência está inserida numa rede de dominação e exclusão; pode também ser considerada como dispositivo de poder mediante a força e a coerção. Tal ação, antes de ser visível, é anunciada como violência simbólica; assim a define Bourdieu (1997, p. 204):

[...] considera como violência simbólica toda coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante (portanto, à dominação) quando, para pensar e se pensar ou para pensar sua relação com ele, dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que fazem com que essa relação pareça natural (BOURDIEU, 1997, p. 204).

Para Bourdieu, violência simbólica é vista como a forma de coação que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada, seja esta econômica, social ou simbólica.

Tal violência faz com que o ser humano aja sob uma força já estabelecida, que se impõe pelo discurso, pela tradição e pelos costumes, mostrando-se como única via que pode ser percorrida, imposta pelo poder simbólico.

Neste primeiro capítulo, procurou-se identificar a proposta fundante do cristianismo em relação ao consumo e ao desapego. Fizemos isso mergulhando no Discurso da Montanha, as Bem-Aventuranças, percebendo nelas a proposta clara de uma vivência que se contrapunha aos paradigmas do primeiro século d. C. Desapego esse que ia além do material, do consumir ou não, mas requeria da comunidade cristã primitiva uma transformação interior que implicava acolhida do diferente, aproximação reverente e amorosa do outro. A nova consciência fazia possível a partilha de bens, a itinerância e até mesmo a entrega da própria vida no martírio.

Constatou-se que o entendimento do desapego, com o cristianismo tornando-se religião oficial do Império Romano, perdeu a sua essencialidade, e, ao longo de séculos, as alianças com o poder temporal fortaleceu a Instituição Igreja, chegando a tornar-se também um império.

No entanto, o carisma inicial, com seus valores e enfrentamentos, foram cultivados nas pequenas comunidades, que sempre atuaram como um clamor tênue, por vezes silenciado, mas constantes no apontar a leveza e o profetismo da comunidade primitiva.

Sempre que ao interno da Instituição esses clamores ecoaram, houve um posicionamento do Magistério da Igreja, emanando aquilo que hoje se chama de Doutrina Social da Igreja.

A esse legado, une-se, em 2015, a Carta Encíclica *Laudato Si'* – Sobre o cuidado da casa comum, emanada por Papa Francisco, destinada a todos os seres humanos, como um apelo a repensar as relações com o meio ambiente.

Francisco analisa o contexto de depredação em que o Planeta se encontra: poluição e mudanças climáticas; escassez de água, perda da biodiversidade; deterioração da qualidade de vida humana e degradação social; desigualdade planetária; fraqueza das reações e diversidade das opiniões. Essa realidade, ele ilumina com o Evangelho da Criação, onde exorta a redescobrirmos o encantamento de sermos criaturas interligadas, codependentes.

Diante da crise, ecológica e antropológica, propõe a ecologia integral, que passa por novas relações econômicas, políticas e culturais, que só são possíveis se houver uma mudança radical do estilo de vida.

Propõe que, reassumindo a mística cristã, poder-se-á vencer a violência, a desigualdade, a exclusão, a cultura do descarte (cf. FRANCISCO, 2015, n. 22) das coisas e das pessoas.

Como se iniciou o presente capítulo escutando Jesus, que proclamava os bem-aventurados “felizes”, concluo com as palavras do Papa, que também, ao encerrar a Encíclica, põe como consequência desse resgate ético a alegria e a paz:

A espiritualidade cristã propõe uma forma alternativa de entender a qualidade de vida, encorajando um estilo de vida profético e contemplativo, capaz de gerar profunda alegria sem estar obcecado pelo consumo. É importante adotar um antigo ensinamento, presente em distintas tradições religiosas e também na Bíblia. Trata-se da convicção de que “quanto menos, tanto mais”. Com efeito, a acumulação constante de possibilidades para consumir distrai o coração e impede de dar o devido apreço a cada coisa e a cada momento. Pelo contrário, tornar-se serenamente presente diante de cada realidade, por mais pequena que seja, abre-nos muitas mais possibilidades de compreensão e realização pessoal. A espiritualidade cristã propõe um crescimento na sobriedade e uma capacidade de se alegrar com pouco. É um regresso à simplicidade que nos permite parar a saborear as pequenas coisas, agradecer as possibilidades que a vida oferece sem nos apegarmos ao que temos nem entristecermos por aquilo que não possuímos. Isto exige evitar a dinâmica do domínio e da mera acumulação de prazeres (FRANCISCO, 2015, n. 222).

Pode-se perguntar: e a Igreja Institucional, o quanto tem feito para incorporar esse desapego? Poder-se-ia elencar inúmeras iniciativas concretizadas no Vaticano, e fora dele, por aqueles que se deixaram interpelar; certamente não é unânime. Quando o Papa remete a Encíclica a toda família humana, fala também com seus filhos mais próximos, os que compõem a hierarquia.

A Igreja Católica, como parte do tecido social, reflete em seu interior as mesmas dificuldades e contradições presentes na sociedade, por mais que apregoe uma unidade desde a sua origem não foi única enquanto pensamento e perspectivas uniformes. Já no primeiro século são perceptíveis as ideias diferentes e por vezes divergentes dos apóstolos, hoje não é diferente. Se externamente ela sofre pressão por parte dos avanços científicos, da política, da economia, das diferenças culturais acirradas, internamente encontra-se mais que dividida do que nunca. É notório que os europeus que já disputavam o poder entre eles se sentem ameaçados por um Papa que mesmo sendo descendente de italianos não é italiano. Percebe-se o que Bourdieu (1996) constatara, que ao interno do campo, há conflito entre os agentes, e que esses disputam entre si para possuírem a hegemonia.

O campo religioso, assim como os demais, nessa perspectiva, é conflitual e agonístico, pois é também espaço de relações de força e de competição por bens e recursos escassos. É o lugar da coexistência de posições sociais, de

pontos mutuamente exclusivos, e que, para seus ocupantes, definem o princípio fundante dos pontos de vistas. É uma esfera definida pela exclusão mútua, pela distinção das posições que a religião é compreendida enquanto um dos campos constituintes da ótica bourdieusiana da sociedade, analisada a partir de uma perspectiva pluridimensional, com diversos microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem lógicas próprias, não reproduzidas e irreduzíveis às lógicas que regem outros campos (SILVEIRA; ANDRADE; PESSOA, 2019, p.787).

Tal conflito se acirra, pois seu lugar de vivência e fala destoa do mundo europeu. Papa Francisco foi forjado pelo auge da teologia da libertação e viveu em sua pele a ditadura militar, não é afeito aos títulos e honrarias, o que causa estranheza. Sua forma de governar de modo colegiado assusta e abre um precedente que pode macular os milênios de hierarquia centralizadora europeia.

Bergoglio já havia sido indicado oito anos antes, no conclave que elegeu o ultraconservador Josep Ratzguer, que fez a igreja retornar ao tempo pré-Concílio Vaticano II, e fez florescer os movimentos e as congregações com observância rígida, veste medievais e diretrizes retrógradadas, num movimento ferrenho de voltar a um passado onde o catolicismo dava as cartas do jogo.

A figura de Papa Francisco vista de um lado como um “pai bondoso”, de outro como alguém a ser combatido, pois suas posições correm o risco de mudar a administração cheia de privilégios e fazer com que a Igreja se misture com as coisas do mundo e perca sua identidade transcendente. No que tange ao administrativo, realmente Francisco tem desbaratado muitas situações espúrias dentro do Vaticano, o que o torna odioso pela alta hierarquia; quanto a perder-se no mundano, o temor é infundado, pois Francisco conhece muito bem os fundamentos teológicos e doutrinários da Igreja que é chamado a ser o chefe, como também é extremamente reverente às culturas locais.

Hans Küng (2012) ousa dizer que a Igreja esta enferma, e cita a análise de Thomas von Mistschke Collande que sintetiza a crise da Igreja Católica em cinco crises: no âmbito da fé; de confiança; de autoridade; de liderança e de mediação (cf.: KÜNG, 2012, p. 34). Dando continuidade à analogia com a doença, Küng identifica alguns ataques febris: as investigações policiais a bispos; prestação de conta do Vaticano; escândalos de lavagem de dinheiro; desordem no comando da Igreja e o velho assunto dos preservativos.

O cenário é de uma igreja que perde cada vez mais adeptos, que tenta dialogar com a sociedade, por meio das mídias, mas por não poder contar com o conhecimento

e adesão de suas propostas acaba por ser sabotada por seus próprios membros, sejam eles da hierarquia ou leigos.

CAPÍTULO 2 - CONFIGURAÇÕES DA SOCIEDADE DE CONSUMO E SUA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS CATÓLICOS

Abordei no primeiro capítulo como se deu a construção da *doxa* cristã a partir de uma análise hermenêutica da perícopa das Bem-Aventuranças narradas pelo evangelista Mateus. Esse texto colocou as bases do que chamamos de 'plano de governo' de Jesus, uma sociedade que ele chama de Reino de Deus, onde, tanto o *habitus*, como o *ethos*, diferenciavam-se do que era vivenciado nos diversos espaços nos quais essas comunidades, os cristãos do I e II século d. C, estavam inseridos.

Entendemos que esse foi um dado incipiente para a formulação do campo católico, já que inaugurou uma linguagem comum entre os agentes que irão compor esse campo nos séculos seguintes à vida de Jesus Cristo de Nazaré. Essa trajetória histórica que culminou na constituição do campo católico também foi apresentada, indicando como a *doxa* cristã se expande em todo o mundo conhecido, seja pela fé dos seguidores de Jesus, que estavam dispostos a darem a vida, bem como pelas alianças políticas e o acúmulo de bens materiais que tornaram o cristianismo católico poderoso, o que se deu com a cristandade.

Analisei a sistematização da Doutrina Social da Igreja Católica, indicando a tentativa da hierarquia católica de atualizar a *doxa*, responder as demandas de cada tempo e contribuir com a edificação do *ethos* cristão. Tal percurso foi coroado em 2015 pela Carta Encíclica *Laudato Si'*, escrita pelo Papa Francisco, que a destinou a toda a humanidade e não só aos cristãos católicos. Esse documento condensa em si um posicionamento claro e crítico do pontífice em relação à sociedade de consumo e a forma com que a mesma tem usado predatoriamente dos bens da natureza, provocando um colapso do equilíbrio ecológico e humano em todo o planeta, haja vista a atual crise pandêmica do Covid 19.

Uma vez identificados os princípios católicos em relação ao consumo, procurarei neste capítulo compreender como se configura a sociedade consumo atual e sua relação com os princípios católicos.

Tentarei demonstrar como os sujeitos e indivíduos se relacionam com as instituições religiosas contemporâneas, qual o poder de gerar coesão e solidariedade (DURKHEIM, 1999) que as instituições possuem sobre os sujeitos católicos. Verificando como os sujeitos criam e se orientam pelo *habitus* (BOURDIEU, 1989) e qual o lugar da religião nesse processo, e das demais instituições, que categorizamos entre grupos primários e secundários.

2. 1 SUJEITO NO MUNDO “PÓS-MODERNO”

A Revolução Industrial ocorrida na segunda metade do séc. XVIII constituiu-se num divisor entre o teocentrismo (próprio da Idade Média) e o antropocentrismo (Idade Moderna) no campo econômico-político. Nesse contexto dá-se a transição do Feudalismo para o Capitalismo, que já vinha sendo gestado no interior das inúmeras associações que defendiam a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Com o advento dos Estados Modernos e o processo de tornar-se, o que José Casanova chama de religião pública, a Igreja Católica reduz-se territorial e numericamente. A perda da hegemonia da Igreja Católica faz com que ela se coloque contra o pensar moderno que se apoia no empírico e não mais no metafísico. Segundo Libanio (2006) essa resistência se deu sobre três pilares: [...] um imaginário religioso compacto, o enquadramento do clero e dos leigos. Os engenheiros dessa obra lançaram mão de quatro instrumentos: a pedagogia do medo, a força política, os recursos econômicos e a inculcação simbólica (LIBANIO, 2006, p. 118).

Em outras palavras ocorreu um endurecimento institucional, procuraram blindar o que é cristão católico, para não se contaminar com as ideias modernas, substitui-se de certa forma a Bíblia pela doutrina escrita pelo Magistério da Igreja, com um objetivo claro de manipulação dos seus fiéis, menosprezando a consciência individual, essa tão cara ao ser humano moderno. A reconciliação da Igreja Católica com o livre pensar da modernidade só se deu no Concílio Vaticano II:

Só no Concílio Vaticano II, depois de acirrada discussão, a Igreja católica reconcilia-se com esse traço da modernidade, defendendo a liberdade religiosa. Com isso, aceitou que o cristianismo tivesse renunciado definitivamente o caminho trilhado no passado de uma religião cultural, obrigatória, vigiada e imposta. Agora se proclama religião da liberdade (LIBANIO, 2006, p. 119).

Há um ditado italiano que afirma *tra dire e fare c'è di mezzo il mare* (entre o falar e o fazer existe um mar), a proposta é de reconciliação e mudança de mentalidade, no entanto, em um campo tão diversificado, como dos membros da Igreja Católica, esperar unanimidade, aceitação e transformação do modo de pensar é sem dúvida uma expectativa pretenciosa e ilusória.

O ser humano moderno não abdica da sua capacidade de pensar, como resumira Kant “*sapere aude*”, não aceita mais que a igreja diga o que ele deve ou não cogitar. Para Libanio (2006) dois grupos tornam-se ciosos da liberdade da razão, os

operários e as elites intelectuais, e esses pouco a pouco se afastam do cristianismo. Pierrard (1978) afirma que a Revolução, até o final do séc. XIX, era vista pela Igreja Católica como a “raiz do Mal, crescendo em uma terra adubada pelo racionalismo, o voltairianismo, o laicismo e a maçonaria. “[...] Altar, trono e sociedade eram os três bens essenciais cobiçados pelos soldados de Satã” (PIERRARD, 1978, p. 225).

O cristianismo católico vai, pouco a pouco, perdendo seu espaço no espaço urbano e sobrevive no meio rural, enquanto os ideais modernos forjam um novo indivíduo, distanciado da crença em Deus e cada vez mais crente na razão.

Perder a hegemonia não quer dizer extinguir-se, segundo o teólogo Hans Küng (2012) “A estreiteza da estratégia romana prega o seguinte: fortificação para dentro e isolamento para fora!” (KÜNG, 2012, p. 157); há movimentos internos de endurecimento das normas e devoções (papalismo e marianismo) e externo de propagação e anúncio por meio da missionariedade que difundia devoções, Küng constata:

O conjunto compunha um sistema católico-romano ideologicamente fechado, que legitimava, por um lado, a distância em relação ao mundo moderno, e por outro, a reivindicação do que seria um monopólio, *como instância superior e última, da interpretação do mundo e das doutrinas morais*. O descompasso temporal entre estado da Igreja e os avanços da sociedade moderna era gritante (KÜNG, 2012, p. 157).

Em épocas de crise é mais fácil fazer o movimento de voltar às seguranças passadas do que se lançar ao novo e incerto. Como já afirmamos no I Capítulo, não se pode, contudo, restringir o campo católico apenas à sua hierarquia, há um carisma cultivado que continua a cumprir seu papel de cuidado e de solidariedade nas comunidades locais que partilham a Boa Nova e tentam pô-la em prática.

Vimos, até então, a posição da Igreja Católica em relação à identidade racional do ser humano e a sua liberdade diante das propostas religiosas, típica do mundo moderno, porém, o moderno vivido por séculos trouxe uma nova realidade e uma nova identidade para os sujeitos, mais uma vez nos encontramos em uma severa reformulação identitária.

Esse indivíduo hoje é mais que moderno, é pós-moderno ou até mesmo hipermoderno. Segundo Hall (2006) alguns teóricos acreditam que vivemos uma crise da identidade, em função dos processos de exacerbação da fragmentação identitária, que traz instabilidade e o põe em uma crise em todos os seus aspectos, pois a ilusão de um lugar identitário fixo já não mais existe, e isso leva à perda do “sentido de si” (HALL, 2006, p. 9) gerando então uma crise de identidade.

Hall considera que a modernidade está mudando e que se vive um “pós’ relativamente a qualquer concepção essencialista ou fixa de identidade – algo que, desde o iluminismo, supõe definir o próprio núcleo ou essência do nosso ser e fundamentar nossa existência como sujeitos humanos” (HALL, 2004, p. 10), para ele, o sujeito pós-moderno passa a ser definido historicamente e não biologicamente, a identidade unificada é hoje (e, talvez sempre tenha sido) uma fantasia. O indivíduo não possui mais uma localização, é um ser global, e nessa globalização há um desalocamento dos sistemas sociais e uma descontinuidade.

Hall (2006) afirma que, na modernidade tardia, as sociedades são marcadas pelas diferenças, divisões e antagonismos, que se articulam em alguns aspectos, mas não se fundem. Dessa forma, as identidades se desarticulam e se abrem a novas possibilidades, pois na realidade nunca a identidade foi unificada.

A modernidade, portanto, ora rompe e ora não rompe com a visão religiosa. Isso porque, nesse modelo organizacional, foram geradas novas necessidades, que não são jamais exauridas, causando permanentemente insatisfação. O que para LEGÉR (2008) “gerou novas utopias prometendo “um mundo de abundância e de paz, finalmente, realizado” (HERVIEU-LEGÉR, 2008, p. 38, 39).

Gerou-se uma insaciabilidade de conhecer, de comunicar cada vez mais rápido, abrindo espaço para a produção imaginária, tal sede busca preencher o vazio da existência. Há, no entanto, uma expectativa a ser respondida, eis a intenção das novas férias de religiosidade, as chamadas religiosas – seculares – de políticas – de técnica – e de produção. Para LEGÉR (2008) é errado dizer que houve um retorno ao religioso, pois no fenômeno atual há crença (necessária diante das incertezas que se apresentam), não religião. Nessa crença faz-se uma bricolagem, marcada pela “tendência geral à individualização e a subjetividade das crenças religiosas” (FOLLMAN, 2007), dissociou-se a crença da prática e a publicização religiosa revestiu-se de encantamento Totaro (2010) analisando a cultura do cálculo de Follman aprofunda a tendência atual a individualização:

A cultura do cálculo, que marcou a chamada racionalidade moderna, engendra duas formas de individualização: a primeira, constituída pela inserção dos homens em processos formalizados, é acompanhada por um estado de *heteronomia* da consciência (na burocracia e na cultura do consumo); a segunda, em que o cálculo atua como linguagem de representação e síntese teórica do mundo, favorece um estado de *autonomia* da consciência frente aos desafios da "natureza" física e social (TOTARO, 2010, p. 4).

Não se submetendo mais a um deus, passa a prestar obediência à própria consciência, que por sua vez é forjada pelo consumo.

O próprio conceito de Deus não é mais o mesmo, tornou-se “força superior”, faz-se uma composição com as práticas religiosas que interessam. Essa mistura fez com que a fronteira entre católicos e não católicos, os que creem e os que não creem não sejam tão distintas.

Os fiéis não se dedicam a uma prática única. “A crença não desaparece, ela se desdobra e se diversifica ao mesmo tempo em que rompem, com maior ou menor profundidade, de acordo com cada país, os dispositivos de seu enquadramento institucional” (HERVIEU-LEGÉR, 2008, p. 44). Não há busca por respostas além dessa vida, as necessidades são imediatas, e não há respostas certas, portanto, as recompensas precisam ser saboreadas e gozadas nesta Terra e o consumo propicia essa busca por satisfação hedonista.

Dá-se o que Douglas (2006) chama de uma espécie de ritual onde os bens seriam a dimensão material, à qual as pessoas atribuem significado, os bens podem ser tanto “cercas” como “pontes”, dessa forma os bens podem organizar o contexto cultural. Segundo ela a identidade não é fixa, está constantemente sendo reformulada por cada nova experiência, conforme o ambiente a pessoa vai mudando tanto o modo de vestir como o de se comportar. Para Douglas (2006), “as posses materiais fornecem comida e abrigo, e isso deve ser entendido. Mas, ao mesmo tempo, é evidente que os bens têm outro uso importante: também estabelecem e mantêm relações sociais” (DOUGLAS, 2006, p. 105). Portanto, para Douglas, os bens têm mais que o valor utilitário, pois também estabelecem e mantêm relações sociais, criam, portanto, comunicações e constroem identidades.

O conceito de identidade no mundo pós-moderno, segundo Hall (2004), sofreu influências externas: das organizações civis e religiosas e das modificações sociais; bem como internas: as pulsões de cada sujeito em tentar adaptar-se às novas realidades. Há, no entanto, outros autores que se ocuparam em refletir e definir identidade que precisam ser considerados.

Para Campbell (2005), o indivíduo é como uma célula de um organismo, um animal social, cuja mente é influenciada pelo ambiente sociocultural em que habita, há “uma *alma social*” do grupo em que o indivíduo é inserido.

Já para Jean Baudrillard (1985), o sujeito nesta sociedade de consumo não é mais sujeito, tornou-se massa:

O conjunto das relações sociais já não é tanto o laço com os seus semelhantes quanto, no plano estatístico seguindo uma curva ascendente, a recepção e a manipulação de bens e de mensagens, desde a organização doméstica muito complexa (BAUDRILLARD, 1995, p. 8).

Baudrillard constrói seu pensamento de forma dinâmica, livra-se das polaridades, segundo Junior (2018) ele repensa as ciências humanas “focalizando o deslocamento que os objetos sofrem nos sistemas de constituição significativa, dando espaço para a primazia de um sistema de signos autorreferentes e sem ordenamentos lógico-formais” (JUNIOR, 2018, p. 106). Ao debruçar-se no papel social do desejo, inspirado em Lacan, focará no desejo do ser humano, e cunhará as categorias do desejo e da razão.

A massa realiza esse paradoxo de não ser um sujeito, um grupo-sujeito, mas de também não ser um objeto. Todas as tentativas para fazer dela um sujeito (real ou mítico) deparam com uma espantosa impossibilidade de tomada de consciência autônoma. Todas as tentativas para fazer dela um objeto deparam com a evidência inversa da impossibilidade de uma manipulação determinada de massas ou de uma apreensão em termos de elementos, de relações, de estruturas e de conjunto (BAUDRILLARD, 1993, p. 30).

O ser humano para Baudrillard encontra-se cercado de objetos não de pessoas, o homem selvagem atual tenta sobreviver na floresta sempre crescente dos objetos, é o consumo que lhe confere *status* de ser.

Se Baudrillard fala em cercas, Turner (1969) afirma que se vive um momento de limite, de liminaridade (momento de passagem entre o que é, e o que passa a ser após o rito de passagem, como se passasse da morte para a vida):

[...] entidade que não está aqui nem lá, que está entre as ordens assinaladas pela lei, costume, convenções e cerimoniais. Sua ambiguidade e atributos indeterminados são expressos por uma rica diversidade de símbolos, nas muitas culturas que apresentam esses rituais de transição. A liminaridade é frequentemente vista como similar à morte, ao estar num ventre (útero), à invisibilidade, à escuridão, à bissexualidade, ao estar num deserto e a um eclipse do sol ou da lua (TURNER, 1969, p. 95).

Este limite de não saber o que se é faz com que os indivíduos se reúnam em *communitas* (estrutura e antiestrutura marcada por ritos). Noletto (2015) no verbete da Enciclopédia de Antropologia explica.

Em sua obra, Victor Turner concebe a liminaridade como condição social efêmera vivenciada por sujeitos temporariamente situados fora da estrutura social, dando origem ao que ele denomina *communitas*, isto é: uma forma de antiestrutura constituída pelos vínculos entre indivíduos ou grupos sociais que compartilham uma condição liminar em momentos especificamente ritualizados. Os sujeitos liminares agrupados pela *communitas* são marcados pela submissão, silêncio e isolamento, considerados como tábula rasa em relação à nova posição social a ser assumida após a conclusão do ritual de passagem. O autor opta pelo termo latim *communitas* à noção de comunidade, de modo a não conferir circunscrição espacial aos vínculos entre os sujeitos liminares, já que o caráter de antiestrutura da *communitas* está baseado em relações sociais e não em pertencimentos territoriais (NOLETO, 2015, p. 1).

Os sujeitos pertencentes à *communitas se colocam* como opositores à estrutura social, já que dentro do novo grupo são suspensos *status* e gênero, podendo até mesmo ter seus bens colocados em comum, então os fracos unidos se tornam fortes. No entanto, a busca de possuir uma identidade, procurando unir-se em grupos representativos, não faz com que o sujeito pós-moderno pense e haja como o grupo de pertença.

Brewer e Mille (1984), mesmo defendendo que há uma identidade social, consideram que ocorre uma descategorização, que ocorre na relação do indivíduo entre o endo e o exogrupo, quando esse se compreende como indivíduo, distanciando-se do que o grupo legisla. Esses autores defendem que as fronteiras entre os grupos podem ser menos rígidas e até mesmo eliminadas, e isso ocorre quando o indivíduo se diferencia mesmo estando dentro do grupo, assumindo e permitindo-se sua particularidade e individualidade. Margarida Rebelo, Catarina Matias e Maria Benedicta Monteiro (2002) assim sintetizam:

Neste modo "personalizado" de contato, os participantes devem tomar mais atenção a informações idiossincráticas acerca de cada indivíduo e estar também menos atentos à informação estereotipada sobre o grupo. O contato interpessoal nestas condições poderá resultar numa desconfirmação de estereótipos (negativos) preexistentes acerca do exogrupo (Brown, 1995:260). Como claramente se percebe, este tipo de contato (personalização) baseia-se essencialmente no processamento de informação sobre os membros do grupo, redirecionando a atenção para a informação personalizada e relevante acerca dos outros (REBELO; MATIAS; MONTEIRO, 2002, p.1).

Segundo essas autoras, o indivíduo pode estar no grupo, pensar e agir diferente, porém, não necessariamente fará com que o grupo o siga, mudando o comportamento geral ocorre, então, a descategorização.

Tal indivíduo então passa a ter menos resistência aos outros grupos, abrindo-se a uma interação, faz-se então uma recategorização que possibilita ao indivíduo o trânsito num grupo maior que extrapola o seu grupo de origem.

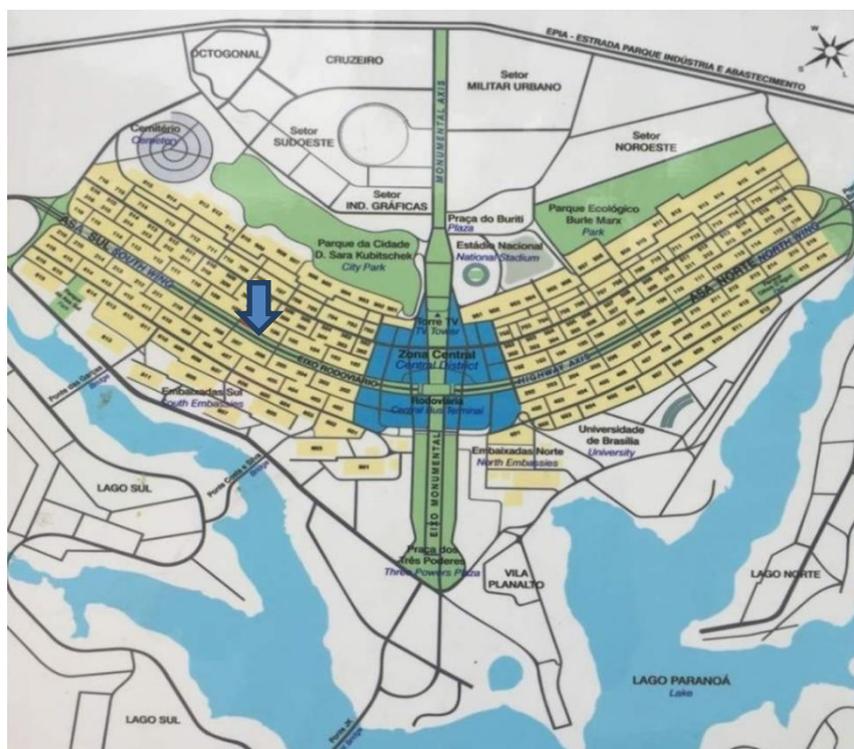
Essas informações sobre a identidade, como ela se constrói e se recompõe, são fundamentais para entendermos a identidade cristã católica no século XXI. Lembrando que uma das hipóteses dessa pesquisa é que o cristão católico desconhece a “*doxa*” de seu grupo, o que tentarei demonstrar no Capítulo III.

Parece oportuno, já que falei de identidade, apresentar o público-alvo do nosso campo de pesquisa, os fiéis católicos pertencentes à comunidade da Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Brasília-DF.

2.1.1 Identidade dos fiéis católicos do subcampo da Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Brasília.

Antes de discorrer sobre as características da comunidade pesquisada, é preciso dar a conhecer a cidade em que a mencionada comunidade se insere. (Figura 1)

FIGURA 1 LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DA IGREJINHA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – BRASÍLIA-DF.



FONTE: <https://sentidosdoviar.com/5-igrejas-historicas-em-brasilia-e-seus-arredores/brasilia-mapa-aviao/>. Acessado em: 20 de jun.2020.

Brasília foi fundada em 21 de abril de 1960, portanto, tem apenas 61 anos, considerada patrimônio cultural da humanidade (7 de dezembro 1987, trata-se da maior área tombada do mundo (112, 25Km²), construída para uns em forma de cruz, Lúcio Costa explicou “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”, e para outros tem forma de avião.

A necessidade de uma nova capital para o Brasil remonta os idos de 1823, proposta por José Bonifácio de Andrade e Silva, que seria chamada de Brasília, estando localizada no centro do país e distante dos portos, o que possibilitaria, segundo ele, gozar de mais segurança.

O lugar de acordo com a tradição foi escolhido tendo em conta o sonho de Dom Bosco, o santo educador católico que sonhara “com uma depressão bastante larga e comprida, partindo de um ponto onde se formava um grande lago, entre os paralelos 15° e 20°”, ainda no sonho o santo escutara repetidamente quando vierem escavar as minas ocultas, no meio destas montanhas, surgirá aqui a terra prometida, vertendo leite e mel. Será uma riqueza inconcebível...”³¹ (CERIA 1935. p.385-394). Como não há montanhas e minério em Brasília os corumbaenses reivindicarem para si essa profecia, já que a cidade de Corumbá-MS é um lugar de minério e de montanhas.

Em 1892, nomearam a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, liderada pelo astrônomo Luiz Cruls e integrada por médicos, geólogos e botânicos, que fizeram um estudo detalhado da localidade, apontando as suas reais potencialidades. O estudo foi apresentado em 1894 ao Governo Republicano e em 1955 a área de 50 mil quilômetros quadrados foi delimitada.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, em abril de 1956, comanda a construção da nova capital, criando a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) e o projeto de lei 2.874, lançando o edital do Concurso Público para a construção do Plano Piloto.

Lúcio Costa foi o vencedor do projeto urbanístico (que partiu do traçado de dois eixos cruzando em ângulo reto como o sinal da cruz. Um destes eixos leva às áreas residenciais, sendo levemente inclinado, dando à

³¹ "Tra il grado 15 e il 20 grado vi era un seno assai lungo e assai largo que partiva di un punto che formava un lago. Allora una voce disse ripetutamente, quando si verranno a scavare le miniere nascoste in mezzo a questi monti di quel seno apparirà quila terra promessa fluente latte e miele, sarà una ricchezza inconcepibile." (Memorie Biografiche, XVI, 385-394). Disponível em: https://donboscosanto.eu/memorie_biografiche/index.php. Acesso em: 20 jan. de 2021.

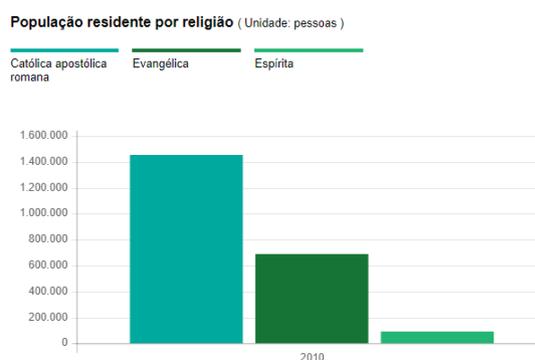
cruz a forma de um avião; o outro denominado Monumental, com 16 Km de extensão, abriga os prédios públicos e os palácios do Governo Federal no lado leste; no centro a rodoviária e a torre de TV e no lado oeste os prédios do Governo do Distrito Federal) e Oscar Niemeyer o autor dos principais projetos arquitetônicos da cidade. No dia 21 de abril de 1960, a estrutura básica da cidade está edificada e Brasília então é inaugurada. Os candangos (nome dado aos primeiros habitantes da nova cidade) comemoram ao lado de Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Lúcio Costa e Juscelino Kubitschek, os principais responsáveis pela construção de Brasília (Disponível em: <http://www.planopiloto.df.gov.br/category/sobre-ra/conheca-a-ra/>. Acesso em: 20 jan. de 2021).

Esse preâmbulo é importante, pois a comunidade da Igrejinha se encontra em um dos braços da cruz, ou em uma das asas, precisamente na quadra 307/308 da Asa Sul, portanto, muito próxima do centro administrativo da Capital.

Os prédios, que circundam a referida comunidade, foram construídos para abrigar os servidores públicos dos altos cargos do governo, pessoas concursadas, que adquiriram esses imóveis e que hoje, em sua maioria, já se encontram aposentadas, mas não voltaram para os seus estados de origem.

Especificamente sobre Brasília, dados extraídos do Censo Demográfico, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE auxiliam no mapeamento da identidade desse subcampo quanto ao pertencimento à religião.

FIGURA 2 PERTENCIMENTO À RELIGIÃO EM BRASÍLIA – DF



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasilia/panorama>

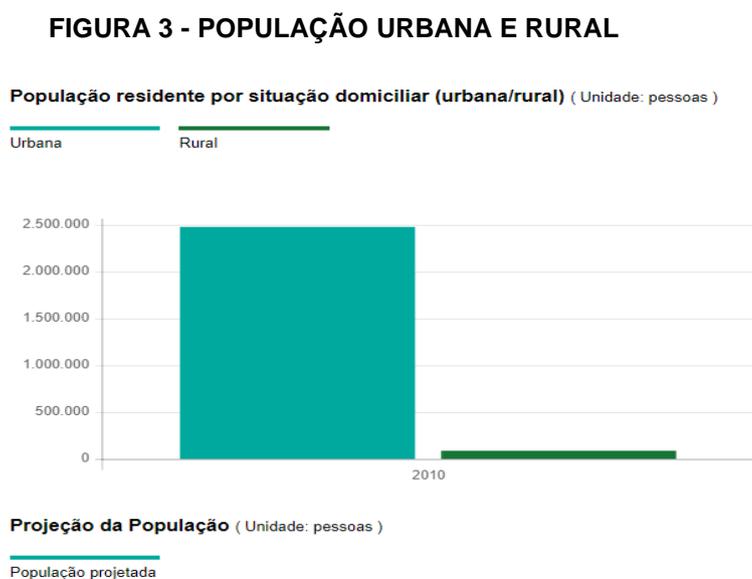
Segundo o Censo Demográfico, apresentado na Figura 2, nota-se que no ano de 2010, Brasília ainda se encontrava com uma maioria de cristãos católicos. Cabe, no entanto, ressaltar que ser 'maioria' não significa que todos aqueles que responderam serem católicos o são de fato. É preciso fazer memória que toda a gama das religiões de matriz africana, por não serem socialmente aceitas, desde a

colonização, onde precisaram abdicar de suas crenças e abraçar o catolicismo, e por seus membros trazerem ainda hoje a marca da discriminação, muitos desses acabam respondendo que são católicos, como constata Prandi (2004):

Segundo o recenseamento de 2000, apenas 0,3% da população brasileira adulta declaram-se pertencentes a uma das religiões afro-brasileiras, o que corresponde a pouco mais de 470 mil seguidores, embora pesquisas feitas com metodologia mais precisa indicam valores maiores, da ordem de pelo menos o dobro das cifras encontradas pelo censo (Pierucci e Prandi, 1996). Quando se trata das religiões afro-brasileiras, as estatísticas sobre os seguidores costumam oferecer números subestimados, o que se deve às circunstâncias históricas nas quais essas religiões surgiram no século XIX, quando o catolicismo era a única religião tolerada no País, a religião oficial, e a fonte básica de legitimidade social. Para se viver no Brasil, mesmo sendo escravo, e principalmente depois, sendo negro livre, era indispensável, antes de mais nada, ser católico. Por isso, os negros que recriaram no Brasil as religiões africanas dos orixás, voduns e inquices se diziam católicos e se comportavam como tais. Além dos rituais de seu ancestrais, frequentavam também os ritos católicos. Continuaram sendo e se dizendo católicos, mesmo com o advento da República, no fim do século XIX, quando o catolicismo perdeu a condição de religião oficial e deixou de ser a única religião tolerada no País (PRANDI, 2004, p. 1).

Parece evidente que essa 'maioria' não é realmente maioria, e mesmo extraíndo a categoria dos afro-descendentes, poderiam ainda ser mencionados aqueles que se dizem católicos, mas não praticam, e aqueles que não pertencem a nenhuma religião e que, por costume, afirmam que são católicos.

No que tange à população urbana e rural, segue a configuração proposta na Figura 3.



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/panorama>

Na Figura 3, é possível constatar que essa população é predominantemente urbana. O Censo de 2010 traz também a nota sobre a renda e o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil apresenta o IDHM. “Em 2018 o salário médio mensal era de 5,5 salários-mínimos.” Cabe também observar que a proporção de pessoas ocupadas em relação ao total era de 45,5%. Quanto aos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 30,9% da população, estando na posição 4.510 dentre 5.570 cidades no País (Figura 4).

FIGURA 4 - IDHM DISTRITO FEDERAL – RANKING BRASIL EM 2020

Territorialidades	Posição IDHM	IDHM	Posição IDHM Renda	IDHM Renda	Posição IDHM Educação	IDHM Educação	Posição IDHM Longevidade	IDHM Longevidade
Distrito Federal	1º	0.824	1º	0.873	1º	0.742	1º	0.863
São Paulo	2º	0.783	3º	0.845	2º	0.719	2º	0.789
Santa Catarina	3º	0.774	2º	0.860	3º	0.697	4º	0.773

Faixas de desenvolvimento humano Muito alto - 0, 800 - 1, 000 Alto 0, 700 - 0, 799
 Médio 0, 600 - 0, 699 Baixo 0, 500 - 0, 599 Muito baixo 0, 000 - 0, 499
 FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Nessa nota metodológica do Censo, vê-se que a renda é elevada, figurando como se vê na Figura 4 com o primeiro lugar no IDHM. Não obstante, Brasília figure entre as primeiras cidades do Brasil no *ranking* da desigualdade social, como constatou a segunda edição do Mapa das Desigualdades, produzida pelo Movimento Nossa Brasília, afirmou que “enquanto a população do Plano Piloto recebe em média R\$ 20 mil, quem vive na Estrutural, que se desenvolveu no entorno de um aterro sanitário, recebe em média um salário-mínimo (R\$ 998,00)” (cf.: <https://www.oxfam.org.br/noticias/mapa-das-desigualdades-revela-o-abismo-social-entre-regioes-de-brasilia/>).

Cabe então perceber o papel da cidade nesse contexto, pois é nela que se dá o desenvolvimento do mundo moderno e onde ocorrem as transações econômicas e se determinam as políticas, daí a importância em trazer a ideia de urbanização, deixando guiar por Baudrillard (1995) e Santos (2000).

Baudrillard afirma que “a cidade é o lugar geométrico da escala e “reação em cadeia” diferencial, que sanciona a ditadura total da moeda” (BAUDRILLARD, 1995, p.

64). Da mesma forma que a concentração industrial aumenta a produção e o acúmulo de bens, no mundo urbano crescem também as necessidades.

Uma vez considerados esses dados históricos e estatísticos, passo a tecer um breve histórico da construção da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima.

FIGURA 5 - IGREJINHA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA



FONTE: <http://www.pnsfatimabsb.com.br/igrejinha>.

A Igreja Nossa Senhora de Fátima, ou Igrejinha está localizada nas quadras 307/308 Asa Sul. Segundo relato histórico, foi o primeiro templo em alvenaria a ser erguido em Brasília, construído em 100 dias, inaugurada em 28 de junho de 1958, portanto, dois anos antes da inauguração da nova Capital. É chamada de Igrejinha, devido seu tamanho e pelo carinho da comunidade local.

A Igrejinha foi construída para pagar a promessa feita pela Primeira-Dama Dona Sarah Kubitschek, que havia conseguido pela intercessão de Nossa Senhora de Fátima a recuperação de sua filha Márcia. Tal súplica foi motivada pelo presidente de Portugal que soubera da enfermidade da pequena, e por serem muito devotos de Nossa Senhora de Fátima recomendariam a súplica à Senhora de Fátima.

A ideia inicial era construir um santuário, mas como a filha do Sr. Isrel Pinheiro (presidente da NOVACAP) precisava de um lugar para se casar, e não havendo, na época, nenhum templo católico em Brasília, decidiu-se transformar o projeto inicial de 800 lugares para os atuais 30 lugares. Em 26 de outubro de 1957, a Primeira-dama lançou a pedra fundamental.

O projeto foi elaborado pelo arquiteto Oscar Niemeyer; a estrutura lembra o formato do chapéu de abas largas, utilizado pelas freiras da Congregação das Irmãs Vicenta Maria (cf. Correio Brasiliense de 29 de setembro de 2007).

O entorno do templo foi projetado pelo paisagista Roberto Burle Marx, e as portas e o revestimento externo (azulejos: nas cores azul, branco e preto com imagens estilizadas de pombas: que representam o Espírito Santo, e estrelas: representando a Estrela da Natividade) são de autoria do artista plástico Athos Bulcão (Figura 6). Na sequência é apresentada a vista interna (Figura 7).

FIGURA 6 - PAREDE LATERAL - ATHOS BULCÃO



FONTE: https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Nossa_Senhora_de_F%C3%A1tima#/media/Ficheiro:Igrejinha3AgenciaBr.jpg.

FIGURA 7 - INTERNO DA IGREJINHA



Fonte:https://www.google.com/search?q=santu%C3%A1rio+nossa+senhora+de+f%C3%A1tima+df&sxsrf=ALeKk01R2JaJV3cvNyzDcGfHzAzgMnEOGQ:1616070159791&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjrqbm6rnvAhXhIbkGHRNOCGgQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1366&bih=657

O interior do templo primeiramente foi adornado com afrescos do pintor italiano Alfredo Volpi, com estilo modernista (anjos, bandeirolas, lembrando as festas juninas, e uma senhora com o menino, imagem de Nossa Senhora com Jesus Menino); tais pinturas duraram apenas quatro anos, e foram substituídas; para essa substituição há duas versões.

A primeira é que a população não aprovava a forma moderna de retratar o sagrado, e a segunda vem do próprio Athos Bulcão que explicou para o Correio Brasiliense de 28 de junho de 1998 que elas foram tiradas porque tinham sido feitas de forma apressada e com cal não suficientemente curtido, o que estava deteriorando a estrutura. A construção é extremamente simples e leve, em forma triangular, apoiada em três vértices cobertos por laje. Na sequência apresento a imagem relativa ao dia da inauguração da Igrejinha (Figura 8).

FIGURA 8 - DIA DA INAUGURAÇÃO DA IGREJINHA



Fonte:https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Nossa_Senhora_de_F%C3%A1tima#/media/Ficheiro:Igreja_de_Nossa_Senhora_de_F%C3%A1timaBR_RJANRIO_PH_0_FOT_00694_0053,_Acervo_do_Arquivo_Nacional.jpg

A inauguração foi solene, com a presença das autoridades eclesiais: núncio apostólico D. Armando Lombardi, que leu a mensagem enviada pelo papa Pio XII, do arcebispo de Goiânia Dom Fernando Gomes dos Santos, do frei Demétrio de Encantado (capuchinho que já atendia a comunidade); e civis: Presidente Juscelino Kubitschek e do Presidente de Portugal (Figura 9).

FIGURA 9 - NÚNCIO APOSTÓLICO, PRESIDENTE E A PRIMEIRA DAMA

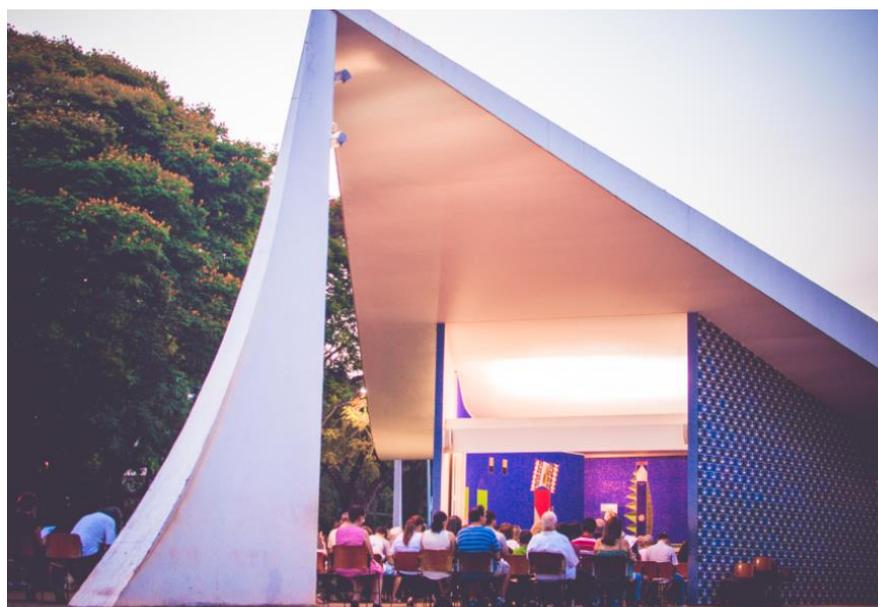


Fonte:https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/91/Presidente_Juscelino_Kubitschek_de_Oliveira_%2819561961%29_no_Pal%C3%A1cio_da_Alvorada_inaugura_o_Pal%C3%A1cio_da_Alvorada%2C_resid%C3%Aancia_oficial_da_Presid%C3%Aancia_da_Rep%C3%BAblica%2C_Bras%C3%ADlia_%284%29.jpg

Na ocasião, a primeira Dama descerrou a placa com o seguinte dizer: “Este Santuário, primeiro de Brasília, foi mandado erigir em honra de N. S. de Fátima, por iniciativa da Exma. Sr^a Sarah Kubitschek, em cumprimento de uma promessa. Brasília, 28 de junho 1958”.

A Igrejinha tornou-se lugar de oração e ponto turístico da nova capital e foi considerada Paróquia até 1970, quando se inaugurou o Santuário dedicado a Nossa Senhora de Fátima, na mesma região, precisamente na Quadra 906 da Asa Sul, no Plano Piloto.

Desde os primeiros dias, a Igrejinha foi confiada à Ordem dos Frades Capuchinhos, que, com esmero, até hoje zelam por essa “pérola” da Igreja Católica de Brasília. Situados então Brasília, como Capital Federal, e a Igrejinha como comunidade católica pesquisada, concluo, sintetizando os dados sobre a identidade dos atuais integrantes da comunidade, o subcampo pesquisado (Figura 10).

FIGURA 10 - CELEBRAÇÃO DOMINICAL

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e9/Igrejinha_Missa_da_tarde.jpg.

Como já afirmei, a comunidade é formada por servidores públicos diretamente ligados ao alto escalão do governo, alguns na ativa (solteiros e jovens famílias) e inúmeros anciãos aposentados.

Portanto, constato que a identidade da comunidade pesquisada é formada pela classe média alta de Brasília, pessoas graduadas e pós-graduadas, que vieram dar vida ao projeto da nova capital. Pessoas oriundas de todos os estados da Federação, que aqui construíram suas famílias e aqui decidiram permanecer, mesmo após a aposentadoria.

Nesse contexto capitalista, urbanizado, os sujeitos que passam a compor a população brasiliense, desencaixados de suas comunidades e identidades de origem, passam a ter acesso a um universo sócio-simbólico múltiplo, onde as relações de consumo têm grande potencial de se intensificar e estruturar as novas identidades formuladas nesse novo espaço social. Ocorre o que Bourdieu (1998c) chamou de 'distinção' e Crossley (2018) afirma a esse respeito.

[...] é simplesmente que cada aglomerado de indivíduos no espaço social desenvolve peculiaridades culturais que os separam uns dos outros. Eles têm culturas distintas – daí a “distinção”. Entretanto, essas diferenças podem se tornar um foco de lutas simbólicas (lutas por distinção), onde membros desse aglomerado buscam estabelecer tanto a superioridade de suas peculiaridade quanto sanção oficial para elas (CROSSLEY, 2018, p.130).

Esse conceito é importante, pois as lutas simbólicas compõem as lutas de classes, que vão além dos juízos de gosto, pois estabelecer a distinção entre superior/

inferior é tão arraigado ao interno do grupo que tal, chega parecer algo natural, inevitável e justo. No terceiro capítulo se perceberá a influência da distinção até mesmo nas petições que os fiéis fazem à padroeira.

Passo então a apresentar a relação do sujeito com o consumo no sistema capitalista, visando compreender as dinâmicas que se apresentam para os fiéis da Igreja Nossa Senhora de Fátima. Assim, me deterei às abordagens de Bauman (2005) Retondar (2003), Barbosa (1996), e Drummond (1994), já que esta tese visa entender como se dá a relação dos cristãos católicos da Comunidade da Igreja de Brasília com o consumo.

2. 2 SUJEITO E CONSUMO NO SISTEMA CAPITALISTA

Vive-se numa sociedade capitalista, que o compositor Silvio Brito (1976) resumiu de modo fantástico na música ‘Pare o mundo que eu quero descer’, quando cantou “E ainda por cima: Ter que pagar pra nascer. Ter que pagar pra viver, ter que pagar pra morrer”, esse sistema predador tem levado o mundo ao colapso, e são evidentes os seus efeitos permissivos. Bauman (2005) assim o sintetiza.

Sem meias palavras, o capitalismo é um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência (BAUMAN, 2005, p. 2).

É próprio do parasita sustentar-se, nutrir-se da força que vem do outro, no caso toda a cadeia produtiva que visa o lucro e o acúmulo a qualquer custo. Bauman (2005) não deixa de reconhecer que tal sistema impele o indivíduo a buscar a excelência e a eficácia, constata também que no capitalismo as autoridades não mais têm a função de organizar e sim se empenham em seduzir, para que essas possam ser escolhidas, o aparente é o que importa, haja vista o bombardeio da *fake news* que dividem, formam opinião e polarizam a sociedade como um todo.

Vive-se a hipermodernidade onde as pessoas são manipuladas pela sociedade de consumo, pela globalização e pelo capitalismo (LIPOVETSKY, 2020).

Onde encontrar marcas de identidade quando a cultura se desmorona, desaparece diante de nossa inatividade, como um desenho na areia? “O ser humano se vê arrastado por uma sociedade que perdeu seus valores diante de uma prepotência do indivíduo que chega ao extremo do narcisismo, [...] a segunda revolução individualista!” (CREMADES, 2020, p. 1).

A expressão “cultura que desmorona diante da inatividade” expressa de modo claro e até plástico o momento atual. A sociedade capitalista cresceu

vertiginosamente, o que não significa que essa seja uma sociedade de abundância, a concentração industrial aumenta a produção e o acúmulo de bens, porém, no mundo urbano, crescem também as necessidades.

Antes de ser uma sociedade de produção de bens, surge como sociedade de produção de privilégio. Ora, existe uma relação necessária sociologicamente definível, entre o *privilégio* e a *penúria*. Não pode haver (seja qual for a sociedade) privilégio sem penúria. Ambos se encontram estruturalmente interconexos (BAUDRILARD, 1995, p. 66).

Percebe-se por essa afirmação que o privilégio tem relação direta com a penúria, ele usa o termo “necessária”, o que significa que para o privilégio existir é preciso que muitas pessoas não tenham o mínimo necessário e isso traz insegurança e incerteza, “incertezas manufaturadas” Giddens (1991), resultado do desenvolvimento atual da ciência e da tecnologia.

Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. Ela é introduzida na própria base de reprodução do sistema... A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter (GIDDENS, 1991, p. 45).

O ser humano interviu na natureza e nas condições sociais de forma incisiva, criando múltiplas possibilidades e, conseqüentemente, incertezas, onde as respostas iluministas não são mais suficientes. As instituições que de certa forma forneciam segurança foram destituídas e as novas relações instauradas pela atual divisão do trabalho destruiu as instituições (GIDDENS, 1984a).

O domínio crescente das relações econômicas, consequência da destruição das instituições tradicionais que constituíam o suporte moral das formas de sociedades anteriores, é precisamente a principal causa da “crise moderna” (GIDDENS, 1984a, p. 307).

Com a destruição das instituições, a sociedade perde a validação moral da divisão do trabalho, causando uma “patologia” (GIDDENS, 1984a, p. 320). Giddens atesta o que Weber já havia mencionado, houve uma racionalização global de todas as esferas da sociedade.

O “desencantamento” do mundo, que é simultaneamente condição prévia do advento do capitalismo racional, e completado por ele, transforma aquilo que até aí fora um “meio” (a prossecução racional do lucro numa profissão especializada) no “fim” da atividade humana (GIDDENS, 1984a, p. 321).

O desencantamento hoje traz consigo a perda de sentido, onde quem passa a ter o controle é o mercado, e ao invés de depender de deuses, se depende do econômico, vive-se na sociedade de consumo.

2.2.1 Sociedade de Consumo

Baudrillard (1970), apesar de se basear no contexto europeu, traça uma análise interessante sobre as relações de consumo no contexto capitalista, que podem ser elucidativas das relações estabelecidas no contexto contemporâneo de Brasília.

Até mesmo o tempo livre tornou-se mercadoria, na sociedade atual não mais se vende e se compra o tempo de trabalho (que não é mais só necessidade, mas imposição econômica e cultural), também se vende e se compra o tempo livre (BAUDRILLARD, 1970). O lazer torna-se objeto de consumo, torna-se parte do sistema de produção e passa a ser alienado. Por entrar nessa lógica, o tempo de lazer não é mais livre, é subproduto do tempo produtivo, tornou-se dever, e a vivência do mesmo concede prestígio.

O fetiche que outrora Marx (1998) havia atribuído ao valor de troca, no atual contexto foi trocado pelo valor do signo, onde a marca vale e impera, e como foi produzido e por quem, não interessa; dessa forma, o trabalho não salvará o ser humano como apregoara Marx e Hegel (1976), (cf.: Baudrillard, 1970).

Thiry-Cherques (2010) analisando Baudrillard, a esse respeito conclui:

Com isso, a assertiva de Marx de que o que distingue os homens dos animais não é o pensamento, mas a produção de seus meios de subsistência perde sentido. O duplo caráter do trabalho: trabalho social-abstrato / valor de troca e o trabalho concreto / valor de uso esconde um “vício secreto” que consiste em pensar que o trabalho industrial representa uma performance política. No *Capital*, Marx diz que o trabalho é o pai e a terra é a mãe da produção. Baudrillard se diverte com esse “eros produtivo”. Com o valor do signo, a ideia de que o trabalho é a autoprodução, a auto-objetivação do homem, que o trabalho humaniza a natureza e naturaliza o homem, não se sustenta. A partir dessa constatação, Baudrillard deduz que a existência humana não pode ser reduzida ao esforço produtivo. A ideologia tratou de universalizar a dimensão qualitativa e quantitativa do trabalho, articulando-as. Quantitativamente o trabalho foi transformado em valor monetário abstrato, mas qualitativamente ele não pode ser medido; então foi fetichizado. Na verdade, o trabalho se encontra universalizado não por seu valor de mercado, mas por seu valor humano: trabalha-se por necessidade social (THIRY-CHERQUES, 2010, p. 1).

O valor é dado pelo significante social (BAUDRILLARD, 1970), e pelo quanto determinado produto produz sentidos de “ser” e “pertencer”. Onde “o consumo surge como modo ativo de relações (não só com os objetos, mas ainda com a coletividade

e o mundo), como modo de atividade sistemática e de resposta global, que serve de base a todo o nosso sistema cultural” (BAUDRILLARD, 1995, p. 6-7).

Consumir de certa forma aplaca o não pertencer a uma classe superior, como se consumindo alguém se livrasse do estado vexatório de não ser abastado.

A aspiração “superconsumidora (materiais e culturais), que revela um nível de elasticidade superior ao das aspirações profissionais ou culturais, venham *compensar* as deficiências graves de determinadas classes, em matéria de mobilidade social. A compulsão de consumo compensaria a falta de realização na escala social vertical. A aspiração “superconsumidora” (sobretudo das classes baixas) seria, ao mesmo tempo que a expressão de exigência estatutária, a expressão do fiasco de tal exigência (BAUDRILLARD, 1995, p. 63).

É preciso, no entanto, turbinar o desejo, fazer crescer a necessidade, e isso se faz diferenciando os produtos da diferenciação do prestígio. O objeto tem um valor simbólico que está sobreposto ao valor de troca, não tem valor em si, o valor é dado pelo que comunica, distingue e hierarquiza. E quanto mais distinta e fragmentada mais as relações se liquefazem.

A própria sociedade padece por essa situação de falta de relações profundas, como indica Baudrillard (2007):

A *possessão* dirigida de objetos e de bens de consumo é individualizante, dessolidarizante. Enquanto produtor e em virtude da própria divisão do trabalho, o trabalhador postula os outros: a exploração é de todos. Como consumidor, o homem torna-se solitário ou celular, quando muito gregário (a TV em família, ao público do estádio ou do cinema etc.). As estruturas de consumo são ao mesmo tempo muito fluidas e fechadas. [...] o objeto de consumo isola (BAUDRILLARD, 1995, p. 86).

Emergem, nessa afirmação, as contradições da sociedade de consumo, ao mesmo tempo que forma grupos, desagrega e com isso isola os que não têm o poder de adquirir. O termo ‘fluida’ no primeiro momento pode parecer algo que se expande, mas na realidade fecha, tribaliza. Ocorreu uma estetização do mundo (LIPOVETSKY, 2015) com as seguintes características: o culto do hedonismo (desejo de sentir prazer por meio do consumo); o culto do corpo (saúde, comodidade, esporte individual) ter ou não gera ansiedade; supervalorização do pensamento individual; conexão (o desejo de ser visto e aprovado). Esse panorama segundo o referido autor, teve origem nos ideais da Revolução Francesa “liberdade, igualdade e fraternidade”, mesmo que para ele esses ideais não tenham sido alcançados, ali se instaurou o individualismo.

2.2.2 O sujeito consumidor

O individualismo faz com que cada qual busque a sua satisfação sem preocupar-se com o coletivo, pois “o capitalismo cria necessidades de tal modo fortes que as pessoas sentem que vivem num inferno” (Lipovetsky, 1987). Vê a afirmação do eu como um fenômeno social, onde o indivíduo se encontra só numa terra do vazio, onde cada qual precisa se encontrar. Em outros tempos as pessoas se conformavam em não ser felizes, hoje não, rompeu-se com o mundo das tradições e da religião.

A busca da felicidade leva os sujeitos a consumirem sempre mais, em decorrência disso se endividam, se estressam, e, o que parece pior, chegam a identificar-se com o que consomem, sentindo-se superiores ou inferiores segundo a possibilidade que têm de consumir.

Sob este aspecto, têm crescido as pesquisas realizadas na área da Psicologia Econômica, Artifon e Piva (2013) ressaltam os aspectos psicológicos do endividamento, afirmam citando Tolloti:

[...] é neste cenário que o consumo está inserido. É necessário, fundamental e prazeroso consumir. Por outro lado, o consumismo é prejudicial, dispensável e doloroso. O consumo é limitado, o consumismo desregrado. Enquanto o primeiro gera uma satisfação muito mais prolongada, o segundo estabelece rapidamente arrependimentos, angústias e, por muitas vezes, endividamentos. Na realidade o consumismo desenfreado parte de um endividamento afetivo. Por motivações afetivas, homens, mulheres e crianças buscam freneticamente a satisfação em algum objeto palpável. Isso tem levado milhões de pessoas em todo o mundo às lojas, com a expectativa de que o bem-estar seja ali encontrado (TOLLOTTI, 2007 a, p. 8).

A busca frenética de consumir para satisfazer-se, muitas vezes leva ao endividamento, que é agravado pelos empréstimos que, segundo Bauman, aumentam ainda mais o sofrimento.

O que ficou alegremente (e loucamente) esquecido nessa ocasião é que a natureza do sofrimento humano é determinada pelo modo de vida dos homens. As raízes da dor da qual nos lamentamos hoje, assim como a raiz de todos os males sociais, estão profundamente entranhadas no modo como nos ensinam a viver: em nosso hábito, cultivado com cuidado e agora já bastante arraigado, de correr para os empréstimos cada vez que temos um problema a resolver ou uma dificuldade a superar (BAUMAN, 2010a, p. 33-34).

É notório que as opções e os hábitos trazem consequências, o ditado popular diz que quem “semeia vento colhe tempestade”, o mau hábito de não ter o controle sobre os desejos traz suas consequências. O endividamento afeta as famílias também no aspecto psicológico podendo levar os indivíduos a um bloqueio.

Segundo Zerrenner (2007), o alto endividamento leva os indivíduos a comprometerem seu orçamento familiar e ainda provocam problemas de origem psicológica, levando o sujeito endividado a tornar-se vulnerável a incidentes tais como: separação, desemprego, problemas de saúde, entre outros, e pode chegar a impossibilitá-lo de executar tarefas diárias (ARTIFON; PIVA, 2013, p. 11).

Segundo essas autoras, a necessidade de consumo desenfreado pode ter sua origem num desajuste interior causado pela falta de uma representação de um objeto interno.

[...] “suficientemente bom” a mãe e, posteriormente, o pai. Tendo ele assim que buscar um objeto externo para se tranquilizar quando diante de ocasiões de tensão interna e externa. Desta forma, diante da falta da representação de um objeto interno “suficientemente bom”, cria-se um vazio, a provocar o indivíduo, que então busca preenchê-lo de qualquer forma, na tentativa de fugir, esquecer, negar as questões mais difíceis e seu mais profundo vazio existencial [...] Observou-se, também, que as dívidas ou as dificuldades financeiras têm abalado a estrutura familiar, de modo a gerar crises nos relacionamentos. Além disso, percebem-se neste estudo que os problemas econômicos potencializam dificuldades emocionais, afinal, no contexto pós-moderno, o indivíduo tornou-se frágil e inseguro mediante a velocidade das mudanças e das escolhas que precisa fazer (ARTIFON; PIVA, p 11-12; 35).

Parece bastante clara essa afirmação, consome-se para preencher um vazio interior, mas como esse espaço não pode ser preenchido com objetos, consome também pessoas e relações. Assim, o que consome o determina e o coloca em um grupo fechado, ocorre então a “hipertrofia de sua individualidade”.

Exagerando o argumento, poderíamos dizer que a sociedade de consumo mundializada seja, talvez, o espaço mais completo à difusão da individualidade enquanto um valor central da modernidade. A liquidação das fronteiras ou, pelo menos, sua expansão através de um mercado cada vez mais globalizado, universaliza o indivíduo enquanto um valor fundamental do capitalismo no novo século. A dilatação deste valor propiciada através da comunicação social é um imperativo que se impõe a esta realidade (RETONDAR, 2003, p. 233).

A sociedade de consumo não é mais restrita às fronteiras locais, o que influenciará o caráter globalizado do indivíduo e suas escolhas. No entanto, o sujeito “consumidor” não é vítima, sujeito a tudo que vem de “fora”, pois, sendo livre pode fazer suas escolhas. Se de um lado a identidade social é flexível, de outro há a “desontologização”, onde os indivíduos perdem as referências. O ato de consumir passa então a não ser utilitário e sim um mecanismo de sociabilização, pois de acordo com o que se consome será a estratificação condizente.

Por sua vez, Barbosa (1996) discorda dessa massificação, procura ver o indivíduo em sua essência, no que é e faz, e não no que consome. Questiona o

formato como essa se dá na sociedade e vida pública no Brasil, parte da afirmação moderna que considera que os membros individuais da sociedade são diferentes entre si e, portanto, possuem desempenhos diferentes.

Isso significa que nenhum atributo social do tipo ascendência, riqueza, *status*, relações pessoais etc. pode ser levado em conta no tratamento que a sociedade dispensa aos seus membros. Eles não definem o indivíduo. O que define o indivíduo é uma suposta semelhança moral dada pela existência de uma dimensão natural/física idêntica entre todos os seres humanos. Essa semelhança de forma é tomada como base de um sistema de direitos ao qual todos devem ter acesso igual. Neste contexto, o único elemento a diferenciar uma pessoa da outra são as características idiossincráticas de cada uma delas, ou seja, tanto os seus talentos naturais como a sua disposição interior para realizar o que os norte-americanos chamam de *achievement*. E a única hierarquia ideologicamente possível é aquela construída a partir da avaliação dos diferentes desempenhos individuais. Contudo, para que o desempenho dos indivíduos tenha legitimidade social, ele deve estar inserido num contexto juridicamente igualitário, no qual a igualdade funcione como uma moldura para os acontecimentos e proporcione as condições para que as pessoas sejam avaliadas exclusivamente pelas suas realizações (BARBOSA, 1996, p. 23).

Por terem desempenhos diferentes, podem ter tratamento diferentes, sendo legitimados ou não, de acordo com a normas da sociedade em que se encontram. É fato dado que os indivíduos na sociedade moderna nascem livres e iguais e além de serem sujeitos empíricos são sujeitos morais, instaura-se a indiferença.

Consumir tornou-se sinônimo de liberdade e pertença. Na sociedade semiúrgica se despreza o que outrora era valor (espírito, sensatez, saber desinteressado, amor) e passa-se supervalorizar o corpo (saúde, beleza, erotismo), esse se torna um simulacro e se trabalha para criá-los, o simulacro é o superficial que seduz e fascina. O consumo do simulacro “retribaliza” (BAUDRILLARD, 1970).

É legítimo, portanto, afirmar que a era do consumo, em virtude de constituir o remate histórico de toda a alienação radical. Generalizou-se a lógica da mercadoria, que regula hoje não só os processos de produtividade acelerada sob o signo do capital, surge igualmente como a era dos processos de trabalho e os produtos materiais, mas a cultura inteira, a sexualidade, as relações humanas e os próprios fantasmas e pulsões individuais. Tudo foi resumido por esta lógica, não apenas no sentido de que todas as funções, todas as necessidades se encontram objetivadas e manipuladas em termos de lucro, mas ainda no sentido mais profundo de que tudo é *especularizado*, quer dizer, evocado provocado em imagens e em signos em modelos consumíveis (BAUDRILLARD, 1995, p. 205).

O consumo, portanto, para Baudrillard, situa as pessoas em grupos, “tribaliza” e lhes dá evidência “especulariza”, basta constatar as necessidades atuais que os sujeitos têm de expor-se nas redes sociais e dependência de aprovação dos seguidores. Ele aponta três motivações para o consumo, primeiramente a busca da

satisfação de Campbell (2005), necessidades diretamente ligadas à funcionalidade dos produtos; busca de prazer emocional sem papel de comunicação social; busca de prazer emocional por meio do uso das mercadorias/marcas, este terceiro tem por objetivo a busca de *status* por meio de consumo, distinção, competição e mostrar-se.

Surge uma nova percepção de si e do outro por meio de escolhas que podem passar pelo consumo e as inúmeras possibilidades que a sociedade oferece. Tais escolhas determinam o estilo de vida que está muito mais no que causa “reação”, como serei visto, do que na utilidade dele. Gilddens (2002, p.79) assim sintetiza: “[...] conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de autoidentidade.”

Tais práticas forjam identidades que são compostas por influências locais e globais, quanto menor for o cultivo das tradições, mais vasto se torna o campo das opções, e maior será o leque das possibilidades identitárias. Ao deter-se nesse narcisismo Castro (2009) aponta que houve uma passagem da disciplina, ao controle e do controle para a sedução, tais passagens deixaram marcas no psiquismo e vive-se hoje uma economia psíquica que tem por alicerce o gozo e a insatisfação que se caracterizam justamente pelo narcisismo.

Na outra ponta, o universo do consumo, que acena com ganhos a todos (ou pelo menos àqueles que não estão inapelavelmente excluídos), tem uma alternativa pronta para o problema da identidade (Clarke, 1998, p. 248-249). O que o qualifica para tanto é, antes de mais nada, o fato de que ele oferece exatamente o que o narcisista requer, adicionando os sinais exteriores, sob a forma de imagem, de estilo, necessários para causar uma determinada impressão e compor sua identidade no espelho dos outros. Temos aqui, na verdade, uma via de múltiplas mãos. Numa certa medida, o indivíduo que colhe no mercado os ingredientes para construir sua identidade é ele próprio fruto dos estímulos do consumo, que concorrem para o ambiente geral de permissividade no qual viceja o narcisismo. Por outro lado, ao incorporar a prerrogativa de moldar a identidade, o consumo recebe um poderoso impulso: a mercadoria adquire uma aura que transcende sua função utilitária (TOMLINSON *apud* CASTRO, 2009, p. 2).

A identidade era construída pelas relações com grupo primário e fixadas posteriormente nas relações de trabalho, atualmente tanto um como outro não propiciam mais segurança, vive-se numa sociedade de risco (ULRICH, 1998, p. 80), onde, houve o desmonte da rede de produção social.

[...] a identidade do indivíduo na sociedade de consumo é indicada pelas roupas que ele veste, pelo tipo de música que ele ouve, pelo carro que ele dirige e assim por diante; como para cada item há múltiplas opções, a variedade de combinações possíveis é incalculável. Dentro de cada uma dessas séries, por sua vez, as escolhas são presididas por um critério simbólico. O consumo torna-se um “consumo de signos” (Gane, 1991, p. 5);

os consumidores são educados para “ler as diferenças em signos” (Mike Featherstone, *apud* Tomlinson, 1990, p. 21). E tais diferenças exteriorizam-se em toda parte: em si mesmo, no outro, na vitrina, na televisão etc. Conquanto seja engenhosa e abrangente, a resposta do consumo ao problema da identidade embute novas tensões. A identidade assim fabricada é um compromisso superficial, heterogêneo, provisório e instável. E tende a desdobrar-se numa pluralidade de identidades, variando de acordo com os outros com quem se interage e adaptando-se a contextos distintos (CASTRO, 2009, p. 2).

Castro (2009) adjetiva o que Bauman (2009) chamou de identidade fragmentada: “é um compromisso superficial, heterogêneo, provisório e instável”, que muda conforme a circunstâncias e as situações. A cidade com sua extensão e densidade propicia a pertença a inúmeros grupos, nem sempre afins.

As cidades, neste mundo globalizado, se tornaram lugares de competição Santos (2000) “regiões e cidades são chamadas a competir e, diante das regras atuais da produção e dos imperativos atuais do consumo, a competitividade se torna também uma regra de convivência entre as pessoas” (SANTO, 2000, p. 57); a cidade é regulada pelo dinheiro e pelo consumo, esvaindo-se os objetivos finalísticos e éticos. É o consumo que dá as cartas e normatiza. Gomes (2010) assim sintetiza o pensamento de Baudrillard sobre o consumo:

Para Baudrillard, o consumo transformou-se na moral do mundo contemporâneo. Nele, percebe-se um esvaziamento das relações humanas, em que esse vazio é preenchido pela aparente busca da satisfação de necessidades – na maioria das vezes criadas pelo mercado, que na realidade é a busca do bem-estar, do conforto, do prestígio, e da identificação com determinadas imagens e símbolos.

Além da busca incessante de conforto e de bem-estar, o consumo desenfreado é motivado pelo desejo de reconhecimento social. Em uma sociedade em que o grau de sucesso pessoal é medido pela demonstração de riqueza, o consumo de bens materiais é a forma de se buscar o tão desejado *status*, em uma competitividade interpessoal que não encontra limites, em que muitas pessoas gastam um dinheiro que não possuem, para comprar coisas de que não necessitam, para impressionar pessoas que não conhecem. O “ser” foi superado pelo “ter”; entretanto, atualmente não basta apenas “ter”, é preciso “parecer” (GOMES, 2010, p. 1).

Afirmar que o consumo se tornou a “moral do mundo”, é uma expressão forte e ao mesmo tempo preocupante, pois a moral ao longo da história foi vista sempre como algo que permitia a vida em sociedade e o devido respeito aos indivíduos e sua dignidade. Afirmar que o consumo se tornou a moral vigente é ruir as relações, é torná-las também objeto de consumo, desejável por todos, mas de direito de poucos. Bauman (2003) atesta essa carência relacional.

Sentimos falta da comunidade porque sentimos falta da segurança, qualidade fundamental para uma vida feliz, mas que o mundo que habitamos é cada vez menos capaz de oferecer e mais relutante em prometer [...] em lugar de

ser mitigada, nossa insegurança aumenta, e assim continuamos sonhando, tentando e fracassando (BAUMAN, 2003, p. 129).

E se detém a analisar, esmiuçar tais características.

E assim é numa cultura consumista como a nossa, que favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro. A promessa de aprender a arte de amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que se deseja ardentemente que seja verdadeira) de construir a “experiência amorosa” à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas estas características e prometem o desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultado sem esforço (BAUMAN, 2004, p. 21).

Segundo Bauman o que interessa ao atual sistema é o *homo economicus* e o *homo consumens*, pois esses mantêm a economia em movimento:

[...] o *homo economicus* – o ator econômico solitário, autorreferente e autocentrado que persegue o melhor ideal e se guia pela “escolha racional”, preocupado em não cair nas garras de quaisquer emoções que resistam a ser reduzidas em ganhos monetários e vivendo num mundo cheio de outros personagens que compartilham todas essas virtudes, e nada além. O único personagem que os praticantes do mercado podem e querem reconhecer e acolher é o *homo consumens* – o solitário, autorreferente e autocentrado comprador que adotou a busca pela melhor barganha como uma cura para a solidão e não conhece outra terapia [...] O *homo economicus* e o *homo consumens* são homens e mulheres sem vínculos sociais [...] eles são ficções (BAUMAN, 2004, p. 91).

A sociedade do consumo “que interpela seus membros basicamente, ou talvez até exclusivamente, como consumidores; é uma sociedade que julga e avalia seus membros principalmente por suas capacidades e sua conduta relacionada ao consumo” (BAUMAN, 2009, p. 108), essa sociedade de consumidores gerou a síndrome consumista.

Dizer “sociedade de consumidores” é dizer mais, muito mais, do que apenas verbalizar as observações triviais de que, tendo considerado agradável o consumo, seus membros gastam a maior parte de seu tempo e esforços tentando ampliar tais prazeres. É dizer, além disso, que a percepção e o tratamento de praticamente todas as partes do ambiente social e das ações que evocam e estruturam tendem a ser orientados pela “síndrome consumista” de predisposição cognitivas e avaliativas. A “política da vida” que contém a política com “P” maiúsculo, assim como a natureza das relações interpessoais, tendem a ser remodeladas à semelhança dos meios e objetos de consumo e segundo as linhas sugeridas pela *síndrome consumista*. Uma vez mais, essa síndrome sugere mais, muito mais, do que um fascínio pelas alegrias da ingestão e digestão, pelas sensações prazerosas e por “divertir-se” ou “curtir”. É realmente uma *síndrome*: uma série de atitudes e estratégias, disposições cognitivas, julgamentos e prejuízos de valor pressupostos explícitos e tácitos variados, mas intimamente interconectados, sobre os caminhos do mundo e as formas de percorrê-los, as vilãs da

felicidade e as maneiras de prosseguir-las, as preferências de valor [...] a síndrome consumista degradou a duração e promoveu a transitoriedade. Colocou o valor da novidade acima do valor da permanência (BAUMAN, 2009, p. 108-109).

É essa “síndrome consumista” que, segundo Bauman, dá as cartas da sociedade, sociedade essa que ele chama de líquida, onde não importa a duração dos objetos, mas também das relações, tudo é transitório e se entra num ciclo voraz de novas emoções.

O que ainda tem segurado tal situação de tensão é a economia moral: É graças à válvula de segurança da “economia moral” que as tensões geradas pela economia de mercado não chegam a assumir proporções explosivas. É graças ao amortecedor da “economia moral” (BAUMAN, 2004, 91) que os dejetos humanos gerados pela economia de mercado não chegam a se tornar autodestrutivos.

Consumir então, para Baudrillard e Bauman, tornou-se sociedade pós-moderna capitalista, mais do que um possuir, mas um modo de ser e de se relacionar, o qual forja a identidade do sujeito moderno volátil, instável, insatisfeita e ansiosa.

Baudrillard (2010) conclui que o ser humano não se olha mais no espelho, onde poderia confrontar-se com seus limites e possibilidades, atualmente olha para a vitrina, como se fosse ela a conferir-lhe existência.

Na ordem moderna, deixou de haver espelho onde o homem se defronte com a própria imagem para o melhor ou para o pior; existe apenas a *vitrina* – lugar geométrico do consumo em que o indivíduo não se reflete a si mesmo, mas se absorve na contemplação dos objetos/signos multiplicados, na ordem dos significantes do estatuto social, etc., já não reflete a si mesmo nela, mas deixa-a nela absorver e a abolir. O *sujeito do consumo é a ordem dos sinais* (BAUDRILLARD, 2010, p. 206).

Portanto, a alienação não é mais não ter o domínio sobre o que produz, e sim o que consome, por lhe atribuir algo externo e passageiro, lhe tira de si mesmo, se confunde tanto que perde a noção do que realmente é.

É o que também acontece com o consumidor: *exerce* a sua personalização de termo para termo, de signo para signo. Quer entre a criança e a sua imagem, quer entre os signos, não há contradição e oposição exclusiva: conclusão e implicação ordenada. O consumidor define-se pelo jogo de modelos e pela sua escolha, isto é, pela sua implicação combinatória em tal jogo. É neste sentido que o consumo é lúdico e que o *lúdico do consumo tomou progressivamente o lugar do trágico da identidade* (BAUDRILLARD, 2010, p. 206).

Nesta sociedade a abundância é o mito que impera, daí a não necessidade de outras crenças, ela emerge como algo concreto e possível:

Se a sociedade de consumo já não produz mitos é porque *ela constitui o seu próprio mito*. Em vez do Diabo que trazia o Ouro e a Riqueza (pelo preço da alma) surgiu a abundância pura e simples. E, em vez do pacto com o Diabo, o contrato de abundância. Por outro lado, assim como o aspecto mais diabólico do Diabo nunca foi existir, mas sugerir que existe – também a abundância *não existe*, basta--lhe, porém, fazer crer que existe, para se transformar em mito eficaz (BAUDRILLARD, 2010, p. 206).

Dessa abordagem, parece que o ato de consumir extrapola o que é necessário e útil, para assumir uma dimensão quase que “transcendental”, onde o que é consumido gera e forja o ser.

Percebi nesse percurso que o sujeito, na sociedade de consumo, sinaliza autonomia e liberdade, mas na verdade torna-se massa, manipulado e dirigido pelas leis do mercado, que cria a identidade do ser humano que passa a ser consumidor. No afã de consumir, se identifica com o que consome e passa a ser considerado pelo que adquire, tornando-se cada vez mais indiferente, delegando ao Estado o cuidado com o outro, que não é visto nem ouvido, diante deste cenário tudo se liquefaz e ganha *status* de transitório e efêmero. Basta ver os dados apresentados anteriormente sobre a diferença de renda entre os moradores do Plano Piloto e os da Estrutural; cabe notar que as demais cidades do entorno de Brasília, por décadas, foram chamadas de cidades satélites, por só existirem em função do centro administrativo e do poder.

Uma vez considerada a identidade do indivíduo pós-moderno e sua relação com a sociedade de consumo parece ser o momento de verificar como os sujeitos e indivíduos se relacionam com as instituições religiosas contemporâneas e qual o poder de gerar coesão e solidariedade (DURKHEIM,1999) que as instituições possuem sobre os sujeitos católicos.

2. 3. A POSIÇÃO ATUAL DA IGREJA CATÓLICA DIANTE DO CONSUMISMO

Tendo colocado esses pressupostos me deterei na relação dos indivíduos com as instituições religiosas contemporâneas.

O processo iniciado com as Revoluções Francesa e Industrial desencadeou paulatinamente o afastamento da religião com o Estado, tornando-se cada vez mais evidente a separação entre o laico e o religioso, sem, contudo, deixarem de se influenciar reciprocamente.

Esperava-se na virada do milênio que as religiões se extinguissem, o que se viu foi uma retomada do espírito religioso, não mais uniforme e centralizado em instituições. Há um crescente interesse pelo transcendente, cultivado de forma individual e intimista.

Segundo Vattimo (2018), tal ressurgimento religioso se dá em boa parte pela divulgação constante da mídia, constata-se que há muita informação nesta área e pouca formação, o que cria conflitos teológicos e a supressão do que foi teorizado para a supervalorização de experiência pessoal, já que é a superstição que tem movido o mercado religioso.

O problema não é com Deus, mas com a autoridade terrena, aqueles que se dizem representantes e voz Dele e dominam impondo regras. Atualmente é inconcebível pensar que a salvação seja só de um grupo.

Vattimo (2018) constata uma efervescência de um clericalismo dos não crentes, de ateus devotos e dos crentes escandalizados. Inúmeros se indignam ao constatar a pressão que a Igreja Católica exerce sobre o Estado, impondo sobre eles (crentes e não crentes) suas normas e observância.

Tais fenômenos não se restringem somente à Igreja Católica nem ao Ocidente, diversas religiões passam pelo secularismo. Diante disso parece que a Igreja precisa enrijecer-se para manter seus fiéis, já que os católicos já não estão tão crentes na ortodoxia.

E torna-se cada vez mais inverossímil aceitar que o nosso vizinho de casa, muçulmano praticante e cidadão honesto como nós, esteja destinado à danação por não professar o nosso credo. Mas não é tudo: a ideia de um Deus criador da ordem do mundo físico tornou-se sempre menos crível na sua literalidade com todos os desenvolvimentos da cosmologia pós-einsteiniana (VATTIMO, 2018, p. 170).

O indivíduo pós-moderno não aceita o poder religioso que salva a uns e condena a outros. O autor questiona se é possível uma experiência religiosa sem Igreja e responde que sim, pois o que é primordial, segundo ele, é a caridade, que pode ser vivida em qualquer local e situação, pois a vivência do Evangelho passa hoje pela “via da solidariedade e da progressiva eliminação do domínio”.

De fato, as grandes instituições se encontram em declínio, enquanto emergem novas manifestações religiosas, algumas mais leves e outras mais rígidas, esses novos movimentos estão realmente fazendo uso da mídia para difundir seus ideais e por vezes enriquecer-se.

Para Vattimo, tanto *ad intra* como *ad extra*, a Igreja Católica carece de reformulações, pois continua a impor fardos pesados aos seus fiéis e a julgar e a condenar os que não comungam das mesmas ideias.

É neste cenário que desponta o Papa Francisco como representante institucional e carismático da Igreja Católica, advindo de uma realidade Latino-Americana, complexa e desafiadora, tendo vivenciado inclusive a fatídica ditadura Argentina.

Francisco, tendo ciência de todos os fatores elencados até então neste capítulo, na Encíclica *Laudato Si'* (2015) também se pronuncia a respeito do vazio que leva ao consumo, fruto de um antropocentrismo exacerbado.

A situação atual do mundo “gera um sentido de precariedade e insegurança, que, por sua vez, favorece formas de egoísmo coletivo”. Quando as pessoas se tornam autorreferenciais e se isolam na própria consciência, aumentam a sua voracidade: quanto mais vazio está o coração da pessoa, tanto mais necessita de objetos para comprar, possuir e consumir. Em tal contexto, parece não ser possível, para uma pessoa, aceitar que a realidade lhe assinala limites; neste horizonte, não existe sequer um verdadeiro bem comum. Se este é o tipo de sujeito que tende a predominar numa sociedade, as normas serão respeitadas apenas na medida em que não contradigam as necessidades próprias. Por isso, não pensemos só na possibilidade de terríveis fenômenos climáticos ou de grandes desastres naturais, mas também nas catástrofes resultantes de crises sociais, porque a obsessão por um estilo de vida consumista, sobretudo quando poucos têm possibilidades de o manter, só poderá provocar violência e destruição recíproca (FRANCISCO, 2015, n. 2004).

Diante deste cenário de egoísmo coletivo, regido por uma moral individualista, a Igreja Católica tem proposto aos fiéis um caminho de consumo consciente (Agenda 21, Rio 1992). Papa Francisco evidencia isso ao introduzir a encíclica mencionando as falas de seus predecessores. No entanto, percebe-se que tal proposta não chega efetivamente aos fiéis, ficando muitas vezes em nível de: discurso nas homílias, congressos e documentos aos quais poucos têm interesse, perdendo a chance de conhecer o que parece ser evidente ao levantar as teses e dissertações sobre a encíclica.

Já afirmara o Papa Paulo VI, em sua encíclica, atemporal, *Evangelii Nuntiandi* – sobre a evangelização no mundo contemporâneo, ao exortar os fiéis ao testemunho de vida:

Será pois, pelo seu comportamento, pela sua vida, que a Igreja há de, antes de mais nada, evangelizar este mundo; ou seja, pelo testemunho de pobreza, de desapego e de liberdade frente aos poderes deste mundo; numa palavra, testemunho de santidade (PAULO VI, 1976, n. 41).

Portanto, para Paulo VI uma vivência ética se torna anúncio credível, porém tal adesão só ocorre se houver conhecimento, e esse só é atingido com a formação e o testemunho da comunidade de fé.

No texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, ocorrida em Aparecida 2007, encontram-se inúmeras vezes a preocupação com a formação.

Para cumprir sua missão com responsabilidade pessoal, os leigos necessitam de sólida formação doutrinal, pastoral, espiritual e adequado acompanhamento para darem testemunho de Cristo e dos valores do Reino

no âmbito da vida social, econômica, política e cultural. [...] Se queremos que as paróquias sejam centros de irradiação missionária em seus próprios territórios, elas devem ser também lugares de formação permanente. Isso exige que se organizem nelas várias instâncias formativas que assegurem o acompanhamento e o amadurecimento de todos os agentes pastorais e dos leigos inseridos no mundo. As paróquias vizinhas também podem unir esforços nesse sentido, sem desperdiçar as ofertas formativas da Diocese e da Conferência Episcopal (CELAM, 2007, n. 212; 306).

A consciência que a formação em âmbitos “doutrinal, pastoral, espiritual” dos fiéis é imprescindível para que os ideais católicos possam ser alcançados, visando amadurecer e irradiar na sociedade os princípios católicos.

Para que essa irradiação aconteça a cada quatro anos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lança as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadoras (DGAE) na sua elaboração se encontram especialistas e bispos, que após uma acurada análise de conjuntura, traçam prioridades que devem, por sua vez, ser traduzidas em ação nas diversas dioceses de todo país. Elas contemplam sempre situações que ainda se encontram deficientes na ação evangelizadoras e as atuais DGAE 2019-2023 apontam:

As questões sociais, a defesa da vida e os desafios ecológicos da atual cultura urbana globalizada têm que ser enfrentados pelas nossas comunidades e também pelas Igrejas particulares, em nível local, regional e nacional, numa postura de serviço, diálogo, respeito à dignidade da pessoa humana, defesa dos excluídos e marginalizados, compaixão, busca da justiça e do bem comum, e cuidado com o meio ambiente. [...] Inserir na lista de prioridades das comunidades de fé o cuidado para com a Casa Comum, em sintonia com o magistério social do Papa Francisco (CNBB, 2019, n. 104; 181).

Se a própria Instituição põe como meta a defesa da vida e as questões ecológicas, é porque essas ainda não foram alcançadas.

Dado que a religião compõe a sociedade, enquanto corpo orgânico e como ideias, que o Magistério da Igreja, no corpo de sua Doutrina Social, sempre se posicionou em defesa do ser humano e da vida como um todo é preciso verificar sua proposta frente ao tema e descobrir se a pregação tem influenciado no modo de consumir dos fiéis católicos.

Visto que eles são, segundo o último censo 64, 6% da população³²; se houvesse um posicionamento concreto, em prol do consumo consciente, o impacto na sociedade de consumo, no meio ambiente e nas relações humanas seria visível.

³²Já os católicos passaram de 73, 6% em 2000 para 64, 6% em 2010. Embora o perfil religioso da população brasileira mantenha, em 2010, a histórica maioria católica, esta religião vem perdendo adeptos desde o primeiro Censo, realizado em 1872. Até 1970, a proporção de católicos variou 7, 9 pontos percentuais, reduzindo de 99, 7%, em 1872, para 91, 8%. Esta redução no percentual de

João Paulo II debruçou-se, com interesse sempre maior, sobre este tema. Na sua primeira encíclica, advertiu que o ser humano parece “não dar-se conta de outros significados do seu ambiente natural, para além daqueles que servem somente para os fins de um uso ou consumo imediatos”. Mais tarde, convidou a uma *conversão* ecológica global. Entretanto fazia notar o pouco empenho que se põe em “salvaguardar as condições morais de uma autêntica ecologia humana”. A destruição do ambiente humano é um fato muito grave, porque, por um lado, Deus confiou o mundo ao ser humano e, por outro, a própria vida humana é um dom que deve ser protegido de várias formas de degradação. Toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas “nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades”. O progresso humano autêntico possui um carácter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana, mas deve prestar atenção também ao mundo natural e “ter em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado”. Assim, a capacidade do ser humano transformar a realidade deve desenvolver-se com base na doação originária das coisas por parte de Deus (FRANCISCO 2015, n. 5).

João Paulo II atesta que se faz necessário uma mudança de mentalidade, construir uma moral voltada para uma ecologia humana, e acrescenta que para tal é preciso mudar de estilo de vida, novos padrões de produção e conseqüentemente de consumo, e Francisco acrescenta que para que haja progresso é necessária uma moral que respeite a dignidade humana.

Percebe-se, no entanto, que as pessoas estão adoecendo física e psiquicamente por sobrecarregar-se de trabalho, que tem por maior finalidade poder consumir. Bauman (2009) descreveu esse fenômeno:

Em suma: vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante. [...] O emergir da individualidade assinalou um progressivo enfraquecimento, a desintegração ou destruição da densa rede de vínculos sociais, que amarravam com força a totalidade das atividades da vida. Assinalou também que a comunidade estava perdendo o poder- e/ou interesse de regular normativamente a vida de seus membros. [...] Dos desejos e a crença firme e eterna de que cada ato visando a satisfazê-los deixa muito a desejar e pode ser aperfeiçoado, são esses os anúncios da economia que tem por alvo o consumidor. A sociedade de consumo consegue tornar permanente a insatisfação (BAUMAN, 2009, p. 8; 31; 105).

Neste afã de consumir sempre mais, entram em jogo as relações que se tornam fluidas, líquidas, instáveis, pois para cultivar um relacionamento se requer tempo e esse também foi consumido.

católicos ocorreu em todas as regiões, mantendo-se mais elevada no Nordeste (de 79, 9% para 72, 2% entre 2000 e 2010) e no Sul (de 77, 4% para 70, 1%). A maior redução ocorreu no Norte, de 71, 3% para 60, 6%, ao passo que os evangélicos, nessa região, aumentaram sua representatividade de 19, 8% para 28, 5%. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>. Acesso: 9 jul. de 2019.

A própria sociedade padece por essa situação de falta de relações profundas, é sabido que quanto mais o ser humano está infeliz mais consumirá. Assim se expressa Galeano (2007):

E as pessoas estão condenadas à insônia, pela ansiedade de comprar e pela angústia de pagar. Este modo de vida não é muito bom para as pessoas, mas é muito bom para a indústria farmacêutica. Os EUA consomem metade dos calmantes, ansiolíticos e demais drogas químicas que são vendidas legalmente no mundo; e mais da metade das drogas proibidas que são vendidas ilegalmente, o que não é uma coisinha à-toa quando se leva em conta que os EUA contam com apenas cinco por cento da população mundial. Pobres e ricos conhecem, assim, as qualidades dos automóveis do último modelo, e pobres e ricos ficam sabendo das vantajosas taxas de juros que tal ou qual banco oferece. Os especialistas sabem transformar as mercadorias em mágicos conjuntos contra a solidão. As coisas possuem atributos humanos: acariciam, fazem companhia, compreendem, ajudam, o perfume te beija e o carro é o amigo que nunca falha. A cultura do consumo fez da solidão o mais lucrativo dos mercados. Os buracos no peito são preenchidos enchendo-os de coisas, ou sonhando com fazer isso. E as coisas não só podem abraçar: elas também podem ser símbolos de ascensão social, salvo-condutos para atravessar as alfândegas da sociedade de classes, chaves que abrem as portas proibidas. Quanto mais exclusivas, melhor: as coisas escolhem-te e salvam você do anonimato das multidões. A publicidade não informa sobre o produto que vende, ou faz isso muito raramente. Isso é o que menos importa. Sua função primordial consiste em compensar frustrações e alimentar fantasias (GALEANO, 2007, p. 1).

Esse autor destaca que há alguém que ganha com este estado de existir “a indústria farmacêutica”, consumir para ele é como algo mágico contra a solidão, para tanto, se dá atributos humanos às coisas, tentando preencher vazios.

O afã de consumir faz com que os que não têm condições de excluídos se tornem opressores, como já afirmara Dom Elder Câmera³³, fazendo com que a sociedade se encontre em um estado caótico devido à violência difusa, que em geral tem como motor o desejo de posse, de poder e de acumulação. Santos (2002) chama isso de microfísica da violência:

A posição social das populações mais diretamente atingidas pela globalização caracteriza-se pela desigualdade de oportunidades de vida, isto é, um acesso desigual a recursos e uma vivência de situações sociais desiguais, as quais podem ser resumidas em oito dimensões: saúde; habitação; trabalho; educação; relações de sociabilidade; segurança; informação e conhecimento; e participação política. Poderíamos reconhecer, em cada uma dessas dimensões, em relação à conscientização dos agentes sociais e de suas distintas posições de classe, de gênero e de etnia, a configuração de novas questões sociais mundiais. [...] ‘Isto significa que “a globalização não diz respeito apenas ao que está ‘lá fora’, afastado e muito distante do indivíduo. A globalização não diz respeito apenas ao que está ‘lá fora’, afastado e muito distante do indivíduo. É também um fenômeno que se dá ‘aqui dentro’, influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas’ (SANTOS, 2002, p. 1).

³³Cf.: “[...] de alcance decisivo para se obter a medida adequada de conscientização, evitando que o oprimido de hoje se transforme no opressor de amanhã” (*apud* PILETTI; PRAXEDES, 2008, p. 340).

Para enfrentar tal situação, o Papa sugere que é preciso pensar em uma ecologia cultural.

A dificuldade em levar a sério este desafio tem a ver com uma deterioração ética e cultural, que acompanha a deterioração ecológica. O homem e a mulher deste mundo pós-moderno correm o risco permanente de se tornar profundamente individualistas, e muitos problemas sociais de hoje estão relacionados com a busca egoísta de uma satisfação imediata, com as crises dos laços familiares e sociais, com as dificuldades em reconhecer o outro. Muitas vezes há um consumo excessivo e míope dos pais que prejudica os próprios filhos, que sentem cada vez mais dificuldade em comprar casa própria e fundar uma família. Além disso, esta falta de capacidade para pensar seriamente nas futuras gerações está ligada com a nossa incapacidade de alargar o horizonte das nossas preocupações e pensar naqueles que permanecem excluídos do desenvolvimento. Não percam tempo a imaginar os pobres do futuro, é suficiente que recordemos os pobres de hoje, que poucos anos têm para viver nesta terra e não podem continuar a esperar. Por isso, “para além de uma leal solidariedade entre as gerações, há que reafirmar a urgente necessidade moral de uma renovada solidariedade entre os indivíduos da mesma geração” (FRANCISCO 2015, n. 162).

Francisco constata que há uma depauperização da ética e da cultura, que conduz ao individualismo, egoísmo, o que afeta a família e a sociedade, particularmente os que já se encontram excluídos, apela então à renovação da solidariedade como saída possível. Na encíclica *Fratelli Tutti* (2020), Francisco retoma esse tema.

Quando uma parte da sociedade pretende apropriar-se de tudo aquilo que o mundo oferece, como se os pobres não existissem, virá o momento em que isso terá as suas consequências. Ignorar a existência e os direitos dos outros provoca, mais cedo ou mais tarde, alguma forma de violência, muitas vezes inesperada. Os sonhos de liberdade, igualdade e fraternidade podem permanecer no nível de meras formalidades, porque não são efetivamente para todos. Sendo assim, não se trata apenas de procurar um encontro entre aqueles que detêm várias formas de poder econômico, político ou acadêmico; um efetivo encontro social coloca em verdadeiro diálogo as grandes formas culturais que representam a maioria da população. Muitas vezes, as boas propostas não são assumidas pelos setores mais pobres, porque se apresentam com uma roupagem cultural que não é a deles e com a qual não podem sentir-se identificados. Por conseguinte, um pacto social realista e inclusivo deve ser também um “pacto cultural”, que respeite e assuma as diversas visões do mundo, as culturas e os estilos de vida que coexistem na sociedade. O excesso de consumo tem levado também o planeta à saturação de seus bens naturais e não se sabe mais onde colocar o lixo que se está produzindo. Vê-se, no entanto, movimentos e associações humanitárias que tomam a frente dessa problemática, no entanto, é preciso que as religiões sejam mais incisivas e enfáticas com seus fiéis, já que as mesmas possuem grande poder na formação das ideias e das posturas (FRANCISCO, 2020, n. 219).

Quando o Papa convoca as religiões a assumirem o seu papel de formadoras e influenciadoras da sociedade, recorda-nos a força transformadora da mesma, o que Weiss (2013), referindo-se a Durkheim, afirma que a religião promove uma dinamogenia nos sujeitos, ou seja, “ativação intensa de um órgão em virtude de uma excitação provocada por causas de qualquer natureza” (WEISS, 2013, p. 167).

Durkheim (1996) estudando as religiões totêmicas constatou que o coletivo em certos rituais tinha o poder de mudar totalmente a conduta dos membros. Para ele, o coletivo gera uma energia que envolve que não tem a função de fazer pensar e sim fazer agir e viver.

Tal força não é imaginária, é real. O coletivo cria o divino, se imerge nele e se submete a ele. Indivíduos pensam, acreditam e se unem, isso gera uma ação/ato coletivo que repetido gera essa energia, constituindo o sagrado, portanto torna-se real.

Dentro da religião essa força se constitui como crença, que geram interditos violáveis ou não, Geertz afirma:

[...] religião é um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GEERTZ, 1989, p. 103).

Tanto Durkheim (1996) como Geertz (1989) concordam que a religião tem o poder de motivar seus seguidores, exercem uma força “penetrantes e duradouras disposições e motivações” podem moldar um agir ético.

Irene Dias de Oliveira (2015) amplia ainda mais a função da religião:

A religião é também uma referência de identidade, pois governa a ordem do indivíduo e mantém um conjunto de práticas e deveres que dão significado e “nomia” à existência das pessoas. A religião constitui a expressão dinâmica das camadas sociais e representa uma maneira de se afirmar em sua própria cultura (DIAS, 2015, 45).

Dado que a religião tem essa energia que envolve e move dando forma à identidade, pressupõe-se que uma pregação mais incisiva das religiões, e precisamente do universo cristão católico, respondendo à convocação do Papa Francisco na encíclica *Laudato Si*, possa intervir de forma efetiva na mudança de relação do consumo e conseqüentemente na preservação da vida do ser humano e do meio ambiente.

No entanto, é preciso ter presente que a religião não é o único grupo ao qual os fiéis pertencem, pois esses estão imersos na sociedade. Cabe então percebermos a

influência dos grupos primários e secundários e o poder que os mesmos exercem sobre os indivíduos.

O grupo primário (COOLEY, 1909) é o primeiro em que o indivíduo se relaciona, e onde se estabelecem vínculos estreitos afetivos e duradouros, esses laços se estabelecem por meio da comunicação interpessoal, onde são partilhados êxitos, fracassos e expectativas, regados por altruísmo e capacidade de sacrifício. O contato dos indivíduos com demais grupos e instituições que não nascem de relações personalizadas e diretas são considerados grupos secundários, onde o que impera são as relações de interesse, tais relações são temporárias podendo inclusive ser anônimas.

Totaro e Marinho (2018) trazem então a definição de Merton sobre os grupos primários e secundários:

O mercado, o consumo, a escola e a mídia, por um lado, tratados aqui enquanto grupos secundários [...] e a família, a religião e a comunidade, por outro lado chamadas aqui de grupos primários (MERTO, 1995) se mostram como instâncias mediadoras das disposições internalizadas, porque mobilizam as práticas individuais e atuam no sistema mimético humano, pelo seu potencial estético, volitivo e marcador de linguagem, de diferenças e de distinções sociais (TOTARO; MARINHO, 2018, p. 6).

Posto isso, esses autores abandonam a premissa que a identidade é construção solitária e totalmente racional e admitem a influência dos grupos primários e secundários, que funcionam como instâncias mediadoras das disposições que uma vez internalizadas mobilizam as práticas no sistema mimético humano.

O sujeito afasta-se do próprio eu para encontrar um nós (ele é reconhecido e tem um papel – uma posição desejada). Este novo eu, constitui o *self*. “A racionalidade entre identidade e diferença associa-se à sua capacidade de autorreferenciação, de modo que uma fornece as condições para que a outra exista, sendo a identidade marcada pela diferença” (TOTARO; MARINHO, p. 7).

Para processar essa diferença precisa que ela se encontre com a representação armazenada na memória. Diferenças e identidades são construídas por relações de poder transparentes no reconhecimento social e ecoam na linguagem e nas representações.

Isso posto, percebe-se que a autocategorização é complexa, em síntese, o *self* não é construção subjetiva fixa, é construído socialmente e é mutável. No entanto, as primeiras disposições do grupo primário tornam-se normativas, estruturam o ego que dependerá do meio moral. O psíquico negocia com o que é imposto pela sociedade em busca da aceitação e da conseqüente sociabilização.

É na sociabilização que o indivíduo elabora as representações e colhe delas o prazer, a recompensa, criando dessa forma um *habitus*, conforme a perspectiva de Bourdieu (1983)-

Tal *habitus* confere ao sujeito *nomia* (DURKHEIM, 1858-1917), isso gera uma alteração física e corpórea. O desejo de consumir é altamente influenciado pelos fatores supracitados, segundo Marinho (2016), a *illusio*, que pode ser entendida como uma força mobilizadora das pulsões e dos desejos individuais, que converte a satisfação narcísica em satisfação coletiva, diante da adoção de objetivos sociais, em termos de alvos e metas. Assim, para Marinho e Totaro (2018) passa-se do *habitus* primário para a formação identitária do indivíduo.

O *habitus* primário se constitui, portanto, no processo de elaboração processual e incessante da sociedade, do coletivo, nos primórdios da maturação cognitiva do indivíduo, por meio da *illusio*, como já indicava Bourdieu (1989). A *illusio* seria apostas, crenças, símbolos e fantasias subjetivas coletivamente selecionadas, calcadas em uma metafísica da distinção, que centraliza o indivíduo no mundo, via honra e dignidade, frente a nós mesmos e aos demais, habilitando seu reconhecimento e legitimando seu valor (TOTARO; MARINHO. p. 9).

Assim, a sociedade cria no indivíduo a *illusio* (crenças várias), calcadas em uma metafísica da distinção (jeito de pensar e de ser). A *illusio* permite ao indivíduo valorar e assim aderir ou rechaçar, por meio da autocategorização.

Os valores ontológicos são preservados pelos grupos primários: família, comunidade e religião, porém, com a consolidação do Estado Moderno, são formuladas novas instituições, os grupos secundários: escola, mercado, mídia e as redes sociais. Ambos passam então a travar entre si um embate, uma disputa sobre quem define os juízos morais, já que os dois contribuem para a autocategorização.

Totaro e Marinho (2018) concluem que quanto mais o grupo primário for amorfo, mais o grupo secundário terá força formal na imposição de seus valores; citam Baudrillard (2007) que, ao analisar a publicidade, afirma que esta põe seu diferencial em pequenos detalhes que têm o poder de distinguir e selecionar. Nivelas as pessoas no âmbito normativo e depois as diferencia no formal, em outras palavras, em uma sociedade todos têm direito, porém, quem pode consumir mais, usufrui mais deste direito.

Logo, a autocategorização é um processo transitivo e dialógico, já que se dá em conformidade com o outro. Portanto, qualquer concepção moral, temporal ou sobre a natureza e os bens é apreendida de outros indivíduos, ou seja, socialmente (TOTARO; MARINHO, p. 12).

Como já dissera Bourdieu, o gostar e optar são frutos do acúmulo do capital cultural. Portanto, os grupos primários e secundários são legitimadores, os valores, as virtudes, competências e a visão de mundo (também simbólica) instauram o *habitus* distintos e desiguais, e esse dita a afinidade e ordena a aproximação ou a rejeição.

Em ambos os grupos, primário e secundário, há interesses formulados e apregoados pela *doxa* de cada qual. No entanto, Totaro e Marinho (2018) defendem que o ontológico exerce mais influência, pela convivência precoce com essas instituições, quando a subjetividade dos indivíduos está mais aberta à construção subjetiva, embora salientem que cada vez mais a mídia e o mercado invadem mais cedo o ambiente em que a construção identitária se processa.

Diante disso, o capital passa a ser indissociável, pois se torna capital simbólico, capital cultural que pode ser objetivado em bens, livros e diplomas. No ato de consumir entram em jogo os anseios identitários.

O capital cultural pode então ser objetivado em bens materiais e institucionalizado em certificações. O que o indivíduo consome o coloca em um grupo ou em outro, portanto, o consumo pode unir e diferenciar, e é influenciado pela sua *illusio*.

Pertencer a um grupo primário é fundamental em todas as culturas, é um fenômeno meta-histórico. Tanto a psicologia como a sociologia admitem como meta-histórico presente em todas as sociedades, é uma necessidade humana. Por sua vez, o grupo secundário é fruto da sociedade moderna que propicia mais a autocategorização formal do que a ontológica, o que forja a sociedade de consumo. Partindo da premissa que o grupo primário é fundamental, e se não for “amorfo” (TOTARO e MARINHO, 2018) tem grande poder sobre o ser e agir dos indivíduos, logo, parece importante perspectivar em que medida as exortações concretas do Papa Francisco atingem os sujeitos. Na Encíclica *Evangelii Gaudium*, que é seu plano de governo, ele conclama a comunidade católica a tornar-se uma Igreja em saída.

Naquele “ide” de Jesus, estão presentes os cenários e os desafios sempre novos da missão evangelizadora da Igreja, e hoje todos somos chamados a esta nova “saída” missionária. Cada cristão e cada comunidade há de discernir qual é o caminho que o Senhor lhe pede, mas todos somos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho (FRANCISCO, 2013, n. 20).

Ciente de que cada comunidade é diferente, exorta primeiramente ao discernimento, para que cada qual descubra na sua realidade para onde é preciso

sair, porém, convida a todos a fazê-lo, saindo da “comodidade” e atingindo as periferias. E por periferia Francisco não entende apenas a periferia geográfica os bairros afastados, considera as periferias existenciais (todos os seres humanos necessitados de acolhida (cf. FRANCISCO, 2013, n. 46).

Ao concluir a Encíclica *Laudato Si'* (2015), no capítulo V Francisco aponta algumas linhas de ação para a mudança de comportamento necessária para a preservação da vida no planeta, o que ele chama de “percursos de diálogo que nos ajudem a sair da espiral de autodestruição onde estamos a afundar” (FRANCISCO, 2015, n. 163).

2.3.1 O diálogo sobre o meio ambiente na política internacional

Implica considerar o planeta como pátria da humanidade, casa comum. Cabe um projeto que englobe todas as nações, que programe uma agricultura sustentável, energia limpa, nova gestão dos recursos florestais e marinhos, possibilite acesso à água potável. O Papa é consciente que esses novos posicionamentos têm um ônus, que precisa ser assumido por todas as nações.

A política e a indústria reagem com lentidão, longe de estar à altura dos desafios mundiais. Neste sentido, pode-se dizer que, enquanto a humanidade do período pós-industrial talvez fique recordada como uma das mais irresponsáveis da história, espera-se que a humanidade dos inícios do século XXI possa ser lembrada por ter assumido com generosidade as suas graves responsabilidades (FRANCISCO, 2015, n. 163).

Ao reconhecer que estamos em um momento histórico diferente, conclama propositivamente, ao augurar que nossa geração pode ser lembrada por ter mudado a percepção. Ressalta a importância do movimento ecológico e ressalta as conquistas do mesmo em sua função de fiscalização e alerta constante impelindo a política mundial a pensar em longo prazo. Nota, no entanto, que pouco se avançou no que tange à emissão de gases poluentes, e afirma “A redução de gases, com efeito, estufa requer honestidade, coragem e responsabilidade, sobretudo dos países mais poderosos e mais poluentes” (FRANCISCO, 2015, n. 163).

Francisco tem clareza que os problemas ambientais têm a ver com o excesso de consumo e com a corrupção.

Para os países pobres, as prioridades devem ser a erradicação da miséria e o desenvolvimento social dos seus habitantes; ao mesmo tempo devem examinar o nível escandaloso de consumo de alguns setores privilegiados da sua população e contrastar melhor a corrupção. Sem dúvida, devem também desenvolver formas menos poluentes de produção de energia, mas para isso precisam contar com a ajuda dos países que cresceram muito à custa da

atual poluição do planeta. O aproveitamento direto da energia solar, tão abundante, exige que se estabeleçam mecanismos e subsídios tais, que os países em vias de desenvolvimento possam ter acesso à transferência de tecnologias, à assistência técnica e aos recursos financeiros, mas sempre prestando atenção às condições concretas, pois “nem sempre se avalia adequadamente a compatibilidade dos sistemas com o contexto para o qual são projetados”. Os custos seriam baixos se comparados com os riscos das mudanças climáticas. Em todo o caso, trata-se primariamente duma decisão ética, fundada na solidariedade de todos os povos (FRANCISCO, 2015, n.172).

Uma tomada de posição requer “decisão ética”, esse dado corrobora com a nossa tese de que para que os cristãos católicos possam tomar tal decisão é preciso que conheçam a própria doutrina social, pois eles estão na sociedade e suas atitudes contribuem ou não para a mudança desse cenário, lembrando que no campo moral a omissão contribui com os que estão empenhados na destruição.

A citação que trago na sequência tem trazido ao Papa Francisco inúmeras retaliações.

A lógica que dificulta a tomada de decisões drásticas para inverter a tendência ao aquecimento global é a mesma que não permite cumprir o objetivo de erradicar a pobreza. Precisamos duma reação global mais responsável, que implique enfrentar, contemporaneamente, a redução da poluição e o desenvolvimento dos países e regiões pobres. O século XXI, mantendo um sistema de governança próprio de épocas passadas, assiste a uma perda de poder dos Estados nacionais, sobretudo porque a dimensão econômico-financeira, de caráter transnacional, tende a prevalecer sobre a política. Neste contexto, torna-se indispensável a maturação de instituições internacionais mais fortes e eficazmente organizadas, com autoridades designadas de maneira imparcial por meio de acordos entre os governos nacionais e dotadas de poder de sancionar (FRANCISCO, 2015, n. 175).

Por apontar a necessidade de organismos internacionais, que pensem e tenham autoridade de ação, Francisco tem encontrado resistência tanto ao interno da Igreja como no externo. Tal pensamento é tido como próprio dos simpatizantes do temido “comunismo”, o que causa aversão ao movimento crescente dos nacionalismos cada vez mais acirrados. No entanto, Papa Francisco menciona, para fortalecer sua ideia, uma fala do Papa Bento XVI (tido como ultraconservador):

Como afirmou Bento XVI, na linha desenvolvida até agora pela doutrina social da Igreja, “para o governo da economia mundial, para sanar as economias atingidas pela crise de modo a prevenir o agravamento da mesma e consequentes maiores desequilíbrios, para realizar um oportuno e integral desarmamento, a segurança alimentar e a paz, para garantir a salvaguarda do ambiente e para regulamentar os fluxos migratórios urge a presença de uma verdadeira Autoridade política mundial, delineada já pelo meu predecessor, [São] João XXIII”. Nesta perspectiva, a diplomacia adquire uma importância inédita, chamada a promover estratégias internacionais para prevenir os problemas mais graves que acabam por afetar a todos (FRANCISCO, 2015, n. 175).

Por rejeição a essas ideias de um pensar coletivamente a vida do Planeta, percebe-se então que a globalização é interessante em alguns aspectos e em outros não. A segunda linha de ação apontada por Francisco diz respeito às políticas nacionais.

2.3.2 O diálogo para novas políticas nacionais e locais

Nesta linha de ação, Papa Francisco constata que as divisões e interesses antagônicos não são apenas internacionais, mas que eles também se encontram ao interno das nações “[...] com o meio ambiente e com o desenvolvimento econômico já não se pode olhar apenas a partir das diferenças entre os países, mas exige-se que se preste atenção às políticas nacionais e locais” (FRANCISCO, 2015, n. 176). Para que isso ocorra, segundo Francisco, é preciso: utilizar bem as capacidades humanas; normatizar o uso das novas tecnologias sem perder de vista o bem comum; políticas institucionais que normatizem e incentivem as boas práticas estimulando a criatividade e que não sejam construídas visando bem imediato; fortalecer as cooperativas para explorar energias renováveis que contribuem para o desenvolvimento local;

Com efeito, aqui é possível gerar uma maior responsabilidade, um forte sentido de comunidade, uma especial capacidade de solicitude e uma criatividade mais generosa, um amor apaixonado pela própria terra, tal como se pensa naquilo que se deixa aos filhos e netos (FRANCISCO, 2015, n. 179).

O apelo do Papa é para que esse grupo primário se fortaleça, se articule e traga soluções para os problemas locais, valorizando as comunidades locais e originárias, “Dado que o direito por vezes se mostra insuficiente devido à corrupção, requer-se uma decisão política sob pressão da população” (FRANCISCO, 2015, n. 179). Francisco considera que não há receitas únicas e uniformes, mas que é possível construir coletivamente soluções, e tais experiências podem inspirar as comunidades próximas. A política local precisa atentar para: a economia de resíduos e reciclagem, a proteção de determinadas espécies, a rotação de culturas, os investimentos em infraestruturas rurais, a irrigação, desenvolvendo técnicas agrícolas sustentáveis, cuidando dos ecossistemas locais. Tais práticas requerem planejamento, e constância, não podem ficar a mercê de trocas de mandatos políticos, “[...] quando faltam as grandes metas, os valores, uma compreensão humanista e rica de significado, capazes de conferir a cada sociedade uma orientação nobre e generosa” (FRANCISCO, 2015, n. 181). Como já esteve presente nas entrelinhas, Papa

Francisco deixa claro que a corrupção é degradante, por isso nessa próxima linha de ação ele aponta para a moral nas transações políticas.

2.3.3 Diálogo e transparência nos processos decisórios

Nesta linha de ação, Francisco afirma que antes de qualquer projeto político é preciso analisar de forma interdisciplinar os impactos que a ação provocará nos seres humanos (visando à saúde física e mental) e no ambiente, evitando a barganha e a troca de favores que, segundo ele, geram a corrupção e a falta de transparência.

Tais decisões, segundo Francisco, precisam ser tomadas de forma coletiva, integrando a comunidade local e dando-lhes a conhecer todas as implicações de cada ação, esse envolvimento não pode restringir-se ao planejamento, mas deve acompanhar todo o processo, reavaliando, monitorando e reformulando, tendo sempre em vista o presente e o futuro das novas gerações “Mas, em todo o caso, deve permanecer de pé que a rentabilidade não pode ser o único critério a se ter em conta, e na hora em que aparecessem novos elementos de juízo a partir de ulteriores dados informativos [...]” (FRANCISCO, 2015, n. 187). Neste momento Francisco afirma ter consciência do papel da Igreja em meio a essas decisões. Repito uma vez mais que a Igreja não pretende definir as questões científicas nem se substituir à política, mas convido a um debate honesto e transparente, para que as necessidades particulares ou as ideologias não lesem o bem comum (FRANCISCO, 2015, n. 188).

Dessa forma, se situa o papel da Igreja, que é pôr-se na mesa das discussões, sempre tendo como meta o bem comum. O Papa passa então a mais uma linha de ação, onde convida a política e a economia a dialogarem.

2.3.4 Política e economia em diálogo para a plenitude humana

Francisco não diz que a política deve se submeter à economia, mas que ambas precisam dialogar “Pensando no bem comum, hoje precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente da vida humana” (FRANCISCO, 2015, n. 189), que esteja atenta aos princípios éticos e o cuidado permanente da casa comum.

Mais uma vez repito que convém evitar uma concepção mágica do mercado, que tende a pensar que os problemas se resolvem apenas com o crescimento dos lucros das empresas ou dos indivíduos. Será realista esperar que quem está obcecado com a maximização dos lucros se detenha a considerar os efeitos ambientais que deixará às próximas gerações? Dentro do esquema do ganho não há lugar para pensar nos ritmos da natureza, nos seus tempos de degradação e regeneração, e na complexidade dos ecossistemas que podem ser gravemente alterados pela intervenção humana. Além disso, quando se fala de biodiversidade, no máximo pensa-se nela como um reservatório de recursos econômicos que poderia ser explorado, mas não se considera seriamente o valor real das coisas, o seu significado para as

peças e as culturas, os interesses e as necessidades dos pobres (FRANCISCO, 2015, n. 190).

A exortação é para que haja uma transformação da relação ser humano, produção e meio ambiente, uma relação de consumo sustentável, reverente e que respeite a diversidade cultural sem se descuidar dos marginalizados.

Francisco reconhece que tal proposta esbarra na mentalidade de que não se pode aliar progresso com preservação e ética, no entanto isso não é só possível, mas torna-se cada vez mais imprescindível, com um desenvolvimento criativo se pode conciliar ambas as coisas.

A política não pode negar-se ao seu papel decisório, correndo o risco de deixar as decisões apenas para quem tem o poder econômico, não cabe também ficarem culpando--se reciprocamente, mas sim de adotar uma nova ordem.

Mas o que se espera é que reconheçam os seus próprios erros e encontrem formas de interação orientadas para o bem comum. Enquanto uns se afanam apenas com o ganho econômico e os outros estão obcecados apenas por conservar ou aumentar o poder, o que nos resta são guerras ou acordos espúrios, onde o que menos interessa às duas partes é preservar o meio ambiente e cuidar dos mais fracos. Vale aqui também o princípio de que “a unidade é superior ao conflito” (FRANCISCO, 2015, n. 199).

Percebe-se como o Papa tenta apontar saídas, que são construídas conjuntamente, que as intenções e acordos precisam ser tecidos na transparência e insistentemente repete, com vista no bem comum. Passa então à última linha de ação que diz respeito ao diálogo das religiões com a ciência. Ressaltamos “diálogo”, o que mostra uma postura muito diferente do posicionamento da Igreja no advento da idade moderna, onde essa se posicionou como detentora de todo saber.

2.3.5 As religiões no diálogo com as ciências

Papa Francisco inicia esta última linha de ação reconhecendo o valor das ciências empíricas, mas ao mesmo tempo, tendo afirmado que elas, devido aos seus métodos específicos, não conseguem açambarcar totalmente a vida “[...] essência íntima de todas as criaturas e o conjunto da realidade. Isto seria ultrapassar indevidamente os seus confins metodológicos limitados” (FRANCISCO, 2015, n. 199), tal atitude, segundo Francisco, levaria a um desencantamento “[...] desaparecem a sensibilidade estética, a poesia e ainda a capacidade da razão perceber o sentido e a finalidade das coisas” (FRANCISCO, 2015, n. 199).

Afirma também que o arcabouço espiritual das religiões (textos sagrados) ainda é útil, mesmo que remontem a outras épocas, pois os pressupostos éticos são atemporais e são esses que dão o rumo.

Além disso, qualquer solução técnica que as ciências pretendam oferecer será impotente para resolver os graves problemas do mundo, se a humanidade perde o seu rumo, esquece-se das grandes motivações que tornam possível a convivência social, o sacrifício, a bondade. Em todo o caso, será preciso fazer apelo aos crentes para que sejam coerentes com a sua própria fé e não a contradigam com as suas ações; será necessário insistir para que se abram novamente à graça de Deus e se nutram profundamente das próprias convicções sobre o amor, a justiça e a paz. Se às vezes uma má compreensão dos nossos princípios nos levou a justificar o abuso da natureza, ou o domínio despótico do ser humano sobre a criação, ou as guerras, a injustiça e a violência, nós, crentes, podemos reconhecer que então fomos infiéis ao tesouro de sabedoria que devíamos guardar. Muitas vezes os limites culturais de distintas épocas condicionaram esta consciência do próprio patrimônio ético e espiritual, mas é precisamente o regresso às respectivas fontes que permite às religiões responder melhor às necessidades atuais (FRANCISCO, 2015, n. 200).

Francisco admite que por vezes a religião esteve aliada à política e a economia espúrias e degradantes que a distanciaram do patrimônio ético, exorta então a relembrar as origens, e não fala apenas da Igreja Católica, mas de todas as religiões.

Como anteriormente discorreu sobre o diálogo entre política e economia, detêm-se também na necessidade das religiões dialogarem, já que o cuidado da casa comum é interesse de todos “[...] visando o cuidado da natureza, a defesa dos pobres, a construção duma trama de respeito e de fraternidade” (FRANCISCO, 2015, n 201).

Conclui essa linha de ação, afirmando que também precisam dialogar: as ciências entre si, para que não se fechem e não se absolutizem no próprio saber; e os movimentos ecológicos, para que possam superar as ideologias; pois “A gravidade da crise ecológica obriga-nos, a todos, a pensar no bem comum e a prosseguir pelo caminho do diálogo que requer paciência, ascese e generosidade, lembrando-nos sempre de que “a realidade é superior à ideia” (FRANCISCO, 2015, n. 201).

Percorremos então as cinco linhas de ação propostas por papa Francisco para que se efetive uma transformação ética em relação à defesa da vida do ser humano e do Planeta, todas alicerçadas no diálogo, na busca de soluções coletivas, tendo sempre em vista o bem comum.

Papa Francisco continua a insistir com essa temática nos documentos que está permanentemente emanando. Na mais recente encíclica escrita em meio a Pandemia do Covid 19, intitulada *Fratelli Tutti* – Sobre a fraternidade universal (2020), assim sintetiza:

Cuidar do mundo que nos rodeia e sustenta significa cuidar de nós mesmos. Mas precisamos de nos constituirmos como um “nós” que habita a casa comum. Um tal cuidado não interessa aos poderes econômicos que necessitam dum ganho rápido. Frequentemente as vozes que se levantam em defesa do ambiente são silenciadas ou ridicularizadas, disfarçando de racionalidade o que não passa de interesses particulares. Nesta cultura que estamos a desenvolver, vazia, fixada no imediato e sem um projeto comum, “é previsível que, perante o esgotamento de alguns recursos, se vá criando um cenário favorável para novas guerras, disfarçadas sob nobres reivindicações” (FRANCISCO, 2020, n. 17).

É imprescindível despertar a consciência do cuidado com o meio ambiente, pois cuidamos dessa forma de nós mesmos, afirma Francisco, ele mais uma vez atesta que os poderes econômicos não estão interessados nisso, pois esses visam o lucro imediato, na cultura vazia se carece de um projeto comum. Ainda convoca mais uma vez ao diálogo.

Temos de reconhecer que, “entre as causas mais importantes da crise do mundo moderno, se contam uma consciência humana anestesiada e o afastamento dos valores religiosos, bem como o predomínio do individualismo e das filosofias materialistas que divinizam o homem e colocam os valores mundanos e materiais no lugar dos princípios supremos e transcendentos”. Não se pode admitir que, no debate público, só tenham voz os poderosos e os cientistas. Deve haver um lugar para a reflexão que provém de um fundo religioso que recolhe séculos de experiência e sabedoria. “Os textos religiosos clássicos podem oferecer um significado para todas as épocas, possuem uma força motivadora”, mas de fato “são desprezados pela miopia dos racionalismos” (FRANCISCO, 2020, n. 275).

Francisco reivindica o lugar da religião na mesa do diálogo, afirmando, dessa forma, que não se pode desconhecer a sabedoria contida e salvaguardada pelas religiões, pois os mesmos podem dar sentido e motivação à humanidade.

Convida também aos fiéis a tornarem-se irmãos de todos, e para isso precisam assumir novas atitudes, recuperando a amabilidade.

O individualismo consumista provoca muitos abusos. Os outros tornam-se meros obstáculos para a agradável tranquilidade própria e, assim, acaba-se por tratá-los como incômodos; e a agressividade aumenta. Isto se acentua e atinge níveis exasperantes em períodos de crise, situações catastróficas, momentos difíceis, quando aflora o espírito do “salve-se quem puder”. Contudo, ainda é possível optar pelo cultivo da amabilidade; há pessoas que o conseguem, tornando-se estrelas no meio da escuridão. São Paulo designa um fruto do Espírito Santo com a palavra grega *chrestotes* (Gal 5, 22), que expressa um estado de ânimo não áspero, rude, duro, mas benigno, suave, que sustenta e conforta. A pessoa que possui esta qualidade ajuda os outros, para que a sua existência seja mais suportável, sobretudo quando sobrecarregados com o peso dos seus problemas, urgências e angústias. É um modo de tratar os outros, que se manifesta de diferentes formas: amabilidade no trato, cuidado para não magoar com as palavras ou os gestos, tentativa de aliviar o peso dos outros. Supõe “dizer palavras de incentivo, que reconfortam, consolam, fortalecem, estimulam”, em vez de “palavras que humilham, angustiam, irritam, desprezam” (FRANCISCO, 2020, n. 222; 223).

Para retomar a atitude de amabilidade segundo Francisco é preciso não ver o outro como obstáculo “incômodo”, assumir atitudes diferentes de benignidade e conforto, vigiando o modo de falar e de agir, tais atitudes são libertadoras e forjam uma nova sociedade.

A amabilidade é uma libertação da crueldade que às vezes penetra nas relações humanas, da ansiedade que não nos deixa pensar nos outros, da urgência distraída que ignora que os outros também têm direito de ser felizes. Hoje raramente se encontram tempo e energias disponíveis para se demorar a tratar bem os outros, para dizer “com licença”, “desculpe”, “obrigado”. Contudo de vez em quando verifica-se o milagre dum pessoa amável, que deixa de lado as suas preocupações e urgências para prestar atenção, oferecer um sorriso, dizer uma palavra de estímulo, possibilitar um espaço de escuta no meio de tanta indiferença. Este esforço, vivido dia a dia, é capaz de criar aquela convivência sadia que vence as incompreensões e evita os conflitos. O exercício da amabilidade não é um detalhe insignificante nem uma atitude superficial ou burguesa. Dado que pressupõe estima e respeito, quando se torna cultura numa sociedade, transforma profundamente o estilo de vida, as relações sociais, o modo de debater e confrontar as ideias. Facilita a busca de consensos e abre caminhos onde a exasperação destrói todas as pontes (FRANCISCO, 2020, n. 222; 223).

Pode parecer que saímos do foco, religião e consumo, no entanto, é preciso conectar-se com os efeitos nocivos já elencados e perceber que eles são oriundos de relações e atitudes, o que já foi mencionado por Vattimo (2018). Voltamos a frisar o que Marinho e Totaro (2018) afirmaram quanto mais o grupo primário for amorfo, mais o grupo secundário terá força formal na imposição de seus valores.

Enquanto escrevo essa tese, Papa Francisco convocou os jovens economistas, empresários, *change makers* do mundo inteiro, para um Congresso Internacional intitulado a Economia de Francisco³⁴, na cidade de Assis-Itália. Devido à pandemia o mesmo ocorreu de forma remota nos dias 19 a 21 de novembro de 2020, o evento envolveu mais de 2.000 empresários e estudantes de economia com menos de 35 anos de todos os continentes, de mais de 40 países, entre os quais Itália, Argentina, Brasil, Costa do Marfim, Coreia, Portugal, Camarões, Polônia, Colômbia, Nigéria, Espanha, Suíça, Índia, Chile, Bélgica, Irlanda, África do Sul, Botswana, Cuba, México, Filipinas, Uganda e Paquistão. Nele jovens especialistas das mais diversas áreas sinalizaram as possíveis saídas para o caos instalado pela economia predatória do sistema capitalista. Como conclusão escreveram a seguinte carta conclusiva que a

³⁴ Referindo-se a São Francisco, o santo que optará pelos pobres e leprosos na Idade Média, como já mencionei no I Capítulo.

reportamos na íntegra dada a importância e relevância do evento. A carta é datada do dia 21 de novembro de 2020, quando o Brasil contabilizava 168. 141 óbitos e 5. 983. 089 diagnósticos pela Covid-19, segundo balanço do consórcio de veículos de imprensa³⁵.

A Economia de Francisco, 21 de novembro de 2020

Nós, *jovens economistas, empresários, change makers* do mundo, convocados em Assis pelo Papa Francisco, no ano da pandemia da COVID-19, queremos enviar uma mensagem aos economistas, empresários, decisores políticos, trabalhadores e trabalhadoras, cidadãos e cidadãs do mundo, para transmitir a alegria, as experiências, as esperanças, os desafios que neste período amadurecemos e recolhemos, ouvindo o nosso povo e o nosso coração. Estamos convencidos de que não se constrói um mundo melhor sem uma economia melhor e que a economia é importante demais para a vida dos povos e dos pobres para que todos nós não nos ocupemos disso. Por isso, em nome dos jovens e dos pobres da Terra, nós pedimos que:

1. as grandes potências mundiais e as grandes instituições econômico-financeiras desacelerem a sua corrida para deixar a Terra respirar. A COVID nos fez desacelerar, sem a termos escolhido. Quando a COVID passar, a nossa opção deve ser desacelerar a corrida desenfreada que está asfixiando a Terra e os mais fracos;
2. seja ativada uma **comunhão mundial das tecnologias** mais avançadas para que, também nos países de baixa renda, as produções sejam sustentáveis; seja superada a pobreza energética – fonte de disparidade econômica, social e cultural – para realizar a justiça climática;
3. a questão da **custódia dos bens comuns** (especialmente os globais como a atmosfera, as florestas, os oceanos, a terra, os recursos naturais, todos os ecossistemas, a biodiversidade, as sementes) seja colocada no centro das agendas dos governos e do ensino nas escolas, universidades, *business schools* do mundo inteiro;
4. nunca mais sejam usadas **as ideologias econômicas** para ofender e descartar os pobres, os doentes, as minorias e os desfavorecidos de todos os tipos, porque a primeira ajuda à indignação deles é o respeito e a estima de suas pessoas: a pobreza não é maldição, é apenas infortúnio, e responsabilidade de quem não é pobre;
5. que o direito **ao trabalho digno para todos**, os direitos da família e todos os direitos humanos sejam respeitados na vida de cada empresa, para cada trabalhadora e cada trabalhador, garantidos pelas políticas sociais de cada país e reconhecidos em nível mundial com uma carta comum que desencoraje escolhas empresariais voltadas apenas ao lucro e baseadas na exploração das crianças e adolescentes e dos mais desfavorecidos;
6. sejam imediatamente **abolidos os paraísos fiscais** no mundo inteiro porque o dinheiro depositado em um paraíso fiscal é dinheiro subtraído do nosso presente e do nosso futuro e porque um novo pacto fiscal será a primeira resposta ao mundo pós-covid;
7. sejam fundadas **novas instituições financeiras** mundiais e sejam reformadas as existentes (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional) em um sentido democrático e inclusivo para que ajudem o mundo a se reerguer das pobreza, dos desequilíbrios produzidos pela pandemia; financiamento

³⁵ Cf. <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/11/19/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-19-de-novembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 10 jan. de 2021.

sustentável e ético deve ser recompensado e incentivado, e o financiamento altamente especulativo e predatório deve ser desencorajado através de tributação apropriada.

8. as empresas e os bancos, especialmente os grandes e globalizados, introduzam um **comitê ético independente** em sua governança com veto em matéria de meio ambiente, justiça e impacto sobre os mais pobres;
9. as instituições nacionais e internacionais prevejam prêmios em apoio aos empresários inovadores no âmbito da **sustentabilidade ambiental, social, espiritual e, não menos importante, gerencial**, porque somente revendo a gestão das pessoas dentro das empresas será possível uma sustentabilidade global da economia;
10. os Estados, as grandes empresas e as instituições internacionais cuidem de **uma educação de qualidade** para cada menina e menino do mundo, pois o capital humano é o primeiro capital de todo humanismo;
11. as organizações econômicas e as instituições civis não se deem paz enquanto **as trabalhadoras** não tiverem as mesmas oportunidades dos trabalhadores, porque empresas e locais de trabalho sem uma presença adequada do talento feminino não são lugares plena e autenticamente humanos e felizes;
12. enfim, pedimos o esforço de todos para que se aproxime o tempo profetizado por Isaías: *“Estes quebrarão as suas espadas, transformando-as em relhas, e as suas lanças, a fim de fazerem podadeiras. Uma nação não levantará a espada contra a outra, e nem se aprenderá mais a fazer guerra”* (Is 2, 4). Nós, jovens, não toleramos mais que sejam subtraídos recursos da escola, da saúde, do nosso presente e futuro para construir armas e alimentar as guerras necessárias para vendê-las. Gostaríamos de dizer aos nossos filhos que o mundo em guerra acabou para sempre.

Pedimos tudo isso – que já vivenciamos no nosso trabalho e no nosso estilo de vida – sabendo que é muito difícil e talvez considerado utópico por muitos. Nós, pelo contrário, acreditamos que seja *profético* e, portanto, convém *pedir, insistir e pedir novamente*, porque o que hoje parece impossível, **graças ao nosso empenho e à nossa insistência**, amanhã não será tanto assim. Vocês, adultos, que têm nas mãos as rédeas da economia e das empresas, fizeram muito por nós, jovens, mas podem fazer mais. O nosso tempo é difícil demais para não pedir o impossível. Confiamos em vocês e por isso lhes pedimos muito. Todavia se pedíssemos menos, não pediríamos o suficiente. Pedimos tudo isso antes de tudo de nós mesmos e nos comprometemos a viver os melhores anos das nossas energias e inteligência para que a economia do Francisco seja cada vez mais sal e fermento da economia de todos (Disponível em: <https://francescoeconomy.org/final-statement-and-common-commitment-pt/>. Acesso em: 10 abril de 2021).

Sintetizando, os jovens solicitam que as instituições econômico-financeiras desacelerem a sua corrida predatória; que seja ativada uma comunhão mundial das tecnologias para que as conquistas dessa área sirvam a todos os países; que haja custódia dos bens comuns, onde todos se comprometam com bens naturais que são de toda a humanidade; que não mais sejam usadas as ideologias econômicas que discriminam e segregam; que todos possam ter trabalho digno com salários que possibilitem dignidade vida; que sejam abolidos os paraísos fiscais que furtam as economias locais; que se criem novas instituições financeiras mundiais que moderem as desigualdades sendo justas e éticas; que as empresas e os bancos, especialmente os grandes e globalizados, tenham comitê ético independente que julguem os impactos das próprias ações; que sejam premiadas e incentivadas às

iniciativas da sustentabilidade ambiental, social, espiritual e, não menos importante, gerencial; se priorize a educação de qualidade, pois o ser humano é o capital mais importante; que se dê oportunidades iguais para trabalhadores e trabalhadoras; que não se tire mais recursos da escola, da saúde, do nosso presente e futuro para construir armas e alimentar as guerras.

Tais conclusões trazem um posicionamento ético dos jovens em relação ao mundo econômico, e de certa forma sintetizam o que o Papa já exortara na encíclica *Laudato Si'*. O evento não deixa de ser uma estratégia para que essa urgente agenda econômica reverbere e possa surtir os feitos tão necessários de uma mudança total de paradigma.

Concluo esse capítulo, tendo cada vez mais clara a complexidade da identidade do sujeito no mundo pós-moderno, marcado pelos ideais de liberdade e autonomia, que está em crise, pois não encontra pontos fixos onde se apoiar.

O indivíduo se encontra deslocado, sem local, tornou-se um ser global (HALL, 2004), vive em uma sociedade marcada por divisões e antagonismos, sedento por conhecer. A identidade está em constante reformulação (DOUGLAS, 2006), muda conforme o ambiente, as posses e relações, pois o ser humano é uma alma social (CAMPBELL, 2005) e pode ter se tornado massa (BAUDRILLARD, 1985), um homem selvagem em meio à sociedade de consumo.

Na tentativa de sobreviverem, se unem em comunidades, as mais variadas, nas quais comungam apenas o que lhe apraz, quebrando dessa forma a coesão, descategoriza-se (BREWER; MILLER, 1984).

Adentramos na sequência na identidade das pessoas que compõem, o subcampo pesquisado, a comunidade Católica da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, fazendo um breve levantamento histórico e estatístico, o que possibilitou a individuação do contexto em que esses fiéis se encontram dentro da Capital Federal.

Abordei os conceitos que envolvem a relação do sujeito e o consumo dentro do sistema capitalista, buscando os fundamentos teóricos da divisão do trabalho, percebendo o salto que foi feito do sujeito produtor para o sujeito consumidor. A globalização do mundo pós-moderno, onde a competição se tornou regra de convivência (SANTOS, 2000) e o dinheiro o grande regulador.

A transformação do conceito e valor da mercadoria que passou de um bem de uso para um bem místico, prazeroso, desejável, “climatizado” (BAUDRILLARD, 1995). Onde o valor é atribuído pelo que comunica, distingue e hierarquiza.

Onde o que se é realmente não importa, mas se é validado pelo que se consome e pelo que se aparenta. Pois a sociedade tornou-se semiúrgica, fundada sobre o consumo do simulacro que seduz, fascina e retribaliza.

A pós-modernidade é caracterizada pela liquidez (BAUMAN), onde devido à carência relacional o que se valoriza é o *homo economicus* e o *homo consumens* que movimenta a sociedade de consumo. Tal sociedade gerou a síndrome consumista (BAUMAN, 2008).

Diante disso toda a cultura se desmoronou (LIPOVETSKY, 2020) e houve a estetização que conjuga hedonismo e consumo. A necessidade de parecer gera insatisfação e ansiedade. Na cultura consumista as identidades se fragmentam (BAUMAN, 2004), perderam-se os princípios universais, e instaurou-se o individualismo que distancia as pessoas.

Postos esses pressupostos, abordei a posição da Igreja Católica diante deste cenário, percebendo que o distanciamento crescente entre religião e Estado fez com que o mundo laico e o mundo religioso se distanciassem. Porém, o religioso não se extinguiu como se esperava. Percebe-se um efervescer de novos movimentos, e de práticas individuais onde o crente de certa forma compõe a sua crença independentemente da instituição.

Em relação à Igreja Católica, uma alternativa possível é retomar os fundamentos da caridade cristã (VATTIMO, 2018).

Por fim, dentro do exposto aponte as diretrizes atuais da Igreja Católica, sob o comando do Papa Francisco, que tem exortado à instauração urgente e necessária de uma nova economia. Para essa árdua empreitada tem convocado não só os fiéis católicos, mas toda a humanidade a sair da zona de conforto predatória e insana para a instauração de uma vida sustentável para todo o planeta.

CAPÍTULO 3 - O DESAPEGO CRISTÃO: UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA

No primeiro capítulo, discorri sobre os princípios católicos em relação ao consumo, partindo do discurso fundante da *doxa* cristã a períclope das Bem-Aventuranças. Tracei um breve histórico do desenvolvimento da Igreja Católica e a sua relação com o apego, por meio do levantamento das afirmações compiladas na Doutrina Social da Igreja. Tal abordagem culminou na Encíclica *Laudato Si'* de Papa Francisco, onde o pontífice propõe a Ecologia Integral e a posição da Igreja diante do sistema capitalista, aurindo destes documentos a mística cristã como extensão da vivência ética do cristianismo católico.

No segundo capítulo, detive-me a delinear como se configura a sociedade de consumo atual e sua relação com os princípios católicos. Após discorrer sobre o sujeito no mundo contemporâneo, descrevi o perfil dos fiéis da comunidade católica da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima em Brasília, lugar onde desenvolvi a pesquisa. Também detive-me em entender a relação sujeito e consumo no sistema capitalista e concluí mais uma vez adentrando no campo católico, valendo-me da Encíclica *Laudato Si'*, para entender a posição da Igreja Católica diante do consumismo.

No presente capítulo trago os dados coletados nas cartas de intenções deixadas na urna aos pés da imagem de Nossa Senhora de Fátima; apresento, ainda, os dados qualitativos aferidos por meio do questionário semiestruturado aplicado em trinta fiéis da comunidade.

Dessa forma pretendo verificar o grau de conhecimento e adesão dos fiéis à Doutrina Social da Igreja Católica e seu reflexo na prática e na conduta ética, verificando, dessa forma, se as práticas de consumo se relacionam com a proximidade (grau de coesão) com grupos primários e secundários.

3.1 COLETA DE INTENÇÕES

A primeira atividade realizada na comunidade católica da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima em Brasília foi a coleta das intenções depositadas no período de um mês (outubro de 2020), na urna aos pés da imagem da padroeira. Na Igreja Católica é comum ter ao interno do templo uma urna onde os fiéis podem depositar seus pedidos e agradecimentos por escrito, para tanto são deixados papéis e caneta

para que possam escrever. A pessoa que deposita sua intenção pode ou não deixar uma oferta em dinheiro, se desejar fazer isso há sempre outra urna ou cofre para essa doação. A urna das intenções não é retirada do lugar de culto e muitas vezes nas celebrações o sacerdote lembra e reza pelas intenções ali depositadas. Quando a urna esta muito cheia as intenções são incineradas. Por ocasião da pesquisa primária, foram encontradas na urna 1535 intenções, sendo que algumas cartas de intenções possuíam mais que uma intenção.

FIGURA 11 – URNA DE INTENÇÕES



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

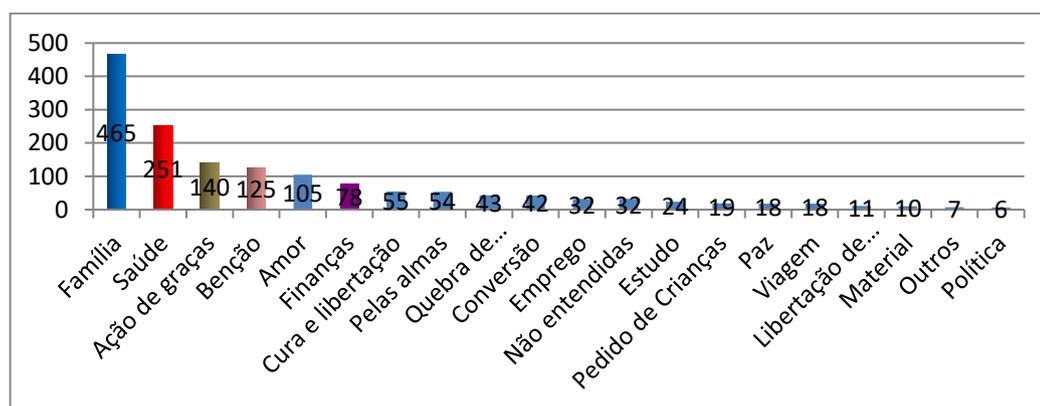
FIGURA 12 – URNA DE INTENÇÕES (1)



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Sendo assim, tabulei distintamente por assunto o conjunto de intenções coletadas (Figura 13).

FIGURA 13 - TIPOS DE INTENÇÕES



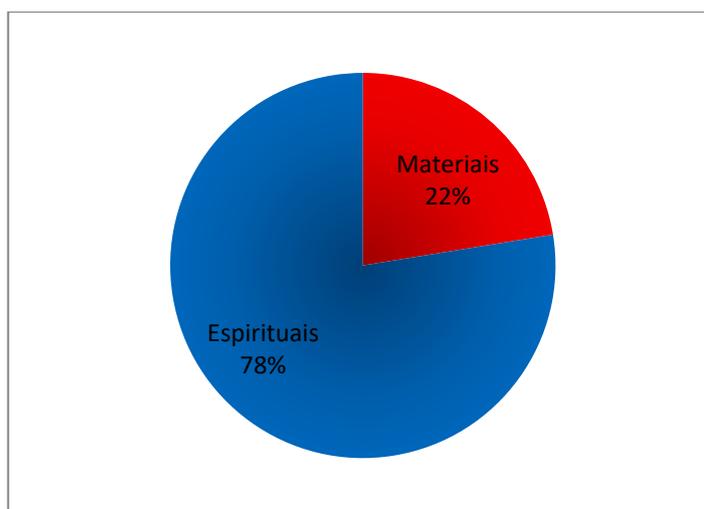
FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

A surpresa nessa coleta veio pelo percentual de intenções pela família: 465, portanto 30,29%, como se pode verificar na Figura 1; a questão financeira 73 está em sexto lugar, perfazendo um total de 4,75% das intenções.

Somando os itens que estão relacionados aos bens materiais: Finança (78), Emprego (32), Viagem (18); Material (10), tem-se um total de 138 intenções.

A soma de pedidos especificamente espirituais: Ação de graças (140), Benção (125), Cura e libertação (55), Almas (54), Quebra de maldição (43), Conversão (42), Paz (18) somam um total de 477 intenções. Para melhor visualizar esse percentual segue a figura 14.

Somando as intenções pela família e as intenções espirituais, que também são relacionadas com a família, verifica-se um total de 942 intenções, o que perfaz um total de 61,36 % das intenções. O dado surpreendeu-me, pois pressupunha que o financeiro seria a maior preocupação e, portanto, teria o número maior de intenções.

FIGURA 14 - PERCENTUAL ENTRE INTENÇÕES DE ORDEM MATERIAL E ESPIRITUAL

FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

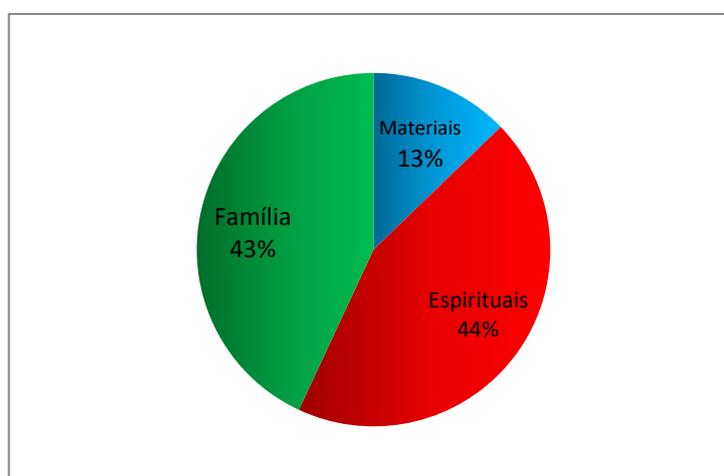
Certamente esse percentual precisa ser coadunado com os dados já apresentados no segundo capítulo, quando delinee o perfil dos fiéis da comunidade. Recordo que eles pertencem à classe alta de Brasília. Daí as questões materiais não serem predominantes. Portanto, esses fiéis já superaram as necessidades dos “bens primários” e podem então ter como necessidade os “bens posicionais” (GIANNETTI, 2002). Bourdieu também se ocupou dos bens posicionais como afirma Schweriner “Ele enfoca a sociedade de consumo tendo como âncora o conceito de distinção: em um duplo sentido, significando diferenciação; distinguir as coisas, como também *status*, pessoas ditas, superiores, de classe” (SCHWERINER, 2008, p.38).

Significa dizer que o próprio convívio no seio católico, somado a transmissão do capital cultural inculcado na escola e aquele herdado pela família, que ocorreu de forma precoce ou tardia, segundo Bourdieu (2007) garantem aos agentes a aptidão para adotar a disposição estética associada a uma origem social. Assim, as práticas culturais incentivadas por essas instituições, se expressam nos gostos dos agentes, e, indicam uma estrutura objetiva que orienta a construção subjetiva e auto subjetiva, ligada à auto categorização.

Por se tratar de uma pesquisa em uma instituição católica, acredito que o foco nos elementos eclesiais seja explicado também pela maior acessibilidade relativa, como indicam Turner (1999) e Voci (2006). Para eles, o contexto em que o *self* se encontra quando acontece sua auto categorização pode afetar a proximidade ou distância em relação aos elementos identitários emblemáticos desse contexto.

Assim, o contexto pode tornar mais ou menos acessível uma determinada norma do grupo e isso atinge diretamente a filiação identitária. Logo, no âmbito católico, as preces a Deus não se restringem apenas a questões espirituais, pois “a Deus se elevam todas as súplicas” de todas as áreas da existência, contanto que as mesmas não venham a ferir o código de ética cristão. Provavelmente, se a coleta de dados fosse feita em outra realidade, poderiam ser outras as prioridades de súplicas. Acrescentei em nova interpretação a partir da Figura 15, inserindo a maioria das intenções (a família) e os dois dados anteriores.

FIGURA 15 - PERCENTUAL DAS INTENÇÕES CONDENSADAS



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

A partir deste levantamento pude construir o questionário semiestruturado, a fim de entender o que realmente pediam quando apenas colocavam família.

Para a consecução do preenchimento do questionário, precisei estar em duas missas em horários diferentes, sendo a participação voluntária dos fiéis em geral, e não especificamente lideranças ou pessoas com maior engajamento na comunidade. Os requisitos exigidos eram apenas dois: participarem da comunidade de alguma forma e terem o hábito de colocar suas cartas de intenções aos pés da padroeira.

Seguem na sequência a tabulação e exposição em gráficos do questionário semiestruturado aplicado, usado para aproximar-me mais do *habitus* da comunidade da Igrejinha.

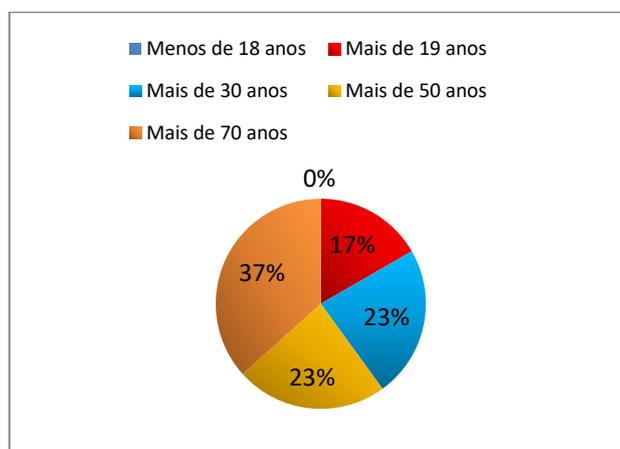
3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O procedimento de coleta de dados deu-se da seguinte forma: com a permissão do pároco, primeiramente coletei as cartas de intenções como já mencionei acima. Posteriormente, nos dias 24 e 31 de janeiro de 2021, realizei as entrevistas

semiestruturadas. Participei das celebrações eucarísticas no final das quais, após a bênção final, o sacerdote me apresentou aos presentes, explicou o objetivo da pesquisa e solicitou que quem pudesse e quisesse fazer parte da pesquisa permanecesse no recinto³⁶.

Vale acrescentar que muitas informações levantadas são mais complexas. Nesse sentido desmembrei-as para um maior entendimento por parte dos entrevistados. Como exemplo, é possível citar a idade dos participantes da pesquisa. A questão aplicada aos participantes estabeleceu faixa etária menor de 18 anos, acima de 19 anos e, na sequência, respectivamente, mais de 30, 50 e 70 anos. (FIGURA 16).

FIGURA 16 – IDADE DOS PARTICIPANTES



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

A figura 16 expressa o que já é perceptível na comunidade; a grande maioria dos frequentadores pertencem à terceira idade, pois o Plano Piloto está entre as regiões do Distrito Federal que mais concentra idosos.

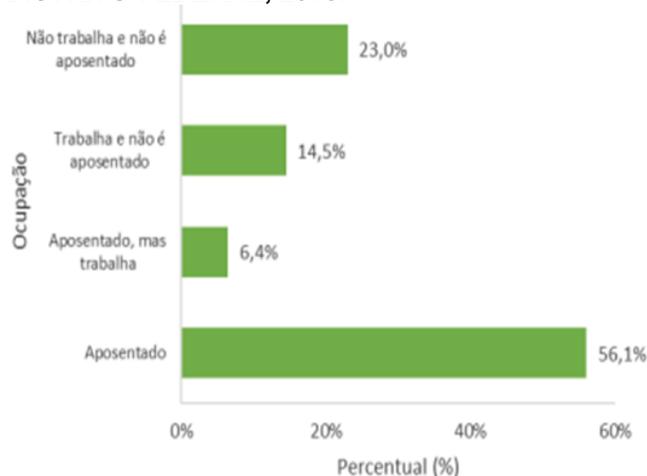
³⁶ Agradei a disponibilidade, distribuí o Termo de Consentimento Livre, a Declaração do participante, o Questionário semiestruturado e uma caneta. Como se vive em tempo de pandemia, o material foi disposto em plásticos desinfetados, usei álcool gel antes do manuseio das embalagens, luva descartável e segui os protocolos de segurança estabelecidos pelo Distrito Federal. Feito isso, li o termo de consentimento, apresentei e solicitei que assinassem a declaração de participante, recolhi as declarações assinadas e passei a ler e explicar uma a uma as questões, às quais foram respondendo simultaneamente.

Na devolução do material, os respondentes colocaram os questionários no saco plástico e entregaram-no individualmente mantendo a devida distância. Todo o material utilizado, para a coleta de dados e informações nesta pesquisa, foi custeado por mim. Os participantes da pesquisa não receberam nenhuma forma de pagamento pela concessão da entrevista e podiam retirar-se da mesma por livre e espontânea vontade em qualquer momento.

Para o Distrito Federal, em 2019, a população total foi estimada em cerca de 3 milhões de habitantes. A população idosa saltou de 200 mil idosos em 2010, para 346 mil em 2020 e projeta-se que chegará a 565 mil em 2030 (IBGE, 2018). Já a expectativa de vida ao nascer estimada para o DF, em 2018, foi de 78,6 anos, dividindo com São Paulo o terceiro lugar no *ranking* de populações mais longevas do país (IBGE, 2019). População idosa cresce no DF: Ceilândia, Plano Piloto e Taguatinga concentram o maior contingente (AGÊNCIA DE BRASÍLIA, 2020).

Essa é uma tendência do Brasil como um todo, e é acentuada no Distrito Federal devido à qualidade de vida, muitos são servidores públicos do alto escalão que já se encontram aposentados, como é apresentado na Figura 17 que segue.

FIGURA 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS IDOSOS POR SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO. DISTRITO FEDERAL, 2018.

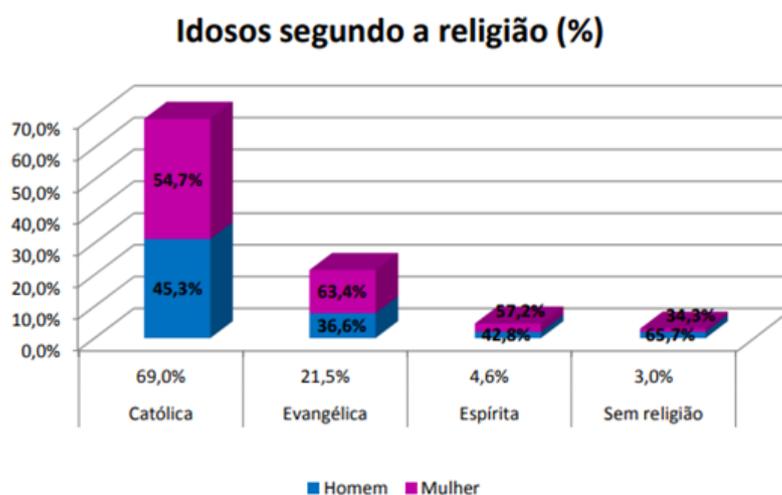


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Fonte: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Retratos-Sociais-DF-2018-A-popula%C3%A7%C3%A3o-idosa-no-Distrito-Federal.pdf>. Acesso em: 10 abril de 2020.

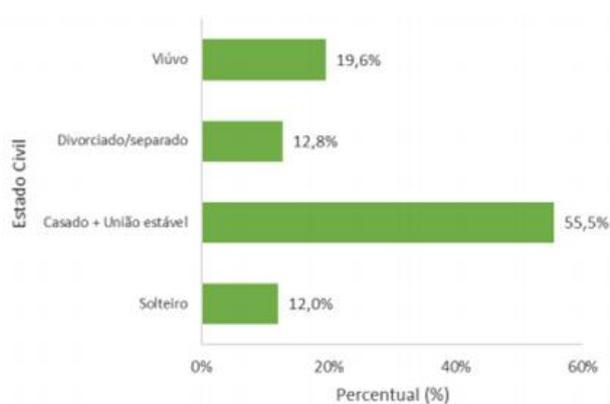
Grande parte dos participantes da pesquisa está dentro do grupo de aposentados, 56,1% do Distrito Federal. As figuras apresentadas na sequência, referem-se aos idosos, segundo a religião e, ainda a distribuição dos idosos de acordo com o estado civil (FIGURAS 18 e 19).

FIGURA 18 - IDOSOS SEGUNDO A RELIGIÃO- DISTRITO FEDERAL- 2011



Fonte: http://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/Perfil_dos_Idosos_no-Distrito_Federal-Segundo-as-Regioes_Administrativas.pdf. Acesso em: 10 abr.de 2021.

FIGURA 19 - DISTRIBUIÇÃO DOS IDOSOS POR ESTADO CIVIL - DISTRITO FEDERAL - 2018

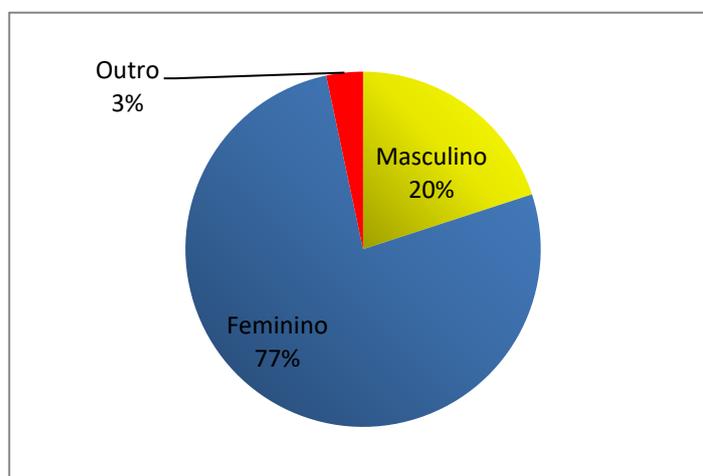


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Fonte: http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Perfil_dos_Idosos_no-Distrito_Federal-Segundo-as-Regioes_Administrativas.pdf. Acesso em: 10 abr.de 2021.

Na sequência, no questionário aplicado, procurei identificar o gênero dos participantes da pesquisa (masculino, feminino, outro). Como resultado apresento a Figura 20.

FIGURA 20 – GÊNERO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Esse percentual confirma os dados estatísticos de que as mulheres são a maioria na frequência da comunidade. Segundo o Novo Mapa das Religiões (2011) “A frequência de mulheres a cultos religiosos no Brasil é maior (57%) do que dos homens (44%), e de pessoas de idade avançada (58% pessoas de mais de 50 anos) do que de jovens (41% pessoas entre 15 e 24 anos)” (NERI, 2011, p. 15).

Esse mesmo Mapa apresenta que a realidade das mulheres dentro do catolicismo vem diminuindo mais em relação aos homens; reporto essa informação aqui por ser bastante significativa. Demonstra que a religiosidade feminina tem decaído não só entre os católicos (QUADRO 3).

QUADRO 3 - GÊNERO E MUDANÇAS NOS GRANDES GRUPOS RELIGIOSOS

Gênero e Mudanças nos Grandes Grupos Religiosos								
Categoria	Ano	Todos	Sem Religião	Católico	Evangélica Pentecostal	Evangélica (Outras)	Espiritualista	Outras
Masculino	1991	100	5,65	83,97	4,99	3,61	0,97	0,8
	2000	100	9,02	74,37	9,74	3,95	1,12	1,26
	2009	100	8,52	68,92	11,28	6,97	1,33	2,89
Feminino	1991	100	3,87	83,31	6,17	4,38	1,27	0,99
	2000	100	5,74	73,44	12,22	4,86	1,56	1,52
	2009	100	5	67,96	14,17	7,94	1,96	2,89

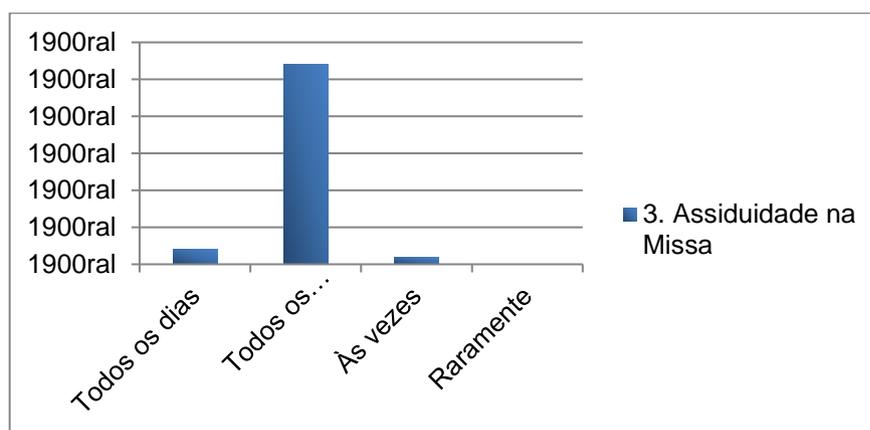
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo 1991 e 2000 e da POF 2009.

Fonte: NERI (2011, p.21)

Esse levantamento traz também a análise da economia das religiões e constata que “o catolicismo se faz presente nos níveis extremos do espectro de renda (72,76% e 69,07% nas classes E e AB, respectivamente, enquanto as seitas evangélicas pentecostais atingem os níveis intermediários inferiores da distribuição de renda, sendo (15, 34%) na Classe D, ou 2,4 vezes mais do que na AB (6,29%), (NERI, 2011, p. 25).

Outro ponto relevante neste diagnóstico prévio às questões propostas aos participantes da pesquisa, considera a “assiduidade na Missa”. A questão abordou nesse sentido, a participação na Missa: todos os dias, todo o domingo, às vezes ou, ainda, raramente. (FIGURA 21).

Figura 21 – ASSIDUIDADE NA MISSA

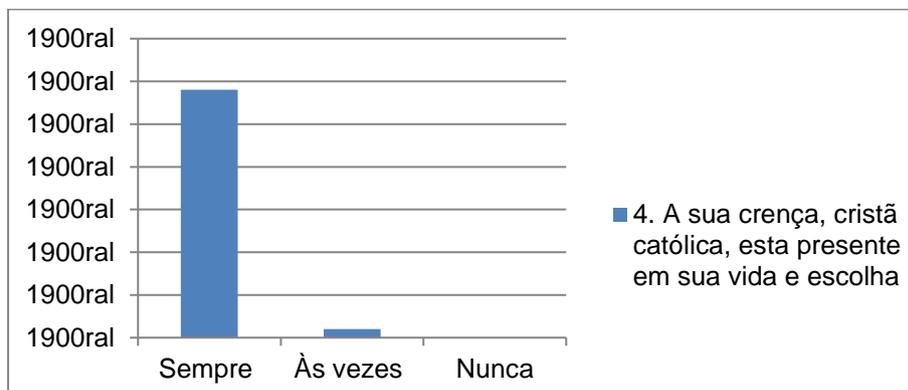


FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Pelo que indicam os dados, como observado na figura 20, os entrevistados seguem o Mandamento da lei de Deus “Lembra-te do dia do sábado para santificá-lo” (Êxodo 20,8), seguindo o Primeiro mandamento da Igreja: “Participar da Missa inteira aos domingos, de outras festas de guarda e abster-se de ocupações de trabalho” (Código de Direito Canônico, Cân. 1246-1248) (§2042), esses perfazem um total de 90%.

Quanto à influência da crença nas escolhas, a questão aplicada aos participantes da pesquisa, buscou identificar se a crença cristã-católica estaria presente na vida dos participantes da pesquisa e ainda, em suas escolhas. Como resultado, procurei entender se isso ocorreria sempre, às vezes, ou, ainda, nunca (FIGURA 22).

FIGURA 22 – PRESENÇA DA CRENÇA CRISTÃ-CATÓLICA EM VIDA E ESCOLHA



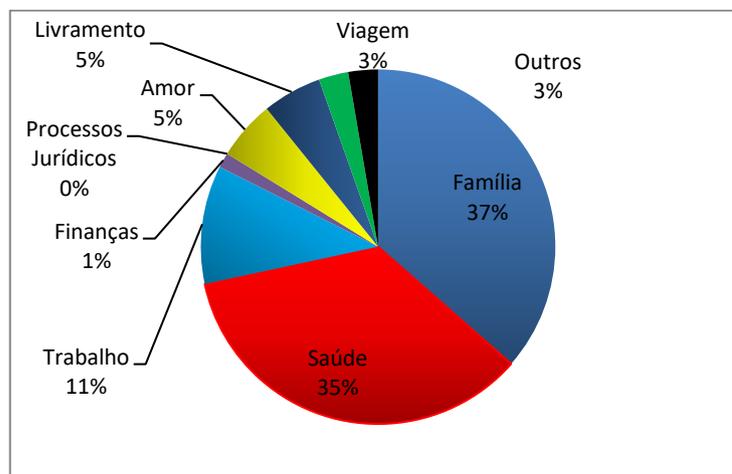
Os que afirmam que a religião influencia na própria vida e escolhas perfazem um total de 97%. No entanto, essa afirmação contrasta com o Figura 37, onde mencionou-se relativo desconhecimento da Encíclica *Laudato Si'*; o que me leva a supor que as opções são pautadas por tradições religiosas transmitidas dentro da esfera familiar.

A religião possui influência na própria vida e evoca as petições, que são o objeto das cartas de intenções. A tabela 1 as enumera em ordem de importância sendo 1 o primeiro em grau de solicitação e 5 o grau menos relevante. A Figura 23 contribui ainda para esta análise.

TABELA 1 – PETIÇÕES EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA

Pedido	1	2	3	4	5
Família	27	2	0	0	1
Saúde	26	3	0	0	1
Trabalho	8	4	8	3	4
Finanças	1	2	9	4	8
Processos Jurídicos	0	1	1	1	1
Amor	4	8	5	3	7
Livramento	4	10	1	3	7
Viagem	2	6	5	7	7
Outros	2	6	4	1	5

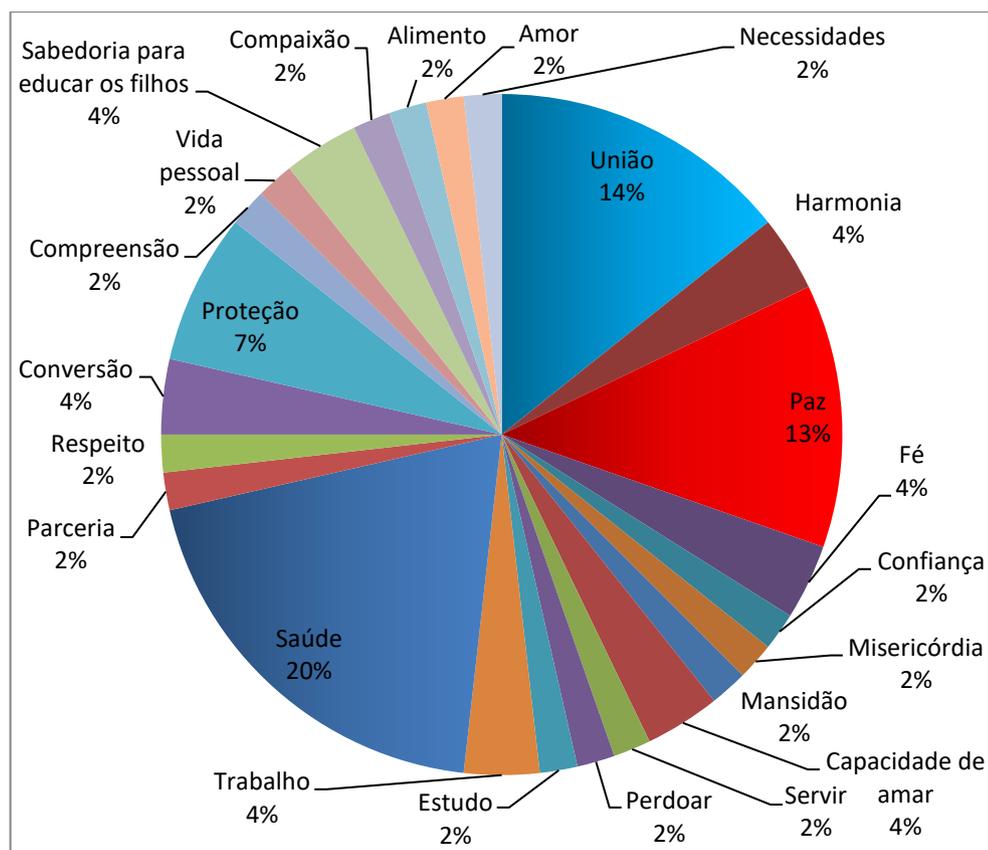
FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

FIGURA 23 – PETIÇÕES

FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Tal questão teve por finalidade identificar se as intenções colocadas correspondiam com àquelas declaradas no questionário. A intenção pela família e pela saúde mais uma vez aparecem predominantemente e, até mesmo quando pedem por saúde é também para si e para a família, ficando evidente na Figura 24, na sequência onde 20% indicam a saúde física. Assim, questionou-se: quando a intenção de oração é pela família. O que pede?

FIGURA 24 - PRECE PELA FAMÍLIA



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

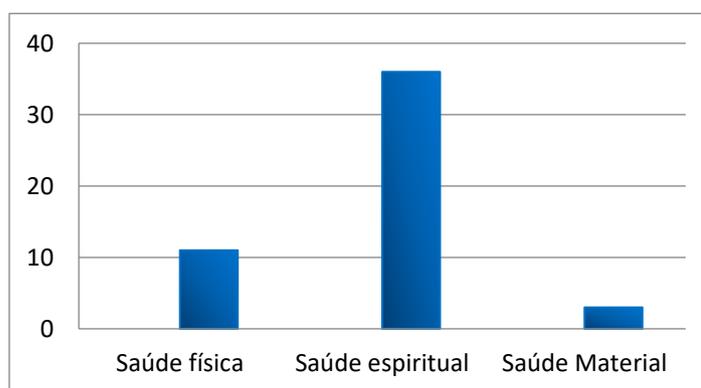
A fim de esclarecer o que pedem quando simplesmente escrevem na carta de petições “Família”, solicitei em uma questão aberta, o que os mesmos pediam, especificamente, quando simplesmente escreviam “pela família”. Como respostas são apresentadas na sequência os mais diversos pedidos:

1. Proteção, saúde, sabedoria na criação dos filhos.
2. Saúde.
 1. Saúde, proteção.
 2. Sempre saúde, paz, e o que estivessem precisando no momento.
 3. Saúde, paz e bem-estar. Estar livre de todo perigo.
 4. Que permaneça unida.
 5. Pela saúde e paz.
 6. Conversão e saúde.
7. Proteção, saúde, paz, sabedoria para educar meus filhos, compaixão para com todos e que nunca nos falte alimento à mesa e amor.
8. Pela saúde, união e vida pessoal e profissional de todos da minha família.
9. Pela saúde de todos, nossos planos individuais e nossa proteção.
10. União, paz, harmonia, compreensão.
11. Proteção, saúde e paz. Proteção, união, saúde, conversão.
12. Saúde, paz, união, amor para a família.
13. Pela unidade, parceria e respeito.
14. Pelos estudos, trabalho, saúde, paz.
15. Fé, confiança na misericórdia do Pai, mansidão, capacidade de amar, servir e perdoar.
16. Paz e união.

17. Saúde, os meios financeiros necessários para prover a minha família, emprego, amigos.
18. Pela conversão e pela união.
19. União, paciência, saúde, paz, pela serenidade da família. Proteção, harmonia, aceitação, ética, moral e vida cristã.
20. União e apoio entre os membros da família. Saúde, paz e prosperidade para todos.
21. Saúde, união, amor, trabalho, funcionários (competência, honestidade e saúde para todos).
22. Saúde, energia, discernimento, sabedoria.
23. Harmonia, saúde de todos, paz.
24. Saúde, paz, conversão e emprego.
25. Que Deus nos dê paz, luz, amor. Nos dê livramento do mal, de todas as coisas ruins, e pessoas ruins, acidentes e incidentes.

Percebe-se que a maioria, ao pedir pela família, está solicitando que Deus, por intercessão de Nossa Senhora de Fátima, conceda à família união, fé e saúde. Apenas 2% das respostas versam sobre as necessidades materiais. Condensando as informações da Figura 24, fiz uma nova divisão agrupando os itens afins em três grandes grupos, aos quais intitulei: saúde física; saúde espiritual e saúde material. (FIGURA 25).

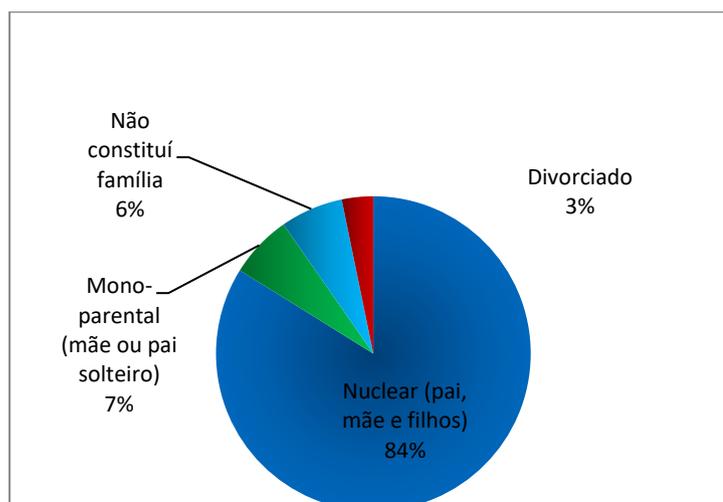
FIGURA 25 - SOMA POR CATEGORIA DE NECESSIDADE



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Neste agrupamento dos itens afins, observei que os participantes da pesquisa têm como prioridade em suas petições o que é relacionado a bens espirituais. Tal incidência pode estar vinculada à condição social dos participantes da pesquisa; isso remete ainda aos tipos de família, onde questionei sobre famílias nuclear (pai, mãe e filhos, monoparental (mãe ou pai solteiro), multiparental (pessoas de um mesmo sexo), ou, ainda, não constitui família (FIGURA 26).

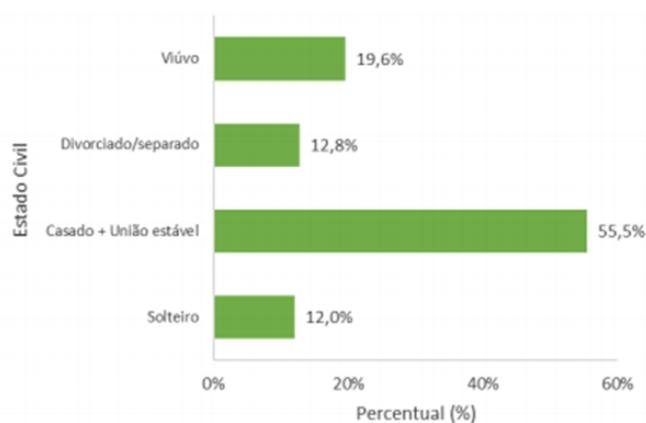
FIGURA 26 – TIPOS DE FAMÍLIA



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Os membros da comunidade pesquisada pertencem à família tradicional, nuclear e ainda, famílias que são monoparentais. Tal dado pode ser explicado cruzando as informações da figura 16, que atesta que 56,1% dos membros da pesquisa são aposentados. Tais constatações podem ser elucidadas com o levantamento da CODEPLAM (2018) que pesquisou o estado civil dos idosos.

FIGURA 27 - DISTRIBUIÇÃO DOS IDOSOS POR ESTADO CIVIL. DISTRITO FEDERAL, 2018



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

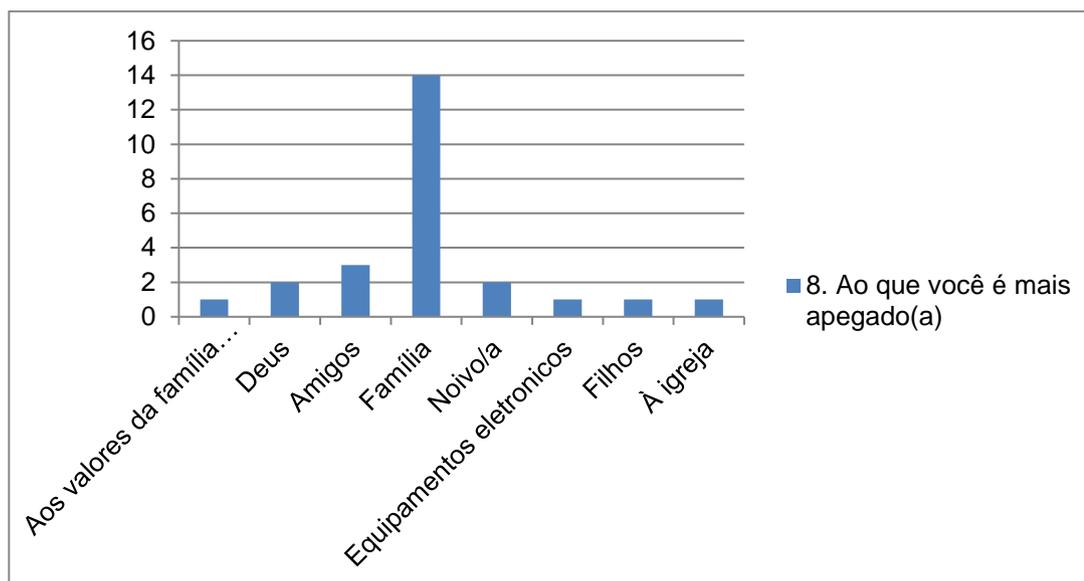
Fonte: http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Perfil_dos_Idosos_no-Distrito_Federal-Segundo-as-Regioes_Administrativas.pdf
Acesso em : 10 abril de 2021.

Os dados da Codeplan demonstram que os anciãos, em sua grande maioria, têm união matrimonial estável 55,5%; na região do Plano Piloto pode-se considerar também o elevado índice de pessoas idosas viúvas provavelmente pertencentes aos 19,6% representados na Figura 19.

Outra questão abordada na pesquisa diz respeito ao apego pessoal, ou seja “ao que você é mais apegado(a). Como respostas, sistematizei a figura 28, na sequência:

1. Família.
2. À família e a fé.
3. À família e amigos.
4. À minha mãe e ao meu pai.
5. À família, cuidados constantes.
6. À família. Auxiliar o próximo.
7. Meus filhos.
8. Pela conversão.
9. Aos valores que aprendi em família: respeito, honestidade, retidão de caráter.
10. À Deus.
11. Família.
12. Ao bem-estar da família. Não costumo ter muito consumo material.
13. À minha família.
14. Filhos e esposa.
15. Família e amigos.
16. À família.
17. À minha família.
18. Às minhas filhas.
19. À minha família e a minha noiva.
20. Filhos.
21. Família.
22. Aos meus equipamentos eletrônicos.
23. Família, amigos e noivo.
24. À minha família e filhos.
25. Fé em Deus.
26. À igreja e aos amigos.
27. Fé.
28. À mãe, à avó e à família.
- 29.**

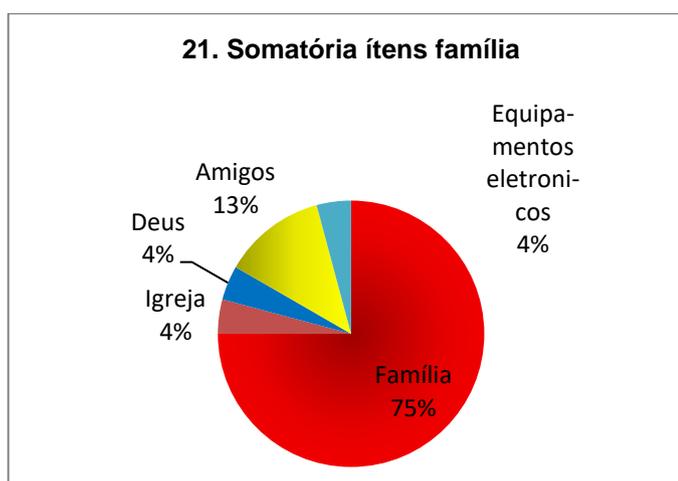
FIGURA 28 – APEGO PESSOAL



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Essa foi uma questão aberta, muitos não a responderam. No entanto, mais uma vez, emerge a família como o maior apego, unindo: família, valores da família, filhos e noivos tem-se 63,33% de apego à família, como se pode perceber nas respostas a seguir, apresentadas na Figura 29.

FIGURA 29 - SOMATÓRIA DOS ITENS REFERENTES À FAMÍLIA



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Portanto, a percentagem da recorrência do termo família, nessa questão abrange 75%, comprova que o maior bem para os participantes da pesquisa é, de fato, a família. Esse dado confirma o que foi constatado nas cartas de intenções, a

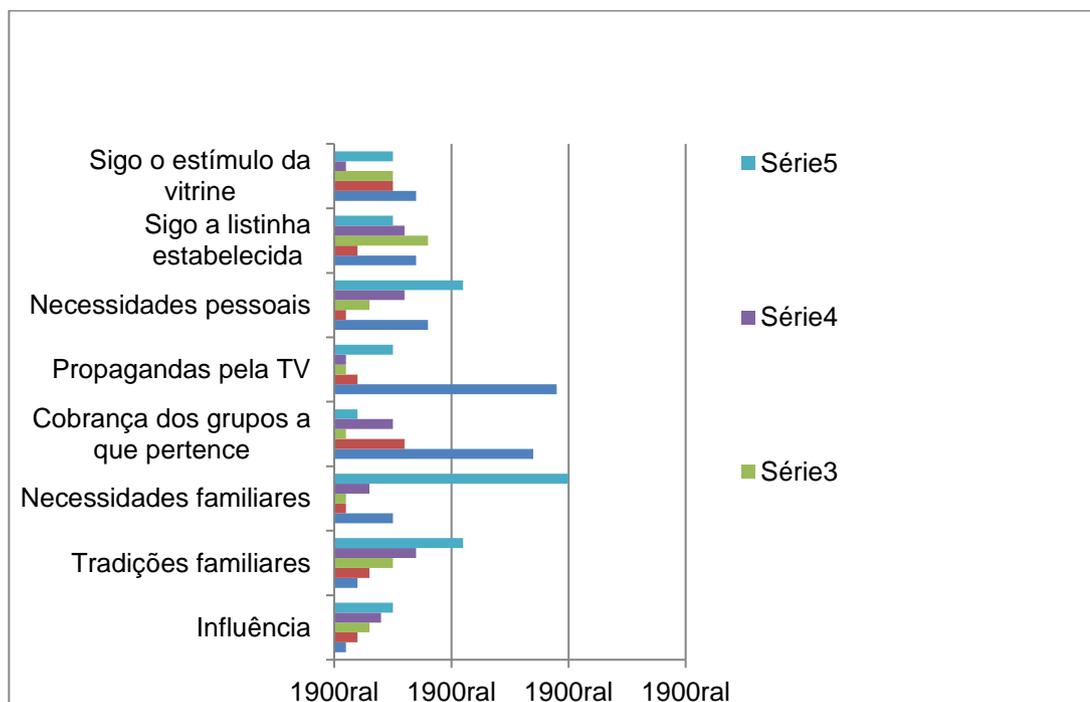
família é o maior apego e é também a maior preocupação que impele a orações e súplicas constantes.

Outra questão abordada na pesquisa trata da influência nos hábitos de consumo. Busquei avaliar o que mais influencia os hábitos de consumo. De Um (menos constante) a Cinco (muito constante) considerando:

- 1 Tradições familiares
- 2 Necessidades familiares
- 3 Cobrança dos grupos a que pertence
- 4 Propagandas pela TV
- 5 Necessidades Pessoais
- 6 Sigo listinha estabelecida
- 7 Sigo o estímulo da vitrine
- 8

Na sequência, tais aspectos relacionados aos hábitos de consumo e sua frequência, são apresentados, respectivamente nas Figuras 30 a 36, onde apresento os desdobramentos, bem como, análise para, na sequência, tratar das questões relativas à encíclica *Laudato Si'*.

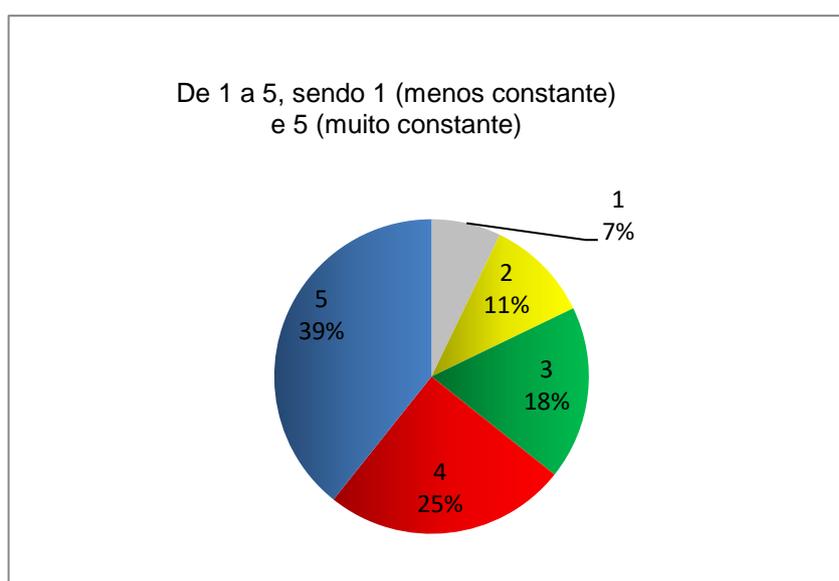
FIGURA 30 – TÍTULO DO QUE INFLUENCIA OS HÁBITOS DE CONSUMO



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Os hábitos de consumo são influenciados pelas tradições familiares (20 pessoas o apontaram como predominante) e as necessidades pessoais (mais de 10 pessoas) são os que mais influenciam nos hábitos de consumo. A fim de evidenciar esses dados, senti a necessidade de desmembrar os dados para perceber a porcentagem de cada item associado como influência, lembrando que “cinco” significa maior incidência (muito constante).

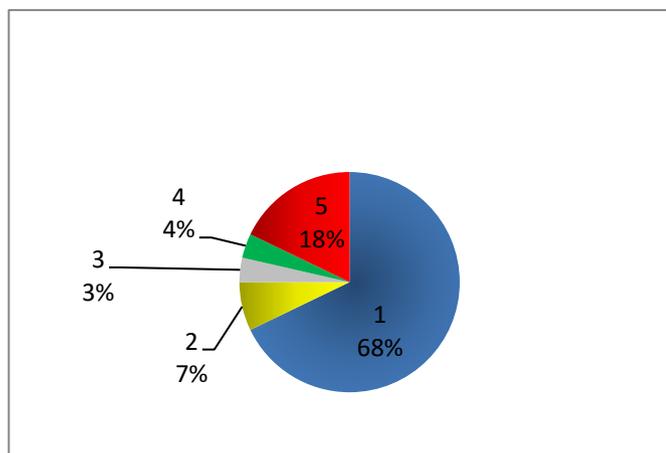
FIGURA 31 - O QUE INFLUENCIA OS HÁBITOS DE CONSUMO - TRADIÇÕES FAMILIARES



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Se somar 5 (muito constante) e o 4 (constante), há um percentual de 64% dos entrevistados que nos seus hábitos de consumo são influenciados pelas tradições familiares, o que demonstra que as mesmas exercem grande influência no consumo. Optei pelo termo tradições familiares para facilitar o entendimento dos participantes, para que assim popularmente pudesse contemplar os diversos costumes que são próprios de cada família: festas, almoços, passeios, gostos, férias etc. Segundo Kotler (1998) a família, além de ser o grupo de consumo mais importante, é também o que mais exerce influência nos hábitos de consumo.

FIGURA 32 - O QUE INFLUENCIA OS HÁBITOS DE CONSUMO – COBRANÇA DOS GRUPOS A QUE PERTENCE



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

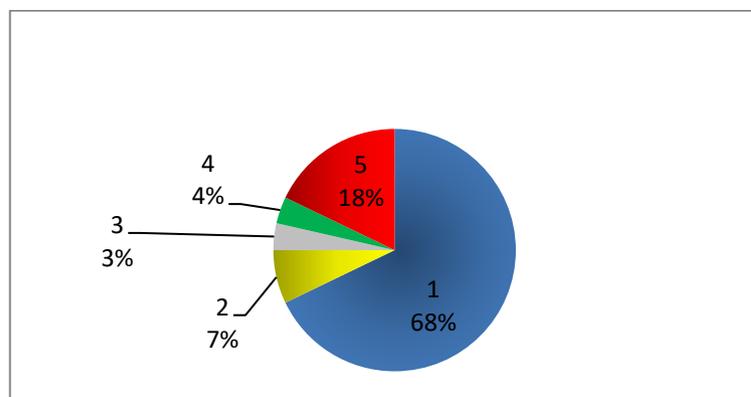
Para 55% dos participantes, a cobrança dos grupos não influencia nos hábitos de consumo, é preciso ter presente que a maioria dos fiéis questionados são mulheres acima de 50 anos.

Emergem destes dados alguns questionamentos aos quais a pesquisa não consegue elucidar. Essas pessoas têm grupos de pertença? Estão sós? São individualistas e se deixam levar pela lógica do custo *versus* benefício em relação à marca *versus* preço? Segundo Macroplan (2010) o perfil de consumo mudará nos próximos 20 anos, devido aos seguintes fatores estruturais:

[...] o envelhecimento populacional, a valorização da qualidade de vida, o consumo precoce e o aumento do poder de consumo das classes de baixa renda serão responsáveis pelo ingresso de novos consumidores que, adicionalmente, se mostrarão cada vez mais exigentes e responsáveis do ponto de vista socioambiental (MACROPLAN, 2010, p. 2).

Portanto, o fator envelhecimento influencia, sobremaneira, nos hábitos de consumo. Com o crescente índice de aumento da longevidade, tais consumidores, além de se tornarem alvos do mercado de consumo, exigirão que o próprio mercado se adapte a eles, pois cada vez mais essa faixa etária se tornará mais ciosa de qualidade de vida. Pode ser por esse motivo que o grupo pesquisado não se vê influenciado por grupos externos nos seus hábitos de consumo. Quanto à propaganda pela televisão, segue o observado na figura 33.

FIGURA 33 - INFLUÊNCIA DOS HÁBITOS DE CONSUMO - PROPAGANDAS PELA TV

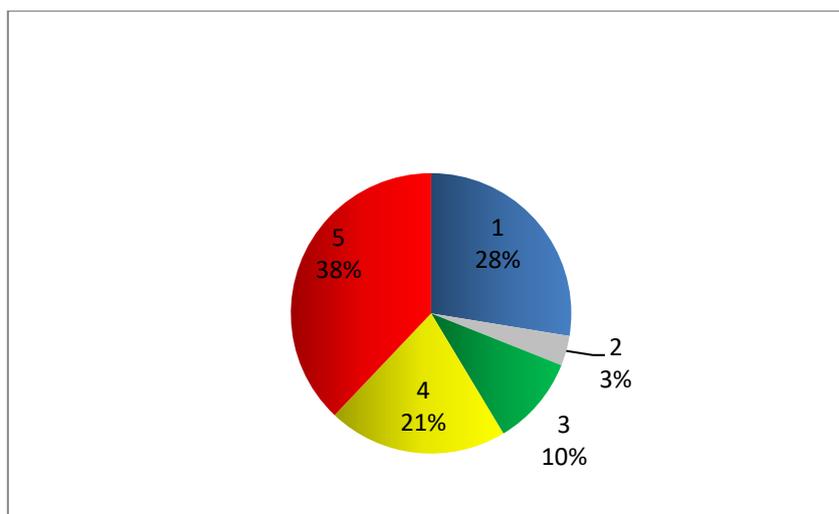


FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Para a grande maioria dos participantes da pesquisa, a propaganda não exerce influência; 5% afirmam ser muito influenciados pela mídia ao consumirem. No entanto, pode ser que o restante, cerca de 95% não tenham consciência da influência da mesma nos seus hábitos de consumo, pois a mídia está tão presente e de forma tão envolvente que se pode ser afetado pela sua influência sem mesmo estar consciente.

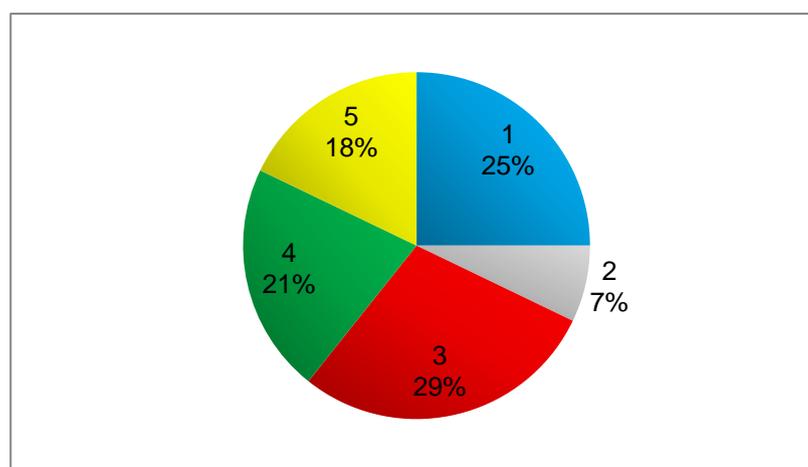
Como já apontei no segundo capítulo, o valor, segundo Baudrillard, é dado pelo significativo social e o quanto determinado produto faz “ser” e “pertencer”; o valor do signo hoje dá as cartas do que e como consumir. Percebe-se também que o *habitus* é constituído pela vivência dos participantes e seus papéis sociais no campo. Portanto, mesmo que digam não perceber a influência da mídia, por estarem imersos na sociedade de consumo, acabam por optar segundo o *habitus* do seu campo, que o influencia no seu perceber, julgar, valorar e agir, como já mencionei no I Capítulo.

Na sequência, apresento o desdobramento das necessidades pessoais como influência nos hábitos de consumo (FIGURA 34).

FIGURA 34 - INFLUÊNCIA NOS HÁBITOS DE CONSUMO – NECESSIDADES PESSOAIS

FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

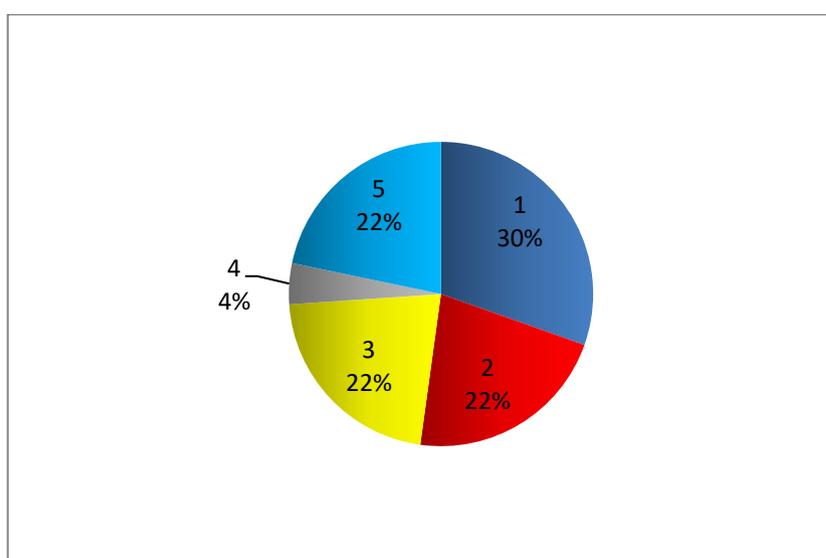
Somando também aqui o 4 (constante) e o 5 (muito constante) verifica-se um total de 59% que afirmam que as necessidades pessoais influenciam nas suas opções de consumo. Não foram especificadas as necessidades pessoais, supus que ao responderem tinham em mente: alimentação, moradia, remédios, vestuário, o que pode ser considerado ao analisar a Figura 35, que trata da lista de compras e, principalmente, o que é essencial.

FIGURA 35 - INFLUÊNCIA NOS HÁBITOS DE CONSUMO – LISTA DE COMPRAS ESTABELECIDA

FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Somando o 1 (menos constante) e o 2, esses não seguem a lista pessoal de compras que fazem segundo as próprias necessidades; a grande maioria segue parcialmente 23% e 39%, soma do 5 (muito constante) e do 4 seguem aquilo que previamente estabeleceram que comprariam. Outros estímulos que poderiam influenciar os hábitos de consumo referem-se, por exemplo, aos estímulos das vitrines, sejam virtuais ou ainda nas ruas, de forma presencial (FIGURA 36).

FIGURA 36 - INFLUÊNCIA NOS HÁBITOS DE CONSUMO - ESTÍMULO DAS VITRINES



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Aqui os dados mostram certo equilíbrio, sendo que mais da metade não se deixa seduzir pela vitrine. Abreu; Ferrari e Santa Maria (2019) sintetizando diversos autores da área do *marketing* afirmam que os hábitos de consumo são influenciados por fatores culturais, pessoais e psicológicos. Quanto aos fatores pessoais, ressaltam:

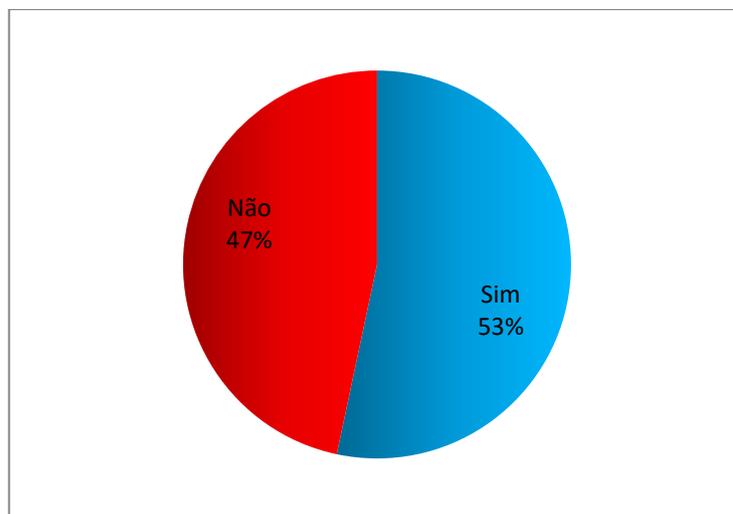
Fatores pessoais: idade e estágio do ciclo de vida, ocupação, condições econômicas, estilos de vida e personalidade. Os indivíduos crescem e criam vínculo cultural com os outros milhões que ficam adultos no mesmo período. (...) nossas necessidades de consumo se alteram à medida que envelhecemos, porém ainda guardam semelhança com outros consumidores da mesma idade; Ocupação: (...) a ocupação de um indivíduo também afeta suas decisões de compra, ou seja, as necessidades e desejos de consumo do presidente de uma empresa diferem das necessidades e desejos dos operários da mesma empresa; (ABREU; FERRARI; SANTA MARIA, 2019, p.3).

Esses fatores elencados: idade, ocupação, condições econômicas, estilo de vida e personalidade estão presentes também nas respostas dos participantes da pesquisa. Somando os itens 5 (muito constante) que perfizeram um total de 22% e os que preencheram o item 4 (constante) um total de 4%, obteve-se um total de 26% que são conscientes que se deixam influenciar pela vitrine. Também não se pode desprezar os que responderam o item 3 (meio termo entre muito constante e pouco constante) pois são 22%, se não totalmente influenciáveis, também não são avessos ao apelo das vitrines.

Até aqui elucidei o perfil dos participantes e os hábitos que os mesmos possuem quanto ao consumo. Porém, esta pesquisa também tinha por meta identificar o quanto os ensinamentos éticos da Doutrina Social da Igreja Católica são conhecidos e praticados pelos fiéis da Comunidade da Igrejinha. Não solicitei sobre o conjunto total da Doutrina Social, mas detive-me na Encíclica Social a *Laudato Si'*.

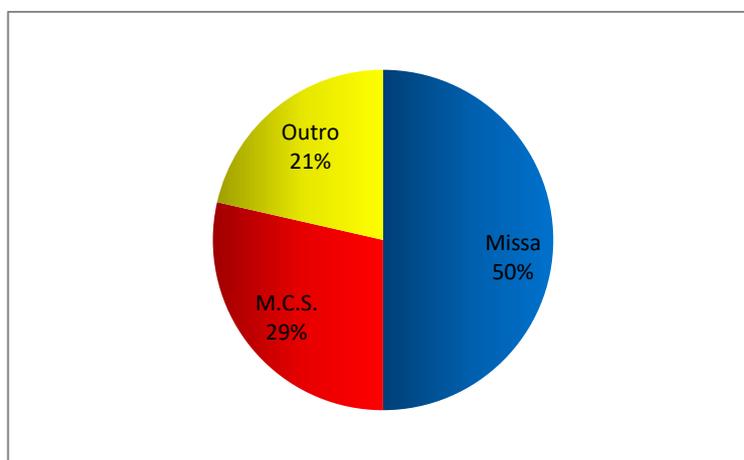
3.3 A ENCÍCLICA *LAUDATO SI'* NA PERSPECTIVA DO PARTICIPANTES DA PESQUISA

A Carta Encíclica *Laudato Si'* propõe-se a rever a atuação de todos os seres humanos em relação à caótica situação ecológica em que o Planeta se encontra, logo, não poderia ser delegada a segundo plano, ou mesmo esquecida, particularmente pelos fiéis católicos que têm ouvido este apelo constante de construir uma Igreja em saída. Desse modo, busco neste item apresentar a compreensão desta Carta por parte dos participantes da pesquisa primária. Como primeira questão vinculada à Carta Encíclica, procurei identificar o conhecimento da mesma por parte dos entrevistados. A questão apresentada: ouviu falar da Encíclica *Laudato Si'*? Como respostas, sim ou não e, ainda, onde tomou conhecimento da carta, a saber, Missa, meios de comunicação, ou outro. Na sequência, apresento as figuras 37 e 38 com as respostas às respectivas questões.

FIGURA 37 – CONHECIMENTO DA ENCÍCLICA *LAUDATO SI'*

FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

A Figura 37 demonstra que a Encíclica ainda não é conhecida, mesmo que 53% tenham nela ouvido falar, ainda é muito expressivo o índice dos que não ouviram falar, ao mesmo tempo, saber que existe não quer dizer que a tenha estudado e aprofundado.

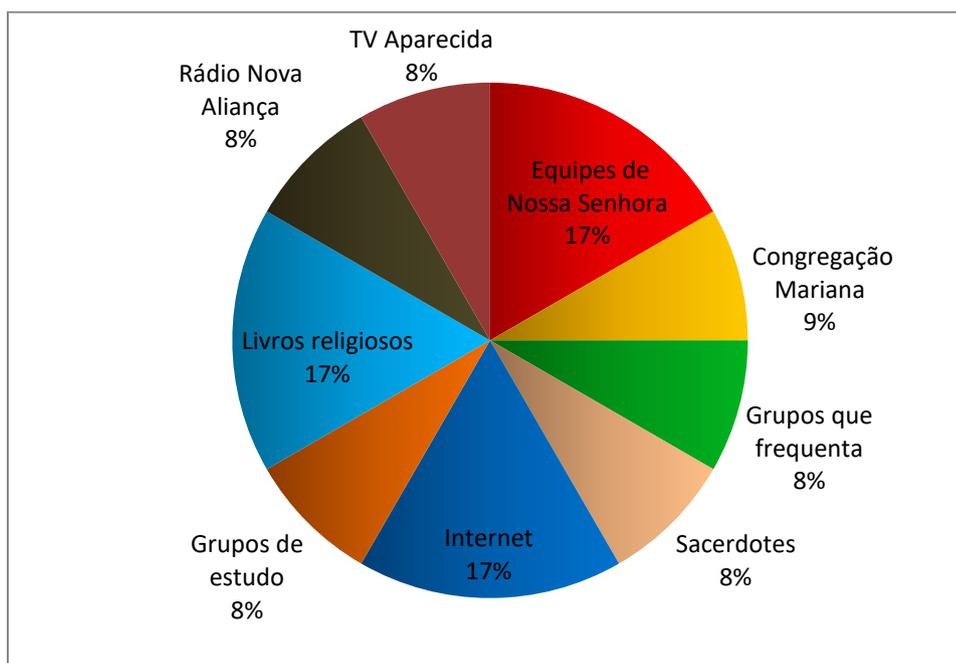
FIGURA 38 - CONHECIMENTO DA ENCÍCLICA *LAUDATO SI'*- ONDE OUVIU FALAR

FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Entre os que ouviram falar da Encíclica *Laudato Si'*, metade 50% ouviu falar na Missa, o que atesta que para a maioria dos membros pesquisados, o momento de instrução, sobre a fé que professam, restringe-se ao espaço e momento cúltico, no caso as Missas Dominicais. Considerei importante especificar: entre os 50% que

responderam que haviam escutado falar e colocaram 'outro meio', a incidência está inclusa a seguir, apresentada pela Figura 39.

FIGURA 39 - CONHECIMENTO DA ENCÍCLICA LAUDATO SI'. EM OUTROS MEIOS



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Os fiéis que ouviram falar em outros meios, pertencem a grupos específicos dentro da comunidade, por exemplo: Equipes de Nossa Senhora³⁷ e a Congregação Mariana³⁸. Tais movimentos têm coordenação geral internacional, e articulações nacionais e locais; possuem um programa de formação, devoção e ação, assim, é

³⁷ É um movimento de espiritualidade conjugal católico, leigo e constituído por casais que buscam no sacramento do matrimônio um ideal de vivência cristã. Reúnem-se em Equipes sob a proteção de Nossa Senhora e procuram progredir, como casal, família, no amor de Deus e do próximo. É uma organização internacional composta por: supervisão, província, região, setor e equipe. Disponível em: <https://www.ens.org.br/o-movimento/organizacao>. Acesso em: 01 de abril de 2021.

³⁸ As Congregações Marianas tiveram início em 1563, quando o jesuíta Pe. Jean Leunis começou, entre os alunos do Colégio Romano, em Roma, um sodalício cujos membros se distinguiam por uma vida cristã e mariana fervorosa e pela prática de diversas formas de apostolado. Enquanto as Congregações Marianas se espalhavam rapidamente pelo mundo, sobretudo nos Colégios da Companhia de Jesus, a Congregação Mariana do Colégio Romano foi erigida canonicamente, em 1584, pela Bula "Omnipotentis Dei", do Papa Gregório XIII, com o título de *Prima Primaria*. A ela passaram a ser agregadas, até 1967, as diversas Congregações de todas as partes do mundo, as quais podiam participar dos mesmos benefícios espirituais que lhe haviam sido concedidos pela Sé Apostólica. Mesmo após a supressão da Companhia de Jesus em todo o mundo, as Congregações Marianas continuaram a existir, confirmadas em 1773 pelo Breve "Commendatissimum" do Papa Clemente XIV. Gerais, fizesse das Congregações Marianas do Brasil uma associação religiosa de leigos, autônoma, com a marca característica da devoção mariana, como sempre foram. Disponível em: <https://cncmb.org.br/regra-de-vida>. Acesso em: 01 de abril de 2021.

provável que esses grupos tenham lido a Encíclica, em momentos de encontro fora do âmbito da Igreja.

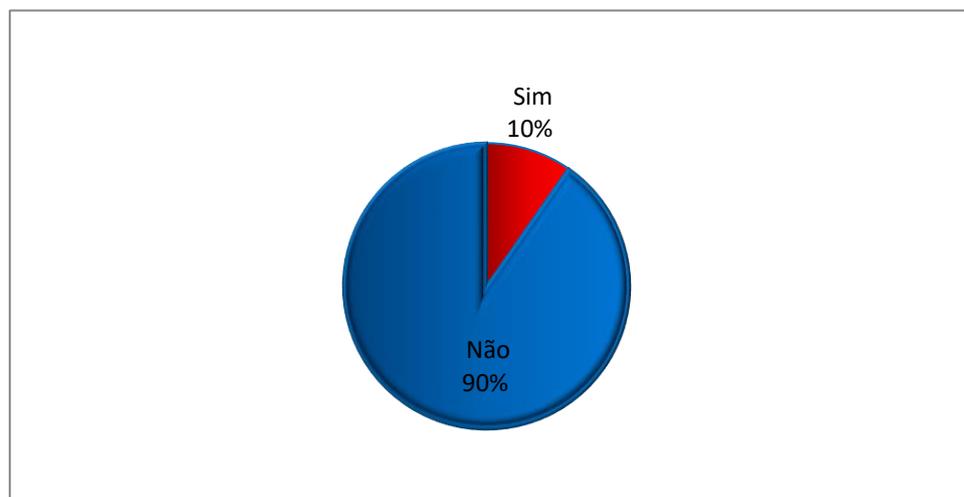
Já os membros de outros grupos, chamados pastorais, não tiveram contato; não que eles não tenham formação, mas essa, em geral, é voltada para o desenvolvimento da missão específica.

A Pastoral é organizada no âmbito nacional e local e serve para que a comunidade cuide com mais proximidade de algumas necessidades básicas, por exemplo, a Pastoral Catequética (ensino e propagação da doutrina), Pastoral Idosos (animação e evangelização da terceira idade), da Criança (defesa da vida), Pastoral Litúrgica (cuidam do culto), como essas há tantas outras.

Ocorre que as pastorais tendo um foco específico possuem formações específicas (pontuais) e ações (permanentes), pela escassez de membros e pelo asoberbamento da vida urbana (trabalho, estudo, lazer) as formações se reduzem a sanar o específico. Tal especificidade pode justificar o desconhecimento de alguns membros das pastorais no tocante à Encíclica, o que justifica, mas não os exime de estarem em sintonia com as diretrizes emanadas pelo sumo pontífice. Dessa forma a proposta da Encíclica que deveria suscitar engajamento e mudança de mentalidade, pois a mesma pretende se firmar como *doxa* cristã católica, por ser desconhecida, acaba por não constituir o *habitus* dos fiéis. Corre-se o risco de uma reprodução de conceitos antigos, desencarnados e obsoletos que não impactam e não transformam. Cabe então recordar os apelos constantes do Papa Francisco para que se deixe uma pastoral de manutenção e se passe a uma pastoral de transformação, uma igreja em saída.

A Igreja “em saída” é a comunidade de discípulos missionários que “primeireiam”, que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam. *Primeireiam* – desculpai o neologismo –, tomam a iniciativa! [...] Com obras e gestos, a comunidade missionária entra na vida diária dos outros, encurta as distâncias, abaixa-se – se for necessário – até à humilhação e assume a vida humana, tocando a carne sofredora de Cristo no povo. Os evangelizadores contraem assim o “cheiro de ovelha”, e estas escutam a sua voz (FRANCISCO, 2013, n. 24).

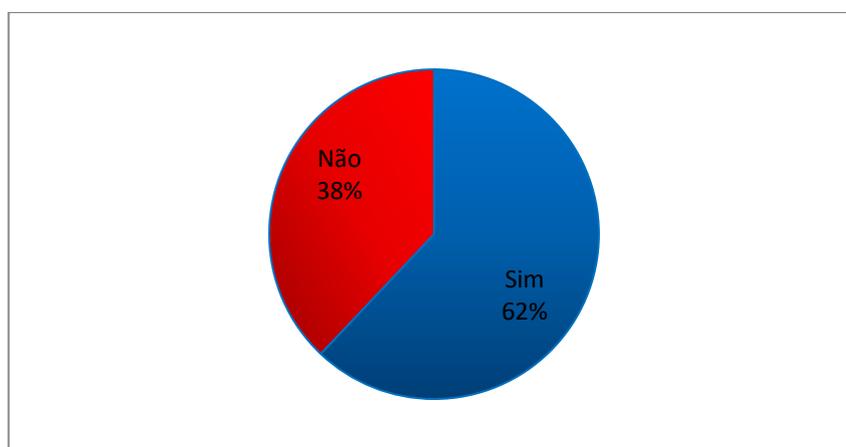
Quanto à leitura da Encíclica *Laudato Si'*, objetivamente buscou-se identificar sua leitura ou não, conforme Figura 40.

FIGURA 40 – QUANTO À LEITURA DA ENCÍCLICA LAUDATO SI’.

FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

A maioria esmagadora, 90%, não leu a Encíclica, esse dado vem ao encontro do que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apontou recentemente em suas diretrizes, como já relatei no I Capítulo “se houvesse um posicionamento concreto, em prol do consumo consciente, o impacto na sociedade de consumo, no meio ambiente e nas relações humanas seria visível”.

Quanto ao consumo consciente na Igreja, a questão apresentada aos participantes da pesquisa inquiriu se eles já teriam ouvido falar na Igreja acerca de consumo consciente – sim ou não (FIGURA 41).

FIGURA 41 – IGREJA DE CONSUMO CONSCIENTE

FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Mesmo que a maioria já tenha ouvido falar de consumo consciente na Igreja, esse percentual não chega a 70%. Esse dado precisa ser cruzado com a Figura 10, apresentada anteriormente, onde se vê que a frequência se restringe à Missa Dominical³⁹. Considerando que a homilia⁴⁰ tem um tempo bem preciso (7 a 10 minutos) e tem como principal finalidade esclarecer e atualizar a Palavra de Deus proclamada, é quase impossível neste momento dar a conhecer e aprofundar os documentos da Igreja. Para isso seria necessário palestras e cursos fora do horário da Missa Dominical, o que não exime os sacerdotes de indicarem e motivarem a leitura e o aprofundamento dos documentos da Igreja mesmo dentro da homilia.

Com a questão seguinte procurei verificar o que de fato é essencial para a vida dos participantes. Seguem as respostas apresentadas.

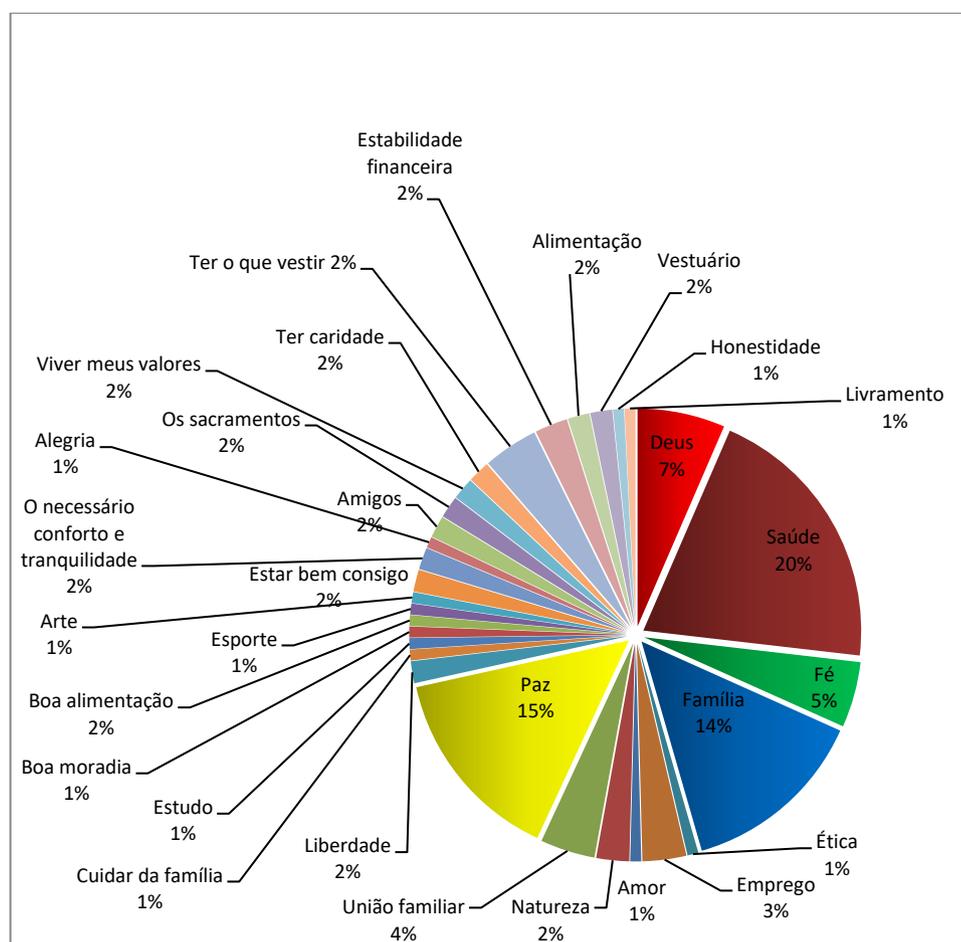
1. Saúde, paz, alegria.
2. Fé, família, saúde.
3. Estar bem comigo mesma e com os outros.
4. O necessário para se ter conforto e tranquilidade.
5. Deus, saúde, família, emprego, natureza.
6. União familiar, trabalho, saúde, cuidado com a família.
7. Estudo, boa moradia, boa alimentação, cultura, esporte, um pouco de arte.
8. Procurar ser coerente entre fé e vida.
9. Amor, paz, saúde. Deus e família.
10. Saúde, os meios financeiros necessários para promover a minha família, estar empregado e amigos.
11. A união da família e a paz. Antes o amor de Deus acima de tudo.
12. Saúde e caridade.
13. Que minha família esteja bem física e emocionalmente.
14. Saúde e paz espiritual.
15. Saúde, fé.
16. Liberdade e paz.
17. A família, paz interior.
18. Estabilidade financeira.
19. Fé e familiares.
20. Paz, saúde, Deus.

³⁹ A Missa Dominical dos cristãos católicos é um ato litúrgico composto dois grandes momentos que formam um só ato de culto: a liturgia da Palavra, que compreende a proclamação e escuta da Palavra de Deus; e a liturgia eucarística, que compreende a apresentação do pão e do vinho, a oração ou anáfora, que contém as palavras da consagração, e a comunhão (Cf. Catecismo da Igreja Católica, 1997, nos: 1345 – 1355 1408).

⁴⁰ Segundo a Constituição Dogmática do Concílio Vaticano, Homilia é: “52. A homilia, que é a exposição dos mistérios da fé e das normas da vida cristã no decurso do ano litúrgico e a partir do texto sagrado, é muito para recomendar, como parte da própria Liturgia; não deve omitir-se, sem motivo grave, nas missas dos domingos e festas de preceito, concorridas pelo povo. 53. Deve restaurar-se, especialmente nos domingos e nas festas de preceito, a “oração comum” ou “oração dos fiéis”, recitada após o Evangelho e a homilia, para que, com a participação do povo, se façam preces pela santa Igreja, pelos que nos governam, por aqueles a quem a necessidade oprime, por todos os homens e pela salvação de todo o mundo (39)” (Documento do Vaticano II (*Sacrosanctum Concilium*, n^{os}. 52; 53).

21. Os sacramentos.
22. Viver de acordo com os valores humanistas.
23. Alimento suficiente para 6 refeições diárias e roupas para uso doméstico em situações casuais e profissionais.
24. Viver em paz e união.
25. Saúde, família, união, estar em contato com a natureza, estar em paz.
26. Saúde.
27. Deus e saúde.
28. Ter minha família.
29. Família e saúde.

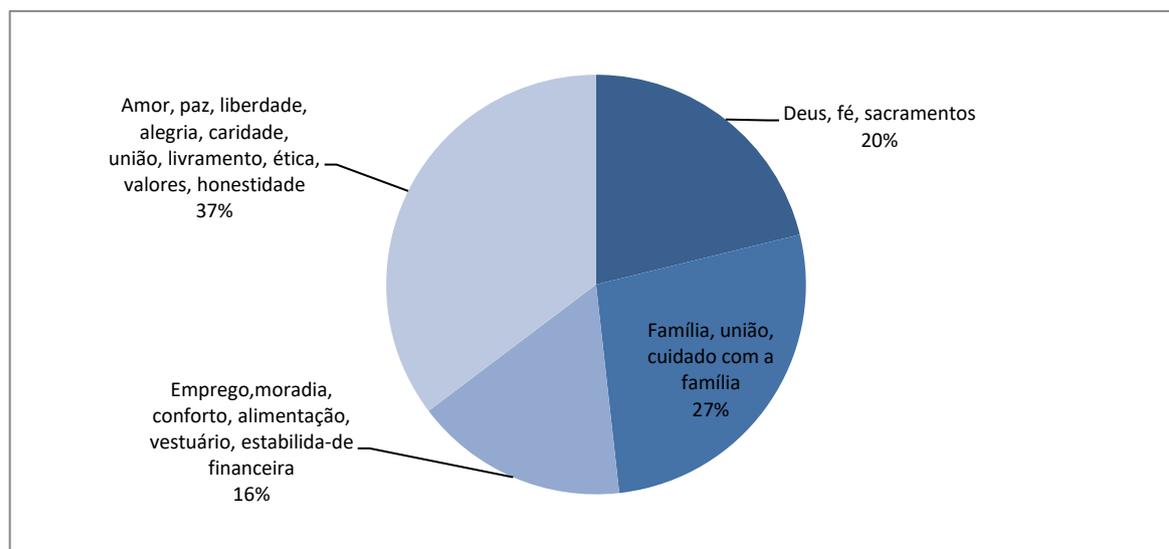
FIGURA 42 – É ESSENCIAL



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Como se pode notar houve uma vasta gama de respostas sobre o que é considerado essencial. Mais uma vez, no entanto, percebe-se o destaque que os entrevistados deram à família - 14%, que pode ser somada a muitos outros itens que mesmo que indiretamente, referem-se a anseios e valores que lhe são próprios. Considerando essa multiplicidade, achei por bem condensar os dados em cinco categorias.

FIGURA 43 - É ESSENCIAL – CONDENSAÇÃO DA FIGURA 42



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Tais respostas precisam ser interpretados à luz do que já foi trazido no segundo capítulo, os membros dessa comunidade pertencem à classe alta da Capital Federal, conforme dados apresentados pelo Codeplan, que segue na sequência.

QUADRO 4 - CLASSIFICAÇÃO POR RENDA

Quadro 1 - Especificações dos grupos da PED. Distrito Federal, 2018

Classificação da renda	Regiões Administrativas	População total estimada em 2018	Renda domiciliar média	Grupo de renda
Alta	Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Park Way e Sudoeste/Octogonal	384.913	R\$ 15.622,00	1
Média-alta	Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires	916.651	R\$ 7.266,00	2
Média-baixa	Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião	1.269.601	R\$ 3.101,00	3
Baixa	Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA-Estrutural e Varjão	310.689	R\$ 2.472,00	4

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Fonte: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Retratos-Sociais-DF-2018-A-popula%C3%A7%C3%A3o-idosa-no-Distrito-Federal.pdf>. Acesso 10 abr. de 2021.

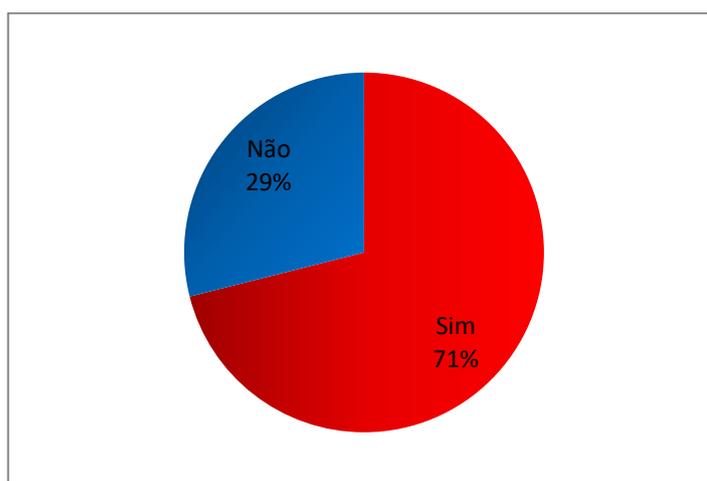
Esse dado pode elucidar a pouca incidência de pedidos como: emprego, alimentação, pois essas necessidades, já foram supridas, daí então as súplicas colocadas nas cartas de intenções concordarem com o que têm por essencial.

Quanto à ética da religião e sua influência sobre o modo de uso e consumo das coisas, a questão aplicada aos participantes da pesquisa buscou compreender isso concretamente. Seguem as respostas.

1. Não comprando coisas desnecessárias. Compartilhar com quem menos tem.
2. Naturalmente em todas as atitudes.
3. Em tudo na minha vida, nas grandes e pequenas coisas.
4. Naturalmente.
5. Evitando os desperdícios, alimentação e conscientização, lembrando sempre dos menos favorecidos.
6. Busco em meus hábitos consumistas utilizar somente o útil, aquilo que é necessário, evitando desperdícios, pois tenho em mente a situação de déficit de alimentos, roupas e água potável.
7. Tenho valores para além da religião que professo.
8. Não adquirindo produtos supérfluos em compras. Não comprando coisas desnecessárias.
9. Procuo estabelecer consumos conscientes da família e ajuda ao próximo.
10. Sem exagerar no consumo.
11. Procuo esbanjar menos.
12. Seguindo o que se prega. Não muito, mais procuro refletir sobre os ensinamentos religiosos também, nas minhas avaliações para o consumo.
13. Através do espírito comunitário em socorrer as necessidades dos seres humanos. E dos meus empregados.
14. Não costumo gastar com coisas desnecessárias. Gosto de ajudar a quem precisa, principalmente, fornecendo alimentos e remédios.
15. No esforço em que se vive no dia a dia, consumindo com consciência e pensando nos mais carentes.
16. Trabalho, igreja, sociedade, família.

A síntese das respostas apresentadas possibilitou a elaboração da Figura 44, na seqüência.

FIGURA 44 - A ETICA DA RELIGIÃO E O MODO DE USO E CONSUMO DAS COISAS



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Esse dado é surpreendente, 71% afirmam que a religião influencia no uso e no consumo; poderia, por meio desta informação, então, supor que a vivência da maioria dos cristãos católicos da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima é de absoluta coerência entre o que professam e o que vivem. No entanto, a grande maioria afirmou não ter lido a última Encíclica da Doutrina Social da Igreja, a *Laudato Si'*. Como já observei, esse documento traz orientações éticas atuais e, pode-se intuir dessa leitura então, que ao declararem que a religião influencia suas escolhas, eles estejam se referindo à vivência do que aprenderam na catequese ainda na infância.

Pode-se ainda supor, que diante de classe social mais elevada, os mesmos tenham ressalvas às orientações emanadas pelo Papa. É salutar lembrar o conflito interno presente na Igreja Católica entre os ultraconservadores e os considerados progressistas, do qual o Papa é considerado representante. Instaura-se dessa forma uma luta entre correntes internas do campo católico, onde se disputa o domínio do campo.

Pode ser que ao responderem que pautam a própria vida na ética da religião estejam referindo-se aos Mandamentos da Lei de Deus⁴¹ e aos Mandamentos da Igreja⁴². Jesus, segundo narra o evangelista Mateus (Mt 22,36-39), resumiu os Dez Mandamentos da Lei de Deus da seguinte forma.

Mestre, qual é o maior mandamento da Lei? Ele respondeu: “Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o entendimento. Esse é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a esse: Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (BÍBLIA DE JERUSALEM, 1997, p. 1881).

Portanto, o amor ou caridade, é o pilar ético do cristianismo, e esse é predominante, como se pode observar no gráfico que segue, onde solicitei que eles especificassem como a ética influencia concretamente nos hábitos de consumo.

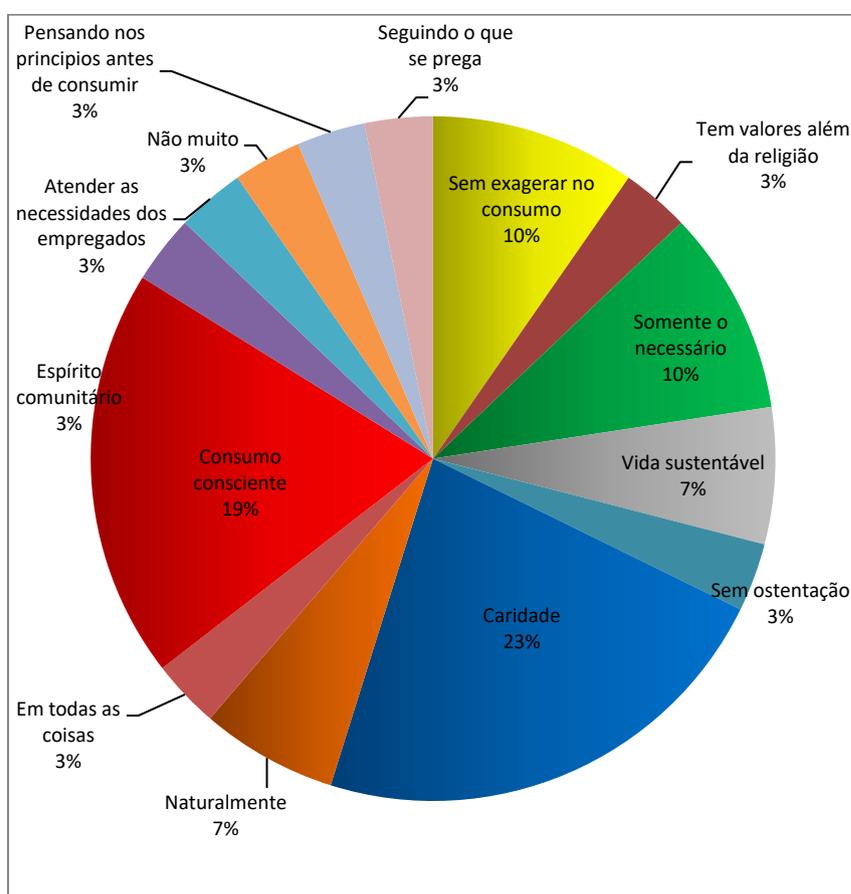
Na passagem citada Jesus faz uma síntese que pode ser melhor entendida se retomarmos a perícopes das Bem-aventuranças, pois, quando Jesus proclama, bem-aventurado os pobres, os aflitos, os puros de coração, os perseguidos e injuriados,

⁴¹ 1. Amar a Deus sobre todas as coisas; 2. Não tomar o Seu santo Nome em vão; 3. Guardar os domingos e dias santos; 4. Honrar pai e mãe; 5. Não matar; 6. Não pecar contra a castidade; 7. Não furtar; 8. Não levantar falso testemunho; 9. Não desejar a mulher do próximo; 10. Não cobiçar as coisas alheias. Cf.: Êxodo 20, 1- 21.

⁴² Participar da missa inteira nos domingos e outras festas de guarda e abster-se de ocupações de trabalho; 2 - Confessar-se ao menos uma vez por ano; 3 - Receber o sacramento da Eucaristia ao menos pela Páscoa da ressurreição; 4 - Jejuar e abster-se de carne, conforme manda a Santa Mãe Igreja; 5 - Ajudar a Igreja em suas necessidades. Disponível em: <http://www.catolicorante.com.br/5mandamentos.html>. Acesso em: 10 abr. de 2021.

essas Bem-aventuranças estão relacionadas ao primeiro mandamento, pois todas exortam a por confiança em Deus. Por sua vez, quando ele exorta: bem-aventurados os mansos, os que têm fome de justiça e os misericordiosos essas fazem referência a relação que os cristãos têm que ter com o próximo, portanto admoestam a vivência concreta do segundo mandamento “ama o próximo. A figura 45 apresenta as respostas obtidas no que tange à ética como parte da relação com o próximo.

Figura 45 - Como se dá a vivência da ética concretamente



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Essa era uma questão aberta, os dados confirmam a interpretação de que eles têm como ensinamento ético da própria religião os mandamentos e a predominância da caridade. Retomando a análise das respostas obtidas na Figura 45, foi elaborada nova condensação.

FIGURA 46 - CONDENSAÇÃO DA FIGURA 45



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Nessa condensação, mais uma surpresa, pois a maioria já possui hábitos ecologicamente corretos, porém, se esses realmente os possuem, tais hábitos não foram ensinados no âmbito religioso, como fica claro nas Figuras 39 (não conhecem a Encíclica *Laudato Si'*) e Figura 40 (não ouviram falar de consumo consciente na Igreja). No caso dessa comunidade pode-se afirmar que tais hábitos se dão pelo nível cultural que possuem, pelas leis presentes nessa sociedade e pela insistência dos meios de comunicação.

Segundo o Papa Francisco não são suficientes apenas campanhas de conscientização, é preciso que cada ser humano assuma atitudes concretas.

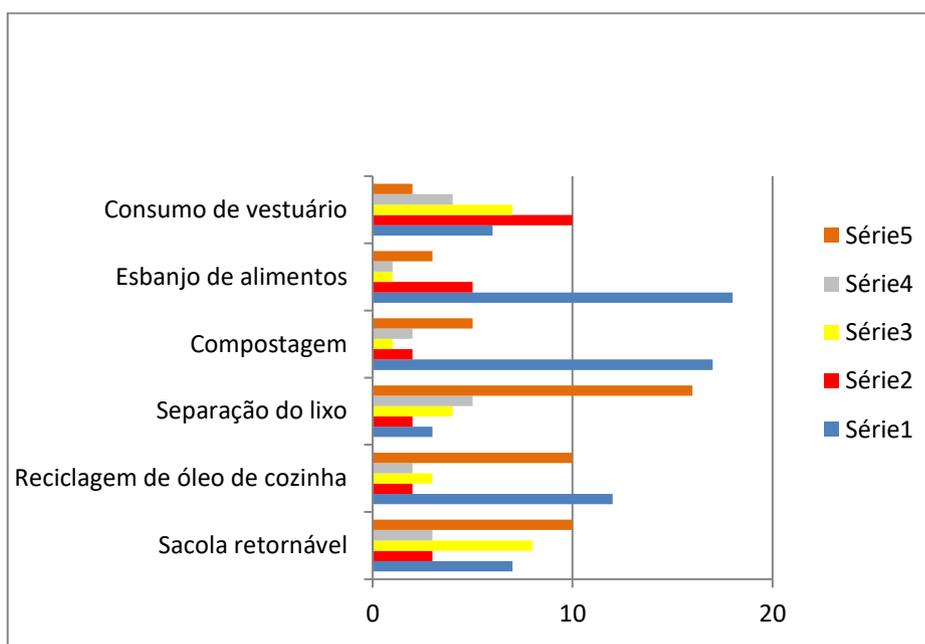
[...] tais como evitar o uso de plástico e papel, reduzir o consumo de água, diferenciar o lixo, cozinhar apenas aquilo que razoavelmente se poderá comer, tratar com desvelo os outros seres vivos, servir-se dos transportes públicos ou partilhar o mesmo veículo com várias pessoas, plantar árvores, apagar as luzes desnecessárias... Tudo isso faz parte duma criatividade generosa e dignificante, que põe a descoberto o melhor do ser humano. Voltar – com base em motivações profundas – a utilizar algo, em vez de o desperdiçar, rapidamente pode ser um ato de amor que exprime a nossa dignidade (FRANCISCO, 2015, n. 211).

Francisco ensina “o caminho das pedras” e estimula a ter o que chama de “criatividade generosa e dignificante”, que faz emergir o que o ser humano tem de melhor. Algumas atitudes concretas no que tange à sustentabilidade também foram

abordadas junto aos entrevistados, conforme a constância de sua realização, a saber, variando entre um e cinco, significando menor constância (1) e maior constância (5):

1. uso de sacolas retornáveis
2. reciclagem de óleo de cozinha
3. separação do lixo
4. compostagem
5. desperdício de alimentos
6. consumo de vestuário.

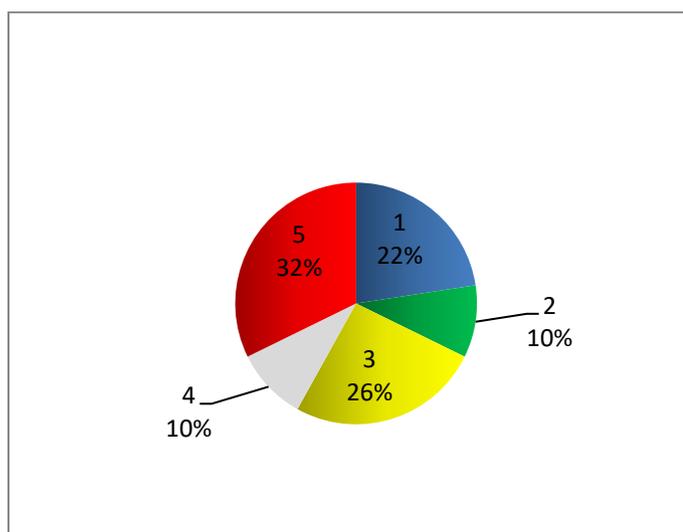
FIGURA 47 - ATITUDES PESSOAIS EM RELAÇÃO À SUSTENTABILIDADE



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

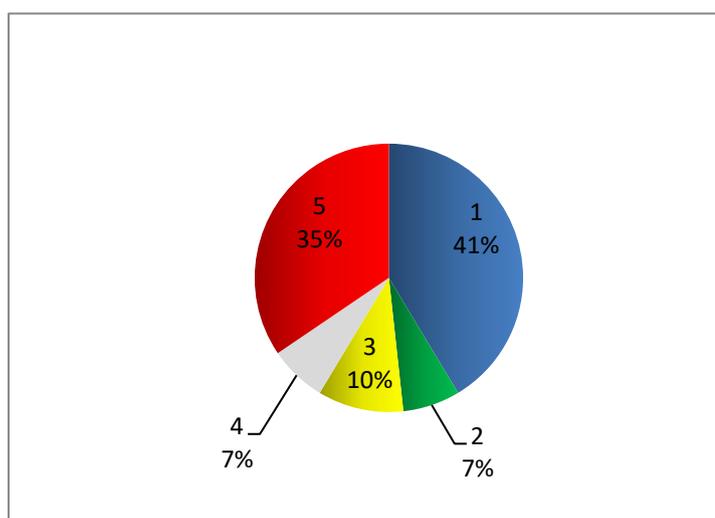
O hábito mais arraigado é o da separação de lixo, pois, no Plano Piloto, há coleta seletiva; reciclagem de óleo de cozinha (é uma posição pessoal, já que não há nos condomínios a coleta); e o uso de sacola retornável há uma lei (a Lei nº 6.322 de 11 de junho 2020. Os comerciantes têm o prazo de um ano para adaptarem-se)⁴³, daí que muitos já incorporaram esse hábito. Nas Figuras que seguem, foram desmembradas as informações específicas da Figura 47.

⁴³ Devido à pandemia, esse prazo foi ampliado para 2022.

FIGURA 48 - USO DE SACOLA RETORNÁVEL

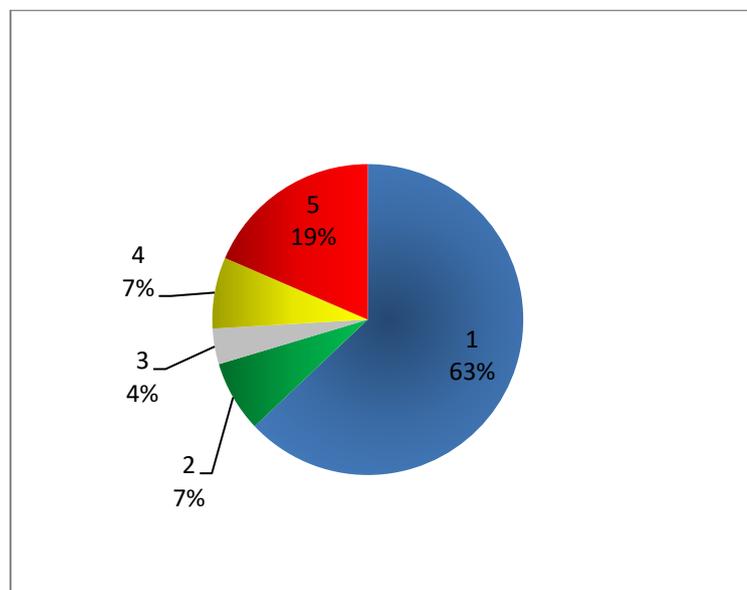
FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Somando o 4 e o 5 tem-se 42% de pessoas que já possuem o hábito de utilizar as sacolas retornáveis.

FIGURA 49 - RECICLAGEM DE ÓLEO DE COZINHA

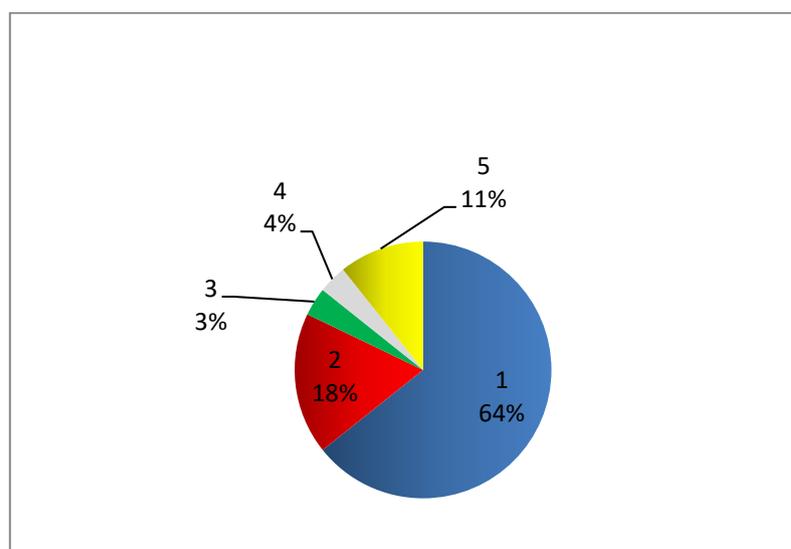
FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

A reciclagem de óleo realmente não é uma prática, o índice de 41% é muito elevado e ao somar 1 e 2 (menos constantes) e 3 (intermediário) tem-se um total de 58%. Essa boa prática ainda não foi regulamentada no Distrito Federal, e na região do Plano Piloto não há incentivo para consecução dela.

FIGURA 50 – REALIZAÇÃO DE COMPOSTAGEM

FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

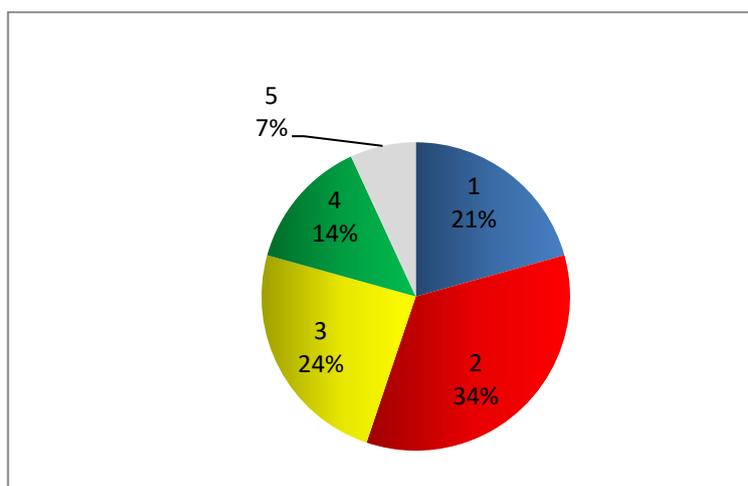
A compostagem é praticamente inexistente já que 63% não a praticam, os membros da comunidade moram em apartamentos e as áreas ao entorno são áreas comuns, praças, ciclovias e calçadas.

FIGURA 51 – DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

A grande maioria – 64% não desperdiça alimentos; essa prática parece ser consolidada.

FIGURA 52 - CONSUMO DE VESTUÁRIO



FONTE: dados da pesquisa. Organizado pela autora.

Tem-se o percentual mais equilibrado, porém unindo 1 e 2 (menos constantes) tem-se um percentual de 55%; cabe, no entanto, lembrar a faixa etária. O fato de não estarem com atividades profissionais e terem uma vida social menos intensa poderia justificar esses dados.

Os dados coletados me surpreenderam, desde a tabulação das cartas de intenções, onde detectei a predominância dos pedidos “pela família”, comprovado, posteriormente, pelo questionário semiestruturado. Por ser uma comunidade de classe alta de Brasília, esperava realmente que as solicitações fossem relativas a finanças, bem-estar; deparei-me então com um dado inusitado: mesmo sendo abastados, a grande preocupação é com a família e o seu bem-estar espiritual. Certamente tais resultados precisam ser vistos num panorama maior. Cruzando os dados do questionário, a maioria dos participantes da pesquisa são senhoras de terceira idade, aposentadas, portanto, são matriarcas de suas famílias. Tal condição certamente influencia no grau de importância que dão aos bens materiais.

A geração predominante na pesquisa (pessoas com mais de 50 anos) teve em sua base de formação doutrinal a pregação e a catequese sobre os Mandamentos da Lei de Deus e da Igreja, onde se incutia os valores que deles emanam; dessa forma justifica-se a predominância de valores e atitudes que permeiam as opções e as relações que têm com o consumo.

Há que se considerar, no entanto, que as leis civis que envolvem a comunidade da Igrejinha também impelem a certas práticas sustentáveis, pois, como já afirmei, na região do Plano Piloto há coleta seletiva, e está entrando em vigor a lei das sacolas biodegradáveis ou retornáveis.

Como havia suposto previamente, a Encíclica *Laudato Sí* é uma “ilustre desconhecida”. Nesses seis anos de sua existência não foi estimulada a leitura, a reflexão e, portanto, não foram desencadeadas as ações esperadas para que ela tivesse sido incorporada como um *habitus*.

É impressionante perceber que após a tabulação dos dados coletados muitas outras indagações surgem, e desperta o interesse de entender mais a fundo os fenômenos detectados. Surgiu também uma real dificuldade de dar continuidade ao tema pois, pelo que foi levantado, a atualização e o aprofundamento da Doutrina da Igreja Católica são incipientes e, ao mesmo tempo, certas práticas de consumo sustentável são muito mais norteadas pela cultura dos entrevistados e pelas leis civis.

Passo então a analisar como se dá a articulação na Igreja para que o *desapego* enquanto proposta transformadora, para que passe a estruturar melhor as ações e práticas de pessoas.

3.4 TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O *desapego* cristão diante do mundo do descartável pode ainda ser uma proposta transformadora?

Primeiramente ficou evidente que a religião não é a única a nortear as opções de consumo, não obstante os seus princípios éticos exerçam grande influência.

Diante de tal cenário parece que a religião, mais do que “dar as cartas”, precisa “sentar-se à mesa” no jogo onde diferentes entidades estão pensando o consumo. Sei que algumas dessas são mais aditas ao lucro, e estão à mesa para obtê-lo ainda mais e mais rápido e sem se preocupar com as futuras gerações; mas sei, também, que já há empresas que evoluíram e que têm no seu plano de negócios o cuidado com a sustentabilidade; ao redor dessa “mesa” estão também os movimentos ambientalistas que, valendo-se de estudos e pesquisas, tentam apontar o futuro das ações e omissões de hoje; estão também na “mesa” os legisladores, juristas e executores, que são pressionados por todos os grupos citados. Sentar-se “à mesa”, portanto, requer ter clareza da importância do que está em jogo, conhecimento profundo, convicções, atitudes coerentes e propostas.

Papa Francisco parece estar muito bem assessorado em suas manifestações orais e escritas, e parece usar também a linguagem propositiva de que se coloca como igual, para somar, saindo da posição desconfortável de milênios, onde a Igreja Católica se punha como majoritária e mandatária.

Nesse sentido, o Papa percebe alguns limites para que os cristãos católicos estejam nessas instâncias e possam assegurar o aporte católico nos rumos a serem tomados; o primeiro deles é a escassa formação para atuar na transformação da sociedade.

Apesar de se notar uma maior participação de muitos nos ministérios laicais, este compromisso não se reflete na penetração dos valores cristãos no mundo social, político e econômico; limita-se muitas vezes às tarefas no seio da Igreja, sem um empenhamento real pela aplicação do Evangelho na transformação da sociedade. A formação dos leigos e a evangelização das categorias profissionais e intelectuais constituem um importante desafio pastoral (FRANCISCO, 2013, n. 102).

A ausência de formação foi evidenciada na pesquisa, quando se percebeu que a Encíclica *Laudato Si'* quase não foi lida e pouco estudada pelos fiéis da Igreja. É fato notório que os cristãos católicos sempre careceram dessa formação, o que no âmbito evangélico é levado muito mais a sério desde sua origem.

O Papa reconhece e vê como desafio a ser enfrentado, pois o desconhecimento leva à não incorporação dos princípios na própria existência e, conseqüentemente, a ação dos fiéis leigos no mundo da economia e da política é praticamente inexistente. Não obstante, verificaram-se na pesquisa que os princípios que tais leigos seguem são os Mandamentos; esses, carecem de atualização se não dos princípios ao menos de sua aplicabilidade tanto na vida pessoal como no engajamento transformador da sociedade. O que conduz ao segundo limite da necessidade de uma mudança de estilo de vida.

Uma mudança nos estilos de vida poderia chegar a exercer uma pressão salutar sobre quantos detêm o poder político, econômico e social. Verifica-se isto quando os movimentos de consumidores conseguem que se deixe de adquirir determinados produtos e assim se tornam eficazes na mudança do comportamento das empresas, forçando-as a reconsiderar o impacto ambiental e os modelos de produção. É um fato que, quando os hábitos da sociedade afetam os ganhos das empresas, estas se veem pressionadas a mudar a produção. Isto lembra-nos a responsabilidade social dos consumidores. “Comprar é sempre um ato moral, para além de econômico”. Por isso, hoje, “o tema da degradação ambiental põe em questão os comportamentos de cada um de nós” (FRANCISCO, 2015, n. 206).

O papa considera que a posição pessoal consciente de cada pessoa em relação ao consumo e ao uso das coisas pode impulsionar a mudança do modelo de

produção e insiste em reforçar o que Bento XVI, afirmou na Carta Encíclica *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009) “comprar é um ato moral”.

Percebi na pesquisa que a ética da religião pode influenciar nas opções de consumo, portanto, há um substrato de consciência que pode ser instigado não só com a própria conduta, mas também motivando a transformação social. Desse modo, fiéis pesquisados estão em condição de influenciar, já que se encontram em condição favorável tanto econômica como territorial, lembrando que a maioria deles foram e são pessoas atreladas ao órgão de governo.

Atuar como cristão católico nas instâncias decisórias implica também superar o terceiro limite, a corrupção, recuperando alguns valores fundamentais para a vida social.

É necessário voltar a sentir que precisamos uns dos outros, que temos uma responsabilidade para com os outros e o mundo, que vale a pena ser bons e honestos. Vivemos já muito tempo na degradação moral, baldando-nos à ética, à bondade, à fé, à honestidade; chegou o momento de reconhecer que esta alegre superficialidade de pouco nos serviu. Uma tal destruição de todo o fundamento da vida social acaba por colocar-nos uns contra os outros na defesa dos próprios interesses, provoca o despertar de novas formas de violência e crueldade e impede o desenvolvimento duma verdadeira cultura do cuidado do meio ambiente (FRANCISCO, 2015, p. 229).

É forte a expressão “balda-nos”, que pode ser mais entendida pelo sinônimo: fazendo pouco caso da ética. Francisco chama tal atitude de “alegre superficialidade”, a não vivência desses pilares fundamentais para a vida em sociedade. Exorta a nutrir empatia para com o outro, sendo bons e honestos, pois dessa forma vence-se o individualismo e a indiferença. Ele acrescenta: “O amor, cheio de pequenos gestos de cuidado mútuo, é também civil e político, manifestando-se em todas as ações que procuram construir um mundo melhor (FRANCISCO, 2015, n. 231).

Entendendo que a defesa da vida no planeta é tarefa de todos, convoca a todos os que creem em algo (aqui faz um convite a todas as pessoas) a dialogarem buscando construir o que chama de “trama de respeito e de fraternidade”.

A maior parte dos habitantes do planeta declara-se crente, e isto deveria levar as religiões a estabelecerem diálogo entre si, visando o cuidado da natureza, a defesa dos pobres, a construção duma trama de respeito e de fraternidade. De igual modo é indispensável um diálogo entre as próprias ciências, porque cada uma costuma fechar-se nos limites da sua própria linguagem, e a especialização tende a converter-se em isolamento e absolutização do próprio saber. Isto impede de enfrentar adequadamente os problemas do meio ambiente. Torna-se necessário também um diálogo aberto e respeitador dos diferentes movimentos ecologistas, entre os quais não faltam as lutas ideológicas. A gravidade da crise ecológica obriga-nos, a todos, a pensar no bem comum e a prosseguir pelo caminho do diálogo que requer paciência,

ascese e generosidade, lembrando-nos sempre de que “a realidade é superior à ideia” (FRANCISCO, 2015, n. 201).

Esse quarto limite a ser superado tanto dentro das religiões, como entre as religiões, o diálogo, tão estremecido e fragilizado em nosso tempo, não só no âmbito religioso, mas em todas as esferas como bem cita o Papa: na ciência, nos movimentos ecologistas, superando as lutas ideológicas, as bandeiras partidárias e a necessidade de impor suas meias verdades.

Pelo que expus no item anterior, parece então que é preciso que os cristãos se apeguem a algumas coisas, para vencerem a lógica do líquido e do descartável, e manterem salvos os valores do Evangelho de Jesus Cristo que declarou que sua missão era: “E vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1997, Jo 10,10, p. 2012). Para que a ética cristã possa realmente somar na transformação do mundo, parece-me ser necessário, após este estudo, voltar a *apegar-se* (no sentido de sentir-se responsável e guardião) de algumas coisas: à vida; ao outro; à Terra; à esperança operante e ao amor civil e político. *Apegos* necessários apontados no VI da *Laudato Si'*, onde o Papa Francisco aborda a educação à espiritualidade ecológica, e de algumas declarações do Magistério de Francisco presente no Sínodo da Amazônia, no sínodo da Família; no Sínodo dos Bispos e no Sínodo da Juventude.

3.4.1 A vida

A vida é um dom supremo, e mais do que nunca, sente-se na pele o quanto ela é frágil, pois se está imersos na pandemia do Covid 19. A vida é mais que um tema a ser cantado ou romantizado; é mais que um dado estatístico, para os cristãos ela é dom precioso que só tem sentido se gera mais vida.

Tal visão requer que os cristãos se percebam pertencentes a uma origem comum, e se comum, cada qual é corresponsável pela existência do outro, e o Papa afirma que isso se dá concretamente quando:

[...] a) denunciemos a violação dos direitos humanos e a destruição do extrativismo predatório; b) assumimos e apoiamos as campanhas de desinvestimento de empresas extrativistas relacionadas com danos socioecológicos na Amazônia, começando pelas próprias instituições eclesiais e também em aliança com outras Igrejas; c) conclamamos a uma transição energética radical e à busca de alternativas: “A civilização requer energia, mas o uso da energia não deve destruir a civilização!” (Papa

Francisco, *Discurso aos participantes no encontro para dirigentes de empresas ligadas ao setor de energia*, 09.06.2018). [...]

Muitas coisas devem reajustar o próprio rumo, mas antes de tudo é a humanidade que precisa mudar. Falta a consciência duma origem comum, duma recíproca pertença e dum futuro partilhado por todos. Esta consciência basilar permitiria o desenvolvimento de novas convicções, atitudes e estilos de vida. Surge, assim, um grande desafio cultural, espiritual e educativo que implicará longos processos de regeneração (FRANCISCO, 2015, n. 2021).

Denunciar, assumir, conclamar, propor, reajustar e mudar, todos verbos de ação, que indicam movimento e poderiam orientar o planejamento pastoral das igrejas levando com que os fiéis se comprometam concretamente com a defesa da vida. Francisco apela: “propomo-nos desenvolver programas de capacitação sobre o cuidado da “casa comum”, destinados a agentes de pastoral e demais fiéis, abertos a toda a comunidade”; pelo que pude constatar na pesquisa não há nada de concreto na comunidade pesquisada em relação a isso.

3.4.2 Ao outro

Como já abordei no final do primeiro capítulo, a mística cristã impele a ver o próximo, o outro, como dom, mesmo que diferente e divergente, pois a sua dignidade enquanto ser humano é incontestável.

A situação atual do mundo “gera um sentido de precariedade e insegurança, que, por sua vez, favorece formas de egoísmo coletivo”. Quando as pessoas se tornam autorreferenciais e se isolam na própria consciência, aumentam a sua voracidade: quanto mais vazio está o coração da pessoa, tanto mais necessita de objetos para comprar, possuir e consumir. Em tal contexto, parece não ser possível, para uma pessoa, aceitar que a realidade lhe assinala limites; neste horizonte, não existe sequer um verdadeiro bem comum. Se este é o tipo de sujeito que tende a predominar numa sociedade, as normas serão respeitadas apenas na medida em que não contradigam as necessidades próprias. Por isso, não pensemos só na possibilidade de terríveis fenômenos climáticos ou de grandes desastres naturais, mas também nas catástrofes resultantes de crises sociais, porque a obsessão por um estilo de vida consumista, sobretudo quando poucos têm possibilidades de o manter, só poderá provocar violência e destruição recíproca (FRANCISCO, 2015, n. 204).

Apegar-se ao outro é romper com a auto referencialidade e permitir que, na sua unicidade, o outro me surpreenda, e me encante.

Nesta perspectiva, pode-se ter o bem comum como meta a ser perseguida a cada instante, superando o egoísmo que visa apenas o bem pessoal. O Papa afirma que sempre é possível fazer esse movimento de saída de si, reconhecendo o valor de todas as criaturas, auto transcender-se para superar a auto referencialidade, só dessa

forma ele acha possível criar um estilo de vida alternativo que supere o individualismo (FRANCISCO, 2015, n. 208).

Esse movimento de sair de si, para encontrar o outro, é ao mesmo tempo desafiador e enriquecedor. O Papa diz que sem isso não é possível dar ao outro o seu devido valor. A própria história da humanidade testemunha que todas as vezes em que se negou a integridade do ser humano barbáries foram justificadas.

Para acolher o outro é preciso aprender a dialogar com as culturas, com as religiões e com a sociedade em geral, foi o que os Bispos reunidos no Sínodo da Amazônia⁴⁴, apontaram:

A realidade pluriétnica, pluricultural e plurirreligiosa da Amazônia exige uma atitude de diálogo aberto, reconhecendo também a multiplicidade de interlocutores: os povos indígenas, ribeirinhos, camponeses e afrodescendentes (quilombolas), as demais Igrejas cristãs e confissões religiosas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais populares, o Estado, enfim todas as pessoas de boa vontade que buscam a defesa da vida, a integridade da criação, a paz e o bem comum. [...] O diálogo sincero e respeitoso é a ponte para a construção do “bem viver”. Na troca de dons, o Espírito Santo conduz cada vez mais à verdade e ao bem (cf. EG 250) (AS, 2018, n. 23; 25).

Para que a vida de todos seja preservada é urgente a abertura ao outro, o diálogo adjetivado “sincero e respeitoso” é a única forma de construir o “bem viver”. O conceito de Bem Viver pode ser encontrado tanto como filosofia de vida como cultura, e ele é muito usado, na contemporaneidade, pelos que buscam resgatar e recriar algumas práticas das populações andinas, particularmente os Quetchuas (Sumak Kawsay) e os Aymaras (Suma Qamaña)⁴⁵.

⁴⁴ Sínodo da Amazônia: Foi uma resposta do Papa Francisco à realidade da Pan-Amazônia, que teve por objetivo “identificar novos caminhos para a evangelização daquela porção do Povo de Deus, especialmente dos indígenas, frequentemente esquecidos e sem perspectivas de um futuro sereno, também por causa da crise da Floresta Amazônica, pulmão de capital importância para nosso planeta”. Teve por tema “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e por uma ecologia integral”. Foi um Sínodo para conhecer, reconhecer, conviver e defender. Realizou-se em Roma nos dias 6 a 27 de outubro de 2019. Cf.: desenvolvimentistas. <https://repam.org.br/sinodo-para-a-amazonia/>. Acesso em: 20 abr. de 2021.

⁴⁵ O conceito do “Bem Viver”, filosofia indígena do Sumak Kawsay, foi incorporado nas constituições de países como o Equador e a Bolívia e representa uma importante contribuição dos povos originários para a crise atual. Em linhas gerais, prevê: vivência em comunidade, onde todos se preocupam com todos, incluindo viver em equilíbrio com o meio ambiente.

A natureza é sujeita de direitos, e essa tem sido a premissa para a reflexão do tema. A discussão em torno do Bem Viver já vem sendo amadurecida há alguns anos, através de diálogos com os povos indígenas na questão da natureza, preservação do território e a dimensão da vida. De acordo com Gilberto, o Bem Viver não está pronto. É algo em ‘Construção’ feito a partir da contribuição dos povos indígenas, que também começaram a discutir o que seria esse conceito para eles, pois está na raiz de

Tal proposta foi trazida pelos povos andinos ao Fórum Social Mundial ocorrido no Rio de Janeiro em 1992, em contraposição ao fracasso no neoliberalismo, buscando finalmente dar aos povos Latino-Americanos uma identidade própria que emerge dos povos ancestrais que já possuíam essas terras antes da colonização. Essa proposta tornou-se lei na Bolívia (Constituição de 2009) e no Equador (2008).

Esses povos norteavam suas relações na reciprocidade: dar, receber, distribuir, e os colonizadores trouxeram um novo jeito: o comprar e o vender. Da forma em que se gere a política e a economia se determina todas as outras relações.

A proposta do Bem Viver vem alertar essa situação insustentável, suscitando uma análise crítica, detida e profunda sobre a realidade na qual se esta inserido, para que, uma vez cômnicos do caos, se possa tomar atitudes concretas para recuperar com urgência a vida e a sustentabilidade do planeta.

O Bem Viver propõe o retorno às origens culturais, como diferencial enriquecedor e promotor de vida, de igualdade, de respeito à diversidade enfim a convivência harmoniosa. Como indica Fernando Huanacuni, em Cochabamba-Bolívia:

Sair desta visão monocultural, uninacional, sair do “monocultivo mental”. Assim como o monocultivo deteriorou a Mãe Terra, a vitalidade e a fertilidade da Mãe Terra, temos de sair do monocultivo mental que também deteriorou a capacidade natural que cada um de nós temos. Estamos emergindo para estados plurinacionais, saindo do estado colonial, da república que somente nos mergulhou numa individualidade humanista. Quando falamos de viver bem, falamos de um processo de naturalização, e não somente de humanização, porque o processo de humanização que o Ocidente ergueu continua a ver o ser humano como “o rei da criação” e aos demais seres como objetos. Viver bem significa entrar nesse processo de naturalização, voltar à nossa natureza, saber que tudo vive e saber que tudo está interconectado e tudo é interdependente. Sair das premissas do Ocidente. O Ocidente diz “ganhar não é que seja tudo, é que é o único”. E conduz-nos a uma concorrência desleal, desonesta entre humanos. Uma concorrência não somente com os humanos, senão com todo o tipo de existência. Viver bem significa compreender que se alguém ganha ou alguém perde, todos ganhamos ou perdemos. Viver bem significa observar bem o horizonte, reconhecer que a vida humana não é o único parâmetro, nem a forma de entender através do racional a única. Em *aymara*, dizemos: “sem perder a cabeça, caminemos a via sagrada do coração”. É abrir-nos à vida, é compreender que a vida tem facetas importantes para reconstituir a própria vida (HUANACUNI, 2016, p. 24, 25).

A cultura do Bem Viver ensina a buscar o que é necessário, fundamental, indispensável, apoiada em uma espiritualidade alicerçada no Evangelho de Jesus

toda sua cultura. “É o povo que, em sua vivência, pesca somente o que vai consumir e não o rio inteiro (BONATELLI, 2016).

Cristo, onde novas relações são construídas, relações harmoniosas com toda a criação, tornando possível a utopia do Reino de Deus.

3.4.3 A Terra

Apego à Terra, como a casa comum, onde a humanidade foi colocada na condição de administradora, e não dominadora, como erroneamente se interpreta a narrativa do Gênesis (cf. Gn 1,24). É preciso mais uma vez mudar de atitude, o que no âmbito da fé se chama conversão.

Como Igreja de discípulos missionários, suplicamos a graça da conversão que “comporta deixar emergir, nas relações com o mundo que os rodeia, todas as consequências do encontro com Jesus” (LS 217); uma conversão pessoal e comunitária que nos compromete a nos relacionar harmoniosamente com a obra criadora de Deus, que é a “casa comum”; uma conversão que promove a criação de estruturas em harmonia com o cuidado da criação; uma conversão pastoral baseada na sinodalidade, que reconheça a interação de tudo o que foi criado. Conversão que nos leve a ser uma Igreja em saída que entre no coração de todos os povos amazônicos (FRANCISCO, 2020, n.18).

Tal mudança, segundo os Bispos reunidos no Sínodo da Amazônia, é motivada a partir de um encontro com Jesus, que impele a transformação pessoal e comunitária que vise à harmonia e a integração, para além das estruturas institucionais. Para tanto, é preciso que haja uma conversão ecológica já presente na *Laudato Si'* (FRANCISCO, 2015, n.5), se propõe a aprende dos povos originários, “num diálogo de saberes, o desafio de dar novas respostas buscando modelos de desenvolvimento justo e solidário. Queremos cuidar nossa “casa comum” na Amazônia e, para tal, propomos novos caminhos” (FRANCISCO, 2020, n.65).

3.4.4 A esperança operante

Converter as relações é imprescindível para que a esperança se torne operante. Para tanto, o Papa Francisco aponta que é necessário que as pessoas sejam ensinadas desde a tenra idade aos valores: da tolerância que auxilia na convivência e na maturidade pessoal; do não julgar: não se sabe em profundidade as razões humanas e por que alguém reage dessa ou de outra forma; da humildade que leva o ser humano a ser o que é sem máscaras e, portanto, cômico de suas limitações, não se achará jamais superior a quem quer que seja; e por último, é preciso educar à busca do bem comum, onde todos precisam gozar de forma equânime dos bens produzidos, tendo acesso à alimentação, habitação, saúde e ao lazer.

Os documentos do pontificado de Francisco insistem em afirmar que o ser humano precisa ser portador de esperança e que para tanto precisa desenvolver uma espiritualidade ecológica.

Mas nem tudo está perdido, porque os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se, para além de qualquer condicionalismo psicológico e social que lhes seja imposto. São capazes de se olhar a si mesmos com honestidade, externar o próprio pesar e encetar caminhos novos rumo à verdadeira liberdade. Não há sistemas que anulem, por completo, a abertura ao bem, à verdade e à beleza, nem a capacidade de reagir que Deus continua a animar no mais fundo dos nossos corações [...] A Carta da Terra convidava-nos, a todos, a começar de novo deixando para trás uma etapa de autodestruição, mas ainda não desenvolvemos uma consciência universal que o torne possível. Por isso, atrevo-me a propor de novo aquele considerável desafio: “Como nunca antes na história, o destino comum obriga-nos a procurar um novo início [...] Que o nosso seja um tempo que se recorde pelo despertar duma nova reverência face à vida, pela firme resolução de alcançar a sustentabilidade, pela intensificação da luta em prol da justiça e da paz e pela jubilosa celebração da vida” (FRANCISCO, 2015, n. 205; 207).

Assim como o ser humano foi capaz de destruir, pode também reconstruir resgatando a consciência universal. E no Sínodo dos Bispos o documento final ao abordar economia, política, trabalho e casa comum afirmou o empenho da Igreja em promover a vida social e política fundando-se na justiça, na solidariedade e na paz. Mais uma vez se colocaram na defesa de uma ecologia integral.

Isto exige a coragem de se fazer voz de quem não tem voz junto dos líderes mundiais, denunciando corrupção, guerras, comércio de armas, tráfico de drogas e exploração selvagem dos recursos naturais, e convidando à conversão quantos são responsáveis por tudo isto. Numa perspectiva integral, isto não pode ser separado do empenho pela inclusão dos mais frágeis, construindo percursos que lhes permitam não só encontrar resposta às suas necessidades, mas também contribuir para a construção da sociedade (FRANCISCO, 2018, n.151).

Para essa construção da sociedade se dispõe a formarem para o trabalho, particularmente os jovens, acompanhando a inserção dos mesmos no mercado de trabalho e apoiando os empreendimentos juvenis (cf.: FRANCISCO, 2018, n. 152).

Ao interno da Igreja se comprometeram a uma economia e finanças transparentes “Os jovens desafiam a Igreja a ser profética neste campo, com as palavras, mas sobretudo através de opções que mostrem a possibilidade duma economia amiga da pessoa e do meio ambiente” (FRANCISCO, 2018, n.153).

Propõem-se a atuar para as diretrizes emanadas pela Encíclica *Laudato Si'*, particularmente possibilitando aos jovens “formação em ordem ao compromisso

sociopolítico e o recurso que a doutrina social da Igreja representa a este propósito” (FRANCISCO, 2018, n.154), apoiando-os na atuação política.

Essa esperança operante implica também assumir atitude de gratuidade e de encantamento “Prestar atenção à beleza e amá-la ajuda-nos a sair do pragmatismo utilitarista. Quando não se aprende a parar a fim de admirar e apreciar o que é belo, não surpreende que tudo se transforme em objeto de uso e abuso sem escrúpulos” (FRANCISCO, 2015, n. 215), tal encantamento ocorre quando se reestabelece o contato com a natureza, recuperando a fraternidade universal, pois “o amor social impele-nos a pensar em grandes estratégias que detenham eficazmente a degradação ambiental e incentivem uma cultura do cuidado que permeie toda a sociedade” (FRANCISCO, 2015, n. 228). Instaurando também a ética ecológica (FRANCISCO, 2015, n. 210), que se inicia na família.

Na família, cultivam-se os primeiros hábitos de amor e cuidado da vida, como, por exemplo, o uso correto das coisas, a ordem e a limpeza, o respeito pelo ecossistema local e a proteção de todas as criaturas. A família é o lugar da formação integral, onde se desenvolvem os distintos aspectos, intimamente relacionados entre si, do amadurecimento pessoal. Na família, aprende-se a pedir licença sem servilismo, a dizer “obrigado” como expressão duma sentida avaliação das coisas que recebemos, a dominar a agressividade ou a ganância, e a pedir desculpa quando fazemos algo de mal. Estes pequenos gestos de sincera cortesia ajudam a construir uma cultura da vida compartilhada e do respeito pelo que nos rodeia (FRANCISCO, 2015, n. 213).

A esperança, portanto, precisa ser construída a partir da educação dada pela família, é no cultivo e fortalecimento da cortesia que se desenvolve a base da civilidade e do comprometimento altruísta.

Inicia-se na família, mas é preciso alcançar a vida comunitária “A conversão ecológica, que se requer para criar um dinamismo de mudança duradoura, é também uma conversão comunitária” (FRANCISCO, 2015, n. 219), pois só um movimento comunitário pode renovar a humanidade (cf.: FRANCISCO, 2015, n. 216).

O Papa propõe então que, para que essa esperança se concretize, é preciso que se tenha uma espiritualidade ecológica, pois só ela daria a motivação para que essa se efetive (cf.: FRANCISCO, 2015, n. 216). Isso é o que o ser humano necessita.

Tal espiritualidade ecológica precisa ser sustentada por redes comunitárias onde se cultive: a gratidão e a gratuidade; o sentimento de ser parte da criação e ao mesmo tempo criatura (o que põe em humildade) amada pelo Criador; desenvolver a própria criatividade, que é um dom, para resolver os “dramas do mundo” (FRANCISCO, 2015, n. 220); reconhecer que cada ser traz em si vestígios do Criador; cultivar a alegria e a paz, tendo um estilo de vida “profético contemplativo” (cf.:

FRANCISCO, 2015, n. 222.), sóbrio, pois “A sobriedade, vivida livre e conscientemente, é libertadora” (FRANCISCO, 2015, n. 223), o que não significa não viver, mas redescobrir pequenas alegrias “encontrando satisfação nos encontros fraternos, no serviço, na frutificação dos próprios carismas, na música e na arte, no contato com a natureza, na oração” (FRANCISCO, 2015, n. 224). Só com esses requisitos, cada qual poderá crescer no amor social, na fraternidade universal “fazendo surgir um novo tecido social local. Assim, uma comunidade liberta-se da indiferença consumista” (FRANCISCO, 2015, n. 232), onde a solidariedade cuide e se preocupe com os mais pobres, construindo dessa forma a desejada ecologia integral.

Mais uma vez parece que é solicitado aos fiéis católicos e a toda a humanidade o que Deus propôs ao povo do I Testamento, onde estavam tentando estabelecer a nova ética no regresso do Exílio “Eis que hoje estou colocando diante de ti a vida e a felicidade, a morte e a infelicidade. Escolhe, pois, a vida, para que vivas tu e a tua descendência (Deuteronômio 30 15;19b).

Ao encerrar esse capítulo percebo primeiramente a riqueza de dados que uma pesquisa de campo pode trazer para entender a realidade e o quanto ela pode iluminar possíveis ações tanto de pesquisa científica como no campo pastoral.

Como já citei, muitas foram às surpresas, que de certa forma comprovaram a hipótese inicial e demonstraram que havia me enganado ao supor que as solicitações expostas nas cartas de intenções fossem no âmbito material.

Após ter analisado os dados, munida dos documentos emanados dos Sínodos realizados sob o pontificado do papa Francisco e da Encíclica *Laudato Si'*, procurei apontar os *apegos* necessários para que os cristãos possam cultivar uma educação e uma ética fundada na espiritualidade cristã, meios indispensáveis para a construção de uma ecologia integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei minha pesquisa afirmando que a análise sobre a relação entre consumo e religião católica é relevante na contemporaneidade, pois devido à globalização, estamos todos imersos na sociedade de consumo. Tal relação afeta diretamente os indivíduos, que passam a identificarem-se com o que consomem, o que pode conduzir à ansiedade e ao sofrimento. Papa Francisco também considera que esse vazio existencial é fruto de um antropocentrismo exacerbado e, para a superação desse quadro escreveu a Encíclica *Laudato Si'* – Sobre o cuidado da casa comum, propondo à humanidade inteira um caminho de consumo consciente que se inicia com o posicionamento pessoal cotidiano e permanente diante do ato de consumir, e que se consolida na sociedade por meio da construção de uma rede de relações comerciais justas e sustentáveis; tal prática desencadeia um comércio ético e solidário, que só é possível com uma educação ética de base.

Os documentos da Doutrina Social da Igreja Católica consideram que assim como a globalização traz esperança, traz também inquietações, pois ela é favorecida pelo desenvolvimento das telecomunicações, das novas tecnologias e dos intercâmbios comerciais e das transações financeiras, o que é positivo. No entanto, o domínio de tais recursos têm aumentado as desigualdades com consequente aumento da pobreza. Ainda que seja igualmente verdadeiro que, se por um lado, as transações comerciais internacionais geram empregos e desenvolvimento, de outro, não se desconhece que há políticas protecionistas que elegem produtos advindos de um país e descartam os oriundos de outros.

Isso posto, dado que a religião compõe a sociedade, enquanto corpo orgânico e como ideias, o Magistério da Igreja, no corpo de sua Doutrina Social, tem se posicionado em defesa do ser humano e da vida como um todo. Verifiquei sua proposta frente ao tema religião e consumo. Procurando descobrir se a pregação e os ensinamentos religiosos têm influenciado no modo de consumir dos fiéis católicos, busquei entender se a atuação dos mesmos se encontra realmente transformadora, comprometida com a defesa da vida e a construção da cultura do bem viver.

Parti, então, do pressuposto de que a frequência em rituais religiosos proporciona também uma formação moral e essa influencia os comportamentos dos fiéis na sociedade. Diante disso, a pesquisa teve por objetivo geral compreender como ocorrem as construções de sentido voltado para o consumo na comunidade católica

da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima em Brasília em relação aos princípios cristãos.

No primeiro capítulo me propus a identificar os princípios católicos em relação ao consumo e meios de comunicação dessa postura para os fiéis, a partir dos discursos, documentos, práticas e rituais católicos. Para tanto, detive-me na análise do texto fundante da *doxa* cristã o Discurso da Montanha, as Bem-Aventuranças, pois sua proposta impactante forjou não só a comunidade nascente, mas um novo paradigma para o I século d.C. A proposta de Jesus Cristo anunciava um reino novo que começava na vida terrena, que tinha por fundamento a partilha de bens, a itinerância e o zelo pelo bem comum, e se completava na eternidade, a qual estavam dispostos a adentrar até mesmo pelo martírio. A entrega da vida pela fé se constituía no maior desapego aos bens terrenos e a certeza que eles tinham dos bens celestes.

Constatei em um breve histórico como o *desapego* proposto no primeiro século do cristianismo aos poucos foi se esvaindo devido as alianças sociopolíticas e econômicas que fortaleceram a instituição e estremeceram o carisma. Estremeceram, pois os valores fundantes sempre foram salvaguardados por pequenas comunidades e por homens e mulheres que, bebendo da fonte do Evangelho, continuaram, como já afirmei, a ‘apontar a leveza e o profetismo da comunidade primitiva’.

Na sequência, abordei brevemente o itinerário tecido pelo Magistério da Igreja no corpo doutrinal chamado de Doutrina Social da Igreja, que à luz do Evangelho de Jesus Cristo, de tempos em tempos, se posicionou sobre temas sociais emergentes. Esse percurso foi feito a fim de situar o último documento incorporado a esse conjunto, a Encíclica *Laudato Si’* – Sobre o cuidado da casa comum, emanada em 2015.

A Encíclica *Laudato Si’* constituiu-se em um apelo do Papa Francisco a todos os seres humanos, pois o documento não teve como destinatários apenas os cristãos católicos. Após situar o estado de degradação em que o planeta se encontra, apontando as causas que levam a este estado: poluição e mudanças climáticas; escassez de água, perda da biodiversidade; deterioração da qualidade de vida humana e degradação social; desigualdade planetária; fraqueza das reações e diversidade das opiniões. Iluminou essa realidade à luz do Evangelho da Criação e convidou a todos a se reencantarem com a criação, superando dessa forma a crise ecológica e antropológica e estabelecendo a ecologia integral.

A ecologia integral só é possível com o resgate das tradições religiosas: da simplicidade, da sobriedade, da alegria, da não acumulação e do imperativo “quanto menos, tanto mais” (FRANCISCO, 2015). Tal apelo não ressoou em uníssono em

todas as esferas da Igreja, para a ala conservadora o posicionamento do Papa assustou, o que denota o conflito de poder dentro do campo católico. Por essa rejeição, pode-se entrever o porquê do descaso com o estudo e a divulgação da mencionada Encíclica.

Identifiquei os princípios católicos em relação ao consumo desde a primeira comunidade cristã até a posição do atual pontífice, que conclama a um resgate do essencial diante do mercado de consumo, do qual o campo católico não está isento.

No segundo capítulo, procurei compreender como se configura a sociedade de consumo atual e sua relação com os princípios católicos, verificando o quanto as instituições ainda influenciam e geram coesão e solidariedade. Procurei entender como se dão as construções de sentido voltado para o consumo na comunidade católica da Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Brasília em relação aos princípios cristãos.

Busquei particularmente nos teóricos: Bourdieu, as ferramentas necessárias para entender como se constitui o *habitus* e a relação dos indivíduos com os grupos primários e secundários; Bauman, o entendimento da liquidez que se impõe tornando o indivíduo mero consumidor; Lipovetsky, como a hipermodernidade afeta as pessoas e como essas são manipuladas pela sociedade de consumo, pela globalização e pelo capitalismo; e em Baudrillard, que analisa como o privilégio está estruturalmente interconexo com a penúria, e devido à lógica da mercadoria tanto as funções como as necessidades encontram-se objetivadas e manipuladas visando o lucro.

Neste mesmo capítulo apresentei a comunidade da Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Brasília, igreja que faz parte do patrimônio histórico da cidade, e que congrega em seus quadros funcionários públicos, comerciantes e prestadores de serviço. A comunidade é coordenada pelos Freis Franciscanos Capuchinhos que acolheram a pesquisa com muito carinho e prontidão assim como a comunidade.

Concluí o capítulo segundo trazendo os documentos atuais da Igreja Católica em relação ao consumismo e os diálogos que precisam ser instaurados: sobre o meio ambiente na política internacional; para novas políticas nacionais e locais; transparência nos processos decisórios; política e economia em diálogo para a plenitude humana; e entre as religiões com as ciências, para que o atual cenário de consumo exacerbado seja revertido, e que se instaure práticas sustentáveis que possibilitem uma nova economia.

Finalmente, no terceiro capítulo, me propus a verificar, como se dão as construções de sentido voltado para o consumo na comunidade católica da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima em Brasília em relação aos princípios cristãos.

Para a obtenção desse objetivo, vali-me da coleta das cartas de intenções deixadas na urna posta aos pés da imagem da padroeira, Nossa de Fátima e da aplicação do questionário semiestruturado proposto pessoalmente a trinta fiéis da comunidade.

Os dados das cartas de intenções foram confirmados pelos questionários, demonstrando a centralidade do grupo primário, a família, tanto nas petições quanto na relação de consumo. Essa foi a grande surpresa, pois tanto as cartas de intenções, como a resposta do que é essencial para os participantes da pesquisa apontam a família e todo o bem que tenha relação com ela.

A hipótese inicial dessa pesquisa tratava de um relativo desconhecimento da Doutrina Social da Igreja Católica, particularmente da Encíclica *Laudato Si'* (Papa Francisco, 2015), o que leva os fiéis católicos a terem uma atitude prática diferente da orientação doutrinal. O desconhecimento do corpo doutrinal faz com que os fiéis assumam uma conduta de consumo parecida com os não crentes. Com relação aos fiéis pesquisados, por estarem em uma região de classe média em Brasília, suas súplicas a Deus e a Nossa Senhora de Fátima (padroeira da comunidade) passam também pelo desejo de possuir mais e de resolver problemas no âmbito financeiro.

A hipótese foi em parte confirmada, pois de fato há um desconhecimento da Doutrina Social da Igreja, particularmente da *Encíclica Laudato Si'*, 53% dos entrevistados ouviram falar da *Encíclica Laudato Si'* (Gráfico, 26) e 90% dos pesquisados não a leram (Gráfico29).

Não obstante esse dado, constatei que os fiéis possuem práticas de vida sustentável e 71% atestam que a ética de sua religião influencia suas atitudes de consumo e essa se expressa concretamente das seguintes formas: 23% praticam a caridade; 19% consumo consciente; 10% pelo consumo consciente; 10% sem exagerar, e com menos de 5% seguindo o que se prega, pensando antes de consumir, cuidando dos empregados, nutrindo o espírito comunitário, em todas coisas e naturalmente.

Tal consciência, no que tange a práticas de sustentabilidade, no entanto, se dá mais pela organização legal da sociedade (coleta seletiva, economia de água, uso de

descartáveis ecologicamente corretos), do que por uma educação recebida nos momentos cúlticos da igreja.

Percebi que o *habitus* realmente é internalizado mesmo que os fiéis não tenham consciência do quanto são influenciados e suas práticas reproduzem as representações sociais e as narrativas alimentadas pelo imaginário coletivo. É bem possível que apontem a família como bem maior, mas nas suas práticas, são guiados ainda pela coerção da lei.

Tal fato é evidenciado, por exemplo, pela não reutilização do óleo (63% não o reciclam) e a compostagem (41% não a praticam); como não é algo normatizado pela sociedade local, não a práticas sustentáveis em relação a isso.

As preocupações com as questões financeiras não foram evidenciadas pois, 78% das petições se referem a questões do âmbito espiritual e 75% responderam que seu principal apego é à família. Apenas 16% quando pedem pela família pensam em: emprego, moradia, conforto, alimentação, vestuário, estabilidade financeira, e 37% ao rezar pela família pedem bens espirituais: amor, paz, liberdade, alegria, caridade, união, livramento, ética, valores e honestidade, e ainda mais especificamente relacionada à prática religiosa: 20% pedem: Deus, fé, sacramentos.

Se apenas 20% pedem aumento de aspectos relacionados a crença pode-se haurir desse dado o quanto o aspecto religioso mesmo que inflacionado em suas manifestações cada vez mais diversificadas e bricoladas, não ecoam tanto quando sentem a necessidade de depositar a confiança ou as necessidades pessoais.

Sabedora desse esvaziamento da fé que gera o desencantamento, a Igreja Católica como parte do tecido social, tenta se reinventar, não de forma homogenia, pois ela mesma possui seus conflitos internos e jogos de interesses. É notório que coexiste dentro do subgrupo católico conservadores (atidos às velhas práticas autoritárias e centralizadoras) e progressistas (os assumem a posição defendida ao longo de milênios por grupos zelosos do carisma, pela Doutrina Social da Igreja e atualmente pelo sumo pontífice).

Parece que se a Igreja Católica pretende ainda influenciar na construção subjetiva e de conduta dos sujeitos no mundo contemporâneo precisa rever suas estruturas e propor-se uma vez mais a estabelecer diálogo constante, insistente, comprometido e terno com todos os interlocutores que defendem a vida do planeta e dos seres humanos.

Portanto, considerado o valor e a consideração dada ao grupo primário por essa comunidade, a família ainda se constitui como um terreno fértil para implantar

sempre mais a cultura do bem viver, proposta por Jesus Cristo nas Bem-Aventuranças e ratificada ao longo de milênios pela Doutrina Social da Igreja, e mais uma vez proposta como estilo de vida possível e desejável pela *Encíclica Laudato Si'*.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. Tradução Dirceu Lindoso. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *Transição Religiosa – Católicos abaixo de 50% até 2022 e abaixo do percentual de evangélicos até 2032 - 06 Dezembro 2018*. In. Revista IHU on-line Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585245-transicao-religiosa-catolicos-abaixo-de-50-ate-2022-e-abaixo-do-percentual-de-evangelicos-ate-2032>. Acesso em: 20 maio de 2020.

ANDRADE, Péricles. Agência e Estrutura: o conhecimento praxiológico em Pierre Bourdieu. **Estudos de Sociologia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. V. 12, N. 12, jul/dez. 2006. p. 97-118.

ANDRADE, Péricles; PESSOA, S. L.; SILVEIRA, E. J. S. . No caminho de uma teoria da religião em Bourdieu: as apropriações marxianas. **HORIZONTE: REVISTA DE ESTUDOS DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (ONLINE)**, 2020. p. 775-800.

ARQUIDIOCE DE BRASÍLIA. *Plano de Pastoral 2017-2020*. Igreja em Brasília, uma Igreja Missionária. “Eis-me aqui; envia-me!”. Inconfidência: Brasília, 2017.

ARTIFON, Simone; PIVA, Maristela. *Endividamento nos dias atuais: fatores psicológicos implicados neste processo*. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0771. Acesso em: 29 set. de 2020.

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. *A Idolatria do mercado*. Ensaios sobre Economia e teologia. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 306 e 310.

BACH, Maurizio. Carisma e racionalismo na sociologia de Max Weber. **Sociol. Antropol.** vol. 1 no. 1 Rio de Janeiro Jan. /June 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223838752011000100051. Acesso em: 10 out. de 2020.

BARBOSA, Livia Nees de Holanda; DRUMMOND, José Augusto. *Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 265-289, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1987>. Acesso em: 20 set. de 2019.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD; Neide Aparecida de Souza. *Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica*. 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. 2ª. ed. Portugal: Edições 70, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BARBAULT, Robert. *Ecologia geral: estrutura e funcionamento da biosfera*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARBOSA, Livia & CAMPBELL, Colin (org). *Consumo, cultura e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. *Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno*. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/351703052121131658/>. Acesso em: 2 fev. de 2020.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 2000. BENZECRY, Daniela. *Sentimentos, valores e espiritualidade: um caminho junguiano para o desenvolvimento espiritual*. Petrópolis: Vozes, 2016.

BERRÍOS, Manuel Rolando. Reflexões sobre o consumo e o consumismo. In. CORTEZ, Ana Tereza Caceres; ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri. *Consumo Sustentável: conflitos entre necessidade e desperdício*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. *Tradução de Gilberto da Silva Gorgulhos (Coord.)*. 7ª imp. São Paulo: Paulus, 1995.

BINGERMER, Maria Clara; SUSIN, Luiz Carlos. *Caminhos de libertação: Alegrias e esperanças para o futuro*. Petrópolis: Concilium /Vozes, 2014.

BOFF, Clodovis. *O livro do sentido. Crise e busca de sentido hoje*. São Paulo: Paulus, 2014.

BOFF, Leonardo. *Ecologia, mundialização, espiritualidade*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

BOFF, Leonardo. *Mística e espiritualidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

BOFF, Leonardo. *Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar. Ética do humano – compaixão pela Terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOLDINI, Bernado. *Lo Spirito Santo serve ancora?* Borgosatollo: FDA Eurostampa, 1994.

BONATELLI, Andréa. *Cultura do Bem Viver* é tema de Assembléia Nacional da Propagação da Fé. Disponível em: http://www.pom.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4731:a-cultura-dobem-viver-e-tema-da-assembleia-nacional-da-propagacao-dafe&catid=15:juventudemissionaria&Itemid=110. Acesso em: 05 maio de 2016.

BOURDIEU, Pierre. *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *Quelques proprietes des champs*. In. BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 65.

BOURDIEU, Pierre. *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu avec Löic Wacquant; réponses*. Paris: Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma Teoria da Prática*. In. ORTIZ, Renato (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Meditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Capital Cultural, Escuela y Espacio Social*. Mexico: Siglo Veinteuno, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Propos sur le champ politique*. Lyon: 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O Senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRIGHENTI, Agenor. *A missão evangelizadora no contexto atual*. São Paulo: Paulinas, 2006.

BRITO, Rafaela S. *A relação entre ética ambiental e a carta encíclica Laudato Sí'*. Terra Mundus, Editorial da Universidade de Negócios e Ciências Sociais. 2. RS, 2015. Disponível em: <http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/handle/123456789/3410>. Acesso em: 12 fev. de 2020.

CAMPBELL, Colin. 1904-1987. *O poder do mito / Joseph Campbell, com Bill Moyers; org. por Betty Sue Flowers. Tradução de Carlos Felipe Moisés*. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CAMPBELL, Colin. *O consumidor artesão: cultura, artesanía e consumo em uma sociedade pós-moderna*. In. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*. n. 1 (2 sem. 95). Niterói: Ed. UFF, 1995.

CAMPBELL, Colin. *A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

CAMPBELL, Colin. *A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CAMPBELL, Colin (orgs.). *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Disponível: <https://books.google.com.br/books?id=k-6wqA6ytF4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 2 fev. de 2020.

CAMPIGOTO, José Adilçon. *Interpretação de textos, de história e de intérprete*. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01020188200300020. Acesso em: 20 jun. de 2020.

CANTALAMESSA, Raniero; GAETA, Saverio. *O sopro do Espírito*. São Paulo: Paulus / Ave Maria, 1998.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, Félix Barros *et al.* *Marketing Religioso e Relações de Consumo: um estudo qualitativo sobre fidelidade no universo cristão*. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA. A pesquisa aponta a religião como uma prestadora de serviços, na qual os fiéis adquirem, consomem os bens que ela oferece. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2761-1.pdf>. Acesso em: 20 out. de 2020.

CAREGNATO, Catalina Aquino; MUTTI, Regina. *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 7 fev. de 2021.

CASANOVA, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994;

CASANOVA, José. **Public Religions Revisited**. Berlin: Heinrich-Böll Foundation; UNRISD, 2009;

CASANOVA, José. Reconsiderar la secularización: una perspectiva comparada mundial. **Relaciones Internacionales**, Madrid, n. 7, 2008.

CASTILHO, José M. *Espiritualidade para insatisfeitos*. São Paulo. Paulus. 2012.

CASTRO. Júlio Cesar Lemes de. *Sob o signo de Narciso: identidade na sociedade de consumo e no ciberespaço*. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/5794/3040>. Acesso em: 20 fev. de 2021.

CASTRO. Júlio Cesar Lemes de. "Educação", in TRIGUEIRO. A. (org.). *Meio Ambiente no século XXI*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Ed. Paulinas; Ed. Vozes; Ed. Loyola; Ed. Ave Maria. 7ª ed., 1997. CNBB. DGAE 2019-2023, Doc. 109. 2019.

CELAM. Documento de Aparecida. São Paulo: Paulus, 2007.

CELAM *Conclusões da Conferência de Santo Domingo*, 1992: nova evangelização, promoção humana, cultura cristã. São Paulo: Loyola, 1992.

CERIA, Eugenio. *Memorie Biografiche*, XVI, 1935. p. 385-394.: https://donboscosanto.eu/memorie_biografiche/index.php. Acesso em: 20 jan. de 2021.

COLEÇÃO PATRISTICA. *Carta a Diogneto*. Aristides de Atenas, Taciano, o Sírio, Atenágoras de Atenas, Teófilo de Antioquia, Hermias, o Filósofo (Volume 2). Paulus, São Paulo, 1997.

COMBLIN, José. *Pastoral urbana: o dinamismo na evangelização*. Petrópolis: Vozes, 1999.

COMISSÃO DA CARTA DA TERRA. *Carta da Terra*, 2000. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf. Acesso em: 20 jul. de 2015.

CNBB. *Fraternidade e Amazônia. Manual da Campanha da Fraternidade*. Brasília-DF, 2007.

CNBB. Regional Norte 2. *Vida sustentável na Amazônia*. Caderno 3, da comissão para a evangelização na Amazônia (CREAM), Belém-PA, junho 2014.

CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora 2019-2023 – Doc, 109, Brasília: Editora CNBB, 2019.

CONEGERO, Daniel. *A região da Galileia na Bíblia*. Disponível em: <http://www.triada.com.br/espiritualidade/cristianismo/aq173-204-214-1-galileia-o-berco-do-cristianismo.html>. Acesso em: 19 jun. de 2017.

COOLEY, Charles Horton. (1909). *Social organization: A study of the larger mind*. New York: Charles Scribner's Sons. Dewey, John (1916/1929). Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/567/56711302.pdf>. Acesso em: 14 fev. de 2021.

CORRÊA, Pedro H. G. *O poder espiritual e o poder temporal no discurso filosófico da Idade Média*. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo7/GUIMARAES_Pedro.pdf : Acesso em: 7 dez. de 2020.

CREMADES, Jacinta. *Entrevista com Gilles Lipovetsky*. El Cultural. Tradução Cepat. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596138-as-solucoes-virao-da-inteligencia-nao-da-moral-avalia-gilles-lipovetsky>. Acesso em: 20 maio de 2020.

CROSSLEY, Nick. *Casse Socia*. In. Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais/ editado por Michael Grenfell: tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

CRUZ, E. R. (org.). *Teologia e ciências naturais*. Teologia da criação, Ciências e Tecnologia em diálogo. São Paulo: Paulinas, 2011.

DANIELI, Giuseppe. *Mateus*. São Paulo: Paulinas, 1990, p. 73.

DANTAS, Marcelo; BOFF, Leonardo. *Seminário Desenvolvimento e Meio Ambiente: Conciliáveis*. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o Instituto de Economia (IE) da UFRJ. Por migraportal. 28 de outubro de 2010 às 18:11. <https://conexao.ufrj.br/2010/10/28/leonardo-boff-aponta-as-contradicoes-entre-consumo-e-sustentabilidade/>. Acesso em: 10 maio de 2020.

DELEUZE, Gilles. *Qu'est-ce qu'un dispositif ?*. In. *Michel Foucault Philosophe* (Rencontre Internationale). Paris: Seuil, 1989, p. 185/195, esp. p. 185/186.

DESCARTES, R. *Discurso do Método*. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo, SP: Editora Escala, 2009.

CNBB. *"Principia philosophiae"*. In. ADAM, Ch. & TANNERY, P. (eds.). *Oeuvres de Descartes*. Vol. VIII/1. Paris, Vrin, 1982.

DOUGLAS, Mary. *O Mundo dos Bens*. Para uma Antropologia do Consumo. Tradutor: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da Vida Religiosa*. Trad. Paulo Neves Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Trad. Eduardo Brandão. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 13-109.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. In LANDER, E. (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 1993.

EDWARDS, Denis. *A Terra como Criação de Deus*. A Teologia do Mundo Natural no Papa Francisco 'Laudati Si'. *Phronema*. vol. 31, 2ª ed., p. 1-16. 2016.

EFING, Antônio Carlos. *Consumo Consciente e o combate ao tabagismo: reconhecimento jurídico da responsabilidade dos fornecedores*. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/antonio_carlos_efing.pdf. Acesso em: 21 set. de 2015.

ELIZONDO, Feliza. *Por uma ascética secular*. Petrópolis: *Grande Sinal*, Instituto Teológico Franciscano, julho – agosto, 1997.

FARIA, Marcos Alexandre R. G. Faria (2019). *Introdução a Hermenêutica*. Disponível em: marcosalexandre@brturbo.com.br. Acesso em: 20 nov. de 2020.

FREIRE, Amanda Menezes; LONDERO, Rodolfo Rorato. *Publicidade e antropologia do consumo: as contribuições de Grant McCracken*. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-1263-1.pdf>. Acesso em: 11 jun. de 2018.

FERRARO, Benedito. *Jesus e os marginalizados do seu tempo*. Disponível em: <http://www.vidapastoral.com.br/autor/b/benedito-ferraro/jesus-e-os-marginalizados->

do-seu-tempo. Publicado em novembro-dezembro de 2020 - ano 61 - número 336 - pg. : 4-11.Acesso em:

FERREIRA, Heline Sivini. *Do Desenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: um dos desafios lançados ao estado de direito ambiental na sociedade de risco*. In. LEITE, José Rubens Morato. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/principios_direito_ambiental_EDUCS_ebooks_2.pdf. Acesso em: 10 de fev. 2020.

FERREIRA, Heline Sivini; CAETANO, Matheus Almeida (org.). *Repensando o estado de direito ambiental*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

FERREIRA, Joel; COELHO, Alexandre de Siqueira Campo (orgs.). *Um só em Cristo Jesus- Gálatas 3, 26-28*. Goiânia:Ed. Espaço Acadêmico, 2019.

FERREIRA, V. R. de M. *Psicologia Economica: estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FOLLMANN, José Ivo. *Trânsito religioso e o "permanente peregrinar"*. Entrevista especial com José Ivo Follmann. 2012. Disponível em:<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/513484-transito-religioso-e-o-permanente-peregrinar-entrevista-especial-com-jose-ivo-follmann>. Acesso em: 17 nov. de 2019.

FONTES FRANCISCANAS. Santo André - SP: Ed. Mensageiro, 2004.

FORTE, Bruno. *A porta da beleza: por uma estética teológica*. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

FOUCAULT, M. (1966). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

FRANCISCO. *Encíclica Evangelii Gaudium*. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013.

FRANCISCO. *Alegrai-vos - Carta Circular aos Consagrados e Consagradas*. São Paulo: *Encíclica Laudati Si'*. Sobre o cuidado da casa comum. Brasília: Edições CNBB, 2015.

FRANCISCO. *Alegrai-vos - Carta Circular aos Consagrados e Consagradas*. São Paulo: Paulinas. 2015.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Pós-sinodal querida Amazônia* do santo padre Francisco ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_html2020_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia. Acesso em: 20 abr.de 2021.

FRANCISCO. *Encíclica Fratelli Tutti*. Sobre a fraternidade e a amizade social, 2020. São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO. *Bênção apostólica "urbi et orbi"*. Primeira saudação do papa Francisco. Disponível em: <http://www.vatican.va>

va/content/francesco/pt/speeches/2013/march/documents/papa-francesco_20130313_benedizione-urbi-et-orbi.html. Acesso em: 10 fev. de 2020.

FRANCISCO. na Igreja e no mundo contemporâneo. Relatório final do Sínodo dos Bispos ao santo padre Francisco. Cidade do Vaticano. 24 de outubro de 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20151026_relazione-finale-xiv-assemblea_po.html. Acesso em: 10 abr. de 2021.

FREIRE DIAS, G. *Ecoperceção*. São Paulo: Gaia, 2003.

FREUD, Sigmund (1996b). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. In J. Strachey, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905).

FRIGÉRIO, Tea. *Os evangelhos*. Partilha, serviço e amor. Curso popular de Bíblia. São Leopoldo: CEBI, 2012.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GADAMER, Hans-Georg. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. vol. 23, n. 46. São Paulo 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000200010>. Acesso em: 10 jun. de 2020.

GALEANO, Eduardo. *O império do consumo*. Carta Capital. Disponível em: <http://www.patriagrande.net/uruguay/eduardo.galeano/cronicas.htm>. Acesso em: 10 jun. de 2020.

GALVÃO, Fabricio Scaff. *A Centralidade do Consumo e Experiência Mercantilizada: Inquietações do Sujeito na Modernidade*. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/galvao-fabricio-fragmentacao-do-sujeito.pdf>. Acesso em: 15 fev. de 2020.

GEERTZ, C, A interpretação das culturas. Rio de Janeiro - RJ: LTC - Livros técnicos e científicos Editora S. A., 1989.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria A. S. *Questões de método na construção da pesquisa em educação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIANNETTI, Eduardo. *Felicidade: Diálogos sobre o bem estar da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras 2002.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Weber*. Lisboa. Presença, 1984a.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Uma breve, porém crítica introdução. Zahar. Rio de Janeiro, 1984b.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.

GIULIODORI, Claudio; MALAVASI, Pierluigi. *Ecologia integrale. Laudati Si'*. Ricerca, formação, conversão (Italiano). Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Ecologia-integrale-Laudato-formazionconversione/dp/883433227X>. Acesso em: 05 de mai. 2016.

GOFFI, Tullo. *Problemas e perspectivas de espiritualidade*. São Paulo: Loyola, 1992.

GOMES, Daniela Vasconcellos. *O consumo na sociedade contemporânea: entre o ter e o ser*. Disponível em: <https://www.advogadosdosul.adv.br/site/index.php/artigos-jornais/entre-o-ter-e-o-ser.html>. Acesso em: 10 set. de 2020.

GOMES, Paulo Roberto. *Espiritualidade libertadora*. Petrópolis: Grande Sinal, Instituto Teológico Franciscano, maio - junho, 1997.

GOFF, Tullo. *Problemas e perspectivas de Espiritualidade*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 381.

GOMES, Paulo Roberto. *Espiritualidade libertadora*. Petrópolis: Grande Sinal, Instituto Teológico Franciscano, maio - junho, 1997.

GUTIÉRRES, Gustavo. *Beber no próprio poço: itinerário espiritual de um povo*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 15.

GUTIÉRREZ, Julio César Alvarez. *Relación entre ecología y vulnerabilidad en la Encíclica Laudato Si', del Papa Francisco*. Madrid - Junio del 2016.

HADDAD, Victor. *Jesus em Mateus*. Aparecida do Norte: Editora Santuário. 1980.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes, 2006.

HERVIEU-LEGÉR, Danièle *Le pèlerin et le converti - La religion em mouvement*. Imprimé em France, Flammarion, 1999.

HEVIEU-LEGÉR, Danièle. *O peregrino e o convertido. A religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.

HEVIEU-LEGÉR, Danièle. *A mística em algumas formas de manifestações religiosas*. Artigo apresentado no GT 21. A religião, novos e antigos contornos, repensando teorias, métodos e formas de classificação. XVII Jornadas Sobre alternativas Religiosas na América Latina, Porto Alegre/RS, 2013.

HOLDEN, Humberto. *O Sermão da Montanha*. 5ª ed. São Paulo: Alvorada, 2012.

HUANACUNI, Fernando. *Agenda Latino Americana Mundial 2012*. Disponível em: <http://latinoamericana.org/digital/2012AgendaLatino-americanaBrasil.pdf>. Acesso em: 5 maio de 2016.

HUBERT, Henri e MAUSS, Marcel. *Sobre o sacrifício: tradução*: Paulo Neves. São Paulo, SP. Cosac Naify, 2005.

INSTITUTO AKATU. *Por um consumo consciente*. Disponível em: <https://www.akatu.org.br>. Acesso em: 22 jun.de 2015.

JOÃO XXIII. Documentos de João XXIII. São Paulo: Paulus, 1997.

JOÃO PAULO II. Encíclicas de João Paulo II. São Paulo: Paulus, 1997.

JUNIOR, Manoel Ribeiro de Moraes. *Razão, pensamento e sociedade*: reflexão a partir de Jean Baudrillard. UEPA. PA. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/64150>. Acesso em: 20 jun. de 2020.

JUNIOR, Francisco de Aquino. **Viver segundo o Espírito de Jesus Cristo: espiritualidade como seguimento**. São Paulo: Paulinas, 2014.

JUNGES, J. R. (Bio) *Ética ambiental*. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

LACAN, J. *O estádio do espelho como formador da função do eu como nos é revelada na experiência psicanalítica*. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 1998.

LANCELLOTTI, Angelo. *Comentário ao Evangelho de Mateus*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

LANTERNARI, Vittorio. *As religiões dos oprimidos*. Um estudo dos modernos cultos messiânicos: tradução Geraldo Gerson de Souza. Coleção debates. São Paulo-SP: Editora Perspectiva, 1974.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. 1985. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2009. BARBAULT, Robert. *Ecologia geral: estrutura e funcionamento da biosfera*. Petrópolis: Vozes, 2011.

LEONARD, Annie. *A História das Coisas*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NfhVnDDWcro>. Acesso em: 2 jun. de 2020.

LIMA, Leticia Salem Herrmann. *O papel do consumo na construção do habitar imaginário feminino apresentado no filme "Confessions of a Shopaholic"*. Licença Creative Commons. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S087455602010000200006&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 29 abr. de 2018.

LIMA, Leticia Salem Herrmann. *O papel do consumo na construção do habitar imaginário feminino apresentado no filme "Confessions of a Shopaholic"*. Licença Creative Commons. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S087455602010000200006&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 29 abr. de 2018.

LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxo: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOPES, Mauro. *Jesus e seu programa subversivo –as bem-aventuranças*. Revista eletrônica Paz e Bem. Ano C. Ano Litúrgico Celebrações dos santos e santas Igreja-6 de Novembro, 2016 Disponível em: <https://pazebem.org/liturgia-da-palavra/497/jesus-e-seu-programa-subversivo-as-bem-aventurancas/>. Acesso em: 13 dez. de 2020.

LOCKE, John. *An Essay of Human Understanding*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University, 1999.

LÓPEZ, José Manuel Caamano. *A encíclica "Laudato si'" e a teologia moral"* (Ensaio) URI, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11531/17675>. Acesso em: 05 maio de 2020.

LUIZ, Eliano. Entrevista. Disponível em: www.cancaonova.com/portal/canais/entrevista. 18/04/2011. Acesso em: 2 jun. de 2020.

KERBER, G. *O ecológico e a teologia latino-americana*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

KORSCH, Dietrich. *Laudati Si'. Artig Laudati Si'*. Eine protestantische lektüre. Antonianum, ISSN 0003-6064, n. 4 (October-December), 2016. págs. 887-901.

KÜNG, Hans. *A Igreja tem Salvação?* Tradução: Saulo kriguer. São Paulo: Paulus, 2012.

KUZMA Cesar. Revista IHU on-line 13 março 2020 Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597075-desafios-de-uma-igreja-em-saida-avancos-e-resistencia-em-sete-anos-de-papa-francisco>. Acesso em: 10 maio de 2021.

MAÇANEIRO, Marcial. *Religiões & Ecologia: cosmovisão, valores, tarefas*. São Paulo: Paulinas, 2011.

MAÇANEIRO, Marcial. *Ecologia, fé e justiça social: para uma recepção da encíclica Laudati Si'* de Papa Francisco. Vol. 41, n. 163 (2015).

MCCRACKEN, Grant. *Cultura e consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v47n1/a14v47n1.pdf>. Acesso em: 2 de jun. de 2020.

MACROPLAN, Rodrigo Ventura. *Prospectiva, Estratégia e Gestão* Agosto de 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marco-Ferreira-12/publication/273166492_Consumo_por_idosos_nos_arranjos_familiares_unipessoal_e_residindo_com_o_conjuge_uma_analise_por_regioes_do_pais_a_partir_de_dados_da_POF_20082009/links/57e433ac08ae06097a0bf6d2/Consumo-por-idosos-nos-arranjos-familiares-unipessoal-e-residindo-com-o-conjuge-uma-analise-por-regioes-do-pais-a-partir-de-dados-da-POF-2008-2009.pdf. Acesso em: 10 abr. de 2021.

MALAVASI, Pierluigi; GIULIODORI, Claudio. (eds.). *Ecologia Integrale. Laudati Si'*. Ricerca, formazione, conversione, Vita e Pensiero, Milano 2016: 168. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10807/95611>. Acesso em: 20 de abr. de 2020.

MANDATO, Fabio (27/09/2015). *Discurso de papa Francisco aos bispos americanos*. Disponível em: <https://www.paroladivita.org/Chiesa/Francesco-la-cultura-del-consumo-ci-spinge-a-non-fidarcipi-di-nessuno>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

MANTOVANI, Alexandre. *Pessoa e performance: drama social e sujeito plural*. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v9n18/v9n18a02.pdf>. Acesso em: 9 agos. de 2019.

MARINHO, Thais Alves. *Cultura e economia: a busca de uma teoria do consumo*. Soc. estado, v. 23, n. 3, p. 761-766, 2008. Editora: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/27268>. Acesso em: 10 abr. de 2019.

MARINHO, Thais Alves. *Subjetividade e Memória Social: uma abordagem transdisciplinar*. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/CMD/article/view/24964/17872>. Acesso em: 20 abr. de 2011.

MARINHO, Thais Alves. *As redes de consumo entre os Kalunga: Da sociedade de consumo ao Neotribalismo*. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1485480024_ARQUIVO_ANPUH-artigoCompleto.pdf. Acesso em: 11 jun. de 2018.

MARX, Karl; e Engels, Friedrich. *A Sagrada Família, ou a crítica da crítica crítica*. Lisboa, Presença, 1976.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *Manuscrito econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Sel. : José Arthur Giannotti; Tradução: José Carlos Bruni (et al). Col. Os pensadores 4ª ed. São

MARX, Karl. *O Capital. Tradução de Reginaldo de S'Ana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 1. Vol. 1, 1998.

Paulo: Nova Cultural, 1987.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*. In. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 61-130.

MATEUS, Juan; CAMACHO, Fernando. *O Evangelho de Mateus. Leitura Comentada*. São Paulo: Paulinas, 1993.

MATEOS, Juan- SJ. *O Evangelho de Mateus: Leitura comentada*. São Paulo, Paulinas, 1993.

MIGUELES, Carmem (org.). *Antropologia do Consumo: Casos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MIGUEZ, Néstor; RIEGER, George; SUNG, Jung Mo. *Para além do espírito do império. Novas perspectivas em política e religião*. Tradução: Gilmar Saint' Clair ribeiro e Barbara T. Lambert. São Paulo: Paulina, 2012.

MILARÉ, Édís. *Direito do Ambiente: a Gestão Ambiental em Foco*. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE [MMA]. *Convenção da Diversidade Biológica CDB* [online]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convencao-da-diversidade-biologica>. Acesso em: 9 de set. de 2015.

MOLTMANN, J. Dios en la creación. Doctrina ecológica de la creación. Sígueme: Salamanca, 1987.

MORAES, M. C. *Ecologia dos saberes*. Complexidade, transdisciplinaridade e educação. São Paulo: Antakarana/WHH, 2008.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social* / Serge Moscovici: editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. -5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MURAD, Afonso (org). *Ecoteologia: um mosaico*. São Paulo: Paulus, 2016.

MURAD, Afonso; TAVARES, Sinivaldo Silva (orgs). *Cuidar da Casa Comum*. Chaves de leitura teológicas e pastorais da Laudato Si'. São Paulo: Paulinas, 2016.

MURAD, Afonso. *Laudati Si' e a Ecologia Integral*. Um novo capítulo da Doutrina ZSocial da Igreja. Vol. 43, Núm. 168. 2017 . Murad Revista CEBITEPAL. Medellín. Disponível em: <http://documental.celam.org/medellin/index.php/medellin/article/view/183>. Acesso em: 22 jul. de 2020.

MURAD, Afonso. *Contemplar la belleza, garantizar la casa común*. Una llamada a la vida consagrada en Laudato Si". Revista CLAR, a. LIV, n. 4 , 2016. 44-57.

NALINI, José Renato. *Ética Ambiental*. Campinas, SP: Millenium Editora, 2001.

NERI, Marcelo. **Novo Mapa das Religiões**. Rio de Janeiro:FGV;CPS (2011). Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/rel3/REN_texto_FGV_CPS_Neri.pdf. Acesso em: 10 de maio, 2021.

NOLETO, Rafael da Silva & ALVES, Yara de Cássia. 2015. "Liminaridade e communitas - Victor Turner". In. *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/liminaridade-e-communitas-victor-turner>. Acesso em: 10 jul. de 2020.

NÚÑEZ, Martín Carbajo. *Desafios éticos globais à luz da Encíclica Laudato e do Jubileu da Misericórdia*. Antonianum, n. 2 (Aprilis - Iunius), 2016, págs. 333s. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/didaskalia/article/view/3230>. Acesso em: 10 mar. de 2019.

O'DEA, Thomas F. *Sociologia da religião*. São Paulo 1969, p. 55-75.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. *Illusio: aquém e além de Bourdieu*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200008. Acesso em: 2 jun. de 2020.

OLIVEIRA, Irene Dias de. *O Prisma Multicultural e a religião*. In. *Religião e as teias do multiculturalismo*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu. *In*: TEIXEIRA, Faustino (org.). **Sociologia da religião**: enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 177-197.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro; SOUZA, José Carlos de (org.). *Consciência planetária e religião: desafios para o século XXI*. São Paulo: Paulinas, 2009.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2001.

ORTIZ, Renato. *Anotações sobre religião e globalização*. Revista Brasileira de Ciências sociais - vol. 16 n. 47.

PAGOLA, José Antônio. *O caminho aberto por Jesus Cristo*. Petrópolis: Vozes, 2013.

PAGOLA, José Antônio. *Jesus. Aproximação histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PANIKAR, R. *Ecosofía*. Para una espiritualidade de la tierra. Madrid: San Pablo, 1994.

PASSOS, Luana Paula Peixoto Aglio dos. *O sujeito do consumo*. Intratextos. Rio de Janeiro, 3(1): 111-123, 2011.

PASSOS, J. D (org). *Diálogos no interior da Casa Comum*. Recepções interdisciplinares sobre a encíclica *Laudati Si'*. São Paulo: Paulus, 2016.

PASSOS; Luana Paula Peixoto Aglio dos; CARNEIRO, Teresa Cristina Janes; SANT' ANNA, Sérgio Robert de. *O sujeito do consumo: Algumas Reflexões à Luz de Giddens, Bourdieu e Sahlins*. Intratextos. Rio de Janeiro, 3(1): 111-123, 2011.

PAULO VI. *Documentos de Paulo VI*. São Paulo: Paulus, 1997.

PEDRO, Arlindenor. *Joseph Campbell, que ajudou a ver além da razão*. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/joseph-campbell-que-ajudou-a-enxergar-alem-da-razao>. Acesso em: 3 de abr. de 2020.

PENA-VEGA, Alfredo. *O despertar ecológico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

PEREIRA, Simone. *Descobrimo o caminho da espiritualidade*. São Paulo: Paulus, 1999.

PEREZ, Léa Freitas. Horizonte, v. 8, n. 17, p. 146-155, abr. /jun. 2011. *Algumas notas sobre religião e cultura do consumo*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271295136_Algumas_notas_sobre_religiao_e_cultura_de_consumo_Some_notes_on_religion_and_consumer_culture_-_DOI_105752P2175-58412010v8n17p146. Acesso em: 20 out. de 2020.

PINHEIRO. Gabriel (2013). *Galiléia: o berço do cristianismo*. Disponível em: <https://www.jornalevolucao.com.br/textos/17602/1/galileia-o-berco-do-cristianismo#.X7AehGhKjIU>. Acesso em: 19 jun. 2017

POLON, Laura Caroline Kunast. *Sociedade de consumo ou consumo da sociedade? Um mundo confuso e confusamente percebido*. Anais do 5º Seminário Nacional de

Estado e Políticas Sociais: As políticas sociais nas transições latino-americanas no Século XXI. Cascavel, 2011.

PONTES, Clara Machado. *Da estética à hermenêutica: modelos da compreensão em Gadamer*. Orientadora. Claudia Pellegrini Drucker. Florianópolis-SC. Dissertação. UFSC, Centro de Filosofia e ciências Humanas. Programa de pós-graduação em Filosofia, 2016.

PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.

PRANDI, Reginaldo. *O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso*. Dossiê Religiões no Brasil. Estud. av. vol. 18 no. 52 São Paulo Sept. /Dec. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300015>. Acesso em: 10 fev. de 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Consumo Sustentável*. Tradução de Admond Ben Meier. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente: IDEC: CI, 1998.

RAMIREZ Hernan Cardona; OÑORO, Fidel. (2011). *Jesus de Nazaré no Evangelho de São Mateus*. Medellín: Pontifícia Universidade Bolivariana.

RAVIART Michel. *O consumismo é um vírus que ataca a fé*. Città del Vaticano. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/it/papa/news/2019-12/papa-francesco-messa-congo-consumismo-pace.html>. Acesso em: 10 fev. de 2020.

REBELO Margarida; MATIAS, Catarina; MONTEIRO, Maria Benedicta. *Efeitos da recategorização e da descategorização na redução do enviesamento intergrupar: A perspectiva do desenvolvimento infantil*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17575/rpsicol.v16i2.484>. Acesso em: 9 agos. de 2020.

RENAN, Ernest. "O que é uma nação?" Trad. de Glaydson José Martins. In. Revista. Aulas, v. 1 n. 2, 2006. p. 87-101.

RETONDAR, Anderson Moebus. *O império do hedonismo: sociedade de consumo e publicidade na era do globalismo*. Campinas. SP, 2003.

RETONDAR, Anderson Moebus. *A (re) construção do indivíduo: a sociedade de consumo como "contexto social" de produção de subjetividades*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v23n1/a06v23n1.pdf>. Acesso em: 11 jun. de 2018.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Diversidade cultural enquanto discurso global*. Disponível em: http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/Ribeiro_desdiv_n2.pdf. Acesso em 6 de fev. 2021.

RIBEIRO. Pedro. *Painel "Cultura do Bem Viver - Partilha e Poder"*. Movimento Fé e Política - Coordenação Nacional. Disponível em: <http://www.cebi.org.br/agenda.php?tipo=2>. Acesso em: 23 jul. de 2015.

RIBEIRO. Pedro. *Painel "Cultura do Bem Viver - Partilha e Poder"*. Movimento Fé e Política - Coordenação Nacional. Disponível em: <http://www.cebi.org.br/agenda.php?tipo=2>. Acesso em: 23 jul. de 2015.

RIECHMANN, J. *Un mundo vulnerable*. Ensayos sobre ecología, ética y tecnociencia. 2ª ed, Madrid: Catarata, 2005.

ROHDEN, Humberto. O sermão da Montanha. Segundo Volume da Sabedoria do Evangelho. 5ª ed. São Paulo: Alvorada, 2012.

ROSANVALLON, Pierre. *La nouvelle question sociale*. Paris: Seuil, 1995.

RUOZZI, Elisa. *La Lettera Enciclica Laudati Si': dal diritto dell'individuo ad un ambiente sano al dovere di protezione del bene comune*. Sat, 03/12/2016 - 12:58 – francesco. <http://www.rivistaoidu.net/content/la-lettera-enciclica-laudato-si%E2%80%99-dal-diritto-dell%E2%80%99individuo-ad-un-ambiente-sano-al-dovere-di>. Acesso em: 2 jun. de 2020.

SALVADOR, Federico Ruiz. *Compêndio de teologia espiritual*. São Paulo: Loyola, 1971.

SANTIS, Rodrigo de; SOUZA, Rosali Fernandez de. Uma proposta de diálogo entre o conhecimento praxiológico de Bourdieu e a organização do conhecimento. In: Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação / organização Regina Maria Marteleto e Ricardo Medeiros Pimenta. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

SANTOS, José Vicente Tavares do. *A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais*. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 108, p. 183-190, dezembro. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317471523_A_violencia_simbolica_o_Estado_e_as_praticas_sociais. Acesso em: 4 maio de 2019.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Microfísica da violência, uma questão social mundial*. Ciência e cultura. V. 54. n. 1. São Paulo: jun/set. 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Domine dos; BUSATO, Susanna (UNESP/SJRP). XV ABRALIC. Experiências literárias textualidades contemporâneas. Título: Manoel de Barros, o apanhador de desperdícios. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1490918496.pdf. Acesso em: 2 jan. de 2020.

SAUSSURE, Ferdinand. *Escritos de linguística geral*. 12ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHMIDT, Bettina. E. A antropologia da religião. In. USARSKI, Frank. (org.) I espectro disciplinar da Ciência da Religião. São Paulo: Paulinas. 2007.

SCHWERINER, Mário E René. O consumismo e a dimensão espiritual das marcas: uma análise crítica (tese de doutorado). São Bernardo do Campo, 2008.

SCIGLIANO, Beatriz Carneiro. *Ecopolítica e a igreja católica no terciomilênio: a conversão ecológica ecopolítica*, 12: mai-ago, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/24725>. Acesso em: 10 fev. de 2020.

SERRAGLIO, Diogo Andreola; EFING, Antônio Carlos. *O direito do consumo voltado à sustentabilidade: uma análise a partir da carta encíclica Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum*. Revista de direito econômico e socioambiental. ISSN 2179-8214-Capes – Qualis A2 9 (Direito). Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/article/view/5891>. Acesso em: 20 jun. de 2020.

SILVA, Emanuel Freitas. *A carismática constituição de uma autoridade racional: um estudo sobre a Comunidade Católica Shalom*. Tese (Doutorado em Sociologia da Religião) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/47508/5/2019_tese_efsilva.pdf. Acesso em: 14 set. de 2019.

SILVA, Tomáz Tadeu da. HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4ª ed. São Paulo: Vozes, 2015.

SITE INSTITUCIONAL DA COMUNIDADE CATÓLICA SHALOM. Disponível em: <https://www.comshalom.org/>. Acesso em 18 out. 2018.

SLATER, Don. *Cutura do NERI*, Marcelo Côrtes (Coord.). Nova Mapa das Religiões. Rio de Janeiro: FGV; CPS, 20011. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/rel3/REN_texto_FGV_CPS_Neri.pdf. Acesso em: 10 maio de 2021.

STORNILOLO, Ivo. *Como ler o evangelho de Mateus*. São Paulo: Paulus, 1991.

SUESS, Paulo. *Aluta pelo território: o centro simbólico e real do Bem Viver*. Entrevista. Quinta, 07 de novembro de 2013. Disponível em: <http://ihu.unisinos.br/noticias/525007-mensagem-final-do-vii-encontrocontinental-de-teologia-indigena>. Acesso em: 10 jul. de 2015.

TEIXEIRA, Faustino (org.). *Sociologia da Religião - Enfoques Teóricos*. Petrópolis- RJ Vozes, 2003.

THIRY-CHERQUES, H. R. *Pierre Bourdieu: a teoria na prática*. Revista de Administração Pública, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan. /fev. 2006.

THIRY-CHERQUES, H. R. *Métodos estruturalistas: pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 2008.

TOTARO, Paolo. *O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso*. DOSSIÊ RELIGIÕES NO BRASIL. Estud. av. vol. 18 no. 52 São Paulo Sept. /Dec. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300015>. Acesso em: 20 out. de 2020.

TOTARO, Paolo. *Misticismo do cálculo e a ascese consumista razão e fé no “crer se pertencer” e no neopentecostalismo*. Relig. Soc. Vol. 30 n. 1 Rio de Janeiro July 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010085872010000100005&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 jan. de 2020.

VATICANO. *Compêndio do Concílio Vaticano II*. Gaudium Spes. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

VATICANO. *Código de Direito Canônico*. São Paulo. Loyola, 1987.

VATICANO. *Economia de Francisco*. Disponível em: <https://francescoeconomy.org/final-statement-and-common-commitment-pt/>. Acesso em: 10 abr. de 2021.

VATICANO. *Sínodo dos Bispos: Os jovens, a fé e o discernimento vocacional*. Documento Final Disponível em: <http://www.synod.va/content/synod2018/pt/documento-final-del-sinodo-dos-bispos--os-jovens--a-fe-e-o-disce.html>. Acesso em: 20 abr. de 2021.

VATICANO. *Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Paulus, 1997.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, 1991, vol. 1. 1991.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. São Paulo: Imprensa oficial. 1999. V. II

WEBER, Max. *A ética Protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2013.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011b.

WILLIAMS, Raymond. *Zwischenbetrachtung*. Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Konfuzianismus und Puritanismus (Schriften 1915-1920). In. SCHMIDT-GLINZER, H.; KOLONKO, P. (org.). Tübingen: Mohr Siebeck, 1989.

ZERBINI Fabíola Marono, BARCIOTTE, Maria Lúcia, PISTELLI, Renata. *Um diálogo inicial entre educação para o consumo responsável e o comércio ético solidário*. In. FRANÇA, C. L. de (org.). Comércio ético e solidário no Brasil. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ Ildes, dez. 2003.

ZERBINI Fabíola Marono, *Cultura e economia: a busca de uma teoria do consumo*. Disponível em: <http://www.scielo. /pdf/se/v23n3/a09v23n3.pdf>. Acesso em: 2 jun. de 2020.

ANEXOS

ANEXO 1 Santuário Autorização do comitê de ética PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - PUC/GOIÁS PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Pesquisador:

Título da Pesquisa:

Instituição Proponente:

Versão:

CAAE:

Religião e consumo

MARCIA HELENA RODRIGUES PAROLI

Escola de Formação de Professores e Humanidades PUC Goiás

139879120.5.0000.0037

Área Temática:

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Número do Parecer: 4.395.324

DADOS DO PARECER

Este projeto de pesquisa tem como tema as relações entre religião e consumo, assim investigar-se-á as

afinidades eletivas entre os princípios católicos (Papa Francisco) e a sociedade de consumo, refletindo como os católicos atualmente lidam com o desapego material e convivem com a lógica do descartável. serão realizadas entrevistas estruturadas com os fiéis da comunidade Católica da chamada Igreja, Igreja

dedicada a Nossa Senhora de Fátima, monumento da cidade de Brasília, situada na EQS 307/308, s/n, SHCS, Brasília - DF, 70354-400. Essa Igreja é a primeira igreja Católica construída em alvenaria, inaugurada no dia 28 de junho de 1958. Os devidos cuidados serão tomados para que os entrevistados não

se sintam constrangidos com as questões, para tanto, o questionário será realizado de forma concisa e clara, de fácil compreensão. O procedimento de coleta de dados será o seguinte: com a permissão do pároco primeiramente se coletará as cartas de intenções colocadas durante o mês na urna aos pés da Padroeira da Igreja de Nossa Senhora de Fátima- Brasília -DF; pesquisadora efetuará o convite público

fazendo uma breve explicação sobre a pesquisa, após a celebração dominical no domingo antecedente a

pesquisa. No domingo seguinte os fiéis livremente poderão aderir assinando o Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido.

Apresentação do Projeto:

Objetivo Primário:

Pesquisar como se dá as construções de sentido voltado para o consumo na comunidade católica

Objetivo da Pesquisa:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Continuação do Parecer: 4.395.324

da Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Brasília em relação aos princípios cristãos.

Objetivos Secundários:

- Identificar os princípios católicos em relação ao consumo e os meios de comunicação dessa postura para os fiéis, a partir dos discursos, documentos, práticas e rituais católicos, tais como Bem Aventuranças, Laudato Si', entre outros.

- Compreender como se configura a sociedade de consumo atual e sua relação com os princípios católicos.

- Verificar, como se dá as construções de sentido voltado para o consumo na comunidade católica da Igreja

de Nossa Senhora de Fátima em Brasília em relação aos princípios cristãos.

- Propor a espiritualidade cristã apegada aos valores do Evangelho, como possibilidade de uma vida saudável, sustentável e feliz. Como toda pesquisa que envolve seres humanos está suscetível a riscos, este estudo pode ser classificável com risco mínimo ao participante. Assim, pode vir a acarretar transtornos emocionais ou desconfortos em decorrência de sua participação. Como se vive em tempo de pandemia, as canetas e o termo de consentimento e os questionário estarão em plásticos desinfetados, usar-se-á de álcool gel antes do manuseio das embalagens, e se seguirá os protocolos de segurança estabelecidos pelo Distrito Federal. Na devolução do material e na os mesmo colocação

os questionários individualmente mantendo a devida distância. Os resultados da pesquisa contribuirão para o melhor entendimento da relação da pregação da Doutrina Social da Igreja, no que diz respeito ao consumo e poderá auxiliar possíveis planejamentos da ação pastoral para que a vivência ética dos cristãos católicos possa impactar positivamente a sociedade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Serão investigadas 30 pessoas, após a celebração, com questionário objetivo de 18 itens.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram anexados e estão em conformidade com as resoluções

éticas vigentes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Projeto não apresenta óbices éticos. Aprovado.

Continuação do Parecer: 4.395.324

INFORMAÇÕES AO PESQUISADOR REFERENTE À APROVAÇÃO DO REFERIDO PROTOCOLO:

1. A aprovação deste, conferida pelo CEP PUC Goiás, não isenta o Pesquisador de prestar satisfação sobre

sua pesquisa em casos de alterações metodológicas, principalmente no que se refere à população de estudo ou centros participantes/coparticipantes.

2. O pesquisador responsável deverá encaminhar ao CEP PUC Goiás, via Plataforma Brasil, relatórios semestrais do andamento do protocolo aprovado, quando do encerramento, as conclusões e publicações. O

não cumprimento deste poderá acarretar em suspensão do estudo.

3. O CEP PUC Goiás poderá realizar escolha aleatória de protocolo de pesquisa aprovado para verificação

do cumprimento das resoluções pertinentes.

4. Cabe ao pesquisador cumprir com o preconizado pelas Resoluções pertinentes à proposta de pesquisa

aprovada, garantindo seguimento fiel ao protocolo.

Considerações Finais a critério do CEP: Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento Arquivo Postagem Autor Situação

Informações Básicas do Projeto

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1658673.pdf 09/11/2020 08:09:11

Aceito

Outros curriculoorientadora.pdf 09/11/2020 08:08:49

MARCIA HELENA RODRIGUES

Aceito Outros Curriculo.pdf 09/11/2020 08:03:09 MARCIA HELENA RODRIGUES

Aceito

Folha de Rosto folhaderosto.pdf 07/11/2020

20:01:55

MARCIA HELENA RODRIGUES

Aceito

Outros questionariosemiestruturado.pdf 07/11/2020

19:58:11

MARCIA HELENA RODRIGUES

Aceito

Outros declaracaoinstituicaocoparticipante.pdf 07/11/2020 19:50:09

MARCIA HELENA RODRIGUES

Aceito

Projeto Detalhado / Brochura Investigador Brochurapesquisa.pdf 04/11/2020 10:15:45

MARCIA HELENARODRIGUES PAROLI Aceito TCLE / Termos de Assentimento /

Justificativa de Ausência TCLE.pdf 04/11/2020 10:14:35

MARCIA HELENA RODRIGUES PAROLI Aceito

Situação do Parecer:

GOIANIA, 12 de Novembro de 2020

ROGÉRIO JOSÉ DE ALMEIDA (Coordenador(a))

Assinado por: Aprovado **Necessita Apreciação da CONEP:** Não

ANEXO 2 Autorização do Pároco do Nossa Senhora de Fátima

PARÓQUIA
**Nossa Senhora
de Fátima**



SGAS, Quadra 906, Conjunto D, Lotes 10/11
Asa Sul, Brasília-DF, CEP: 70390-060
Fones: (61) 3443-2869 / 3244-1197 / 3244-0644
Caixa Postal 2150, CEP: 70343-970

CNPJ: 00.108.217/0012-72 • paroquia@pnsfatimabsb.com.br • www.igrejinhadefatima.com.br

DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaro ter lido e concordar com o projeto de pesquisa intitulado: **As relações entre religião e consumo, afinidades eletivas entre os princípios católicos (Papa Francisco) e a sociedade de consumo**, de responsabilidade da pesquisadora Márcia Helena Rodrigues Paroli e declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a 466/12 e a 510/16. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como Instituição Coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar. Estou ciente que a execução deste projeto dependerá da aprovação do mesmo pelo CEP da instituição proponente, mediante parecer ético consubstanciado e declaração de aprovação.

Brasília, 05 de novembro de 2020.



Fr. Reinaldo dos Santos Pereira
Responsável pela instituição

Centenário 100 anos
1917 • 2017

ANEXO 3 Questionário semiestruturado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), do Projeto de Pesquisa sob o título: ***As relações entre religião e consumo, afinidades eletivas entre os princípios católicos (Papa Francisco) e a sociedade de consumo.***

Meu nome é Márcia Helena Rodrigues Paroli, sou doutoranda do Programa de Ciências da Religião – PUC Goiás, orientada pela Prof^a Dr^a Thais Alves Marinho. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em todas as folhas e em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável através do número ((61) 982304458), ligações a cobrar (se necessárias) ou através do e-mail (marciahrparoli@gmail.com). Residente na (SGAS 905, Condomínio Central Park).

Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC Goiás, telefone: (62) 3946-1512, localizado na Avenida Universitária, N° 1069, St. Universitário, Goiânia/GO. Funcionamento: das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas de segunda a sexta-feira. E-mail: cep@pucgoias.edu.br O CEP é uma instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinada ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares. Pesquisadora: Márcia Helena Rodrigues Paroli.

O motivo que nos leva a propor essa pesquisa é perceber o papel do cristianismo católico frente à cultura atual, em relação ao consumo e à preservação da vida. **Tem por objetivo:** Pesquisar como se dá as construções de sentido voltado para o consumo na comunidade católica da Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Brasília em relação aos princípios cristãos.

O procedimento de coleta de dados será o seguinte: com a permissão do pároco primeiramente se coletará as cartas de intenções colocadas durante o mês na urna aos pés da Padroeira da Igreja de Nossa Senhora de Fátima- Brasília -DF; pesquisadora efetuará o convite público fazendo uma breve explicação sobre a pesquisa, após a celebração dominical no domingo antecedente a pesquisa. No domingo seguinte os fiéis livremente poderão aderir assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os fiéis (30 pessoas) poderão expressar livremente sua vontade ou não de fazer parte desta pesquisa.

Os critérios de inclusão serão: ser membro da comunidade e ter o hábito de colocar suas cartas de intenção aos pés da Padroeira.

Riscos: A presente pesquisa é de risco mínimo. Assim, pode vir a acarretar transtornos emocionais ou desconfortos em decorrência de sua participação. Se você sentir qualquer desconforto é assegurado assistência imediata e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza para dirimir possíveis intercorrências

em consequência de sua participação na pesquisa. Para evitar e/ou reduzir os riscos de sua participação este estudo pode ser classificável com risco mínimo ao participante.

Como se vive em tempo de pandemia, as canetas, o termo de consentimento e os questionários estarão dispostos em plásticos desinfetados, usar-se-á de álcool gel antes do manuseio das embalagens, e se seguirá os protocolos de segurança estabelecidos pelo Distrito Federal. Na devolução do material e na os mesmo colocarão os questionários individualmente mantendo a devida distância.

Se neste questionário existir alguma questão que cause desconforto, constrangimento, cansaço ou estresse, você poderá saltar essa questão e continuar de onde parou.

Benefícios da pesquisa: os resultados da pesquisa contribuirão para o melhor entendimento da relação da pregação da Doutrina Social da Igreja, no que diz respeito ao consumo e poderá auxiliar possíveis planejamentos da ação pastoral para que a vivência ética dos cristãos católicos possa impactar positivamente a sociedade.

Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Caso você se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderemos interromper a entrevista a qualquer momento e esta decisão não produzirá qualquer penalização ou prejuízo. Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados na pesquisa a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo. Os dados coletados serão guardados por, no mínimo, 5 anos e, após esse período após o qual o mesmos serão incinerados. Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a pleitear indenização. O resultado da pesquisa será disposto no mural da Igreja, após a finalização desta, previsto para outubro de 2021 com o endereço para acesso da tese.

Caso haja alguma dúvida sobre a mesma, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável por esse estudo: Márcia Helena Rodrigues Paroli pelo e-mail: marciahrparoli@gmail.com.

Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo este será ressarcido pelo pesquisador responsável. Adicionalmente, em qualquer etapa do estudo você terá acesso ao pesquisador responsável pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas.

Declaração do Pesquisador O pesquisador responsável por este estudo declara que cumprirão com todas as informações acima; que você terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos oriundos, imediatos ou tardios devido a sua participação neste estudo; que toda informação será absolutamente confidencial e sigilosa; que sua desistência em participar deste estudo não lhe trará quaisquer penalizações; que será devidamente ressarcido em caso de custos para participar desta pesquisa; e que acatarão decisões judiciais que possam suceder.

ANEXO 4 Entrevista Semiestruturada

1. Idade do participante

- Menos de 18 anos ()
 Mais de 19 anos ()
 Mais de 30 anos ()
 Mais de 50 anos ()
 Mai de 70 anos ()

2. Gênero

- () Masculino () Feminino () Outro

3. Assiduidade na Missa:

- () Todos os dias () Todo domingo () às vezes () raramente

4. A sua crença, cristã católica, esta presente em sua vida e escolhas.

- Sempre () As vezes () Nunca ()

5. Costumas pedir em suas cartas de intenções. Marque um (X), sendo 1 o primeiro em grau de solicitação.

Pedido	1	2	3	4	5
Família					
Saúde					
Trabalho					
Finanças					
Processos Jurídicos					
Amor					
Livramento					
Viagem					
Outros					

6. Quando a intenção de oração é pela família. O que pede?

7. Sua família é:

- Nuclear (pai, mãe e filhos) ()
 Monoparental (mãe ou pai solteiro) ()
 Multiparental (pessoas de um mesmo sexo) ()
 Não constitui família ()

8. Ao que você é mais apegado (a).

9. Avalie o que mais lhe influencia em seus hábitos de consumo. De 1 a 5 sendo 1 (menos constante) e 5 (muito constante).

Influência	1	2	3	4	5
Tradições familiares					
Necessidades familiares					

Cobrança dos grupos a que pertence					
Propagandas pela TV					
Necessidades pessoais					
Sigo a listinha estabelecida					
Sigo o estímulo da vitrine					

10. **Ouviu falar da Encíclica *Laudato Si'***? Sim () Não () .

Onde: Missa () Meios de Comunicação () Outro ():

Qual:.....

11. **Leu a Encíclica *Laudato Si'***? Sim () Não ()

12. **Já ouviu falar na Igreja de consumo consciente:** Sim () Não ()

13. **O que é essencial para sua vida?**

14. **A ética da sua religião influencia seu modo de uso e consumo das coisas?** Sim ()

Não () Como isso se dá concretamente?

15. **Atitudes pessoais. De 1 a 5 sendo 1 (menos constante) e 5 (muito constante).**

Atitude	1	2	3	4	5
Sacola retornável					
Reciclagem de óleo de cozinha					
Separação do lixo					
Compostagem					
Esbanjo de alimentos					
Consumo de vestuário					

Gratidão!

ANEXO 5 Declaração do participante

Declaração do Participante

Eu, _____
____, abaixo assinado, discuti com a Márcia Helena Rodrigues Paroli sobre a minha decisão em participar como voluntário (a) do estudo: ***As relações entre religião e consumo, as afinidades eletivas entre os princípios católicos (Papa Francisco) e a sociedade de consumo.*** Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia integral e gratuita por danos diretos, imediatos ou tardios, quando necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Brasília, _____, de janeiro de 2021.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador